



Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal

Relatório de Governança

4º trimestre de 2025

Brasília - DF





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Governador
Ibaneis Rocha

Vice-Governadora
Celina Leão

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

Diretora-presidente
Raquel Galvão Rodrigues da Silva

Diretora de Governança, Projetos e Compliance
Sylvia Neves Alves

Diretora de Administração e Finanças
Célia Maria Ribeiro de Sales

Diretor de Previdência
Pedro Henrique Araújo Nabarrete Gabini

Diretor Jurídico
Radam Nakai Nunes

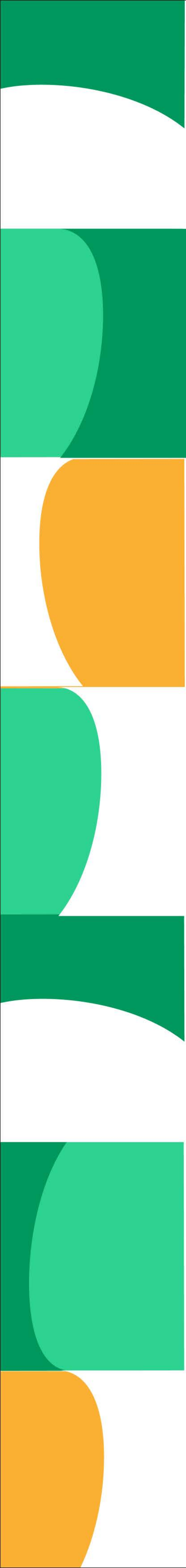
Diretor de Investimentos
Thiago Mendes Rodrigues

Controladoria
Maurílio de Freitas

Unidade de Atuária
Jucelina Santana da Silva

Elaboração
Rodrigo Batista Raposo
Amanda Mendonça de Moura Góes

Unidade de Comunicação Social



MENSAGEM DA DIRETORA-PRESIDENTE

Apresento o Relatório de Governança Corporativa referente ao 4º trimestre de 2025, documento que consolida as ações, iniciativas e resultados alcançados pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF) no fortalecimento de suas práticas de governança, transparência e gestão institucional.

Ao longo do período, o Instituto manteve o compromisso com o aprimoramento contínuo de seus processos, promovendo a integração entre as áreas, o fortalecimento dos mecanismos de controle interno, a gestão de riscos e a ampliação das práticas de compliance. Essas ações contribuem para o aperfeiçoamento da gestão previdenciária e para a consolidação de um ambiente institucional cada vez mais ético, eficiente e responsável.

Este relatório evidencia o esforço conjunto das diretorias, conselhos, comitês e unidades administrativas na condução de uma gestão orientada por planejamento, monitoramento e avaliação permanente, em consonância com as diretrizes do Programa Pró-Gestão RPPS e com as melhores práticas de governança pública.

A governança corporativa constitui um instrumento estratégico para assegurar maior transparência, qualificação das decisões e sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal. Nesse sentido, o Iprev-DF segue empenhado em fortalecer seus processos institucionais, aprimorar a qualidade das informações e garantir maior confiabilidade na gestão dos recursos previdenciários.

Agradeço o comprometimento de todos os servidores que contribuíram para a elaboração deste relatório e reafirmo o compromisso desta gestão com a melhoria contínua da administração pública, sempre pautada pela responsabilidade, integridade e pelo interesse coletivo.

Raquel Galvão Rodrigues da Silva

Sumário

Apresentação	6
Quem Somos	7
Mapa Estratégico Iprev-DF	9
Organograma Iprev-DF	10
Imagem Institucional	12
Diretoria e Governança, Projetos e Compliance	13
Gestão Estratégica	14
Monitoramento Gerencial	16
Educação Previdenciária	17
Monitoramento Pró-Gestão	18
Indicador de Situação Previdenciária - ISP/2025	19
Governança e Integridade	19
Planejamento Estratégico Institucional	20
Minuto de Governança	20
Ações de Compliance e Integridade	21
Pílulas de Integridade	21
Governança e Gestão de Tecnologia da Informação	22
Atendimentos Realizados	22
Modernização da Infraestrutura	23
Parque Tecnológico e Infraestrutura de Tic	23
Segurança da Informação	23
Indicadores e Resultados	24
Monitoramento e Continuidade	24
Próximos Passos	25
Diretoria de Previdência	25
Benefícios Previdenciários	35
Unidade de Atuária	39
Provisões Matemáticas e Resultados Técnico Atuarial	42
Considerações Finais	42
Plano Financeiro	42
Custo Previdenciário	42
Benefícios em Capitalização	43
Custo Normal Total	44
Plano de Custeio	44
Provisões Matemáticas e Resultado Técnico Atuarial	46
Composição dos Ativos Garantidores do Plano Financeiro	46
Situação Financeira e Atuarial do Plano Financeiro	47
Plano de Custeio a ser Implementado	47
Análise Comparativa dos Resultados da Reavaliação Atuarial	47
Considerações Finais	48
Controladoria	56
Ouvidoria	56
Manifestações de Ouvidoria	60
Pedidos de Acesso à Informação	64
Considerações Finais	65
Diretoria de Administração e Finanças	65
Gestão de Pessoa	65

Concurso e Posse	66
Gestão Orçamentária e Financeira	67
Receitas	68
Despesas	69
Folha de Pagamento	70
Despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais	71
Despesas Administrativas	73
Gerenciamento do Custeio e Contratos	75
Atividades Financeiras	83
Diretoria de Investimentos	85
Cenário	87
Desempenho Anual das Carteiras de Investimentos Admitradas pela Dirin	91
Fundo de Investimentos em Participação e Imobiliários do Fundo Solisário Garantidor	107
Fundo Financeiro	111
Fundo Capitalizado	112
Fundos de Investimentos em Participação e Imobiliários do Fundo Capitalizado	124
Fundo Administrativo	126
Principais Destaques dos Ativos Não Financeiros	127
Diretoria Jurídica	133
Institucionais	136
Considerações Finais	148
Assessoria Especial da Presidência	149
Unidade de Comunicação Social	163

O presente Relatório de Governança Corporativa (RGC) tem como objetivo apresentar os principais resultados alcançados pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev-DF no quarto trimestre de 2025. O documento reúne dados, diretrizes, objetivos e metas institucionais, proporcionando uma visão abrangente e estratégica sobre o desempenho da autarquia no período.

A divulgação dessas informações permite que segurados, beneficiários e a sociedade em geral acompanhem as principais atividades desenvolvidas pela Autarquia Previdenciária no trimestre, fortalecendo a transparência e contribuindo para a prática de uma gestão contínua e eficiente, em conformidade com o Manual do Pró-Gestão – Versão 3.6.

Adicionalmente, o RGC apresenta um panorama completo das estratégias institucionais, da atuação da administração e da alocação dos recursos financeiros e previdenciários sob responsabilidade do Iprev-DF.

Destaca-se, por fim, que o relatório reforça o compromisso da autarquia com o controle social e a importância da adoção de sistemas integrados de governança e gerenciamento de riscos voltados à geração de resultados sustentáveis.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF é uma autarquia em regime especial, com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC.

O Iprev-DF é o órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e tem por atribuição principal captar e capitalizar os recursos necessários para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados e dependentes.

Para isso, adota uma gestão participativa, transparente, eficiente e eficaz, com credibilidade e excelência no atendimento. Além disso, é responsável pelo gerenciamento e operacionalização do RPPS/DF, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, bem como a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários.

O RPPS/DF é formado, obrigatoriamente, por todos os servidores titulares de cargos efetivos, ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Distrito Federal, incluindo o Tribunal de Contas do Distrito Federal, as autarquias e as fundações, que figuram como segurados, bem como seus respectivos dependentes.

Ressalta-se que não integram o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Distrito Federal os servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outros cargos temporários ou de empregos públicos.

Os policiais militares e os policiais civis também não integram o RPPS/DF, devido às especificidades dispostas na Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

Com a edição da Lei Complementar nº 932, de 03 de outubro de 2017, houve uma reorganização do regime de custeio do plano de benefícios do RPPS/DF. Os antigos fundos previdenciários, submetidos ao regime de repartição simples (Fundo Financeiro) e capitalizado (Fundo Previdenciário do Distrito Federal - DFPrev), foram unificados em dois novos fundos definidos da seguinte forma:

- **Fundo Financeiro de Previdência Social:** O Fundo Financeiro (FF) é destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público antes de 01º de março de 2019, bem como aos que já recebiam benefícios nessa data e aos respectivos dependentes.

- **Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal:** destinado aos servidores que ingressaram no serviço público a partir 01º de março de 2019, data de aprovação do Plano de Benefícios da Previdência Complementar pela DF-Previcom. As contribuições e benefícios desses servidores estão limitados ao teto do Regime Geral de Previdência - RGPS, atualmente fixado em R\$ 8.157,41 (oito mil cento e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos), reajuste que passou a valer desde 1º de janeiro de 2025. Esses servidores têm a opção de aderir ao Regime de Previdência Complementar – RPC, administrado pela DF-Previcom, para a obtenção de benefício complementar ao teto do RGPS.

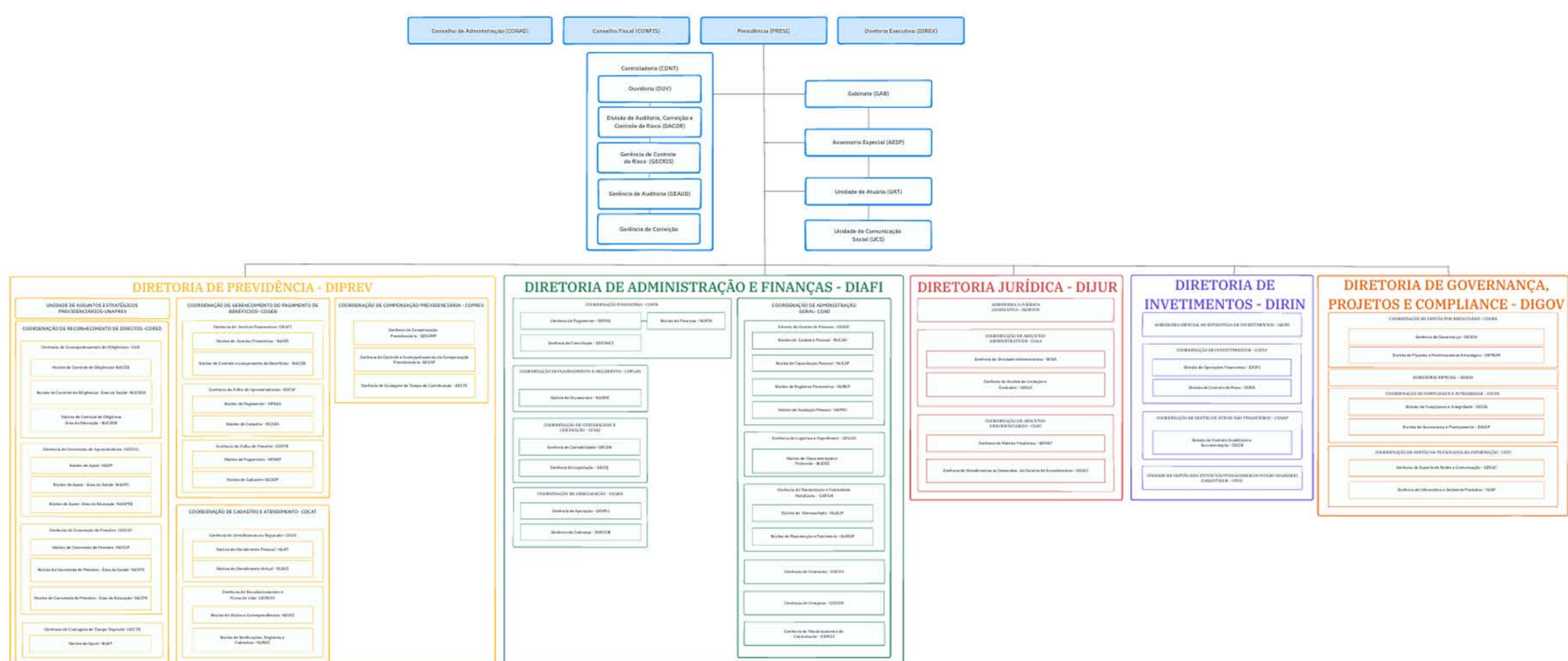
Além das mudanças originadas do regime de financiamento do RPPS/DF, a Lei Complementar nº 932/2017 criou o Fundo Solidário Garantidor, formado por um patrimônio diversificado. O fundo é composto por recursos financeiros anteriormente vinculados ao Fundo Previdenciário - DFPrev, imóveis, ações do Banco Regional de Brasília - BRB e outros direitos e bens destinados a formar um verdadeiro fundo de solvência, garantindo o pagamento dos benefícios atuais e futuros dos servidores efetivos do Distrito Federal vinculados aos Fundos Financeiro e Capitalizado do RPPS/DF.

Outrossim, desde a criação do Iprev-DF pela Lei Complementar nº 769/2008, a autarquia contava com uma estrutura organizacional reduzida e incompatível com os desafios institucionais de gerenciar o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal. Com o objetivo de aprimorar a qualidade dos serviços prestados, a estrutura administrativa foi gradualmente ampliada, processo refletido no Regimento Interno da Autarquia Previdenciária, aprovado pelo Decreto nº 46.977, de 17 de março de 2025.

Em 2022, foi realizado o primeiro concurso público para a Carreira de Atividades Previdenciárias do Iprev-DF, criada pela Lei nº 6.777, de 30 de dezembro de 2020. Essa iniciativa reforça o compromisso institucional de assegurar um futuro previdenciário sólido e seguro aos seus beneficiários.



Fonte: <https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/organograma-atualizado>



O Iprev-DF tem realizado esforços para alcançar um processo, amplo e transformador, de atualização e modernização de sua identidade institucional, impulsionado pela visão de ser reconhecido por beneficiários e contribuintes pela excelência na gestão previdenciária no Distrito Federal.

Com a finalidade de atuar de forma ética e em conformidade com os princípios da transparência e do diálogo constante com a sociedade e a imprensa, a Unidade de Comunicação Social – UCS promove a divulgação de atos, ações e eventos de interesse institucional e da comunidade de forma eficaz.

Para isso, utiliza campanhas, folders, jornais e outras peças promocionais, em parceria com os órgãos responsáveis pela publicidade do Governo do Distrito Federal, com foco na transparência, celeridade, eficiência e no interesse social, conforme pode ser verificado no sítio institucional: <http://www.iprev.df.gov.br/>.

A estrutura de governança do Iprev-DF, conforme determinação legal e de seu Regimento Interno, é composta da seguinte forma: Conselho de Administração (Conad), Conselho Fiscal (Confis), Diretoria Executiva (Direx), Comitê Interno de Governança Pública (CIG), e pelo seu representante na figura do Diretor-Presidente.

A Diretoria Executiva atua conforme as competências estabelecidas no Regimento Interno vigente do Iprev-DF, aprovado pelo Decreto nº 46.977, de 17 de março de 2025, publicado no DODF nº 52, de 18/03/2025.

O Conselho de Administração (Conad) é regulamentado pela Lei Complementar nº 769/2008 e pelo Regimento Interno, conforme a Resolução nº 02/2023, publicada no DODF nº 82, de 03/05/2024, retificada no DODF nº 88, de 11/05/2024. É composto por 14 (quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, designados pelo Governador do Distrito Federal. Entre suas competências, destaca-se a proposição de diretrizes gerais de atuação do Iprev-DF.

O Conselho Fiscal (Confis) é o órgão responsável pela fiscalização dos atos de gestão do Iprev-DF, com objetivo de proteger os interesses da Autarquia. Criado pelo art. 89 da Lei Complementar nº 769/2008, atua de acordo com seu Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 01, de 1º de junho de 2015, publicada no DODF nº 115, de 17/06/2015. A Lei Complementar nº 1046, de 10 de junho de 2025 altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que passa a vigorar com a seguinte alteração: O Conselho Fiscal é composto por 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, sendo 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes escolhidos entre segurados ou beneficiários indicados pelas respectivas entidades representativas de classe, e 2 (dois) membros indicados pelo Governador do Distrito Federal, sendo 1 (um) titular e 1 (um) suplente.

O Comitê de Investimento e Análise de Riscos (CIAR) é um órgão consultivo responsável por elaborar propostas mensais e anuais de investimentos e de financiamentos do Iprev-DF. Sua estrutura, composição e funcionamento são estabelecidos pela Decreto nº 47.175, de 05 de maio de 2025.

O Comitê Interno de Governança Pública - CIG, instituído pela Portaria nº 54, de 27/06/2019, tem como objetivo garantir o desenvolvimento e a adoção contínua e progressiva das melhores práticas de governança, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Governança Pública do Distrito Federal - CGov.

Nesse contexto, as medidas de boa governança são fundamentais para as práticas, decisões e relacionamentos de toda a estrutura, com o objetivo de aperfeiçoar o desempenho da Autarquia Previdenciária.

DIRETORIA E GOVERNANÇA, PROJETOS E COMPLIANCE

A Diretoria de Governança, Projetos e Compliance (Digov) do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF desempenha papel estratégico e fundamental para o fortalecimento institucional e a sustentabilidade da gestão pública previdenciária, estabelecendo, sempre que necessário, regras, práticas e mecanismos que asseguram o exercício eficiente, íntegro e transparente da gestão previdenciária. Com base nas competências regimentalmente positivadas no Decreto nº 46.977/2025, sua atuação fortalece os controles e conformidades institucionais, além de promover o alinhamento das ações administrativas aos princípios da boa governança pública.

Sob a perspectiva da governança, a Digov promove decisões mais estratégicas, transparentes e alinhadas aos princípios da administração pública, além de ser diretamente responsável pelo monitoramento dos projetos estratégicos, assegurando que os objetos pactuados estejam alinhados ao planejamento institucional e ao aprimoramento da gestão previdenciária dos servidores públicos do Distrito Federal, o que contribui para o uso racional dos recursos públicos e para a entrega de resultados efetivos à sociedade.

Sob a óptica do compliance e integridade, a Digov atua na prevenção de irregularidades, fortalecendo a cultura ética e garantindo o cumprimento das normas internas e externas, contribuindo diretamente para a integridade e a credibilidade da gestão previdenciária.

A governança e gestão da Tecnologia da Informação pauta sua atuação na definição de diretrizes e no monitoramento e modernização da infraestrutura tecnológica, garantindo que a TI esteja integrada aos objetivos estratégicos do Iprev-DF. Trata-se, portanto, de uma área técnica e estratégica que é essencial para garantir a atuação eficiente no que compete às normas de tecnologia da informação, e, sempre que necessário, assegurando a segurança e disponibilidade dos sistemas e serviços.

Ao consolidar essas práticas, a Diretoria de Governança, Projetos e Compliance torna-se um pilar essencial da maturidade institucional do Iprev-DF, contribuindo diretamente para a credibilidade do Regime Próprio de Previdência Social e para a efetividade da política previdenciária do Distrito Federal.

GESTÃO ESTRATÉGICA

A gestão estratégica abrange, além do planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação da estratégia, visando aprimorar o alcance da visão, o cumprimento da missão e o aprendizado organizacional, além de integrar diversas funções organizacionais, utilizando os resultados das atividades de planejamento como insumo para definir produtos e serviços, melhorar processos internos, aperfeiçoar a estrutura, desenvolver competências e alocar os recursos necessários ao alcance dos objetivos estratégicos.

Como instrumento dessa gestão, o Mapa Estratégico 2021–2025, alinhado às diretrizes do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (Pró-Gestão), configura-se como uma iniciativa relevante, ao subsidiar a elaboração das matrizes de riscos setoriais e apoiar a avaliação de eventos críticos.

Outro ponto a ser destacado são os Projetos Estratégicos, que foram desenvolvidos com foco no aprimoramento da gestão previdenciária. Nesse contexto, o acompanhamento das metas institucionais e setoriais é realizado por meio do Painel de Monitoramento Gerencial (PMG), que é uma ferramenta de monitoramento que envolve a coleta, a análise e a sistematização dados, e que possibilita, ainda, a verificação do progresso das metas estabelecidas.

MONITORAMENTO GERENCIAL

O Iprev-DF, alinhado ao seu Mapa Estratégico 2021–2025, definiu para o exercício de 2025 um conjunto de 22 projetos estratégicos, com abrangência em todas as unidades e diretorias do órgão. Esses projetos estão distribuídos por quatro objetivos estratégicos principais: aprimorar a gestão do sistema de previdência com base em referências de boas práticas nacionais (6 projetos); zelar pela confiabilidade, consistência e transparência dos dados atuariais, contábeis, de investimentos e previdenciários (6 projetos); implementar sistema de gestão de riscos e compliance (4 projetos); e aprimorar a comunicação interna e externa (2 projetos). Os demais 5 projetos alinham-se a outros cinco objetivos estratégicos. Dentre esses, 9 projetos foram pactuados com o Conselho de Administração (CONAD), reforçando o compromisso com a melhoria contínua da gestão pública.

A coordenação e formalização de cada projeto foi realizada por meio de processo eletrônico próprio no Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF), assegurando o registro e a rastreabilidade das informações. No Painel de Monitoramento Gerencial, constam o cronograma de execução, a unidade responsável, as datas de início e conclusão, e as evidências obrigatórias para comprovação das entregas de cada etapa.

O acompanhamento das metas e ações ocorre por meio do PMG, ferramenta que conecta o planejamento estratégico à execução operacional e setorial. A Divisão de Projetos e Monitoramento Estratégico (Diprom), unidade vinculada à Coordenação de Gestão por Resultados, da Diretoria de Governança, Projetos e Compliance, é responsável pela consolidação das informações, análise do desempenho dos projetos e apoio à tomada de decisão. Essa estrutura de monitoramento foi fortalecida ao longo de 2025, permitindo acompanhamento contínuo e tempestivo das atividades planejadas.

A Divisão de Projetos e Monitoramento Estratégico (Diprom) emite relatórios periódicos, consolidando o andamento dos projetos e suas entregas. Para garantir a transparência e o controle em tempo real, foi orientado que todas as evidências sejam devidamente inseridas tanto no processo SEI-GDF quanto no arquivo do PMG da unidade responsável, o qual está disponível em rede. Essa sistemática contribui para o monitoramento contínuo e a tomada de decisão baseada em dados atualizados, assegurando o cumprimento do Planejamento Estratégico e das Metas Institucionais aprovadas pela Diretoria Executiva.

No que concerne aos resultados alcançados no quarto trimestre de 2025, observa-se elevado índice de conclusão dos projetos estratégicos pactuados. Entretanto, alguns projetos apresentaram necessidade de continuidade no exercício de 2026, entre eles o Plano de Habilidades e Competências (Diafi), que permanecerá como projeto, e um dos projetos - a formalização de acordo de cooperação técnica com o INSS - foi cancelado por questões operacionais, tendo sido devidamente registrado em termo de arquivamento específico.

Outros projetos foram transformados em Ações Institucionais Ordinárias, a saber:

- regularizar a condição do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal junto ao Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP (Dijur);
- implementar ações para revisão dos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente (Diprev);
- elaborar o manual de fluxo de processos do Gabinete da Presidência (GAB);
- realizar a contratação de empresa de serviços gráficos (UCS); e
- mapear a base de dados, considerando a complexidade inerente a iniciativas de longa duração e de mudança organizacional (UAT).

Diante o exposto, essas medidas evidenciam uma gestão responsável e adaptável dos projetos estratégicos, com foco na qualidade das entregas e na sustentabilidade das iniciativas implementadas.

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O calendário de ações para o exercício de 2025 foi planejado de forma estratégica, contemplando não apenas temáticas previdenciárias, mas também iniciativas voltadas ao desenvolvimento de lideranças e à promoção da educação previdenciária. As ações buscam fortalecer a cultura institucional, capacitar os servidores e ampliar o conhecimento da sociedade sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (RPPS/DF).

A programação anual contempla um conjunto estruturado de ações de capacitação, qualificação, treinamento e formação técnica, direcionadas tanto aos servidores do órgão quanto aos segurados e seus dependentes. Essas iniciativas abrangem desde o período anterior à concessão do benefício até o pós-concessão, assegurando o acesso à informação clara, acessível e contínua.

O cronograma contempla mais de 20 (vinte) atividades distribuídas ao longo do ano, incluindo cursos com carga horária média de 20 horas e emissão de certificado, palestras com especialistas nas áreas previdenciária e de gestão pública, rodas de conversa com foco em temas relevantes ao público segurado, e aulas funcionais com abordagem prática e participativa.

Todo o calendário, bem como os critérios de participação e inscrição, encontra-se disponível no site oficial do órgão, garantindo transparência e acesso à informação. Essa proposta reafirma o compromisso da instituição com a valorização do servidor, a promoção da cidadania previdenciária e o fortalecimento da governança pública por meio da educação continuada.

Sendo assim, no quarto trimestre, foram realizadas as seguintes atividades:

- Palestra de Educação Financeira “Trilhando o futuro: Preparação para Aposentadoria”;
- Curso de Instrução Processual de Concessão de Aposentadoria; e
- Curso de Noções Básicas de Legislação Previdenciária e Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e Compensação Previdenciária.

MONITORAMENTO PRÓ-GESTÃO

Visando atender as competências regimentais, a Coordenação de Gestão por Resultados realiza, mensalmente, o monitoramento dos quesitos do Pró-Gestão e, por meio de uma abordagem analítica, as 3 (três) dimensões foram desdobradas em 165 (cento e sessenta e cinco) itens, sendo possível identificar se o quesito foi, ou não, atendido e as providências que vêm sendo adotadas com vistas ao saneamento dos itens desenquadrados, relacionando a diretoria ou unidade responsável pelo atendimento. A matéria tramita nos autos do Processo SEI-GDF nº 00413-00000981/2025-54.

Ao final, sopesando a análise realizada, dentre as 24 (vinte e quatro) ações, 19 (dezenove) ações atendidas, o que representa 82,64% de execução do Programa Pró-Gestão RPPS observando o nível IV.

QUADRO COMPARATIVO % DE ATENDIMENTO DAS DIMENSÕES E AÇÕES DO PRÓ-GESTÃO			
Dimensões Pró-Gestão	Total de Ações	Nº de Ações Atendidas no Nível Pretendido (IV)	% de Atendimento das Dimensões
Controle Interno	6	4	66,68
Governança Corporativa	16	13	81,25
Educação Previdenciária	2	2	100
Total Geral	24	19	82,64

Fonte: DIGOV, processo nº 00413- 00000981/2025-54.

INDICADOR DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – ISP/2025

O Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPPS da Secretaria d Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social divulga, anualmente, o Indicador de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social (ISP-RPPS) dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O ISP foi instituído pela Portaria MF nº 01, de 03 de janeiro de 2017, e sua regulamentação foi atualizada pela Portaria MTP nº 1.467, de 2022. A partir dessa atualização normativa, o ISP passou a contar com capítulo específico, detalhando suas competências, metodologia de aferição e critérios de divulgação, disponíveis no endereço eletrônico oficial do Ministério da Previdência Social.

O ISP apresenta 3 (três) dimensões ou aspectos avaliados: gestão e transparência, situação financeira e situação atuarial. Os RPPS são divididos e comparados em grupos com Regimes de perfis semelhantes, por porte, e são classificados conforme o resultado da avaliação do indicador, nível A, B, C ou D, onde o nível A representa o padrão mais elevado, seguido pelos níveis B e C, até o D. Nesse sentido, apresenta-se, abaixo, tabela que consigna as avaliações realizadas considerando os critérios definidos nos normativos destacados:

Tabela - Índice de Situação Previdenciária / ISP-RPPS-2025

ENTE	INDICADOR DE REGULARIDADE	INDICADOR DE ENTENHO DE INFORMAÇÕES	INDICADOR DE GESTÃO	CLASSIFICAÇÃO EM GESTÃO E TRANSPARÊNCIA	INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	INDICADOR DE ACUMULAÇÃO DE RECURSOS	INDICADOR DE EQUILIBRAMENTO DE DÉFICIT ATUARIAL	CLASSIFICAÇÃO EM FINANÇAS E LIQUIDEZ	INDICADOR DE COBERTURA PREVIDENCIÁRIA	INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE ATUARIAL	INDICADOR DE COMP ATUARIAL DA RCL	INDICADOR DE REFORMA RPPS EVIGÊNCIA RPC	CLASSIFICAÇÃO EM ATUARIAL	ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
GOVERNO DO ESTADO DO ACRE - AC	A	A	C	B	C	C	B	C	C	A	A	A	B	C
GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS - AL	A	A	A	A	B	B	B	B	A	B	A	A	A	B
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS - AM	A	A	A	A	B	A	A	A	A	A	C	B	B	B
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ - AP	B	B	A	B	C	C	C	C	A	A	C	B	C	C
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - BA	A	A	C	B	B	B	B	B	C	C	A	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - CE	A	A	C	B	A	A	A	A	A	B	A	A	A	B
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - DF	A	A	A	A	B	B	B	B	A	C	C	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - ES	A	A	C	B	C	A	A	B	A	A	A	A	A	B
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS - GO	A	A	B	A	C	B	B	C	B	B	A	B	B	C
GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - MA	C	B	C	C	C	C	C	C	B	A	C	B	D	D
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - MG	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	D	D
GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - MS	A	A	B	A	B	C	B	C	A	A	A	A	A	B
GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO - MT	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PA	B	A	B	B	A	C	B	B	A	B	A	A	A	B
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - PB	A	A	B	A	C	B	B	C	A	B	A	A	A	B
GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PE	A	A	A	A	C	B	B	C	C	C	C	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - PI	B	A	C	B	A	B	C	B	B	A	A	A	A	B
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - PR	A	A	A	A	B	A	A	A	A	B	A	A	A	A
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ	A	A	B	A	C	C	B	C	A	C	A	B	C	C
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - RN	C	A	C	C	B	C	C	C	C	C	A	C	D	D
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA - RO	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - RR	C	B	C	C	A	A	C	B	C	C	C	C	C	D
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RS	A	A	B	A	C	C	A	C	A	B	A	A	A	B
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SC	B	A	B	B	C	C	B	C	B	B	A	B	C	C
GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE - SE	B	A	A	A	C	C	B	C	C	C	A	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP	A	B	B	B	C	C	C	C	C	C	A	C	D	D
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS - TO	B	A	B	B	A	A	B	A	A	C	A	B	B	B

Fonte: Índice de Situação Previdenciária - Divulgação de Resultados — Ministério da Previdência Social

GOVERNANÇA E INTEGRIDADE

A Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal foi instituída por meio do Decreto nº 39.736, de 28 de março de 2019, e possui como objetivo reduzir os riscos e penalidades aplicadas por irregularidades praticadas no âmbito da administração pública, assegurando, ainda, a idoneidade e a boa imagem dos órgãos perante a sociedade.

A Coordenação de Governança e Integridade tem como objetivo central a estruturação e o apoio técnico metodológico das ações de governança e integridade. Esse apoio é realizado pela Divisão de Governança e Planejamento e pela Divisão de Compliance e Integridade.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) é um processo sistemático que visa orientar as ações de uma instituição ao longo de um período determinado, com o objetivo de alcançar suas metas e objetivos de forma eficiente e eficaz.

Esse planejamento envolve a definição clara da missão, da visão, dos valores, dos objetivos estratégicos e das metas a serem alcançadas, além de estabelecer as melhores práticas para a execução e monitoramento das atividades propostas. Em essência, o planejamento estratégico é um mapa que orienta a trajetória da instituição, ajudando a alinhar as ações do dia a dia com as metas de longo prazo.

Diante deste contexto, o lançamento do Planejamento Estratégico Institucional do Iprev-DF, para o ciclo 2026-2030, ocorreu em 25 de novembro de 2025. O evento reuniu autoridades do Governo do Distrito Federal, entre elas o Secretário de Estado da Economia, Daniel Izaías, o representante da Vice-Governadoria, Cleiton Fernandes, e a Secretária de Estado da Mulher, Gisele Ferreira, além de dirigentes e servidores do Iprev-DF.

MINUTO DA GOVERNANÇA

O "Minuto da Governança" é uma ação de comunicação institucional interna com a finalidade de disseminar boas práticas de governança voltadas à sensibilização e ao engajamento dos servidores acerca de temas relacionados à governança pública, integridade, gestão de riscos, controles internos, ética, transparência, entre outros assuntos correlatos.

Em suma, trata-se de uma iniciativa idealizada com o propósito de fortalecer a cultura institucional voltada à governança pública. As edições são publicadas mensalmente e amplamente divulgadas aos servidores da Autarquia Previdenciária por meio da intranet, do sítio institucional, do e-mail corporativo e por aplicativo de mensagens.

Neste trimestre, os temas abordados foram:

- Outubro: "Classificação das informações e segurança institucional: um compromisso do Iprev-DF.";
- Novembro: "Transformando a Visão em Realidade: Governança e Planejamento Estratégico no Iprev-DF"; e
- Dezembro: "Governança que Transforma: O Avanço do Plano Estratégico no Iprev-DF".

AÇÕES DE COMPLIANCE E INTEGRIDADE

Em relação às ações realizadas no âmbito da Integridade, houve, no trimestre, a continuidade da implementação da gestão de riscos de integridade, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Nota Técnica nº 55/2025 – DICIR/CORIS/SUBCI/CGDF, emitida pela Controladoria-Geral do Distrito Federal.

Em decorrência da execução do Plano de Compliance 2025, foi concluída a avaliação de conformidade do processo de rotina de arrecadação e controle de repasse de contribuições e aportes, executado pela Diretoria de Administração e Finanças. Ademais, encontra-se em fase de conclusão a avaliação de conformidade do processo de seleção e monitoramento dos fundos e gestores de investimento do Iprev-DF, realizado pela Diretoria de Investimentos.

Da mesma forma, houve a aprovação do Plano de Dados Abertos 2025–2026, na 32ª Reunião Ordinária do Comitê Interno de Governança Pública, realizada em 16 de outubro de 2025, já disponível no sítio eletrônico do Iprev-DF. O referido plano constitui documento orientador para a implementação da Política de Dados Abertos, instituída pelo Governo do Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 38.354, de 24 de julho de 2017.

No mesmo trimestre, foi realizada a 2ª Semana de Compliance e Integridade, no período de 03 a 07 de novembro de 2025, evento que integrou as ações institucionais voltadas ao fortalecimento da cultura ética e da governança pública. A iniciativa esteve alinhada à Semana Internacional de Ética e Compliance, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), e teve como objetivo promover a conscientização, o diálogo e o compartilhamento de boas práticas relacionadas à integridade, à transparência e à prevenção de riscos no setor público, junto aos servidores desta Autarquia Previdenciária.

PÍLULAS DE INTEGRIDADE

O projeto Pílulas de Integridade apresenta aos servidores os principais conceitos relacionados à integridade pública e confere publicidade à temática por meio de mensagens curtas e objetivas. Essas mensagens são publicadas via e-mail, aplicativo de mensagens (grupo de servidores no Whatsapp), no sítio institucional e na intranet do Iprev-DF.

Conforme estabelecido, as pílulas são difundidas mensalmente aos servidores do Iprev-DF, ao passo que no 4º trimestre de 2025 foram abordados os seguintes temas:

- Pílula 11 – A conduta do servidor reflete a imagem do iprev-df, dentro e fora do trabalho!;
- Pílula 12 – A responsabilidade de quem lidera; e
- Pílula 13 – Ética no fim de ano: o que pode e o que não pode?.

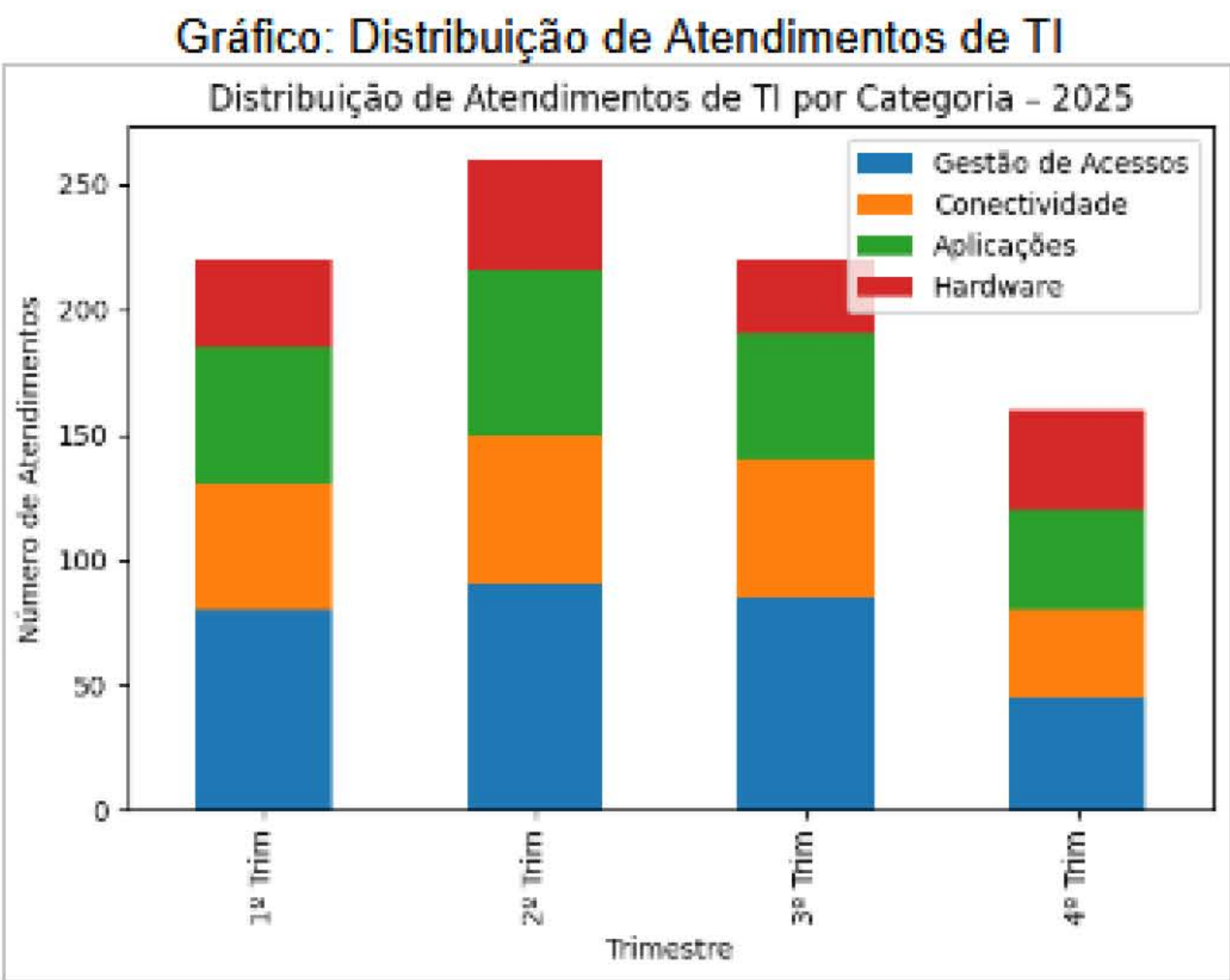
GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O presente relatório detalha as iniciativas estratégicas e operacionais da Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação, referentes ao quarto trimestre de 2025. A CGTI, consolidou avanços significativos em seus quatro pilares estratégicos: suporte ao usuário, modernização da infraestrutura, segurança cibernética e gestão de projetos, focando na consolidação da infraestrutura e melhoria da experiência do usuário.

ATENDIMENTOS REALIZADOS

Foram registrados aproximadamente 160 atendimentos técnicos, distribuídos nas seguintes categorias:

- Gestão de Acessos e Perfis: Criação, ajuste e auditoria de contas de usuários, com foco em segurança e conformidade, e ajuste de perfis de segurança;
- Conectividade e Comunicação: Manutenção proativa da rede de dados e telefonia, garantindo alta disponibilidade e desempenho;
- Aplicações e Sistemas: Suporte técnico a softwares institucionais, promovendo maior aproveitamento das ferramentas; e
- Hardware e Periféricos: Foco na revitalização de máquinas existentes através da instalação de SSDs para os equipamentos Dell prolongando a vida útil de equipamentos antigos e aumentando a velocidade de resposta para os usuários.



Fonte: Iprev-DF/CGTI

A redução nos chamados relacionados à conectividade e aplicações evidencia a eficácia das ações preventivas e a robustez da infraestrutura atual.

MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A reestruturação tecnológica avançou com entregas específicas voltadas à performance e colaboração, conforme as seguintes atividades:

- Revitalização do Parque Tecnológico: Além da substituição de hardwares críticos, a estratégia de aquisição de SSDs permitiu uma modernização de baixo custo e alto impacto na produtividade de setores com máquinas defasadas;

- Rede e Conectividade: Finalização da implementação do sistema de autenticação robusta e a ampliação do sinal de Wi-Fi em áreas de sombra, garantindo maior mobilidade e estabilidade da conexão em todo o IPREV-DF;
- Gestão de Dados (File Server): Realização de ajustes técnicos de configuração e a melhoria do espaço em disco das pastas compartilhadas, resolvendo gargalos de armazenamento e otimizando o fluxo de arquivos entre as gerências; e
- Nova Suíte de Aplicativos: Ainda não finalizou o processo de aquisição visando produtividade, colaboração e segurança da informação, onde a previsão de finalização é no primeiro semestre de 2026.

PARQUE TECNOLÓGICO E INFRAESTRUTURA DE TIC

- Servidores e Dados: Integração otimizada de servidores, com refinamento do fluxo de dados e escalabilidade para atender ao crescimento institucional. Foram realizados ajustes de configurações no file server para otimizar o desempenho e a segurança, além da melhoria do espaço da pasta compartilhada para melhor organização e acesso aos dados;
- Alta Disponibilidade: Instalação de hardwares de última geração para garantir continuidade dos serviços críticos; e
- Ampliação do Sinal de Wi-Fi: Implementação de novos pontos de acesso e otimização da cobertura para garantir um sinal de Wi-Fi robusto e de alta velocidade em todas as áreas necessárias.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A CGTI reforçou sua atuação em segurança digital com medidas concretas:

- Segurança de Rede: Finalização da funcionalidade da nova VLAN dedicada para Wi-Fi, garantindo a segmentação de tráfego; e
- Resposta a Incidentes: Ajustes no File Server que permitem maior controle sobre permissões e integridade dos dados sensíveis.

INDICADORES E RESULTADOS

- Desempenho de Hardware: Redução drástica no tempo de inicialização (boot) e travamentos de softwares após a implantação dos SSDs;
- Estabilidade de Rede: Queda no número de chamados relacionados à queda de sinal Wi-Fi devido à ampliação da cobertura; e
- Eficiência Operacional: Organização do File Server proporcionando maior agilidade na recuperação de documentos institucionais.

MONITORAMENTO E CONTINUIDADE

No trimestre, foi mantida vigilância contínua sobre os serviços críticos, como:

- Rede corporativa;
- Servidores de impressão;
- Sistema de atendimento ao público;
- A estabilidade e disponibilidade dos recursos;
- Indicadores e Resultados;
- Redução significativa de chamados relacionados a imagens de Windows e softwares, resultado direto da melhoria na qualidade dos equipamentos e da rede;
- Aumento da produtividade em setores com duplo monitor; e
- Melhoria na experiência do usuário e na eficiência dos atendimentos.

PRÓXIMOS PASSOS

Nos próximos trimestres, será finalizada a migração total de dados para o novo File Server em parceria com a SETIC, assim como será iniciada a utilização do dashboard de indicadores de TI, por meio do qual será possível o acompanhamento em tempo real dos chamados.

Destaca-se, ainda, como atividade a ser realizada, a expansão do plano de manutenção preventiva para os novos equipamentos instalados.

DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA

A Diretoria de Previdência (Diprev), unidade orgânica de comando e execução, diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, tem as atribuições estabelecidas através do Decreto nº 46.977, de 17 de março de 2025, e conta com 78 (setenta e oito) servidores, distribuídos em 01 (uma) Unidade, 04 (quatro) Coordenações, 12 (doze) Gerências e 09 (nove) Núcleos para gerir a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários e controlar a compensação previdenciária entre o Regime Geral e outros Regimes Próprios.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

APOSENTADORIA

É assegurada ao servidor que preencher os requisitos conforme determinado na legislação Federal e Distrital e nas situações abaixo apresentadas:

- aposentadoria compulsória por invalidez permanente;
- aposentadoria compulsória por idade;
- aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
- aposentadoria voluntária por idade;
- aposentadoria especial do professor; e
- aposentadoria especial nos casos previstos em lei complementar federal, nos termos do art. 40, § 4º, da Constituição Federal;

PENSÃO POR MORTE

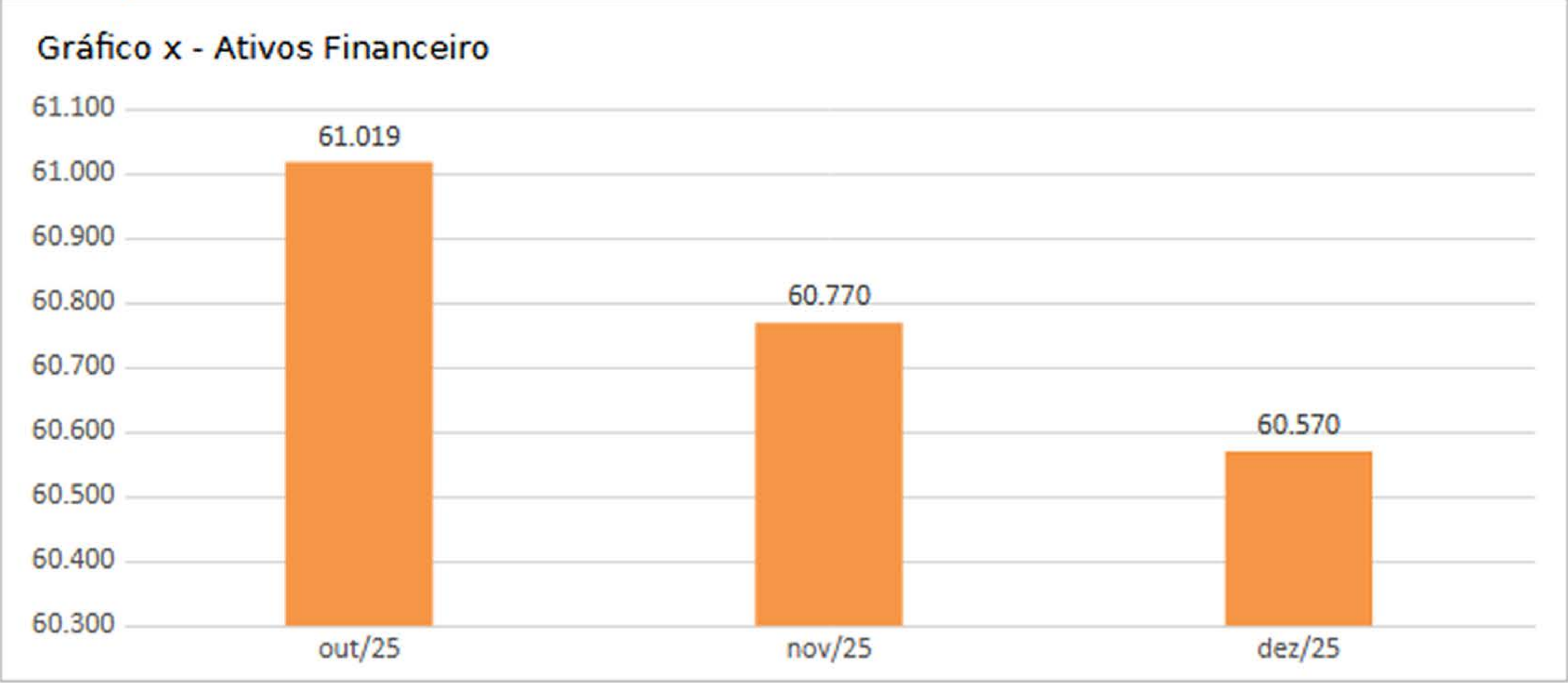
É concedida aos dependentes previdenciários em caso de falecimento do segurado, servidor ativo ou aposentado.

QUANTITATIVOS DE BENEFICIÁRIOS

Os quadros abaixo apresentam os quantitativos totais de segurados dos Fundos Financeiro e Capitalizado do RPPS-DF, incluindo Executivo, Defensoria Pública, Tribunal de Contas e Câmara Legislativa.

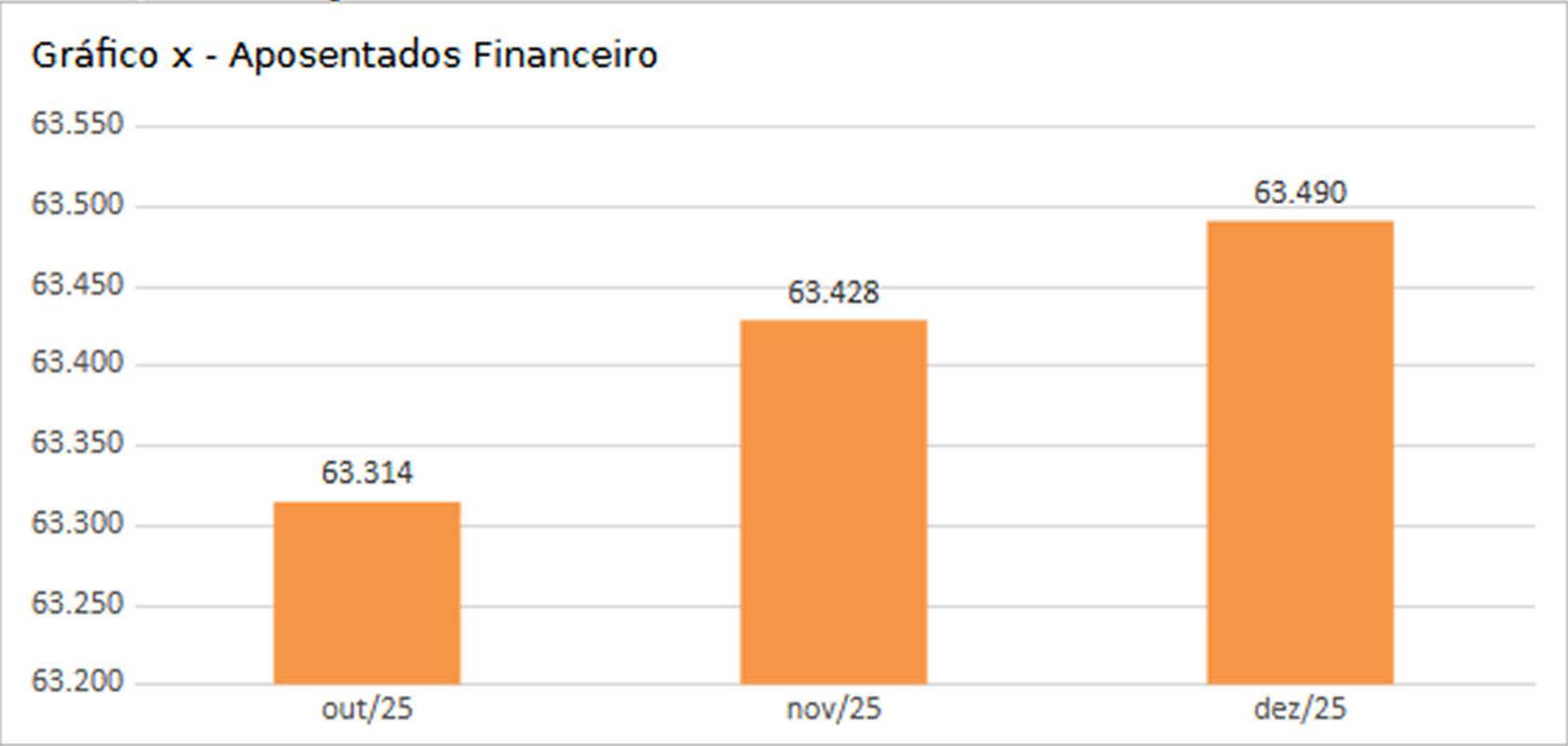
FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Tabela: Quantitativo ativos financeiro



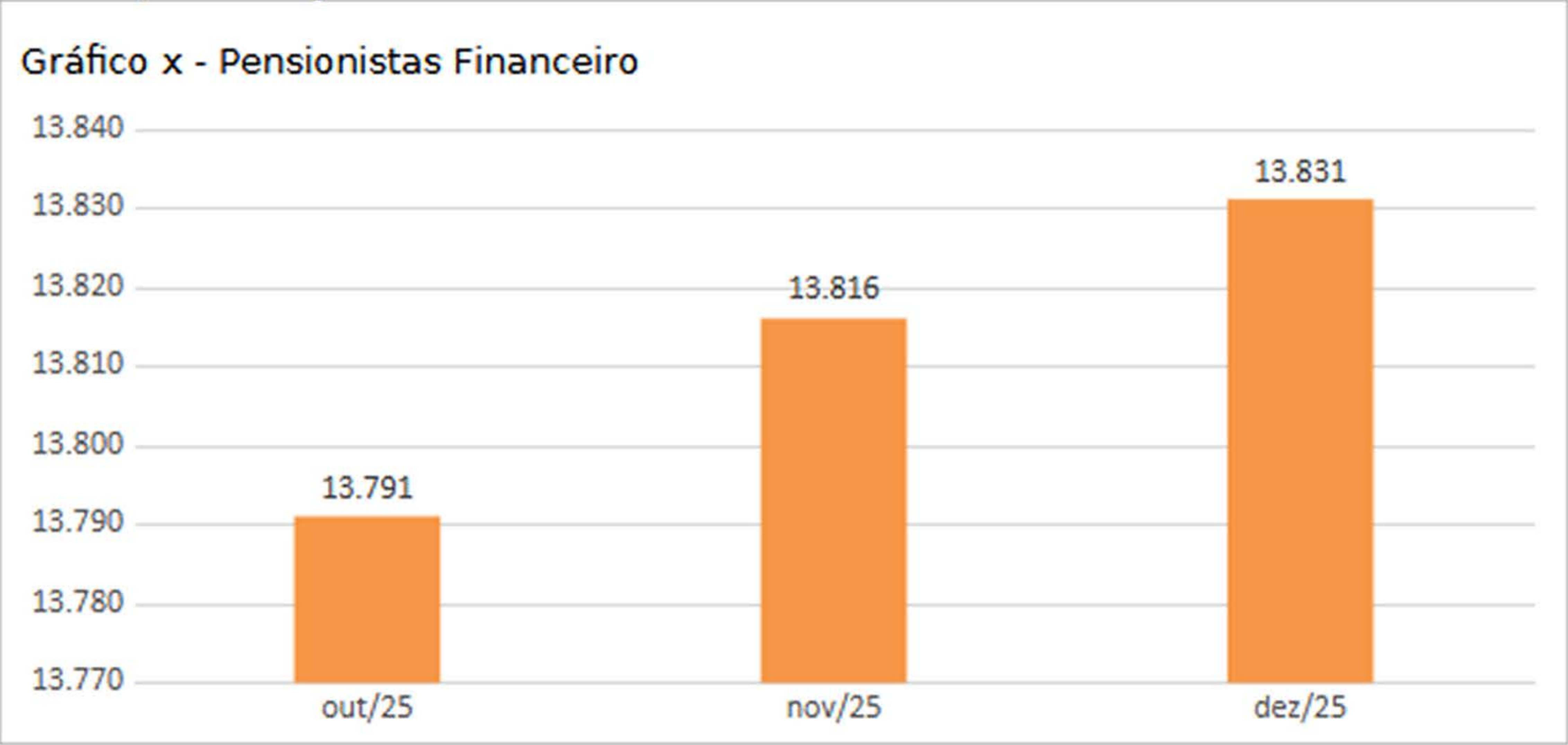
Fonte: DIPR 2025

Tabela: Quantitativo aposentados financeiro



Fonte: DIPR 2025

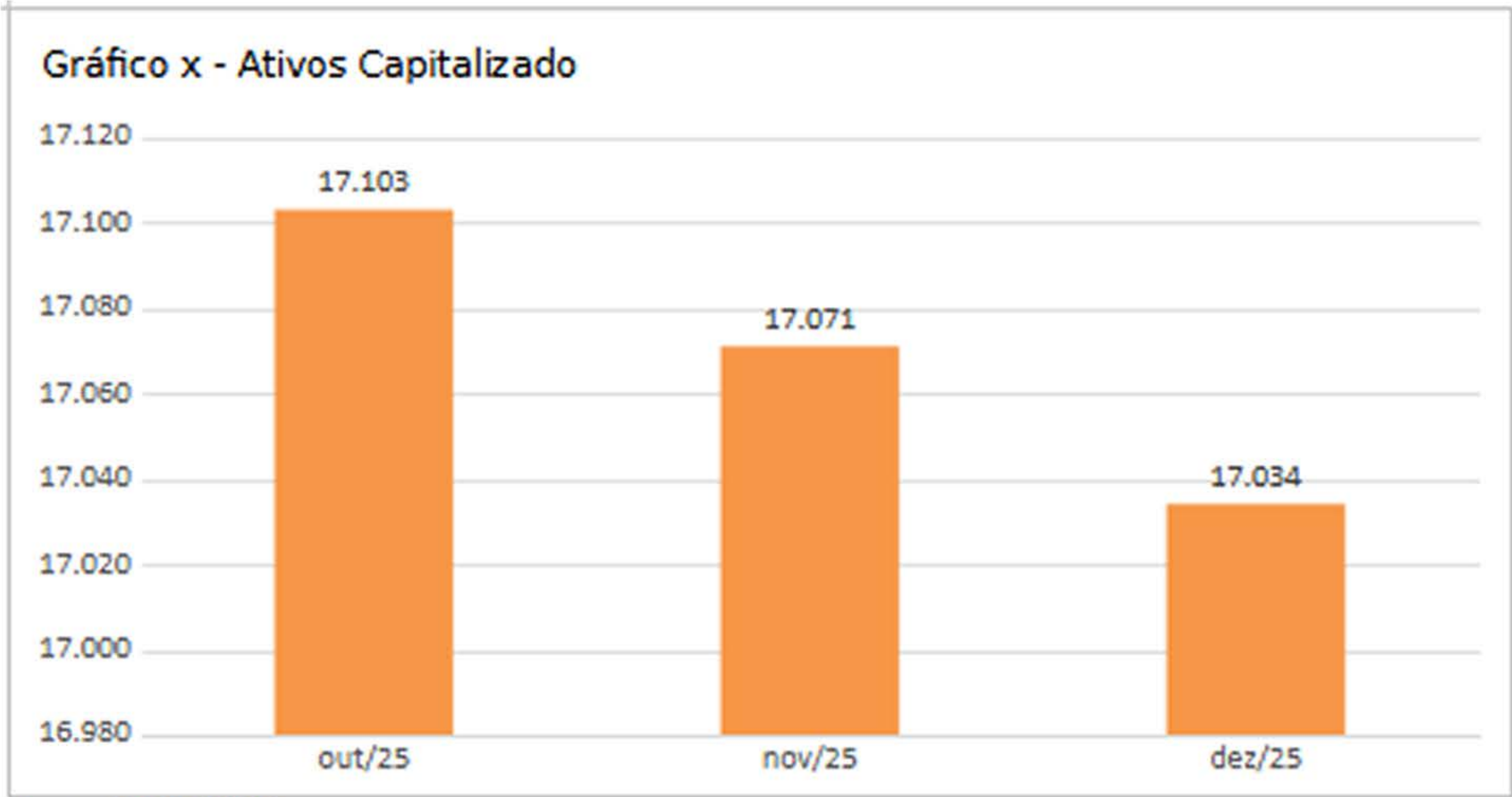
Tabela: Quantitativo pensionistas financeiro



Fonte: DIPR 2025

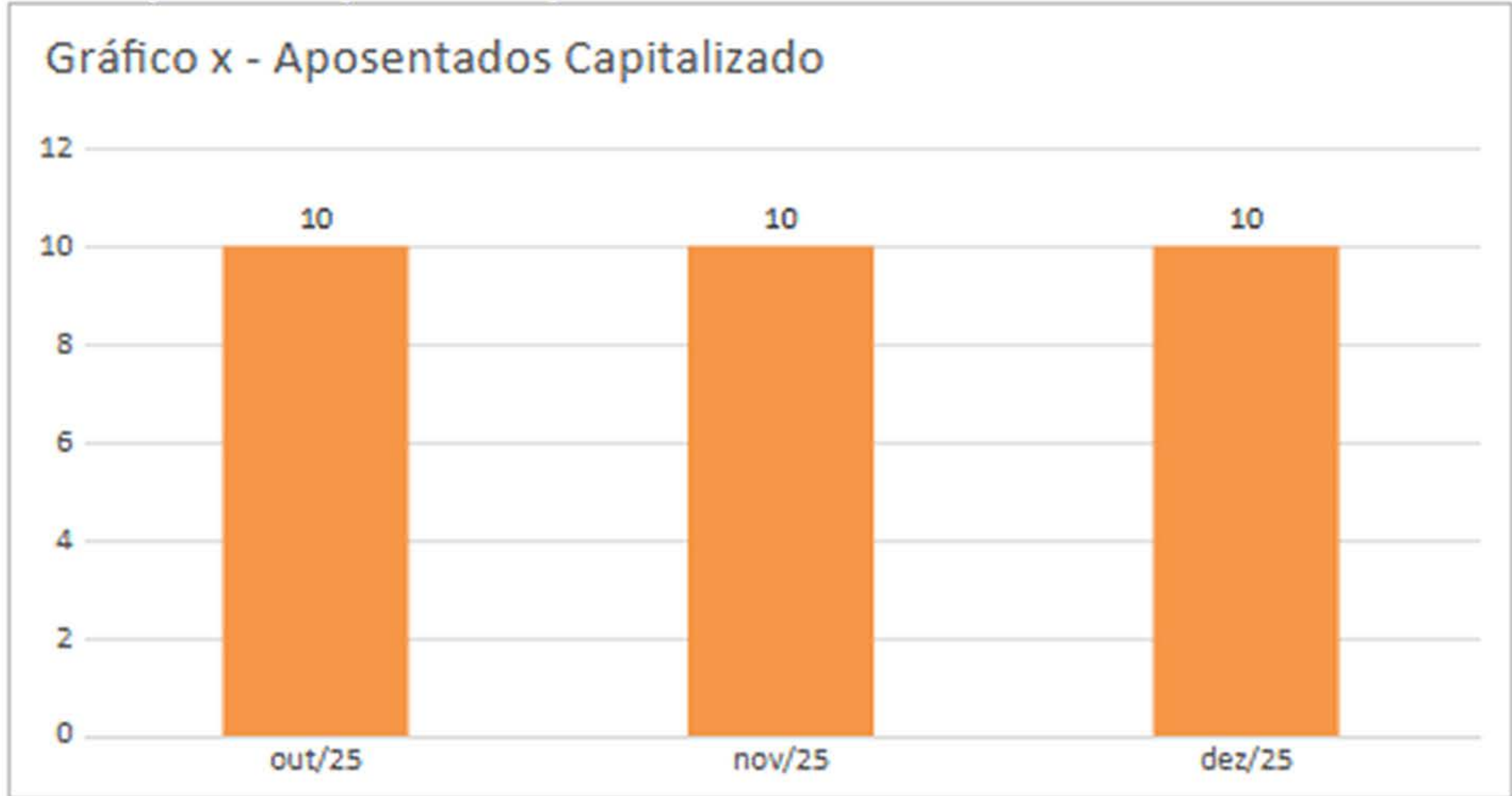
FUNDO CAPITALIZADO DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

Tabela: Quantitativo ativos capitalizado



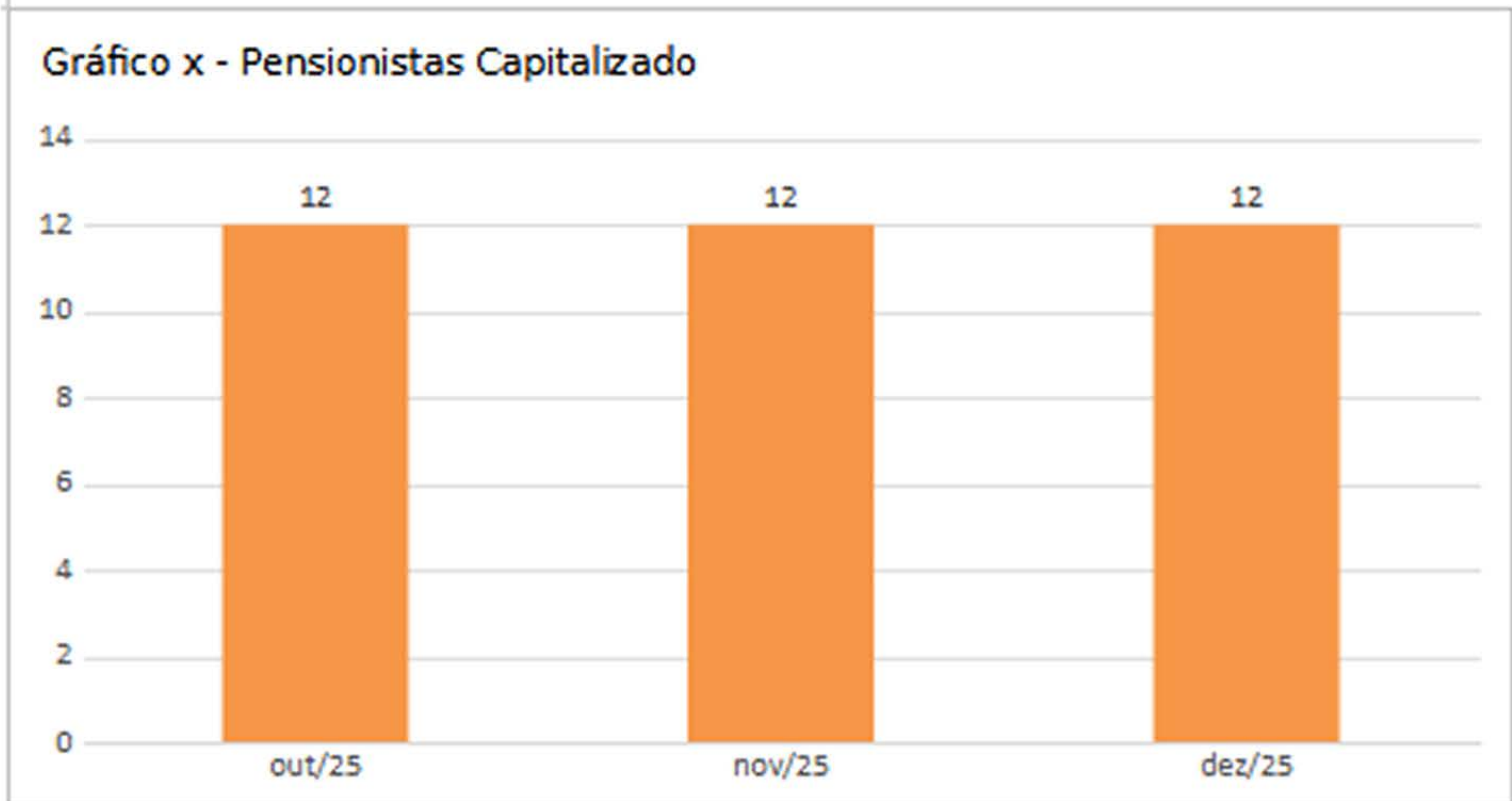
Fonte: DIPR 2025

Tabela: Quantitativo aposentados capitalizado



Fonte: DIPR 2025

Tabela: Quantitativo pensionistas capitalizado



Fonte: DIPR 2025

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Foram concedidos diretamente pelo Instituto de Previdência, no trimestre, 672 (seiscentos e setenta e dois) benefícios previdenciários, sendo 533 (quinhentos e trinta e três) aposentadorias e 139 (cento e trinta e nove) pensões.

Tabela: Tipo de Benefício

Tipo de Benefício	ont/25	nov/25	dez/25	Total
Aposentadoria	206	185	142	533
Pensão	48	43	48	139

Fonte: CORED/DIPREV.

O resultado do trimestre apresenta média de aproximadamente 177 aposentadorias e 46 pensões por mês.

Houve ainda a análise de 15 (quinze) processos de revisão de aposentadorias e 5 (cinco) reversões à atividade.

HOMOLOGAÇÃO DE CTC

A homologação das Certidões de Tempo de Contribuição – CTC assegura aos ex-servidores do Distrito Federal a averbação do tempo trabalhado e contribuído junto ao RPPS/DF para reconhecimento perante outros regimes previdenciários.

Tabela: Certidões de tempo de Contribuição

Certidões de Tempo de Contribuição	ont/25	nov/25	dez/25	Total
Analisadas	59	30	44	133
Homologadas	48	40	9	97

Fonte: COPREV/DIPREV.

PROVA DE VIDA

A prova de vida foi instituída no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto nº 39.276, de 06/08/2018, e regulamentado pelas Portarias nº 199, de 06/09/2018, e nº 01, de 06/01/2020.

Há ainda pessoas que não fizeram a prova de vida em 2023 e 2024, e que estão fazendo esse procedimento em 2025. Nas tabelas abaixo, estão separados, por mês de realização da prova de vida, os grupos que a fizeram por meio de comparecimento em agência bancária (BRB), pelo aplicativo disponibilizado (BRB-APP) e por meio de cartas ou visitas (Iprev-DF).

Tabela: Prova de vida 2023

Prova de vida de 2023				
Mês de realização	BRB	BRB - APP	IPREV	Total de CPF
out/25	2	0	0	0
nov/25	1	0	1	2
dez/25	0	0	2	2
TOTAL	1	0	3	4

Fonte: APREV/DIPREV

Tabela: Prova de vida 2024

Mês de realização				
Mês de realização	BRB	BRB - APP	IPREV	Total de cpf
out/25	5	0	0	5
nov/25	2	2	0	4
dez/25	2	0	0	2
TOTAL	9	2	0	11

Fonte: APREV/DIPREV

Tabela: Prova de vida 2025

Prova de vida de 2025				
Mês de realização	BRB	BRB - APP	IPREV	Total de CPF
out/25	3.994	2.166	68	6.228
nov/25	2.756	2.077	51	4.884
dez/25	2.368	1.985	55	4.408
TOTAL	9.118	6.228	174	15.520

Fonte: APREV/DIPREV

COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A compensação previdenciária é o acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social, assim como entre os próprios Regimes Próprios de Previdência Social, referente ao tempo de contribuição utilizado pelo segurado na concessão do benefício em outro regime de previdência.

A compensação previdenciária é operacionalizada por meio do Sistema de Compensação Previdenciária – Comprev e destacamos que seu novo formato de relatório está contemplado no Saldo de Compensação Previdenciária, no somatório do fluxo mensal, do fluxo acumulado e do estoque RGPS (Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019).

Tabela: valor de compensação entre regime geral e o regime próprio do DF.

Competência	Financeiro			
	Valor Bruto	Valor Glosas	Valor pago ao INSS	Valor líquido
out/25	R\$ 35.571.458,38	-R\$ 1.088.750,30	-R\$ 534.555,62	R\$ 54.915.368,37
nov/25	R\$ 67.309.058,70	-R\$ 294.185,97	-R\$ 280.752,65	R\$ 66.734.120,08
dez/25	R\$ 25.487.387,93	-R\$ 1.051.664,22	-R\$ 282.212,96	R\$ 24.153.510,75
4º Trimestre/2025	R\$ 128.367.905,01	-R\$ 2.434.600,49	-R\$ 1.097.521,23	R\$ 145.802.999,20

Fonte: COMPREV

Tabela: valor de compensação entre regime próprio do DF e outros rpps.

Competência	Fundo Financeiro	
	Créditos	Débitos
out/25	R\$ 178.084,52	-R\$ 1.220.358,75
nov/25	R\$ 154.912,67	-R\$ 1.113.008,50
dez/25	R\$ 213.694,40	-R\$ 412.508,34
Total	R\$ 546.691,59	-R\$ 2.745.875,59

Fonte: COMPREV

A quantidade de requerimentos em compensação, requerimentos feitos pelo Iprev-DF e requerimentos aprovados pelo RGPS bem como os requerimentos cessados podem ser vistos na tabela abaixo.

Tabela: Total de requerimentos

Mês	Iprev-DF x RGPS			
	Req. em compensação	Req. feitos	Req. Aprovados	Término compensação pós morte
out/25	16090	350	115	41
nov/25	16329	175	343	53
dez/25	16317	86	40	95
TOTAL:		611	498	189

Fonte: COMPREV.

Da mesma forma, podemos observar na tabela abaixo a quantidade de requerimentos em compensação, requerimentos feitos pelo Iprev-DF e requerimentos aprovados por outros RPPS, bem como os requerimentos cessados.

Tabela: Total de requerimentos

Mês	Iprev-DF x RPPS			
	Req. em compensação	Req. feitos	Req. Aprovados	Término compensação pós morte
out/25	210	58	5	0
nov/25	214	30	4	0
dez/25	220	15	7	0
TOTAL:		103	16	0

Fonte: COMPREV

ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS

O registro dos atendimentos é feito com o Sistema de Gerenciamento de Atendimento (SGA) implantado no Iprev-DF, que ordena a fila de atendimento presencial em senhas por ordem de prioridades.

Os atendimentos são ordenados em normal, prioridade (Idosos, Gestantes, Pessoas com Deficiência e outras prioridades previstas em lei) e agendados.

O agendamento para atendimentos é feito através do Sistema Agenda-DF disponível no sítio eletrônico (<https://agenda.df.gov.br/>). Após o atendimento, é registrado pelo atendente o(s) serviço(s) prestado(s).

Além de ordenar os atendimentos, o SGA permite o acompanhamento de indicadores importantes, como o total de atendimentos por tipo, o tempo de início de atendimento até o término e o tempo entre a retirada de senha e término de atendimento.

Tabela: Serviços prestados.

Tipo de Serviço Cadastrado	out/ 25	nov/ 25	dez/ 25	Total de Serviços Atendidos
Declarações	89	64	53	206
Emissão de Contracheque	204	235	169	608
Alteração Cadastral	91	81	63	235
Auxílio Funeral	70	67	65	202
Pensão	135	146	146	427
Isenção de Imposto de Renda	384	275	235	894
Cópias de processos	152	120	77	349
Comprovante de Rendimentos	23	13	22	58
Revisão de Aposentadoria	50	38	33	121
Prova de vida	118	132	107	357
Certidão de Tempo de Contribuição	2	1	0	3
Acerto de Contas	241	91	73	405
Consignação	33	23	8	64
Diligência	104	28	24	156
Reversão de Aposentadoria	13	5	8	26
Informações de óbito	16	17	23	56
Certidão de Tempo Especial	2	4	0	6
Total	1727	1340	1106	4173

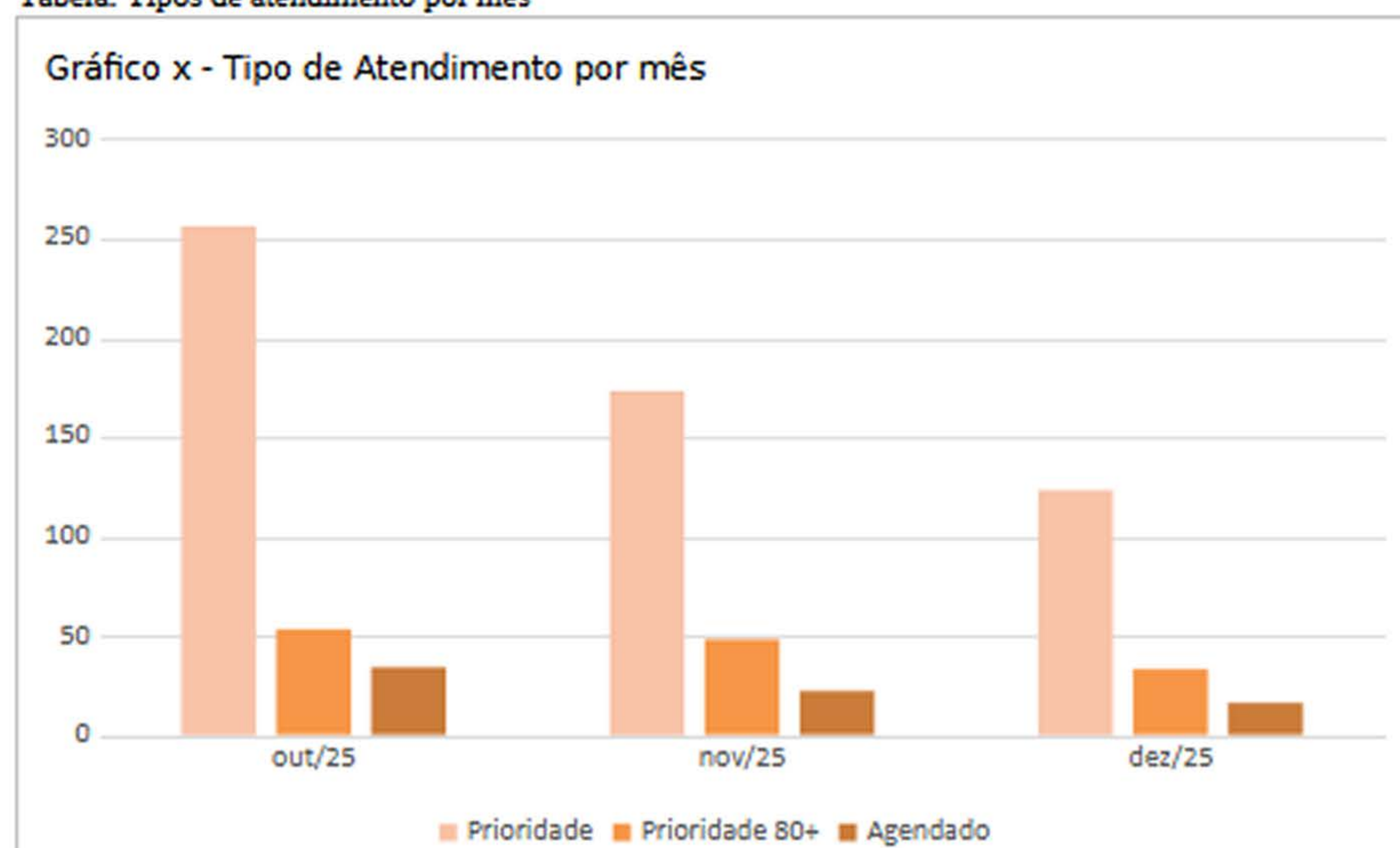
Fonte: Sistema de Gerenciamento de Atendimento.

Tabela: Tipo de atendimento

Tipo de Atendimento	out/25	nov/25	dez/25	Total
1 - Normal	1712	1165	939	3816
2 - Prioridade	256	173	123	552
3 - Prioridade 80+	53	48	33	134
4 – Agendado	34	22	16	72
Total	2055	1408	1111	4574

Fonte: Sistema de gerenciamento de atendimento

Tabela: Tipos de atendimento por mês



Fonte: Sistema de Gerenciamento de Atendimento.

Tabela: Tempo médio de início de atendimento até o término.

Tipo de Atendimento	out/25	nov/25	dez/25
Normal	00:42:28	00:46:28	01:03:23
Prioridade	00:03:32	00:13:37	00:12:49
Prioridade 80+	00:19:51	00:02:04	00:04:50
Agendado	00:03:34	00:02:45	00:04:45
Média de Tempo de Atendimento	00:17:21	00:16:14	00:21:27

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Atendimento.

Tabela: Tempo médio entre a retirada de senha e término de atendimento.

Tipo de Atendimento	out/25	nov/25	dez/25
Normal	01:31:54	01:18:34	00:48:56
Prioridade	00:57:41	00:30:07	00:16:05
Prioridade 80+	00:33:01	01:09:26	00:15:22
Agendado	00:17:51	00:18:20	00:15:01
Média de Tempo Total	00:36:11	00:39:18	00:15:29

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Atendimento.

Além dos serviços oferecidos presencialmente, também disponibilizamos alguns atendimentos por e-mail, conforme listados a seguir.

Tabela: Atendimentos por email.

Tipo de Serviço Cadastrado	out/25	nov/25	dez/25	Total de Serviços Atendidos
Prova de vida	16	11	41	68
Auxílio funeral	8	1	3	12
Informação	130	13	100	243
Isenção de IR	60	11	105	176
Atualização Cadastral	11	1	17	29
Declarações diversas	16	5	20	41
Cópia de processo	34	14	36	84
Informação de óbito	3	1	4	8
Cancelamento de consignação	1	0	2	3
Pensão	6	1	8	15
Comprovante de rendimentos	1	4	1	6
Fichas financeiras	3	0	4	7
Ofício	5	4	6	15
Revisão de aposentadoria/pensão	1	1	2	4
Contracheque	5	2	5	12
Reversão de aposentadoria	2	0	2	4
Total	302	69	356	727

Fonte: COCAT/DIPREV

ATUALIZAÇÕES DE MANUAIS E OUTROS PROCEDIMENTOS

No quarto trimestre de 2025, a Diretoria de Previdência deu continuidade à execução dos projetos estratégicos vinculados ao PMG 2025, conforme detalhado a seguir:

- Projeto 2: Implementar ações voltadas à revisão dos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente.
- Revisão da Minuta de Portaria Conjunta com os procedimentos para a reavaliação periódica dos benefícios de aposentadoria por invalidez incluindo as sugestões apresentadas pela Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho da Secretaria de Estado de Economia.
- Projeto 4: Revisar o Manual de Certidão de Tempo de Contribuição e de Tempo de Serviço, visando sua atualização e padronização.
- Aprovação pelo Comitê Interno de Governança Pública – CIG do Mapeamento do processo e do Manual de Certidão de Tempo de Contribuição e de Tempo de Serviço elaborado pela equipe da Coordenação de Compensação Previdenciária.

UNIDADE DE ATUÁRIA

A Unidade de Atuária é unidade orgânica de execução, diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, tem a finalidade de assegurar as informações de âmbito atuarial, promover conjuntamente com as áreas correlatas os estudos internos, supervisionar, orientar e promover o equilíbrio financeiro-atuarial, atuando com zelo e presteza os dados e informações que são de responsabilidade da área, obedecendo o arcabouço legal e suas exigências em primazia.

As informações relativas ao 4º trimestre de 2025 são apresentadas com base nos dados contidos na Avaliação Atuarial realizada em 2025, elaborada pela empresa INOVE Consultoria Atuarial, contratada para a realização da Avaliação Atuarial.

A avaliação contém a análise atuarial necessária para a quantificação das obrigações previdenciárias do plano de benefícios do Governo do Distrito Federal, em conformidade com as determinações legais. Além disso, busca um modelo otimizado de gestão, que permita o controle do fluxo de despesas previdenciárias, a verificação de sua estabilidade atual e a proposição de alternativas de custeio que prestigiem o equilíbrio e a perenidade do sistema. A Avaliação Atuarial pode ser acessada no sítio eletrônico do Iprev-DF, no endereço: <https://www.iprev.df.gov.br/avaliacao-atuarial-2/>.

PLANO PREVIDENCIÁRIO (CAPITALIZADO)

Plano destinado aos servidores públicos admitidos a partir de 01 março de 2019, cujo regime é de capitalização financeira, em que as contribuições previdenciárias dos servidores e do GDF são investidas no mercado financeiro, com a função de acumular os recursos necessários à manutenção dos pagamentos das aposentadorias e pensões do grupo segurado.

CUSTO PREVIDENCIÁRIO

A determinação do custo previdenciário foi realizada considerando o seguinte modelo de financiamento:

Tabela: Tipo de Benefício e Regime Financeiro utilizado para o custeio

Benefício	Regime
Aposentadoria Voluntária e Compulsória	Capitalização
Reversão da Aposentadoria Voluntária e Compulsória em Pensão	Capitalização
Aposentadoria por incapacidade permanente	Capitalização
Reversão da Aposentadoria por incapacidade permanente em Pensão	Capitalização
Pensão por Morte do Servidor Ativo	Capitalização

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

BENEFÍCIOS EM CAPITALIZAÇÃO

O Regime Financeiro de Capitalização Integral (Full Funding) possui uma estrutura técnica de forma que as contribuições pagas por todos os servidores assegurados pelo regime e pelo Distrito Federal, juntamente com os rendimentos oriundos da aplicação dos ativos financeiros, são incorporados às Provisões Matemáticas, que deverão ser suficientes para manter o compromisso total do Regime Próprio de Previdência Social para com os participantes sem que seja necessária a utilização de outros recursos, considerando que as premissas estabelecidas para o Plano Previdenciário se verificarão.

Conforme Portaria MTP nº 1.467/2022, o Regime Financeiro de Capitalização será utilizado para cálculo das aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias.

Desta forma, para o cálculo dos benefícios de Aposentadoria Voluntária e Compulsória (reversível aos dependentes) utilizou-se o Regime Financeiro de Capitalização, tendo como método de acumulação de reservas o “Ortodoxo”. Neste método, o Custo Normal de cada benefício foi ponderado pelo respectivo Valor Atual dos Benefícios Futuros (VABF) em relação ao custo normal total definido pelas alíquotas determinadas em Lei.

Tabela: Custo Normal dos Benefícios em Capitalização

Custo Normal	Custo Anual em R\$	Taxa sobre a folha de ativos
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	247.586.546,69	19,27%
Aposentadoria Especial – Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	55.055.116,44	4,29%
Reversão da Aposentadoria Voluntária e Compulsória em Pensão	178.884.415,92	13,93%
Aposentadoria por incapacidade permanente	29.448.339,70	2,29%
Reversão da Aposentadoria por incapacidade permanente em Pensão	4.389.016,54	0,34%
Pensão por Morte do Servidor Ativo	14.529.828,26	1,13%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Importante destacar três conceitos no tocante à matéria, quais são:

- Custo administrativo: o valor correspondente às necessidades de custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio, conforme limites estabelecidos em parâmetros gerais;
- Taxa de administração: compreende os limites a que o custo administrativo está submetido, expressos em termos de alíquotas e calculados nos termos dos parâmetros e diretrizes gerais para a organização e funcionamento dos RPPS; e
- Custeio administrativo: é a contribuição considerada na avaliação atuarial para o financiamento do custo administrativo do RPPS, expressa em alíquota.

Ainda, o art. 53 da Portaria MTP nº1.467/2022, determina que o plano de custeio proposto na avaliação atuarial deverá cobrir os custos de todos os benefícios do RPPS e contemplar os recursos da taxa de administração.

Na data-focal desta reavaliação, o Iprev-DF assume uma taxa de administração de 0,50% do valor total das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas, relativos ao exercício financeiro anterior, conforme disposto pela Lei nº 932/2017, como limite do custo administrativo.

Entende-se, como razoável, a utilização do respectivo limite estabelecido pela Portaria MTP nº 1.467/2022 para o porte do Distrito Federal, como custeio administrativo. Portanto, para o custeio administrativo, recomenda-se que seja recolhido o equivalente a 0,75% da remuneração de contribuição dos servidores ativos para compor o custo administrativo do Iprev-DF.

CUSTO NORMAL TOTAL

O Custo Normal Anual Total do Plano corresponde ao somatório dos valores necessários para a formação das reservas para o pagamento de aposentadorias programadas e de benefícios de risco (pensão por morte de servidores ativos e aposentadoria por invalidez), adicionado à Taxa de Administração. Como o próprio nome diz, os valores do Custo Normal Anual correspondem ao valor que manterá o Plano equilibrado durante um ano, a partir da data da avaliação atuarial. Na reavaliação atuarial anual obrigatória, as reservas deverão ser recalculadas e será verificada a necessidade ou não de alteração na alíquota de contribuição.

Tabela: Custo Normal por tipo de benefício

CUSTO NORMAL	Custo Anual em R\$	Taxa sobre a folha de ativos
Aposent. com reversão ao dependente	481.526.079,05	37,48%
Invalidez com reversão ao dependente	33.837.356,24	2,63%
Pensão de ativos	14.529.828,26	1,13%
Administração do Plano	9.634.422,97	0,75%
CUSTO NORMAL ANUAL TOTAL	539.527.686,52	42,00%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

PLANO DE CUSTEIO

As contribuições atualmente vertidas ao Iprev-DF, para o Plano Previdenciário, somam 42,00% (14,00% para o servidor e 28,00% para o Distrito Federal). Conforme o método de financiamento adotado na Reavaliação Atuarial, o Custo Normal foi definido pelas alíquotas determinadas em Lei, recomenda-se manter o patamar contributivo atual, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela: Plano de Custeio do Custo Normal recomendado

Discriminação		Alíquota
Contribuição do Distrito Federal	Sobre a Folha Mensal dos Ativos	27,25%
	Sobre a Folha Mensal dos Aposentados	----
	Sobre a Folha Mensal dos Pensionistas	----
	Custeio Administrativo	0,75%
Contribuição do Segurado	Servidor Ativo	14,00%
	Aposentado	11,00% a 14,00%
	Pensionista	11,00% a 14,00%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

A contribuição dos aposentados e pensionistas incidirá sobre a parcela do benefício excedente ao salário-mínimo vigente.

Conforme disposto no artigo 11 da Portaria MTP nº 1.467/2022, a contribuição do Governo Distrital não poderá ser, nem inferior ao valor da contribuição do segurado, nem superior ao dobro dessa contribuição. Dessa forma, a contribuição patronal está de acordo com o citado dispositivo legal da legislação previdenciária.

PROVISÕES MATEMÁTICAS E RESULTADO TÉCNICO ATUARIAL

Entende-se como Provisão Matemática o compromisso monetário futuro líquido (pois consideram-se as obrigações futuras menos as contribuições futuras) do RPPS para com seus segurados.

Em outras palavras, corresponde ao somatório das reservas financeiras necessárias ao pagamento dos benefícios de aposentadorias e pensões descontadas as respectivas contribuições futuras que serão vertidas ao plano de previdência, tanto da parte patronal como da parte dos servidores, no que couber.

Ainda, as Provisões Matemáticas, dividem-se em:

- Provisões Matemática de Benefícios à Conceder (PMBaC) = Corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que serão concedidos aos participantes que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS; e
- Provisões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) = Corresponde ao valor necessário para pagamentos que já foram concedidos pelo RPPS.

A tabela a seguir apresenta as Provisões Matemáticas calculadas e a situação na qual se encontra o sistema previdenciário em questão (déficit, equilíbrio ou superávit), considerando o plano de custeio vigente em Lei na data focal da avaliação atuarial.

Tabela: Provisões Matemáticas – Plano Previdenciário			Valores em R\$
DISCRIMINAÇÃO Exercício	2025	2024	Variação % (2025/2024)
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	(5.879.511,95)	-	100,00%
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	468.743,99	-	100,00%
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	(7.767.008,21)	(7.809.638,33)	-0,55%
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	636.442,95	695.323,72	-8,47%
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BC)	-	-	-
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a pagar	-	-	-

PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)	(12.541.333,22)	(7.114.314,61)	76,28%
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	(6.914.586.684,43)	(4.683.199.308,58)	47,65%
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	5.869.399.890,76	3.979.889.391,94	47,48%
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BPE)	345.729.334,22	280.991.958,51	23,04%
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (PMBAC)	(699.457.459,45)	(422.317.958,13)	65,62%
PROVISÕES MATEMÁTICAS (PMBAC + PMBC)	(711.998.792,67)	(429.432.272,74)	65,80%
(+) Ativos Financeiros	1.381.233.156,48	830.975.282,75	66,22%
(+) Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento	-	-	-
ATUARIAL (PMBAC+PMBC+Ativos Financeiros+Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento)	669.234.363,81	401.543.010,01	66,67%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

Para a estimativa referente aos Benefícios a Conceder, estimou-se utilizando como base o tempo de serviço anterior dos servidores anteriormente à admissão no Distrito Federal para o RGPS, sendo esta estimativa correspondente a 6,00% do Valor Presente dos Benefícios Futuros dos servidores Ativos.

Cabe ressaltar que, como não possuímos os valores dos salários de contribuição de cada servidor no período a compensar, o cálculo do valor individual a receber foi limitado ao valor médio dos benefícios pagos RGPS, em conformidade com o art. 46 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS GARANTIDORES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

Os Ativos Garantidores do Plano, destinados aos benefícios dos segurados, estão posicionados em 31/12/2024, sendo:

- Renda Fixa: R\$ 274.845.711,68;
- Renda Variável: R\$ 70.292.800,36;
- Segmento Investimentos no Exterior: R\$ 25.415.750,12; e
- Segmento Investimentos Estruturados: R\$ 10.678.894,32.

Ressalta-se que, em 31/12/2024, o Plano Previdenciário possui reserva administrativa no montante de R\$ 4.038.772,92 e que tais recursos não foram adicionados aos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios.

SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

As Provisões Matemáticas do Plano Previdenciário perfaziam, na data-base desta Reavaliação Atuarial, o montante de R\$ 711.998.792,67. Sendo o patrimônio para cobertura das obrigações desse passivo atuarial no montante de R\$ 1.381.233.156,48 atestamos que tal fundo apresentou um Superávit Atuarial igual a R\$ 669.234.363,81.

Ainda, sobre a situação financeira do Plano Previdenciário, na data-base desta Reavaliação Atuarial considerando que a despesa total é de R\$ 816.431,12, verifica-se um resultado financeiro positivo, de R\$ 40.691.809,52, que representa 41,18% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.

PLANO DE CUSTEIO A SER IMPLEMENTADO

As contribuições atualmente vigentes vertidas ao Plano Previdenciário, para o Custo Normal, somam 42,00%. Conforme o método de financiamento adotado nesta Reavaliação, o Custo Normal total foi definido pelas alíquotas determinadas em Lei. Desta forma, recomenda-se manter o Custo Normal vigente. A contribuição dos aposentados e pensionistas incidirá sobre a parcela do benefício excedente ao salário-mínimo.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL

Em relação às alterações da Reavaliação Atuarial realizada em 2024 para a Reavaliação Atuarial de 2025, referente ao Plano Previdenciário, houve:

- Acréscimo de 65,62% na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder devido ao incremento na população do plano com entrada de novos servidores; e
- Acréscimo de 76,28% na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos devido à concessão de novas pensões.

Em 2025, as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder sofreu um aumento de 65,80% quando comparado ao total das mesmas provisões apuradas em 2024 e o Resultado Técnico Atuarial cresceu 66,67%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômica-atuarial do Plano de Benefícios do Plano Previdenciário, em 31 de dezembro de 2024, apresenta-se de forma superavitária no seu aspecto financeiro e atuarial. Desta forma, recomenda-se manter o custo normal.

PLANO FINANCEIRO

Plano destinado aos servidores públicos admitidos antes de 01º de março de 2019, em que as contribuições previdenciárias dos servidores e do GDF devem ser suficientes para o pagamento das aposentadorias e pensões do grupo segurado. Em caso de insuficiência financeira, o Governo do Distrito Federal será responsável pela complementação dos valores necessários para honrar com os pagamentos.

CUSTO PREVIDENCIÁRIO

A determinação do custo previdenciário foi realizada considerando o seguinte modelo de financiamento:

Tabela: Tipo de Benefício e Regime Financeiro utilizado para o custeio

Benefício	Regime
Aposentadoria Voluntária e Compulsória	Capitalização
Reversão da Aposentadoria Voluntária e Compulsória em Pensão	Capitalização
Aposentadoria por incapacidade permanente	Capitalização
Reversão da Aposentadoria por incapacidade permanente em Pensão	Capitalização
Pensão por Morte do Servidor Ativo	Capitalização

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

BENEFÍCIOS EM CAPITALIZAÇÃO

O Regime Financeiro de Capitalização Integral (Full Funding) possui uma estrutura técnica de forma que as contribuições pagas por todos os servidores e pelo Distrito Federal, juntamente com os rendimentos oriundos da aplicação dos ativos financeiros, são incorporados às Provisões Matemáticas, que deverão ser suficientes para manter o compromisso total do Regime Próprio de Previdência Social para com os participantes sem que seja necessária a utilização de outros recursos, considerando que as premissas estabelecidas para o Plano Previdenciário se verificarão.

Conforme o inciso I do artigo 30 da Portaria MTP nº 1.467/2022, o Regime Financeiro de Capitalização será utilizado para cálculo das aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias.

Desta forma, para o cálculo dos benefícios de Aposentadoria Voluntária e Compulsória (reversível aos dependentes) utilizou-se o Regime Financeiro de Capitalização, tendo como método de acumulação de reservas o “Ortodoxo”. Neste método, o Custo Normal de cada benefício foi ponderado pelo respectivo Valor Atual dos Benefícios Futuros (VABF) em relação ao Custo Normal total definido pelas alíquotas determinadas em Lei.

Tabela: Custo Normal dos Benefícios em Capitalização

Custo Normal	Custo Anual em R\$	Taxa sobre a folha de ativos
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	2.089.357.450,25	22,44%
Aposentadoria Especial – Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	456.870.342,25	4,91%
Reversão da Aposentadoria Voluntária e Compulsória em Pensão	1.172.084.093,41	12,59%
Aposentadoria por Invalidez	76.073.283,43	0,82%
Reversão da Aposentadoria por Invalidez em Pensão	13.965.130,95	0,15%
Pensão por Morte do Servidor Ativo	32.492.598,83	0,35%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

CUSTO NORMAL TOTAL

O Custo Normal Anual Total do Plano corresponde ao somatório dos valores necessários para a formação das reservas para o pagamento de aposentadorias programadas e dos de benefícios de risco (pensão por morte de servidores ativos e aposentadoria por invalidez), adicionado à Taxa de Administração. Como o próprio nome diz, os valores do Custo Normal Anual correspondem ao valor que manterá o Plano equilibrado durante um ano, a partir da data da avaliação atuarial. Na reavaliação atuarial anual obrigatória, as reservas deverão ser recalculadas e será verificada a necessidade ou não de alteração na alíquota de contribuição.

Tabela: Custo Normal por tipo de benefício

Custo Normal	Custo Anual em R\$	Taxa sobre a folha de ativos
Aposent. com reversão ao dependente	3.718.311.885,91	39,93%
Invalidez com reversão ao dependente	90.038.414,38	0,97%
Pensão de ativos	32.492.598,83	0,35%
Administração do Plano	69.833.507,26	0,75%
CUSTO NORMAL ANUAL TOTAL	3.910.676.406,38	42,00%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial

PLANO DE CUSTEIO

As contribuições atualmente vertidas ao Iprev-DF, para o Plano Financeiro, somam 42,00% (14,00% para o servidor e 28,00% para o Distrito Federal). Conforme o método de financiamento adotado nesta Reavaliação, o Custo Normal foi definido pelas alíquotas determinadas em Lei, recomenda-se manter o patamar contributivo atual, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela: Plano de Custeio do Custo Normal apurado

Discriminação		Aliquota
Contribuição do Distrito Federal	Sobre a Folha Mensal dos Ativos	27,25%
	Sobre a Folha Mensal dos Aposentados	-
	Sobre a Folha Mensal dos Pensionistas	-
	Custeio Administrativo	0,75%
Contribuição do Segurado	Servidor Ativo	14,00%
	Aposentado	11,00% a 14,00%
	Pensionista	11,00% a 14,00%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial

A contribuição dos aposentados e pensionistas incidirá sobre a parcela do benefício excedente ao salário-mínimo vigente.

PROVISÕES MATEMÁTICAS E RESULTADO TÉCNICO ATUARIAL

Entende-se como Provisão Matemática o compromisso monetário futuro líquido (pois consideram-se as obrigações futuras menos as contribuições futuras) do RPPS para com seus segurados. Em outras palavras, corresponde ao somatório das reservas financeiras necessárias ao pagamento dos benefícios de aposentadorias e pensões descontadas as respectivas contribuições futuras que serão vertidas ao plano de previdência, tanto da parte patronal como da parte dos servidores, no que couber. Ainda, as Provisões Matemáticas, dividem-se em:

- Provisões Matemática de Benefícios à Conceder (PMBaC) = Corresponde ao valor necessário para pagamento dos benefícios que serão concedidos aos participantes que ainda não estão recebendo benefício pelo RPPS; e
- Provisões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) = Corresponde ao valor necessário para pagamentos que já foram concedidos pelo RPPS.

A tabela a seguir apresenta as Provisões Matemáticas calculadas e a situação na qual se encontra o sistema Previdenciário em questão (déficit, equilíbrio ou superávit) na data focal da avaliação atuarial.

Tabela: Provisões Matemáticas Fundo Financeiro

Valores em R\$

Provisões Matemáticas	2025	2024	Variação % (2025/2024)
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	(117.915.813.474,03)	(98.074.265.967,86)	20,23%
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	12.742.471.971,58	10.474.702.134,91	21,65%
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	(15.249.716.661,66)	(13.133.303.978,73)	16,11%
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	1.537.992.981,59	1.325.160.883,67	16,06%
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BC)	2.680.174.718,34	6.433.669.387,68	-58,34%
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a pagar	-	-	-
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)	(116.204.890.464,18)	(92.974.037.540,33)	24,99%
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	(103.697.634.806,45)	(101.912.090.076,89)	1,75%
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras	29.627.705.925,23	31.208.832.021,86	-5,07%
(+) Valor Presente da Compensação Previdenciária a receber (BPE)	4.988.414.587,35	5.388.525.481,72	-7,43%
PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER (PMBAC)	(69.081.514.293,87)	(65.314.732.573,31)	5,77%
PROVISÕES MATEMÁTICAS (PMBAC + PMBC)	(185.286.404.758,05)	(158.288.770.113,64)	17,06%
(+) Ativos Financeiros	674.777.343,18	685.226.575,69	-1,52%
(+) Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento	-	-	-
RESULTADO TÉCNICO ATUARIAL (PMBAC+PMBC+Ativos Financeiros+Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento)	(184.611.627.414,87)	(157.603.543.537,95)	17,14%

Fonte: INOVE Consultoria Atuarial.

Para a estimativa referente aos Benefícios a Conceder, estimou-se utilizando como base o tempo de serviço anterior dos servidores anteriormente à admissão no Distrito Federal para o RGPS, sendo esta estimativa correspondente a 4,81% do Valor Presente dos Benefícios Futuros dos servidores Ativos.

Cabe ressaltar que, como não possuímos os valores dos salários de contribuição de cada servidor no período a compensar, o cálculo do valor individual a receber foi limitado ao valor médio dos benefícios pagos pelo RGPS, em conformidade com o art. 46 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS GARANTIDORES DO PLANO FINANCEIRO

Os Ativos Garantidores do Plano Financeiro estão posicionados em 31/12/2024, sendo de R\$ 668.730.802,42 em Renda Fixa e R\$ 6.046.540,76 em demais bens. No entanto, em 31/12/2024, o Iprev-DF não possuía reserva administrativa.

Ressalta-se que os valores do Fundo Constitucional não foram considerados como ativo garantidor do Plano Financeiro. Portanto, não impactam no resultado técnico atuarial.

SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO PLANO FINANCEIRO

As Provisões Matemáticas do Plano Financeiro perfaziam, na data-base desta Reavaliação Atuarial, o montante de R\$ 185.286.404.758,05. Sendo o patrimônio para cobertura das obrigações desse passivo atuarial no montante de R\$ 674.777.343,18 atestamos que tal fundo apresentou um Déficit Técnico Atuarial igual a R\$ 184.611.627.414,87.

Ainda, sobre a situação financeira do Plano Financeiro, na data-base desta reavaliação Atuarial considerando que a despesa total é de R\$ 835.982.235,14, verifica-se um resultado financeiro negativo, de R\$ 445.875.052,34, que representa 62,25% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.

PLANO DE CUSTEIO A SER IMPLEMENTADO

As contribuições atualmente vertidas ao Iprev-DF, para o Plano Financeiro, somam 42,00% (14,00% para o servidor e 28,00% para o Distrito Federal). A contribuição dos aposentados e pensionistas incidirá sobre a parcela do benefício excedente ao teto dos benefícios pagos pelo RGPS.

Conforme o método de financiamento adotado nesta Reavaliação, o Custo Normal foi definido pelas alíquotas determinadas em Lei, recomenda-se manter o patamar contributivo atual.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL

Em relação às alterações da Reavaliação Atuarial realizada em 2024 para a Reavaliação Atuarial de 2025, referente ao Plano Financeiro, houve um aumento de 17,06% nas Provisões Matemáticas, devido ao:

- Aumento de benefícios concedidos: A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos – PMBC, tem um comportamento natural de redução, de um exercício para outro, quando observado a mesma população. No entanto, houve concessões de benefícios de aposentadoria e pensão, o que fez aumentar o valor dessa conta; e
- Envelhecimento dos servidores presentes na última avaliação: A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBaC, tem um comportamento natural de aumento, de um exercício para outro, quando observado a mesma população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios do Plano Financeiro do Iprev-DF, em 31 de dezembro de 2024, apresenta-se de forma desequilibrada no seu aspecto financeiro e atuarial, conforme comprova a existência do Déficit Técnico Atuarial.

Com relação ao grupo de participantes do Plano Financeiro, a despesa previdenciária evoluirá gradativamente e a receita reduzirá, havendo a necessidade de aumento de participação financeira do Distrito Federal, haja visto que o número de participantes ativos tende a reduzir e o de aposentadorias e pensões aumentar.

No entanto, num segundo momento, esses gastos começarão a reduzir, fazendo com que o custo previdenciário passe a ser decrescente, reduzindo gradativamente até a completa extinção do grupo. Assim, para esse grupo em extinção, o Distrito Federal arcará com a despesa previdenciária líquida juntamente com recursos porventura existentes em fundo específico.

CONTROLADORIA

À Controladoria, unidade orgânica de controle interno, comando e supervisão, diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, compete, dentre outras, acompanhar a elaboração e a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, assim como encaminhá-los para aprovação do Diretor-Presidente.

Desta forma, consubstanciando-se na Lei nº 830, de 27 de dezembro de 1994, que criou o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Distrital – Sicon, e em conformidade com o disposto no art. 80 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tem como missão “assegurar a regular gestão de recursos públicos, com ênfase na avaliação de resultados, através de instrumentos de controle e assessoramento, com apoio constante ao órgão de controle externo”, a fiscalização e Controle de um RPPS é feita por meio de órgãos de Controles Interno e Externo. As ações de Controle Interno do Iprev-DF, por sua vez, são acompanhadas pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF.

A Controladoria agrega em suas competências, além das atividades de Controle Interno, as funções de Ouvidoria, Gerência de Riscos e Divisão de Auditoria e Correição. Dentre as atribuições da Controladoria, cumpre destacar a designação para a função de Encarregado Setorial, tendo como escopo, o elo entre o Controlador de Dados Pessoais do Iprev-DF e o Encarregado Governamental do Distrito Federal, vinculado à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

As ações de controle do Iprev-DF, também estão sujeitas à orientação, supervisão e fiscalização por parte do Ministério da Previdência Social do Governo Federal que tem, entre outras funções, a competência de realizar auditorias com vistas ao cumprimento da Legislação Previdenciária, além de depuração das informações encaminhadas por meio dos demonstrativos previdenciários onde é possível aferir a regularidade quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

O Controle Externo do Iprev-DF é realizado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, dada a necessidade de prestação de contas imposta pelo parágrafo único, do art. 70, da Constituição Federal.

Por outro lado, tem-se o Controle Social, ferramenta de fiscalização e transparência sendo exercido pela sociedade e um dos critérios norteadores dos RPPS é o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime previdenciário, consoante se infere do inciso VI, do art. 1º, da Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Além dos controles anteriormente citados, a Autarquia Previdenciária conta com a participação de representantes dos servidores, do governo e dos aposentados, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, órgãos colegiados integrantes da estrutura administrativa do Iprev-DF.

AÇÕES DE CONTROLE

A Unidade de Controladoria é responsável pelo Controle Interno, Auditoria, Correição, Gestão de Riscos e Ouvidoria da Instituição. Cabe à Controladoria oferecer orientação preventiva aos gestores do Iprev-DF na identificação antecipada de riscos, adoção de medidas e estratégias de gestão com o propósito de correção de falhas, aprimoramento de procedimentos e cumprimento de normas.

Cabe salientar que no 4º trimestre deste exercício foram realizadas as seguintes ações de controle:

Tabela – Elaboração de notas técnicas pela Controladoria no 4º trimestre

OBJETO	AÇÃO DE CONTROLE	PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO	VALOR DA CONTRATAÇÃO	PROCESSO SEI
Nota de Conformidade nº 02/2025 -AUDCO - Análise de conformidade à Decisão nº 220/2025	Análise de Conformidade quanto às diligências do TCDF	Não se aplica	Não se aplica	00413-00008397/2025-47
Nota de Conformidade nº 11/2025 – Aditivo contratual para assinatura do Banco de Preços	Análise do aditivo de reajuste contratual	DODF nº 220 de 19/11/2025	R\$ 22.519,83	00413-00004239/2023-56
Nota de Conformidade nº 12/2025 – Decisão nº 3252/2025 – Revisão de gratificação – GDSE	Análise de Conformidade quanto às diligências do TCDF	Não se aplica	Não se aplica	00600-00012466/2025-46
Nota de Conformidade nº 13/2025 – Ofício nº 2989/2025-MPDFT - Requisição de informações sobre folha de pagamento de julho/24, sobre as Decisões nºs: 1860/23; 5332/23; 1995/23; 4795/24	Análise de Conformidade para atendimento à diligência	Não se aplica	Não se aplica	00413-00008917/2025-11

Nota de Conformidade nº 14/2025 – Contratação Direta para prestação de serviço de assessoramento jurídico – I CONAJ – Instituto Planeja	Análise de conformidade da contratação	PCNP – Ato nº 19/2025	R\$ 1.080,00	00413-00007244/2025-82
Nota de Conformidade nº 15/2025 – Recomposição do CONAD – suplência	Análise de conformidade	Não se aplica	Não se aplica	00413-00003973/2025-60
Nota de Conformidade nº 16/2025 – atualização cadastral de administrador fiduciário	Análise de conformidade	Não se aplica	Não se aplica	00413-00000135/2017-24
Nota de Conformidade nº 17/2025 – Auditoria de Gestão Atuarial	Análise de Conformidade	Não se aplica	Não se aplica	00413-0000979/2025-14
Nota de Conformidade nº 18/2025 – Aditivo de prestação de serviços de correios	Análise de conformidade	DODF nº 220 de 19/11/2025	R\$ 1.500.000,00	00413-00004530/2024-13
Nota de Conformidade nº 19/2025 – Contratação Direta para participação no 13º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS	Análise de conformidade	DODF nº 223 de 26/11/2025	R\$ 8.550,00	00413-00006911/2025-65
Nota de Conformidade nº 20/2025 – credenciamento de instituições financeiras	Análise de conformidade	Em andamento	Não se aplica	00413-00004154/2025-30
Nota de conformidade nº 21/2025 – Contratação Direta para fornecimento de fechaduras digitais	Análise de conformidade	DODF nº 11 de 19/01/2026	R\$ 2.726,56	00413-00000245/2025-04
Nota de Conformidade nº 22/2025- Auditoria Operacional Revisão do Balanço Patrimonial de 2025	Análise de Conformidade	Não se aplica	Não se aplica	00413-00010916/2025-37
Nota de Conformidade nº 23/2025 – Contratação Direta de serviços de buffet para o evento “planejamento estratégico institucional”	Análise de conformidade	DODF nº 221 de 24/11/2025	R\$ 9.880,00	00413-00008897/2025-89
Nota Técnica nº 73/2025 – Apostilamento – reajuste aluguel Sede do IPREV	Verificação dos requisitos da contratação	DODF nº 234 de 11/12/2025	R\$ 3.979.798,30	00413-00007042/2024-50
Nota Técnica nº 74/2025 – Recomendações do CONAD acerca da gestão do FSG	Análise de Conformidade	Não se aplica	Não se aplica	00413-00009608/2025-69
Nota de Conformidade nº 01/2025 – GEAUD – Auditoria Operacional – Gestão Atuarial	Análise de conformidade	Não se aplica	Não se aplica	00413-00011642/2025-01

Nota de Conformidade nº 02/2025 – GEAUD – Adesão à ARP para prestação de serviços de telefonia VOIP	Análise de conformidade	DODF nº244 de 26/12/2025	R\$ 54.799,20	00413-00002873/2025-16
Nota de Conformidade nº 03/2025 – GEAUD – MPDFT – Informações sobre a reestruturação dos Servidores ocupantes das especialidades de Artífice	Análise de conformidade	Não se aplica	Não se aplica	00413-00011532/2025-31
Nota de Conformidade nº 04/2025 GEAUD – Aditivo para prestação de serviços de agenciamento de viagens	Análise de conformidade	Em andamento	R\$ 220.000,00	00413-00000355/2025-68
Nota de Conformidade nº 05/2025 – GEAUD – Auditoria na Gestão Atuarial	Análise de conformidade	Não se aplica	Não se aplica	00413-00014968/2025-10
Nota de Conformidade nº 06/2025 – GEAUD – Inspeção realizada no SLU – Decisão nº 3990/2025 – TCDF	Análise de conformidade	Não se aplica	Não se aplica	00600-00013474/2025-18
Nota de Conformidade nº 07/2025 – GEAUD – Representação da AES – Decisão nº 4517/2025 - TCDF	Análise de conformidade	Não se aplica	Não se aplica	00600-00015010/2025-38
Nota de Conformidade nº 08/2025 – GEAUD – Revisão do BP – Auditoria Operacional	Análise de conformidade	Não se aplica	Não se aplica	00600-00016052/2025-96
Nota de Conformidade nº 09/2025 – GEAUD – Representação do Dep. Max Maciel acerca de potenciais riscos do RPPS em especial ao FSG – Decisão nº 4882/2025 - TCDF	Análise de conformidade	Não se aplica	Não se aplica	00600-00016176/2025-71

Fonte: Iprev/Presi/Controladoria.

A Controladoria, também, no 4º trimestre realiza o monitoramento da Auditoria Externa do Tribunal de Contas do Distrito Federal que visa avaliar a Gestão Atuarial do Distrito Federal, autorizado pelo Plano Geral de Ação – PGA 2025, aprovado pela Decisão nº 104/2024 – TCDF.

Das ações de controle referentes ao Controle Externo cabe destacar como registros pela Controladoria:

Tabela – Ações de Controle Externo

DEMANDAS	QUANTIDADE RECEBIDA	COM DILIGÊNCIA
TCDF	118	42
CGDF	-	-
Defensoria Pública	02	02
SSPREV - MF	-	-
TOTAL	120	44

Fonte: Iprev/Presi/Controladoria.

Registra-se, também, o monitoramento das Decisões da Corte de Contas do Distrito Federal no tocante às diligências exaradas pelo Tribunal no que competem às revisões de atos de concessão de aposentadorias e pensões.

DAS AÇÕES RELATIVAS AO PLANO DE MONITORAMENTO GERENCIAL (PMG)

No exercício de 2025, a proposta delineada pela Controladoria, no âmbito do Plano de Monitoramento Gerencial – PMG, contempla a execução de iniciativas estratégicas voltadas ao fortalecimento da governança e do controle interno no Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev-DF.

Nesse contexto, destacam-se os seguintes Projetos Institucionais:

- Projeto 1: Manualização do Relatório de Controle Interno;
- Projeto 2: Desenvolvimento do Plano de Gestão de Riscos; e
- Projeto 3: Estruturação e manualização do processo de tratamento de denúncias.

As ações correspondentes a todos os projetos encontram-se em fase de desenvolvimento, conduzidas pela unidade responsável, em estrita observância aos prazos e diretrizes fixados pela Diretoria de Governança, Projetos e Compliance.

DO MONITORAMENTO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA -CRP

O Iprev-DF mantém, como forma de controle, o monitoramento constante e contínuo sobre o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP.

A regularidade permite a realização de transferências voluntárias de recursos pela União, celebração de acordos, contratos, convênios e ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais, subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União e da liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais, de acordo com a Lei nº 9.717 de 1998.

O Certificado referente ao 4º trimestre encontra-se REGULAR, conforme validade abaixo:

Imagem: Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
 Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

EMITIDO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Ente Federativo: Governo do Distrito Federal UF: DF
CNPJ Principal: 00.394.601/0001-26

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA Nº 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O ENTE ESTÁ EM SITUAÇÃO IRREGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 1998, E AS IRREGULARIDADES OBSERVADAS ESTÃO SUSPENSAS CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, NÃO REPRESENTANDO IMPEDIMENTO À EMISSÃO DESTE CERTIFICADO.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do estado

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.

EMITIDO EM 20/11/2025
VÁLIDO ATÉ 19/05/2026



N.º 974001 - 249178

Fonte: Iprev. Disponível em https://www.irev.df.gov.br/documents/d/guest/crp_emissao_de_certificado-pdf

DOS REGISTROS NO SISTEMA DE GESTÃO DE AUDITORIA DO DISTRITO FEDERAL- SAEWEB

A Controladoria do Iprev-DF, desde o fim do ano de 2023, no intuito de aprimorar os controles, obteve acesso ao Sistema de Gestão de Auditoria – SAEWEB, Módulo 5, após reuniões com a Controladoria-Geral do Distrito Federal para otimização do Modelo de Três Linhas de Controle – IIA, dos quais resultam neste 4º trimestre a ser discriminado abaixo:

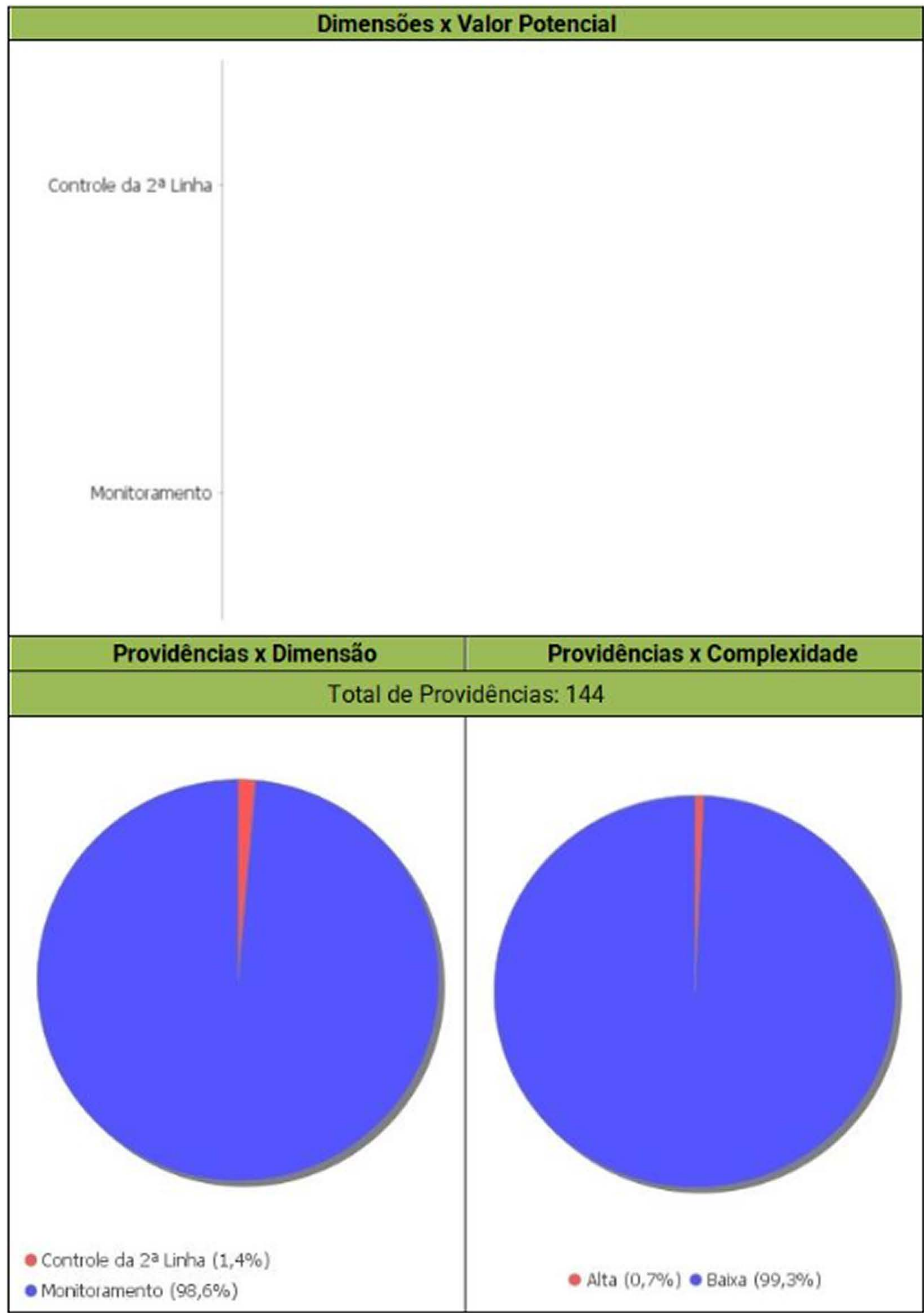


Tabela – Métricas da Unidade de Controle Interno

MÉTRICA	MENSURAÇÃO TRIMESTRAL	ACUMULADO ANO
Quantidade Total de Providências	144	679
Valor Potencial Total Analisado	0,00	2.844.843,13
Média do Valor Potencial por Providência	-	109.417,04
Qtd de Providências sem Estimativa de Valor	144	653
Média da Quantidade de Providências por Atividade	1,09	1,23
Média de Colaboradores por Providência	1,00	1,00
% Atividades com Vínculo com o PAAAI	100,00	100,00
% Atividades com Recomendação de Órgão de Controle	98,00	90,00

Fonte: SAEWEB

AÇÕES RELATIVAS À CORREIÇÃO NO TRIMESTRE

No tocante às ações correccionais, cumpre registrar que no 4º trimestre de 2025 houve a elaboração de Nota Técnica relativa à admissibilidade para exame de fatos desencadeados por meio da Plataforma Participa-DF.

A ação efetiva desencadeou na seguinte nota técnica, conforme quadro abaixo:

Tabela: Procedimentos Correccionais.

TIPOS DE PROCEDIMENTO	FATO	TEMPO DE DURAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS	RESULTADO
SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA	Imputação de responsabilidade sobre pagamento de despesa de exercício anterior - DEA	30 DIAS	Relatório Final entregue para a Autoridade Superior

Fonte: Iprev/Presi/Controladoria.

AÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DE RISCOS

Registra-se no 4º trimestre apresentação no Comitê Interno de Governança de projetos de risco referente às seguintes Diretorias e Assessoria:

- Assessoria Especial da Presidência – AESP;
- Diretoria de Governança, Projetos e Compliance; e
- Diretoria de Administração e Finanças.

OUVIDORIA

A Ouvidoria é uma importante unidade de interlocução entre o cidadão e as instituições públicas, configurando-se como efetivo espaço institucional de participação social, onde é garantido o direito ao exercício pleno da cidadania. Também atua como instrumento de integridade, transparência e accountability, uma vez que, como meio estratégico de apoio à gestão das organizações, contribui para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos e para o aprimoramento da gestão pública.

Além disso, exerce a função de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), permitindo que qualquer pessoa, física ou jurídica, solicite informação aos órgãos e entidades do Poder Executivo Distrital.

A Ouvidoria do Iprev-DF é a seccional responsável por dar tratamento adequado às manifestações e pedidos de informação relacionados à atuação do Iprev-DF. Comprometida em ofertar um atendimento humanizado, qualificado e dentro dos prazos, busca assegurar respostas efetivas às demandas dos cidadãos, identificar falhas e promover melhorias nos serviços prestados.

Desse modo, a Ouvidoria se consolida como ferramenta essencial de Governança de Serviços ao monitorar e avaliar o atendimento das demandas dos cidadãos com foco na qualidade e na satisfação dos usuários.

MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA

No 4º Trimestre de 2025, por meio do Sistema de Ouvidoria do Governo do Distrito Federal, via [Participa-DF](#), foram direcionadas ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF) o total de 152 manifestações de ouvidoria.

Após análise preliminar do teor das manifestações, 40 manifestações de ouvidoria foram restituídas ao Controle da Ouvidoria-Geral do Distrito Federal (OGDF) por tratarem de assuntos de competência de outros órgãos/entidades do Governo do Distrito Federal; restando, portanto, 112 manifestações de ouvidoria que foram respondidas no âmbito do Iprev-DF.

Apresenta-se a análise quantitativa e qualitativa das manifestações de ouvidoria respondidas no trimestre, por meio do Sistema de Ouvidoria do Participa-DF, via Participa-DF.

Tabela – Tipos de manifestação de ouvidoria

MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA			
	TIPOLOGIA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
1	SOLICITAÇÃO	37	33,0%
2	ELOGIO	33	29,5%
3	RECLAMAÇÃO	25	22,3%
4	INFORMAÇÃO	13	11,6%
5	DENÚNCIA	03	2,7%
6	SUGESTÃO	01	0,9%
	TOTAL	112	100%

Fonte: <https://www.painel.ouv.df.gov.br>

Conforme dados do [Painel de Ouvidoria](#) do Distrito Federal, os assuntos “Benefício Previdenciário – Aposentadoria e Pensão” e “Recadastramento/prova de vida de aposentados e pensionistas” foram os principais temas das manifestações de ouvidoria classificadas como “Solicitação” e “Reclamação”, que representam a maior parte do total de manifestações registradas no trimestre em análise.

Os elogios ocupam a terceira posição, o que evidencia a manutenção da percepção positiva sobre o atendimento e os serviços prestados.

Quanto à análise quantitativa mensal das manifestações de ouvidoria, observa-se que:

Gráfico – Evolução Mensal das Manifestações de Ouvidoria no 4º Trimestre de 2025



Fonte: www.participa.df.gov.br

Registra-se um aumento aproximado de 133% de manifestações de ouvidoria respondidas em comparação com o quarto trimestre de 2024, período em que foram respondidas 48 manifestações.

PRAZO DE RESPOSTA

A Ouvidoria do Iprev-DF cumpriu prazo inferior a 20 dias – a contar do registro da manifestação – para apurar e informar o resultado final ao manifestante, obedecendo, assim, ao disposto no art. 5º da Lei nº 4.896/2012.

Tabela: Prazo de resposta

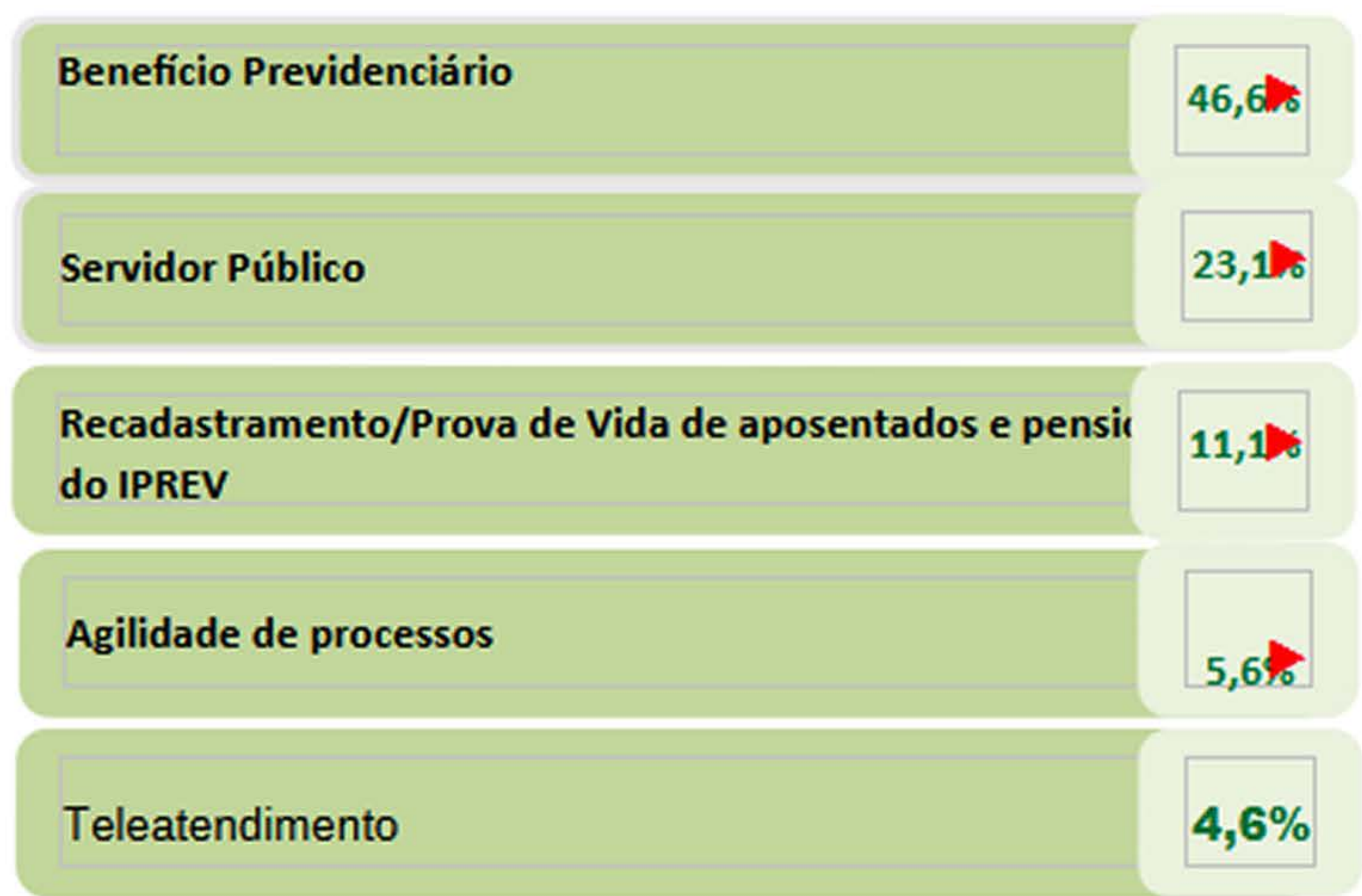
PRAZO DE RESPOSTA – 4º TRIMESTRE / 2025	
Prazo Médio de Resposta	Cumprimento do Prazo de Resposta
	100% NO PRAZO

Fonte: www.participa.df.gov.br

ASSUNTOS MAIS DEMANDADOS PELOS CIDADÃOS

Conforme dados do [Painel de Ouvidoria do Distrito Federal](#), apresenta-se um recorte dos cinco assuntos mais utilizados pelos cidadãos nas manifestações de ouvidoria respondidas no 4º trimestre de 2025.

Tabela: Assuntos mais demandados



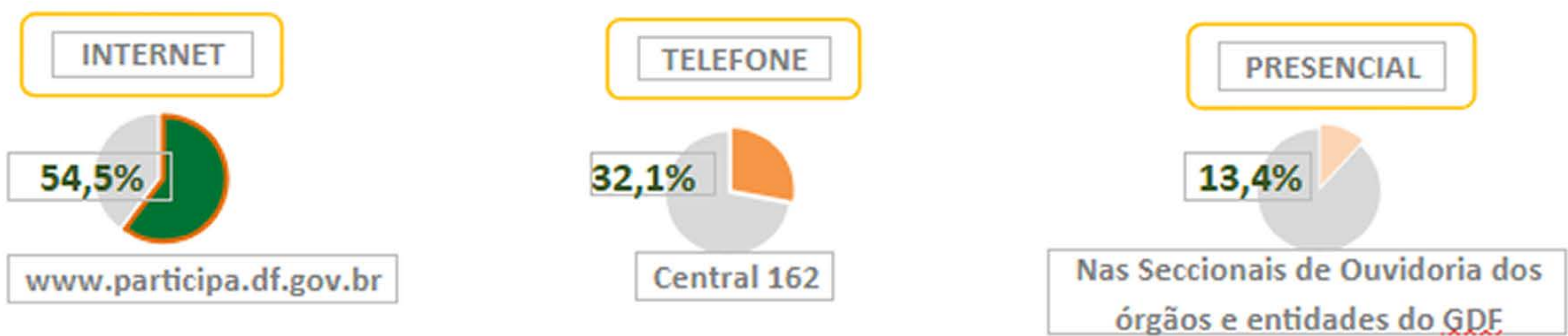
Fonte: www.participa.df.gov.br

Em comparação ao trimestre anterior, no 4º Trimestre de 2025, o assunto “Benefício Previdenciário” permaneceu em primeiro lugar como principal tema das manifestações de ouvidoria. O assunto apresentou predominância das solicitações (43,5%) e trataram em sua maioria de pagamento de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, envolvendo desconto previdenciário, reajustes, cessação e regularizações.

O segundo assunto mais demandado “Servidor Público” teve 100% de elogios, o que demonstra reconhecimento à qualidade do atendimento, o que contribui para a imagem positiva do Iprev-DF.

CANAIS DE ATENDIMENTO

Imagem: Tipos de canais de atendimento

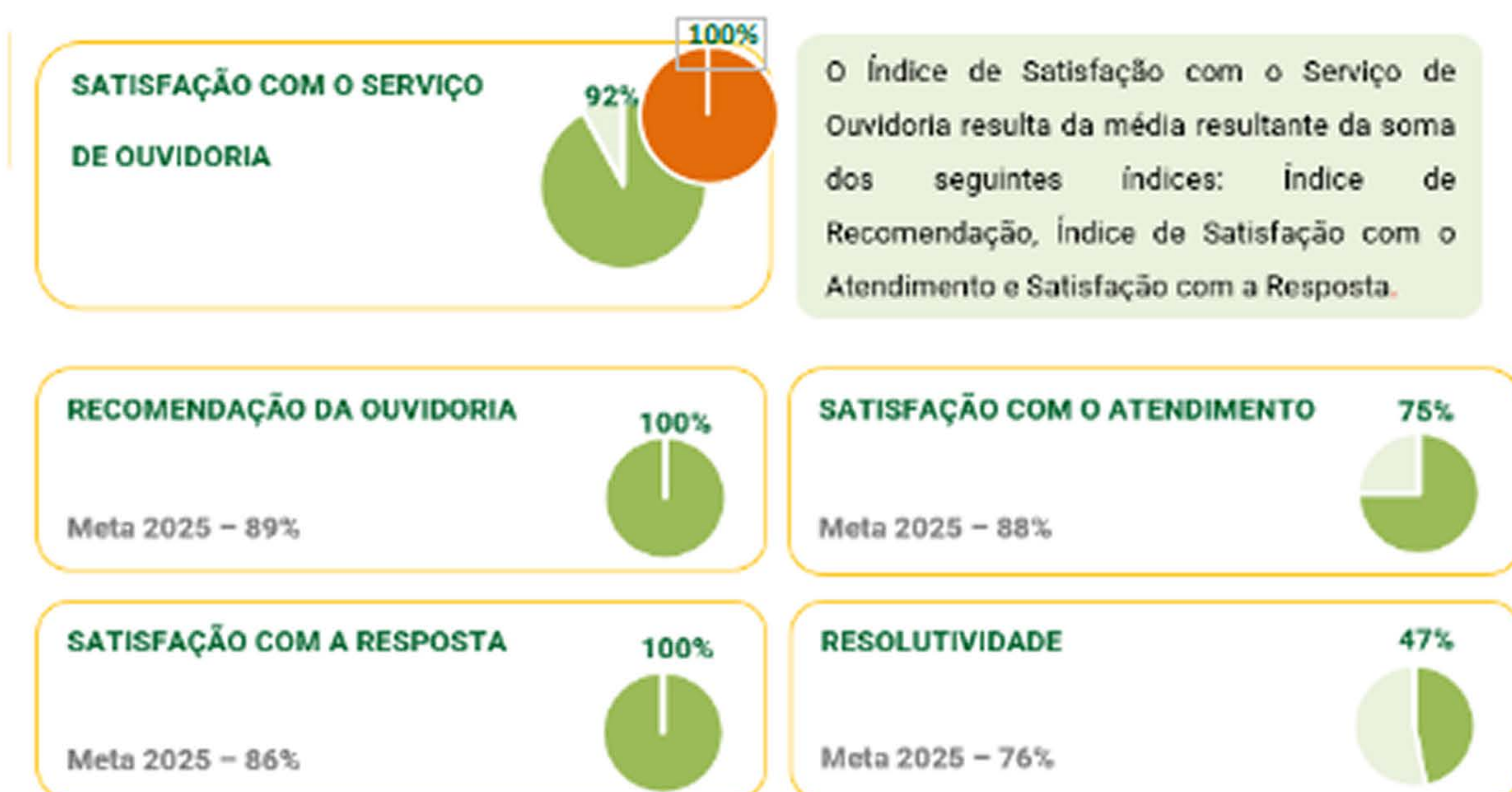


Fonte: www.participa.df.gov.br

INDICADORES

As metas das Seccionais de Ouvidoria são aferidas a partir da avaliação realizada pelo cidadão e conforme resultado da Pesquisa de Satisfação.

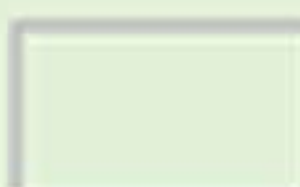
Tabela: Metas e resultados da pesquisa de satisfação



Fonte: <https://www.painel.ouv.df.gov.br>



No 4º trimestre de 2025, quinze manifestações foram avaliadas pelo cidadão quanto à resolutividade: sete foram consideradas como resolvida e oito não resolvida. Desse modo, o índice de resolutividade ficou abaixo da meta pactuada.



As manifestações avaliadas referem-se a: pensão por morte, cobrança da contribuição previdenciária, sobrestamento de processo de aposentadoria e declaração de reconhecimento de tempo especial.

Importante destacar que as manifestações de "Elogio (25)", "Informação (13)" e "Sugestão (3)", assim como as "Reclamações Anônimas" (5), não são avaliadas pelo cidadão quanto à sua resolutividade. No 4º trimestre de 2025, as mesmas somaram 46 manifestações e corresponderam por aproximadamente 41% das manifestações respondidas no trimestre em análise.



Fonte: www.participa.df.gov.br



PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

O acesso às informações públicas é um direito previsto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal e, com a publicação da Lei Federal nº 12.527, de 2011 e da Lei Distrital nº 4.990, de 2012, o Distrito Federal fica obrigado a disponibilizar as informações sob sua guarda a qualquer pessoa (física ou jurídica) que as solicite, desde que não estejam protegidas por legislação de sigilo.

No período em análise, por meio do Sistema "Acesso à Informação" do Participa-DF, foram direcionadas ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF) o total de 87 pedidos de acesso à informação. Após análise preliminar do teor das demandas de informação, 34 pedidos foram reencaminhados a outros órgãos/entidades do Governo do Distrito Federal, restando, portanto, 53 pedidos que foram respondidos no âmbito do Iprev-DF.

A análise dos dados do 4º trimestre de 2025, relativos aos pedidos respondidos no âmbito do Iprev-DF, disponíveis para consulta pública no Painel de Transparência Passiva do Participa-DF, será apresentada a seguir:

- **Análise quantitativa dos pedidos de acesso à informação:**



- **Análise quantitativa mensal dos pedidos de acesso à informação:**

Gráfico - Evolução Mensal dos Pedidos de Acesso à Informação no 4º Trimestre de 2025.

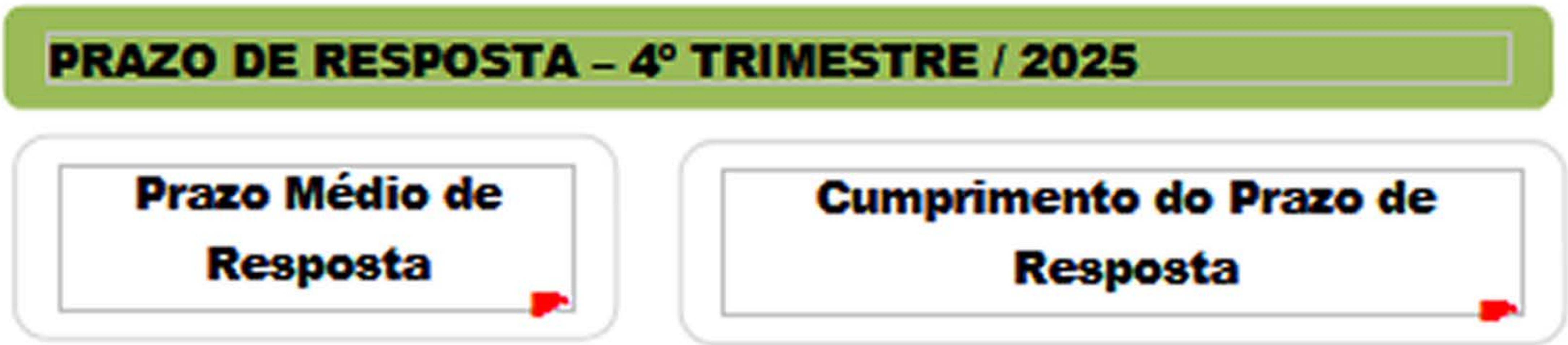


PRAZO DE RESPOSTA

Nos termos da Lei nº 4.990/2012 e do Decreto nº 34.276/2013, o Órgão Responsável pelo pedido de informação terá o prazo de 20 dias, a contar do registro do pedido, para informar ao cidadão o resultado final quanto ao acesso requerido.

Após análise dos pedidos de acesso à informação direcionados ao Iprev-DF no 4º trimestre de 2025, tem-se que todos os 53 pedidos foram tratados e respondidos dentro do prazo estabelecido na lei, alcançando o “Índice de 100% de Cumprimento dos Prazos”.

Tabela: Prazo de resposta



Fonte: www.participa.df.gov.br

ATIVIDADES REALIZADAS

Assim, dando prosseguimento ao processo de amadurecimento organizacional e operacional, e visando a transparência das ações realizadas e dos resultados obtidos, a Seccional de Ouvidoria do Iprev-DF apresenta as entregas realizadas no trimestre em análise, pactuadas no Plano de Ação da Ouvidoria 2024/2025:

- Atualização da Carta de Serviços

A Carta de Serviços ao Usuário é objeto de atualização periódica e de permanente divulgação, a qual deve traduzir, em linguagem simples e acessível, de forma clara, precisa e didática, informações sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, contemplando, ainda, as formas de acesso aos serviços, seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. (§2º do Art. 6 da [Lei Distrital nº 6.519/2020](#)).

A [Carta de Serviços do Iprev-DF](#) foi atualizada pelo grupo de trabalho coordenado pela Ouvidoria do Iprev-DF, e representantes da Diretoria de Governança, Projetos e Compliance e da Unidade de Comunicação Social.

O monitoramento e a atualização das informações foram realizados com o apoio dos representantes da Diretoria de Previdência, Diretoria Jurídica, Diretoria de Investimentos, Diretoria de Administração e Finanças, bem como da Unidade de Atuária e Assessoria Especial da Presidência, assegurando o alinhamento institucional, a consistência das informações e o aprimoramento da prestação dos serviços ao cidadão.

- Ação “Café com a Ouvidoria-Geral do Distrito Federal”

A ação "Café com a Ouvidoria", que integra o [Programa "Ouvindo os Ouvidores"](#) da Ouvidoria-Geral do Distrito Federal, tem por finalidade proporcionar uma maior integração e atuação colaborativa entre as Seccionais da Rede de Ouvidoria do Governo do Distrito Federal.

A ação realizada pela Seccional de Ouvidoria do Iprev-DF visou a interlocução com outras seccionais de ouvidoria; e, o fortalecimento dos laços entre o Iprev-DF, órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal e demais órgãos e entidades vinculados ao Governo do Distrito Federal.

- CAFÉ COM A OUVIDORIA DO BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA (BRB)

A Ouvidoria do Iprev-DF recebeu o convite da Seccional de Ouvidoria do BRB. O encontro teve como objetivo fortalecer a interlocução entre as respectivas unidades de ouvidoria, promover o intercâmbio de experiências e tratar de iniciativas conjuntas, especialmente no âmbito de temas relacionados à Prova de Vida.

- CAFÉ COM A OUVIDORIA DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA (SLU)

A Ouvidoria do Iprev-DF convidou a Equipe da Ouvidoria do SLU. O encontro promoveu a troca de saberes sobre a atuação entre as Seccionais integrantes do Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal (SIGO-DF), no atendimento aos aposentados e pensionistas advindos do SLU.

- Palestra em comemoração ao dia do servidor Público

A Ouvidoria do Iprev-DF, em parceria com a Comissão de Ética e Conduta, promoveu a palestra “É possível ser feliz no trabalho?”, ministrada pela Sra. Adriana Barbosa de Faria Analista Judiciária do egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, no dia 30 de outubro de 2025.

Tratou-se de um momento de reflexão e diálogo sobre felicidade, propósito e sentido no trabalho, fortalecendo a cultura organizacional, o sentimento de pertencimento, a realização profissional e o comprometimento com o serviço público ético e de qualidade.

- Projeto Bate-Papo com a Ouvidoria

O projeto Bate-Papo com a Ouvidoria, que integra o Programa "Ouvindo os Ouvidores" da Ouvidoria-Geral do Distrito Federal, tem por objetivo promover o diálogo entre a Seccional de Ouvidoria com as unidades técnicas do órgão, esclarecer dúvidas e proporcionar maior agilidade no trabalho da Ouvidoria.

Nesse contexto, o projeto foi executado em forma de oficina de capacitação sobre a Lei de Acesso à Informação, Lei Distrital nº 4.990/2012, direcionada aos servidores das diversas áreas técnicas do Iprev-DF.

A Ouvidoria do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF) convidou os servidores da Controladoria-Geral do Distrito Federal, para promover a 1ª Oficina "Espaço Aberto - Insight LAI: Respostas de Alta Qualidade".

A atividade contemplou aspectos teóricos e práticos relacionados ao atendimento dos pedidos de acesso à informação, observando prazos, procedimentos e boas práticas na elaboração de respostas.

- Prêmio “Ouvidoria Destaque/2025”

A Ouvidoria do Instituto de Previdência dos Servidores do DF obteve o Certificado de Reconhecimento de "Ouvidoria Destaque / 2025"

O Projeto "Ouvidoria Destaque 2025" é uma iniciativa da Ouvidoria-Geral do Distrito Federal para reconhecer e valorizar as ouvidorias que se destacaram pelo desempenho ao longo do ano.

Além de valorizar servidores comprometidos, a iniciativa busca dar visibilidade às ouvidorias que prestam serviços de qualidade, incentivando a transparência, a melhoria contínua, a qualificação das equipes e o desenvolvimento de projetos.

- Prêmio “Selo Acessibilidade”

A Ouvidoria do Instituto de Previdência dos Servidores do DF foi contemplada com o "Selo de Acessibilidade" em reconhecimento ao seu notável empenho e à excelência na promoção da acessibilidade.

A 2ª edição do Concurso teve como objetivo reconhecer e premiar boas práticas de acessibilidade nas ouvidorias do Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal - SIGO-DF, com o SELO ACESSIBILIDADE 2025, expedido pela CGDF, bem como o direito ao uso da logomarca do SELO ACESSIBILIDADE 2025 nos materiais de divulgação impressa ou eletrônica das ouvidorias premiadas.

A Premiação foi concedida durante a Primeira Semana Internacional de Controle e Combate à Corrupção promovida pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), realizada no período de 24 a 27 de novembro de 2025.

- Prêmio ITA/2025

O Iprev-DF alcançou em 2025, o Índice de 100% de Transparência Ativa e Passiva do Governo do Distrito Federal.

O Índice de Transparência é uma importante ferramenta de controle social e de combate à corrupção, que avalia tanto a transparência ativa, quanto a transparência passiva dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal.

O prêmio foi concedido ao Iprev-DF durante a Primeira Semana Internacional de Controle e Combate à Corrupção promovida pela Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), realizada no período de 24 a 27 de novembro de 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório tem como objetivo identificar de forma sucinta a Unidade de Controladoria do Iprev-DF, no intuito de estabelecer os fatores-chave Institucionais e atender aos princípios relativos ao Sistema de Controle Interno.

A metodologia adotada tem como propósito facilitar ao Gestor quanto à tomada de decisão na melhoria de processos internos institucionais, ao passo que promove maior controle, transparência, eficácia administrativa, bem como antecipar aos riscos iminentes através de Planos de Contingenciamento. Ao utilizar estas ferramentas, há de se produzir maior interface na Gestão Previdenciária do Distrito Federal e consequentemente na criação de melhores serviços aos aposentados e pensionistas desta Autarquia Previdenciária.

Quanto à Ouvidoria, os relatórios são ferramentas estratégicas que permitem identificar problemas recorrentes ou sistêmicos, permitindo que a organização reconheça tendências, padrões e áreas que demandam aprimoramento. Essas informações fornecem subsídios valiosos aos gestores para a tomada de decisões e contribuem diretamente para a melhoria contínua dos serviços prestados.

Destaca-se que os dados utilizados na elaboração deste relatório foram extraídos diretamente da Plataforma Participa-DF, assim como dos Painéis de Ouvidoria e Transparência Passiva.

A Seccional de Ouvidoria do Iprev-DF tem atuado de forma eficaz como elo entre o cidadão e a Autarquia, buscando a melhoria no desempenho de suas funções, a manutenção de respostas qualificadas e tempestivas, monitorando indicadores e fortalecendo a interlocução com as áreas técnicas demandadas, sempre com foco na excelência institucional.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Diretoria de Administração e Finanças (DIAFI), unidade orgânica de comando e execução, diretamente subordinada à Presidência, tem as atribuições estabelecidas através do Regimento Interno, e conta com 38 (trinta e oito) servidores, distribuídos em 05 (cinco) Coordenações, 1 Divisão, 12 (doze) Gerências e 7 (sete) Núcleos para dirigir, supervisionar, orientar e controlar a execução setorial das atividades de gestão de pessoas, planejamento, orçamento e finanças, serviços gerais, administração de material, patrimônio mobiliário, comunicação administrativa, apoio administrativo e serviços gerais.

GESTÃO DE PESSOA

QUANTITATIVO

O Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF) é formado por servidores de cargos efetivos, cargos comissionados e estagiários, conforme tabela a seguir:

Tabela – Quantitativo de servidores Iprev-DF 4º trimestre de 2025

Demonstrativo do quantitativo de servidores - 2025			
Tipo de cargo	Outubro	Novembro	Dezembro
Estatutário (efetivos e cedidos do Iprev)	62	62	61
Estatutário (requisitados, a disposição e comissionados com vínculo)	39	42	40
Comissionado de outras esferas de poder	1	1	1
Comissionado sem vínculo	79	80	81
À disposição por convênio	2	2	2
Estagiários	19	22	22
Jovem candango – Contrato SEJUS/DF	2	2	2
Total/mês	202	209	207

Fonte: Iprev/DIAFI/COAD/DIGEP

CONCURSO E POSSE

O primeiro Concurso Público do Iprev-DF para a Carreira de Analista Previdenciário, criada por meio da Lei nº 6.777, de 30 de dezembro de 2020, foi homologado em 02 de junho de 2023, com 65 (sessenta e cinco) vagas imediatas. Vale pontuar que, no sítio institucional, está disponibilizada uma seção reservada para o concurso.

As nomeações tiveram início em fevereiro de 2024, com 40 (quarenta) servidores; em maio foram nomeados mais 7 (sete) servidores; em setembro foram nomeados mais 27 (vinte e sete) servidores; em outubro foi nomeado mais 1 (um) servidor, e em dezembro foram nomeados mais 13 (treze) servidores. Durante o ano de 2025, 10 (dez) especialistas previdenciários solicitaram exoneração do cargo efetivo. Atualmente, constam 52 (cinquenta e dois) servidores em exercício, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela – Concurso Público – Nomeação e Posse

Analista Previdenciário Especialista em	Quantidade de cargos	Em exercício	Nomeação DODF nº 34, 20/02/2024		Nomeação DODF nº 86, 07/05/2024		Nomeação DODF nº 177, 16/09/2024		Nomeação DODF nº 205, 24/10/2024		Nomeação DODF nº 101-B, 26/12/2024	
			Nomeados	Em exercício	Nomeados	Em exercício	Nomeados	Em exercício	Nomeados	Em exercício	Nomeados	Em exercício
Atuária	2	2	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos	3	2	3	2	1	1	1	0	0	0	1	0
Previdenciário	60	48	35	28	6	5	26	17	1	1	12	10
Total	65	52	40	32	7	6	27	17	1	1	13	10

Fonte: DIGEP/COAD/DIAFI

TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

No quarto trimestre de 2025, 60 servidores do Iprev-DF participaram de 29 cursos e eventos de capacitação. As ações contemplaram áreas como direito previdenciário, gestão de riscos, ética e integridade, licitações e contratos, além de treinamentos voltados aos sistemas corporativos e à preparação para a aposentadoria.

Dentre as capacitações realizadas, destacam-se:

Tabela – Treinamento e capacitação no 4º trimestre de 2025.

Treinamento e Capacitação		
Nome do curso	Mês	Carga Horária
Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos (Sigrhweb) - Módulo: Noções da Rotina de Folha de Pagamento	4º Trimestre: 24 a 28/11/2025	20 horas
XIX Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário	4º Trimestre: 02 a 03/10/2025	20 horas
Congresso Nacional de Assessoramento Jurídico	4º Trimestre: 21 a 23/10/2025	24 horas
Os Impactos da Reforma Previdenciária sobre os Regimes Próprios de Previdência - EC Nº 103/2019	4º Trimestre: 24 e 25/11/2025	15 horas

Fonte: NUCAP/DIGEP/COAD/DIAFI

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento público pode ser entendido como o ato administrativo revestido de força legal, que estabelece um conjunto de ações governamentais a serem realizadas durante determinado período de tempo. Basicamente é o que se planeja receber de recursos financeiros, a previsão de onde se vai gastar e em quais áreas de atuação serão utilizados, ou seja quais os programas de trabalho.

O Planejamento Orçamentário do Iprev-DF para o exercício de 2025 foi aprovado pela Lei nº 7.650, de 30 de dezembro de 2024, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 249, de 31 de dezembro de 2024, no valor total de R\$ 6.758.920.785,00 (seis bilhões, setecentos e cinquenta e oito milhões, novecentos e vinte mil e setecentos e oitenta e cinco reais).

Ao longo do ano, a dotação autorizada pode ser alterada através de decretos. Até o final do quarto trimestre, houve uma suplementação na Unidade Gestora 320203 – Fundo Financeiro no valor de R\$ 319.341.068,00 (trezentos e dezenove milhões, trezentos e quarenta e um mil e sessenta e oito reais).

Relatório Consolidado – janeiro a dezembro de 2025					
Unidade Gestora	Dotação Autorizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo Disponível
320201 – Taxa de Administração	R\$ 82.186.265,00	R\$ 30.445.742,21	R\$ 29.642.249,40	R\$ 29.642.249,40	R\$ 51.740.522,79
320203 – Fundo Financeiro	R\$ 7.078.261.853,00	R\$ 6.399.575.288,78	R\$ 6.385.071.247,44	R\$ 6.385.071.247,44	R\$ 678.686.564,22
320206 – Fundo Capitalizado	R\$ 431.999.266,00	R\$ 1.241.859,75	R\$ 1.241.859,75	R\$ 1.241.859,75	R\$ 430.757.406,25
Total	R\$ 7.592.447.384,00	R\$ 6.431.262.890,74	R\$ 6.415.955.356,59	R\$ 6.415.955.356,59	R\$ 1.161.184.493,26

Fonte: Quadro de detalhamento de despesas/SIGGO.

RECEITAS

A estimativa de arrecadação das receitas do Iprev-DF é prevista no exercício anterior. A apuração financeira ocorre ao longo do exercício vigente e em grande parte é oriunda da contribuição previdência patronal e dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

Os contribuintes são divididos no Plano Financeiro – para os servidores que ingressaram no Governo do Distrito Federal antes de 1º março de 2019 – e no Plano Capitalizado – para os servidores que ingressaram a partir de março de 2019, conforme demonstra a Tabela abaixo, representando os meses de outubro a dezembro de 2025:

Tabela – Planilha de receitas do 4º trimestre de 2025.

Receitas					
Planilha de Receitas Orçadas X Arrecadadas Ano 2025 – Fundo Financeiro					
Fontes	Receita	Outubro	Dezembro	Novembro	Total
206/253/254/255	Contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor	R\$ 196.365.242,00	R\$ 225.909.578,42	R\$ 366.537.789,72	R\$ 788.812.610,14
266/263/264/265	Contribuição patronal para o RPPS	R\$ 244.904.087,82	R\$ 202.433.666,34	R\$ 312.741.643,82	R\$ 760.079.397,98
233	Compensação previdenciária em regimes geral e próprios	R\$ 39.703.904,50	R\$ 29.908.329,32	R\$ 55.077.760,89	R\$ 124.689.994,71
267	Remuneração de depósitos bancários do RPPS	R\$ 601.016,80	R\$ 3.187.689,43	R\$ 3.360.588,35	R\$ 7.149.294,58
	Repasse	R\$ 72.036.391,87	R\$ 306.611.355,00	R\$ 210.119.917,00	R\$ 588.767.663,87
Total		R\$ 553.610.642,99	R\$ 768.050.618,51	R\$ 947.837.699,78	R\$ 2.269.498.961,28

Planilha de Receitas Orçadas X Arrecadadas Ano 2025 - Fundo Capitalizado					
Fontes	Receita	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
206/253/254/255	Contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor	R\$ 16.259.466,77	R\$ 23.853.461,86	R\$ 23.944.500,62	R\$ 64.057.429,25
266/263/264/265	Contribuição Patronal para o RPPS	R\$ 48.516.572,46	R\$ 24.632.088,08	R\$ 46.572.299,57	R\$ 119.720.960,11
267	Remuneração de Depósitos Bancários do RPPS	R\$ 5.873.049,31	R\$ 28.622.145,59	R\$ 19.469.551,45	R\$ 53.964.746,35
Total		R\$ 70.649.088,54	R\$ 77.107.695,53	R\$ 89.986.351,64	R\$ 237.743.135,71

Planilha de Receitas Orçadas X Arrecadadas Ano 2025 - Fundo Garantidor					
Fontes	Receita	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
267	Remuneração de Depósitos Bancários do RPPS	R\$ 113.074.661,76	R\$ 57.604.993,88	R\$ 45.337.196,51	R\$ 216.016.852,15
278	Recursos Decorrentes de Juros sobre o Capital	-	-	-	-
Total		R\$ 113.074.661,76	R\$ 57.604.993,88	R\$ 45.337.196,51	R\$ 216.016.852,15

Planilha de Receitas Orçadas X Arrecadadas Ano 2025 - Taxa de Administração					
Fontes	Receita	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
267	Remuneração de Depósitos Bancários do RPPS	R\$ 174.032,23	R\$ 110.629,91	R\$ 93.778,05	R\$ 378.440,19
280	Taxa de Administração – RPPS (Sub-repassê)	-R\$ 17.070.055,21	-	-	-R\$ 17.070.055,21
Total		-R\$ 16.896.022,98	R\$ 110.629,91	R\$ 93.778,05	-R\$ 16.691.615,02

Fonte: Receitas Orçadas X Arrecadadas/ SIGGO.

DESPESAS

A despesa do Iprev-DF é realizada na Taxa de Administração - Unidades Gestora: 320201, que é a unidade responsável pela manutenção do RPPS, compreendendo a administração de pessoal ativo, os encargos e custeio geral.

O Fundo Financeiro, Unidade 320203, é responsável pelo pagamento de benefícios previdenciários, compreendendo aposentados e pensionistas que ingressaram no Governo do Distrito Federal até março de 2019.

O Fundo Capitalizado, Unidade 320206, é responsável pelo pagamento de benefícios previdenciários, compreendendo aposentados e pensionistas que ingressaram no Governo do Distrito Federal a partir de março de 2019.

Pontua-se que mensalmente são publicados os balancetes no site institucional, os quais podem ser acessados por meio dos links abaixo:

- [Unidade Gestora 320201](#);
- [Unidade Gestora 320203](#); e
- [Unidade Gestora 320206](#).

A execução da despesa acumulada de 2025 está representada na tabela abaixo:

Tabela – Detalhamento de execução de despesas – contábil

Relatório Consolidado – janeiro a dezembro de 2025					
Unidade Gestora	Dotação Autorizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo Disponível
320201 – Taxa de Administração	R\$ 82.186.265,00	R\$ 30.445.742,21	R\$ 29.642.249,40	R\$ 29.642.249,40	R\$ 51.740.522,79
320203 – Fundo Financeiro	R\$ 7.078.261.853,00	R\$ 6.399.575.288,78	R\$ 6.385.071.247,44	R\$ 6.385.071.247,44	R\$ 678.686.564,22
320206 – Fundo Capitalizado	R\$ 431.999.266,00	R\$ 1.241.859,75	R\$ 1.241.859,75	R\$ 1.241.859,75	R\$ 430.757.406,25
Total	R\$ 7.592.447.384,00	R\$ 6.431.262.890,74	R\$ 6.415.955.356,59	R\$ 6.415.955.356,59	R\$ 1.161.184.493,26

Fonte: Quadro de detalhamento de despesas/SIGGO

FOLHA DE PAGAMENTO

A Divisão de Gestão de Pessoas/COAD/DIAF é responsável pelo pagamento dos servidores ativos, sem vínculo e os conselheiros.

As despesas de pessoal e os encargos sociais dos meses de outubro a dezembro de 2025 estão representados na tabela abaixo:

Tabela – Despesas com pessoal ativo

Despesas Pessoal Ativo – UG:320201 – Instituto de Previdência dos Servidores do DF				
Descrição	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
311110101 - Vencimentos e salários	R\$ 498.419,78	R\$ 497.985,32	R\$ 488.578,02	R\$ 1.484.983,12
311110104 - Abono de permanência	R\$ 2.787,66	R\$ 2.787,66	R\$ 8.981,02	R\$ 14.556,34
311110112 - Vantagem pecuniária individual	R\$ 260,26	R\$ 260,26	R\$ 260,26	R\$ 780,78
311110118 - Gratificação de tempo de serviço	R\$ 19.386,81	R\$ 19.406,97	R\$ 19.323,93	R\$ 58.117,71
311110122 – 13º salário	R\$ 38.225,27	R\$ 45.132,69	R\$ 418.384,19	R\$ 501.742,15
311110123 - Férias – abono pecuniário	-	-	R\$ 21.690,44	R\$ 21.690,44
311110124 - Férias – abono constitucional	R\$ 9.915,47	R\$ 6.793,00	R\$ 30.501,89	R\$ 47.210,36
311110132 - Gratificação por exercício de cargo em comissão	R\$ 204.643,00	R\$ 208.020,82	R\$ 210.184,49	R\$ 622.848,31
311110143 - Gratificação por habilitação	R\$ 101.389,93	R\$ 101.366,34	R\$ 99.431,99	R\$ 302.188,26
311110146 - Gratificação por titulação – GTIT	R\$ 6.478,26	R\$ 6.440,00	R\$ 6.305,60	R\$ 19.223,86
311110149 - Gratificação de atividade – GAT	-	-	-	-
311110201 - Substituições	R\$ 26.948,35	R\$ 29.226,81	R\$ 50.647,96	R\$ 106.823,12
312120100 - Contribuição patronal para o RPPS	R\$ 150.893,23	R\$ 150.306,82	R\$ 297.852,31	R\$ 599.052,36
313110200 - Auxílio transporte – RPPS	-	-	-	-

RPPS - Regime Próprio (Estatutários Financeiro)	R\$ 1.059.348,0 2	R\$ 1.067.726,6 9	R\$ 1.652.142,1 0	R\$ 3.779.216,81
311210122 - 13º salário	-	R\$ 1.000,83	R\$ 181.373,53	R\$ 182.374,36
319110400 - Licença prêmio por assiduidade	-	-	-	-
Atualização monetária e juros de mora pessoal	-	-	-	-
312230100 - Instituto Nacional de Seguro Social – INSS	R\$ 98.145,21	R\$ 98.361,68	R\$ 178.570,67	R\$ 375.077,56
312510300 - Contribuição patronal previdência privada	R\$ 6.790,93	R\$ 6.790,29	R\$ 12.901,19	R\$ 26.482,41
313210100 - Auxílio alimentação – RGPS	R\$ 51.200,00	R\$ 50.647,27	R\$ 51.200,00	R\$ 153.047,27
313210200 - Auxílio transporte – RGPS	R\$ 939,06	R\$ 2.678,21	R\$ 1.711,69	R\$ 5.328,96
313210600 - Auxílio creche – RGPS	R\$ 167,76	R\$ 167,76	R\$ 167,76	R\$ 503,28
319110300 - Indenização por exoneração e demissão	R\$ 2.219,00	R\$ 24.925,30	R\$ 12.204,53	R\$ 39.348,83
311210201 - Substituições – RGPS Financeiro	R\$ 16.560,85	R\$ 7.981,34	R\$ 22.278,84	R\$ 46.821,03
RGPS – Regime Geral (sem vínculo)	R\$ 176.022,81	R\$ 192.552,68	R\$ 460.408,21	R\$ 828.983,70
319210100 - Ressarcimento de encargos e salários – Pessoa civil	-	-	R\$ 114.651,64	R\$ 114.651,64
Pessoal requisitado de outros órgãos	-	-	R\$ 114.651,64	R\$ 114.651,64
Atualização monetária e juros de mora pessoal	-	-	-	-
Indenizações e restituições pessoais	-	-	-	-
Sentenças judiciais a ex- empregados – RPPS Financeiro	-	-	-	-
Total	R\$ 1.235.370,8 3	R\$ 1.260.279,3 7	R\$ 2.227.201,9 5	R\$ 4.722.852,15
Restos a pagar processados – RPP	-	-	-	-
Restos a pagar não processados – RNPP	-	-	-	-

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO.

DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

A Diretoria de Previdência é a unidade responsável pela gestão e elaboração da folha de pagamento dos servidores aposentados e pensionistas, que são alocados no Fundo Financeiro e Fundo Capitalizado.

FUNDO FINANCEIRO

As despesas com os benefícios dos servidores alocados no Fundo Financeiro, dos meses de outubro a dezembro de 2025 estão representadas na tabela abaixo, cabendo destacar que as despesas custeadas pelo Fundo Constitucional, constam desta planilha apenas para registro de informação, uma vez que a contabilidade é de gestão e responsabilidade da Secretaria de Economia do Distrito Federal.

Tabela: Despesas com benefícios previdenciários e assistenciais, alocados no Fundo Financeiro

Benefícios Previdenciários e Assistenciais – 320203 – Fundo Financeiro 2025				
Despesas – Benefícios previdenciários e assistenciais	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
321110101 -Aposentadorias por tempo de contribuição	R\$ 431.708.521,40	R\$ 431.729.480,49	R\$ 809.379.181,34	R\$ 1.672.817.183,23
321110102	-	-	-	-
-Aposentadorias compulsórias				
321110104 -Aposentadorias especiais – Atividade de risco	-	-	-	-
Aposentadorias e Reformas	R\$ 431.708.521,40	R\$ 431.729.480,49	R\$ 809.379.181,34	R\$ 1.672.817.183,23
322100000 -Pensões RPPS Financeiro	R\$ 88.918.548,28	R\$ 84.685.428,62	R\$ 157.838.739,62	R\$ 331.442.716,52
Pensões	R\$ 88.918.548,28	R\$ 84.685.428,62	R\$ 157.838.739,62	R\$ 331.442.716,52
329110200 -Auxílio Funeral – Inativo civil	R\$ 682.058,71	R\$ 781.502,30	R\$ 843.262,08	R\$ 2.306.823,09
Total	R\$ 521.309.128,39	R\$ 517.196.411,41	R\$ 968.061.183,04	R\$ 2.006.566.722,84
822120302 - Restos a pagar processados – RPP	R\$ 1.614,25	R\$ 3.474,27	R\$ 293.016,59	R\$ 298.105,11
218914002 - Restos a pagar não processados – RNPP	-	-	R\$ 4.228.493,57	R\$ 4.228.493,57

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO

Tabela: Valores pagos com recursos do fundo constitucional do DF – 2023

Valores pagos com recursos do fundo constitucional do DF – 2023	Julho	Agosto	Setembro	Total
Inativos	R\$ 420.105.874,45	R\$ 422.629.563,67	R\$ 421.960.702,67	R\$ 1.264.696.140,79
Pensionista	R\$ 31.960.982,10	R\$ 30.718.638,84	R\$ 30.528.615,14	R\$ 93.208.236,08
Total	R\$ 452.066.856,55	R\$ 453.348.202,51	R\$ 452.489.317,81	R\$ 1.357.904.376,87

Fonte: Processo SEI nº 00040-00053829/2017-12

FUNDO CAPITALIZADO

As despesas com os benefícios dos servidores alocados no Fundo Capitalizado estão demonstradas no quadro abaixo:

Tabela: Despesas com benefícios previdenciários e assistenciais, alocados no Fundo Capitalizado

Benefícios Previdenciários e assistenciais – 320206 – Fundo Capitalizado 2025				
Despesas Benefícios previdenciários e assistenciais	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
321110101 - Aposentadorias por tempo de contribuição	R\$ 56.738,33	R\$ 61.488,35	R\$ 79.370,88	R\$ 197.597,56
321110102 - Aposentadorias compulsórias	-	-	-	-
321110104 -Aposentadorias especiais – Atividade de risco	-	-	-	-
Aposentadorias e reformas	R\$ 56.738,33	R\$ 61.488,35	R\$ 79.370,88	R\$ 197.597,56
322100000 - Pensões RPPS Financeiro	R\$ 49.295,09	R\$ 43.205,96	R\$ 65.158,48	R\$ 157.659,53
Pensões	R\$ 49.295,09	R\$ 43.205,96	R\$ 65.158,48	R\$ 157.659,53
Auxílio funeral – Inativo civil	-	-	-	-
Total	R\$ 106.033,42	R\$ 104.694,31	R\$ 144.529,36	R\$ 355.257,09
Restos a pagar processados – RPP	-	-	-	-
Restos a pagar não processados - RNPP	-	-	-	-

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas de contratos, aquisições e a manutenção geral são custeadas com os recursos da Taxa de Administração, cujo aporte é efetuado por meio de sub-repasse da contribuição previdenciária total oriunda do Fundo Previdenciário e Fundo Capitalizado, na alíquota de 0,5%, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 932, de 03 de outubro de 2008.

No quarto trimestre de 2025, as despesas ocorreram na forma representada no Quadro abaixo:

Tabela: Despesas administrativas do 3º trimestre de 2025

Despesas Administrativas – UG:320201 – Instituto de Previdência dos Servidores do DF				
Despesas Administrativas	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Uso de Material de Consumo				
332213100 - Serviços Terceiros P.F. – JETONS a Conselheiros	R\$ 29.148,64	R\$ 39.436,37	R\$ 31.206,17	R\$ 99.791,18
332100000 - Diárias	R\$ 36.100,50	-	R\$ 13.133,27	R\$ 49.233,77
332310401 - Telecomunicações – Telefonia fixa e Certificado digital	R\$ 811,15	R\$ 676,69	R\$ 638,00	R\$ 2.125,84
332310404 - Comunicação em geral - Correios	R\$ 204.276,26	R\$ 724.609,25	R\$ 63.317,72	R\$ 992.203,23
332310801 - Água e esgoto	R\$ 600,02	R\$ 610,46	R\$ 555,46	R\$ 1.765,94
332310802 - Energia elétrica	R\$ 14.913,72	R\$ 14.608,36	R\$ 14.892,17	R\$ 44.414,25
332311001 - Locação de imóveis	R\$ 254.797,98	R\$ 254.797,98	R\$ 540.524,36	R\$ 1.050.120,32
Manutenção e Conservação	-	-	-	-
332311116 -Outsourcing de Impressão	R\$ 11.191,32	R\$ 13.189,40	R\$ 11.199,20	R\$ 35.579,92
332211200 – Condomínios	R\$ 89.653,25	R\$ 89.653,25	R\$ 137.474,50	R\$ 316.781,00
332210600 - Seleção e treinamento	R\$ 55.690,00	R\$ 1.080,00	R\$ 35.880,00	R\$ 92.650,00
Serviços de áudio, vídeo e foto	-	-	-	-
Serviços de cópias e reproduções de documentos	-	-	-	-
332211500 - Serviços técnicos profissionais	R\$ 16.802,83	R\$ 18.327,63	R\$ 42.929,50	R\$ 78.059,96
332315601 - Passagens para o país	-	-	-	-
Serviços de agenciamento de viagens	-	-	-	-
332315700 - Anuidades e taxas em associações, federações e conselhos	-	-	-	-
332315800 - Levantamentos, prospecções e análise de dados – Pessoa Jurídica	R\$ 11.414,65	R\$ 11.414,65	R\$ 11.414,65	R\$ 34.243,95
332310503 - Serviços de publicidade institucional	-	-	-	-
Serviço de apoio técnico administrativo	-	-	-	-
344110500 - Outros serviços de terceiros - PJ	R\$ 53.168,20	R\$ 38.070,82	R\$ 42.857,18	R\$ 134.096,20

Serviços	R\$ 778.568,52	R\$ 1.206.474,86	R\$ 946.022,18	R\$ 2.931.065,56
Atividade meio				
Repasse diferidos a liberar – limite financeiro administração indireta e fundo	-	-	-	-
Direitos e obrigações em outras UGS	-	-	-	-
Recursos para restos a pagar não processados	-	-	-	-
Transferências entre UGS	-	-	-	-
Recursos a receber de outros órgãos do GDF	-	-	-	-
Recursos a receber de outros créditos a receber contrapartida	-	-	-	-
Desincorporação de ativos – Créditos – Contrib prev a receber RPPS	-	-	-	-
Multas indedutíveis	-	-	-	-
Outros impostos	-	-	-	-
372130200 - Contribuições para o PIS/PASEP	R\$ 3.820,01	R\$ 1.740,32	R\$ 1.106,67	R\$ 6.667,00
Compensação financeira entre RGPS/RPPS	R\$ 39.703.904,50	R\$ 30.048.644,79	R\$ 55.170.292,30	R\$ 124.922.841,59
372130400 - Obrigações patronais – serv. Terc. Pessoa Física	R\$ 411,51	R\$ 411,51	R\$ 411,51	R\$ 1.234,53
Taxas pela prestação de serviços	-	-	R\$ 335,59	R\$ 335,59
Atividade fim	R\$ 39.708.136,02	R\$ 30.050.796,62	R\$ 55.172.146,07	R\$ 124.931.078,71
Total Geral	R\$ 40.486.704,54	R\$ 31.257.271,48	R\$ 56.118.168,25	R\$ 127.862.144,27
Restos a pagar processados - RPP		-	-	
Restos a pagar não processados - RNPP		-	-	

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO

GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS

No sítio institucional, há a seção destinada para Contratos e Acordos. Nela, mensalmente é publicada a tabela consolidada dos contratos vigentes.

No quarto trimestre, constam 29 (vinte e nove) contratos vigentes, os quais englobam prestação de serviços, convênios e aquisição de bens, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela: Contratos vigentes no 4º trimestre de 2025.

Contratos Vigentes					
Orden	Contrato nº	Empresa	Objeto	Vigência Início/Fim	
1	005/2019 1º TA 2º Apostilamento	Estrutural Empreendimentos LTDA	Locação do imóvel da sede do Iprev-DF.	20/11/2019	20/11/2029
2	003/2021 4º TA	AGÊNCIA ESTADO S.A.	Prestação de serviços de licenciamento de conteúdo de informações financeiras e econômicas em caráter tempestivo.	20/04/2021	20/04/2026
3	001/2021 3º TA	OI S.A.	Prestação de serviço para central telefônica PABX.	14/01/2021	15/01/2026
4	005/2021	LETTEL DISTRIBUIDOR DE TELEFONIA LTDA	Aquisição de equipamentos de redes - Switches, Transceiver e Access Point, para atender as demandas do IPREV/DF.	01/10/2021	01/10/2026
5	ACT 002/2022	BANCO DE BRASÍLIA S/A	Disponibilização e prestação de serviço de aplicativo digital na plataforma mobile, pelo BRB para os beneficiários do IPREV/DF para realização da prova de vida prevista no item 5.7 do convênio entre GDF e BRB que tem por objeto a prestação de serviços, pelo BRB, de pagamentos de salários, proventos, soldos, vencimentos,	24/03/2022	24/03/2027
6	002/2022 1º Apostilamento	CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	aposentadorias, pensões e similares. Prestação de serviços de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF.	03/08/2022	03/08/2027
7	CA 7029/2022	EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV S.A.	Prestação de serviços estratégicos de solução de tecnologia da informação (TI) pela DATAPREV à CONTRATANTE, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I (Modelo de Negócio), visando atender os objetivos estratégicos da CONTRATANTE.	29/12/2021	30/12/2026
8	002/2023 TA	1º PARAMITA TECNOLOGIA CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA	Prestação de serviços para licença do Pacote Sugerido da "Quantum Axis Online".	02/08/2023	02/08/2026
9	004/2023	NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA	Fornecimento de 02 (duas) Assinaturas do produto Banco de Preços, com validade de 12 (doze) meses, por meio de acesso monousuário mediante login e senha para cada acesso.	09/11/2023	09/11/2025

10	005/2023	MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de microcomputadores completos com garantia e suporte, pelo período mínimo de 48 (quarenta e oito) meses on-site, com o objetivo de atender as necessidades deste Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF.	15/12/2023	15/12/2026
11	CA 002/2024	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - INAS/DF	Convênio de Adesão tem por objeto a prestação de assistência suplementar à saúde aos servidores do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - IPREV, ativos e inativos, pensionistas e seus respectivos dependentes, ao Plano de Assistência Suplementar à Saúde - GDF SAÚDE, gerido e administrado pelo Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS.	13/03/2024	13/03/2029
12	051027/2024	TECNOLTA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA	Prestação de serviço de Outsourcing de impressão, cópia e digitalização, com disponibilização de equipamentos monocromáticos e policromáticos e scanners.	06/03/2024	06/03/2028
13	051442/2024	Neosenergia Distribuição Brasília S.A.	Prestação pela distribuidora do serviço público de distribuição de energia elétrica ao consumidor.	30/04/2024	Indeterminado (art. 109 da Lei nº 14.133/2021)
14	051511/2024	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	Prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros serviços para as dependências do CONSUMIDOR na unidade de consumo localizada no SCS Quadra 09, LT C, Bloco B, 1º Andar e 5º Andar, salas 101,103,104,105,501 e 502. Edifício Parque Cidade Corporate – Brasília/DF – CEP 71.308-200, sob as identificações 927392-1, 675128-8, 675129-6, 675137-7 e 675138-5.	16/05/2024	Indeterminado (art. 109 da Lei nº 14.133/2021)

15	052564/2024	LÍDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS LTD A	Aquisição de computadores - modelo-padrão ultracompacto; sistema operacional, Windows 11 prof. 64 Bits (PT-BR); Memória 16GB DDR4, 3200 MHZ; Processador; arquitetura X86 corporativa; Armazenamento: SSD 1TB; Monitor: 23 Polegadas, com garantia e assistência técnica on-site, visando atender as necessidades do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev-DF, consoante especifica o Edital do Pregão Eletrônico nº 331/2023 (152657329), da Proposta (151607033).	09/10/2024	09/10/2028
16	052597/2024	ICQ BRASIL- INSTITUTO DE CERTIFICAÇÃO O QUALIDADE BRASIL LTDA	Contratação de Instituição certificadora, credenciada pela Secretaria do Regime Próprio e Complementar – SRPC, a fim de prestar os serviços de diagnóstico do Iprev-DF e realização da certificação do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev-DF, no Nível IV, do	19/11/2024	19/11/2027
			Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios - Pró-Gestão RPPS.		
17	052989/2024	ALESSANDRO DE SIQUEIRA SANTOS (A2 SAÚDE AMBIENTAL)	Contratação de serviços comuns de desinsetização, descupinização, desratização e dedetização, visando o controle de vetores e pragas, conforme especificado no Edital do Pregão Eletrônico Nº 90050/2024 - COLIC/SCG/SECONT/SE EC (151277440) e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.	19/11/2024	19/11/2025
18	9912515670	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	Contratação de produtos e serviços por meio de Pacote de Serviços dos CORREIOS mediante adesão ao Termo de Condições Comerciais, que permite a compra de produtos e utilização dos diversos serviços exclusivos dos CORREIOS por meio dos canais de atendimento disponibilizados.	27/12/2024	Indeterminado

19	053569/2025	AIRES TURISMO LTDA	Contratação de serviços comuns de agenciamento de viagens para aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais, compreendendo os serviços de emissão, alteração e cancelamento de passagem, bem como de serviços correlatos para atender às necessidades do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.	31/01/2025	31/01/2026
20	053678/2025	VCS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CHAVEIROS E CARIMBOS LTDA-ME	Prestação de serviços de chaveiro, com fornecimento de material (fechaduras e cadeados), a fim de atender as demandas do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal.	13/02/2025	13/02/2026
21	Termo de Adesão e	ASSOCIAÇÃO	Adesão e Filiação do	19/02/2025	19/02/2026
	Filiação Nº 001/ 2025	BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS - ABIPEM	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL a ABIPEM no ano de 2025.		
22	053832/2025	HBL CARIMBOS E PLACAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Aquisição de material de expediente (carimbos), a fim de atender as demandas do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, nas condições estabelecidas no Termo de Referência (164296002)	24/03/2025	24/03/2026
23	053850/2025	LUXPLACAS INDÚSTRIA, COMÉRCIO & SERVICOS LTDA	Aquisição de materiais de sinalização e afins (crachás), a fim de atender as demandas do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.	24/03/2025	24/03/2026
24	Convenio nº 19/2025	COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP	A união de esforços para a realização de vendas pela TERRACAP, em licitação pública, de imóveis de propriedade do IPREV, quando por ele indicados, desde que sejam apresentados com as respectivas certidões de ônus reais e escrituras devidamente registradas, configurando a disponibilidade do imóvel para comercialização e escrituração, com base nos termos da Lei nº 13.303/2016.	05/06/2025	05/06/2030

25	054290/2025	SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA	Contratação de empresa para execução de Serviços Técnicos Especializados continuados sem dedicação exclusiva, sob Demanda, de captura e transformação da informação e tratamento documental do acervo arquivístico, que contempla Digitalização de documentos em papel e microformas para imagem digital com indexação, Reconhecimento óptico e Inteligente de caracteres (OCR/ICR), Gestão Física de Documentos, Serviços Técnicos especializados em desenvolvimento de	16/06/2025	16/06/2026
			Soluções e Sistemas de ECM e BPM, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.		
26	055019/2025	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de licenças de softwares de Design Gráfico, com direito de atualização e suporte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.	14/08/2025	14/08/2028
27	055384/2025	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO – FUNAP	Contratação de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, correspondentes ao fornecimento de mão de obra de 4 (quatro) sentenciados presos e egressos (serviços gerais e copeiragem).	23/09/2025	23/09/2030
28	55972/2025	CRÉDITO E MERCADO ENGENHARIA FINANCEIRA LTDA	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço técnico de Gerenciamento de Ativos e Passivos (Asset Liability Management – ALM), visando subsidiar a Diretoria de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev-DF na análise integrada da carteira de ativos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), seus passivos previdenciários e os riscos inerentes à gestão de longo prazo.	17/12/2025	17/12/2026

25	054290/2025	SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA	Contratação de empresa para execução de Serviços Técnicos Especializados continuados sem dedicação exclusiva, sob Demanda, de captura e transformação da informação e tratamento documental do acervo arquivístico, que contempla Digitalização de documentos em papel e microformas para imagem digital com indexação, Reconhecimento óptico e Inteligente de caracteres (OCR/ICR), Gestão Física de Documentos, Serviços Técnicos especializados em desenvolvimento de	16/06/2025	16/06/2026
			Soluções e Sistemas de ECM e BPM, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.		
26	055019/2025	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de licenças de softwares de Design Gráfico, com direito de atualização e suporte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.	14/08/2025	14/08/2028
27	055384/2025	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO – FUNAP	Contratação de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, correspondentes ao fornecimento de mão de obra de 4 (quatro) sentenciados presos e egressos (serviços gerais e copeiragem).	23/09/2025	23/09/2030
28	55972/2025	CRÉDITO E MERCADO ENGENHARIA FINANCEIRA LTDA	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço técnico de Gerenciamento de Ativos e Passivos (Asset Liability Management – ALM), visando subsidiar a Diretoria de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev-DF na análise integrada da carteira de ativos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), seus passivos previdenciários e os riscos inerentes à gestão de longo prazo.	17/12/2025	17/12/2026

29	56303/2025	3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de solução tecnológica de sistema de telefonia e PABX em nuvem, contemplando a disponibilidade de serviços de telefonia fixa comutada (STFC) que incluem planos de chamadas VOIP ilimitadas em ligações VC1, LDN, VC2 e VC3, bem como chamadas LDI em minutos sob demanda, para telefonia móvel e fixa, independentemente da operadora, disponibilização de ramais DDR e aparelhos telefônicos, abrangendo instalação, configuração, portabilidade numérica, manutenção, capacitação e suporte técnico on-site, conforme Ata de Registro de Preços - ARP nº 250/2025 (186260764) e Edital de Licitação 90079/2025 PE SRP (186267084).	19/12/2025	19/12/2028
----	------------	--	--	------------	------------

Fonte: E-contratos – GECOV/COAD/DIAFI.

ATIVIDADES FINANCEIRAS

As atividades financeiras são representadas pelos valores em Caixa ou Equivalentes de Caixa, dos bancos contas movimento de curto prazo e disponíveis para liquidez, assim como os investimentos e aplicações financeiras de curto e longo prazo e são realizadas de acordo com a Política de Investimentos do Iprev-DF e em conformidade com a Resolução nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, a Portaria MPS nº 1.467, de 02 de junho de 2022, e suas alterações.

Devido a reclassificação contábil presente em Nota Explicativa SIGGO nº 02 da Unidade Gestora 320201(documento SEI nº 164224322), Nota Explicativa SIGGO nº 05 da Unidade Gestora 320203 (documento SEI nº 164349116) e Nota Explicativa SIGGO nº 02 da Unidade Gestora 320206 (documento SEI nº 164349230), determinados investimentos de liquidez imediata passaram a compor o tópico Caixa ou Equivalentes de Caixa. Além disso, foram inseridos valores referentes à conta contábil 113511200 de Bloqueios Judiciais.

Tabela: Detalhamento financeiro do 4º trimestre de 2025.

Detalhamento Financeiro			
1 – Caixa e Equivalente de Caixa	Outubro	Novembro	Dezembro
Curto Prazo	R\$ 244.857.905,76	R\$ 510.124.116,48	R\$ 522.697.600,48
Banco Conta Movimento - Plano em Repartição (Plano Financeiro)	R\$ 89.631.309,08	R\$ 26.962.019,91	R\$ 1.012.594,80
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Plano em Repartição (Plano Financeiro)	R\$ 102.746.741,30	R\$ 435.482.484,61	R\$ 406.702.544,07
Banco Conta Movimento - Plano de Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 24.998.617,03	R\$ 5.229.339,46	R\$ 101.949,16
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Plano de Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 14.202.716,33	R\$ 32.048.984,17	R\$ 107.685.612,54
Banco Conta Movimento - Taxa de Administração	R\$ 63.038,84	R\$ 63.180,03	R\$ 37.610,21
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Taxa de Administração	R\$ 13.105.476,40	R\$ 10.316.230,04	R\$ 7.135.411,44
Banco Conta Movimento - Fundo Garantidor	R\$ 110.006,78	R\$ 21.878,26	R\$ 21.878,26

2 – Investimentos	R\$ 6.465.568.135,10	R\$ 6.299.507.768,25	R\$ 6.279.179.543,21
Curto Prazo	R\$ 6.393.570.618,15	R\$ 6.227.711.980,48	R\$ 6.206.450.303,64
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - Plano de Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 1.892.584.959,25	R\$ 1.968.868.582,42	R\$ 1.985.867.276,94
Aplicações em Segmento de Renda Variável - Plano de Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 32.644.988,70	R\$ 50.197.643,40	R\$ 50.074.021,69
Aplicações em Fundo de Investimento no Exterior - Plano de Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 44.237.417,53	R\$ 43.978.005,89	R\$ 45.334.769,78
Aplicações em Fundo de Investimento Estruturado - Plano de Capitalização (Plano Previdenciário)	-	R\$ 10.002.932,72	R\$ 10.193.932,84
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - Fundo Garantidor	R\$ 4.040.595.337,51	R\$ 3.679.244.769,05	R\$ 3.630.273.550,95
Aplicações em Segmento de Renda Variável - Fundo Garantidor	R\$ 155.306.543,79	R\$ 164.942.278,35	R\$ 164.685.678,73
Aplicações em Fundo de Investimento no Exterior - Fundo Garantidor	R\$ 186.719.004,08	R\$ 184.536.962,00	R\$ 192.052.381,42
Aplicações em Fundo de Investimento Estruturado - Fundo Garantidor	R\$ 41.482.367,29	R\$ 125.940.806,65	R\$ 127.968.691,29
Longo Prazo	R\$ 71.997.516,95	R\$ 71.795.787,77	R\$ 72.729.239,57
Títulos e valores mobiliários – Plano de Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 3.680.764,41	R\$ 3.690.366,26	R\$ 3.813.804,22
Títulos e valores mobiliários – Fundo Garantidor	R\$ 68.316.752,54	R\$ 68.105.421,51	R\$ 68.915.435,35

Fonte: DIAFI/COFIN

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

A Diretoria de Investimentos, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, a quem compete planejar, organizar, definir e coordenar a alocação dos recursos do Iprev-DF, por segmentos de ativos, de acordo com os instrumentos aprovados na política de investimentos e nas deliberações do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – CIAR, bem como analisar o cenário macroeconômico e os mercados financeiro e de capitais, doméstico e internacional, observando os reflexos no patrimônio dos fundos administrados pelo Iprev-DF, entre outras.

O Relatório de Investimentos constitui uma das atribuições relevantes da Diretoria, sendo um instrumento de transparência e prestação de contas da gestão, em que se detalham ativos, investimentos e aplicações financeiras, com fluxo de entradas e saídas de recursos. O presente documento traz resultados compilados de forma anual e mensal também, comparando-as.

É um dos instrumentos da Política de Investimentos, pois demonstra os resultados alcançados no período de referência – com as estratégias de alocação, diretrizes e metas a 2025 – e consolida informações de:

- Análise da conjuntura econômica com os cenários;
- Posição da carteira por segmento e ativos, com as informações de riscos, rentabilidades, instituição financeira e limites da Resolução CMN nº 4.963/2021, para parecer do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos (CIAR) e aprovação do Conselho Fiscal (CONFIS), bem como resultados dos Fundos geridos pelo Iprev-DF no ano de 2025; e
- Composição da carteira de imóveis.

A Diretoria de Investimentos elabora mensalmente o relatório de investimentos, como peça da Política de Investimentos. A Política de Investimentos se constitui em importante instrumento de planejamento, por definir o índice referencial de rentabilidade a ser buscado pelos gestores no exercício seguinte, estabelecer estratégias de alocação, diretrizes e metas de investimentos, bem como permitir monitorar ao longo do ano, por meio de relatórios de acompanhamento, os resultados que forem sendo alcançados durante a sua execução.

Ao Iprev-DF, há a atribuição principal de captar e de capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros, por meio de uma gestão participativa, transparente, eficiente e eficaz, com credibilidade e com excelência no atendimento.

A Autarquia Previdenciária realiza a gestão própria de seus investimentos nos moldes previstos pelo art. 21, § 1º, item I, da Resolução CMN nº 4.963/2021. As decisões e as ações de investimento e desinvestimento são tomadas diretamente pelo Iprev-DF.

Conforme a Lei Complementar nº 769/2008, o Iprev-DF administra quatro fundos: Fundo Financeiro, Fundo Solidário Garantidor, Fundo Capitalizado, e Fundo Administrativo. Para geri-los, o Iprev-DF se utiliza de níveis de diretrizes segredados por mandatos:

1. Anual: Políticas de Investimentos de 2025. Elaborada pela Diretoria de Investimentos (DIRIN), submetida à Diretoria Executiva, ao Comitê de Investimentos e Análise de Riscos (CIAR), e ao Conselho de Administração (CONAD) para deliberação e ao Conselho Fiscal (CONFIS) para conhecimento.

Alçadas: (1) DIRIN → (2) DIREX → (3) CIAR → (4) CONAD

2. Mensal: proposta pela Diretoria de Investimentos DIRIN e submetida ao CIAR, a quem compete a deliberação definitiva para cada mês, estipulando segmentos de alocação e realocação, e os volumes financeiros envolvidos, sempre à luz das diretrizes, limites e objetivos estabelecidos na Política Anual vigente.

Alçadas: (1) DIRIN → (2) CIAR

3. Diária: executada permanentemente pela Diretoria de Investimentos, sobre decisões de ativos e de momentos específicos que deverão sofrer investimentos e desinvestimentos, de forma a executar as diretrizes da Política Anual e as decisões mensais do CIAR, de acordo com o acompanhamento diário do mercado. Envolve ainda as operações visando administrar os níveis de risco e enquadramentos legais da carteira, bem como a realização das operações com o objetivo de fazer face ao fluxo de caixa apontado pela Diretoria de Administração e Finanças. Caberão ainda à DIRIN as decisões, de acordo com o acompanhamento diário do mercado, de alocação de novas receitas, ocorridas durante o mês, informando-as ao CIAR.

Alçadas: (1) DIRIN

CENÁRIO

Figura: Variação dos principais índices do mercado doméstico - Dez. 2025

Nome	D% U60M	D% U36M	D% U24M	D% U12M	D% Ano	D% Trimestre	D% Mês	D% Semana	D% Dia	Taxa Atual
CDI	68,09%	43,28%	26,74%	14,31%	14,31%	3,59%	1,22%	0,17%	0,06%	3.915,65
Dólar	5,88%	5,46%	13,66%	-11,14%	-11,14%	3,46%	3,16%	-0,70%	0,00%	5,5
Ibovespa	35,38%	46,83%	20,08%	33,95%	33,95%	10,18%	1,29%	0,14%	0,00%	161.125,37
IDIV	69,26%	60,55%	26,58%	29,99%	29,99%	8,75%	1,46%	0,36%	0,00%	11.485,30
IDkA IPCA 2 Anos	52,59%	32,95%	18,57%	12,03%	12,03%	3,25%	1,15%	0,19%	0,05%	9.984,60
IFIX	31,54%	31,68%	14,01%	21,15%	21,15%	5,18%	3,14%	-0,01%	0,00%	3.775,31
IMA Geral	53,39%	38,55%	20,69%	14,83%	14,83%	3,48%	0,79%	0,23%	0,05%	9.594,41
IMA-B	34,57%	28,13%	10,41%	13,17%	13,17%	3,42%	0,31%	0,36%	0,05%	10.938,17
IMA-B 5	52,56%	32,90%	18,53%	11,65%	11,65%	3,08%	0,95%	0,20%	0,05%	10.640,13
IMA-B 5+	20,14%	24,46%	4,35%	14,20%	14,20%	3,69%	-0,19%	0,49%	0,04%	12.109,38
IMA-S	70,10%	44,14%	27,28%	14,55%	14,55%	3,62%	1,23%	0,17%	0,06%	8.133,62
IPCA	33,15%	14,36%	9,31%	4,27%	4,27%	0,61%	0,34%	0,05%	0,02%	543,12
IRF-M	49,63%	40,29%	20,41%	18,22%	18,22%	3,37%	0,30%	0,24%	0,05%	21.605,92
IRF-M 1	64,02%	42,26%	25,62%	14,76%	14,76%	3,56%	1,16%	0,15%	0,05%	19.100,77
IRF-M 1+	42,61%	39,74%	17,91%	20,07%	20,07%	3,30%	-0,06%	0,27%	0,05%	23.512,63
Poupança	43,48%	25,19%	15,88%	8,26%	8,26%	2,03%	0,68%	0,09%	0,03%	1.015,20
S&P 500 (Moeda Original)	82,25%	78,29%	43,52%	16,39%	16,39%	2,35%	-0,05%	-1,22%	-0,74%	6.845,50
Selic	68,08%	43,28%	26,74%	14,31%	14,31%	3,59%	1,22%	0,17%	0,06%	3.983,61
SMLL	-18,31%	14,76%	-2,02%	30,70%	30,70%	2,67%	-3,58%	0,44%	0,00%	2.305,52

Fonte: Broadcast. Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

No Brasil, a inflação desacelerou em dez. 2025: o IPCA registrou variação mensal de +0,33% em dez. 2025, elevando o acumulado em 12 meses para 4,26%, o menor resultado desde 2018 e abaixo do teto do intervalo de tolerância da meta de inflação, e o acumulado em 2025 (jan–dez) ficou em 4,26%, mostrando que a pressão de preços arrefeceu ao longo do ano. O Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 15,00% a.a. em sua última reunião de 2025, reiterando que a taxa segue em nível restritivo para assegurar a convergência da inflação ao centro da meta e que a trajetória futura dependerá da evolução das expectativas e dos núcleos de inflação.

No mercado acionário doméstico, o Ibovespa encerrou 2025 com forte performance anual, acumulando aproximadamente +34,0% no ano e atingindo níveis recordes de fechamento acima de 161 mil pontos, em uma série de recordes históricos impulsionados por fluxo de capitais, melhora das expectativas macroeconômicas e maior receptividade de investidores estrangeiros ao mercado brasileiro. Levantamentos de dados de mercado mostram que o índice teve máxima de fechamento em torno de 164,455 pontos e encerrou o ano próximo de 161,125 pontos.

O fluxo de capital estrangeiro na B3 seguiu robusto em 2025, com investidores não residentes movimentando mais de R\$ 2,8 trilhões em negociações de ações ao longo do ano, respondendo por cerca de 62% do volume total negociado e contribuindo decisivamente para a alta acumulada do Ibovespa. Os saldos líquidos de entradas de capital estrangeiro, considerando metodologias que agregam compras e vendas e ofertas públicas, ficaram em torno de R\$ 26,8 bilhões ao longo de 2025, mesmo com períodos de volatilidade pontual no segundo semestre.

No exterior, os mercados de ações também mantiveram desempenho positivo ao longo de 2025. O S&P 500 valorizou-se significativamente no ano, com ganhos anuais de dois dígitos (cerca de +16,4% em alguns levantamentos de benchmarking), refletindo resiliência da economia dos Estados Unidos e apetite por risco global. Ao mesmo tempo, o índice DXY (U.S. Dollar Index) mostrou volatilidade ao longo do ano e registrou queda acumulada no ano em torno de -11,3%, refletindo pressão vendedora sobre o dólar frente a várias moedas emergentes e expectativas de cortes de juros pelo Fed.

No front doméstico de renda fixa e consumo, a deterioração do crédito foi um ponto de atenção em 2025: indicadores amplos sugerem que a proporção de famílias com contas em atraso permaneceu em patamares elevados no ano, com comprometimento de renda voltado para serviços de dívida acima dos níveis médios históricos, elevando o risco à sustentação do consumo das famílias. Já a confiança industrial, medida pelo índice de confiança do empresário industrial (ICEI/CNI), permaneceu em terreno abaixo da linha neutra (50 pontos) ao longo de boa parte de 2025, indicando visões cautelosas por parte dos empresários sobre a atividade produtiva e possíveis impactos negativos sobre investimento e emprego no curto prazo.

Esses dados de dezembro de 2025 mostram que a inflação brasileira encerrou o ano abaixo do teto da meta de inflação, reforçando expectativas de que o Banco Central poderá iniciar um ciclo de cortes na taxa Selic já no início de 2026, enquanto o mercado acionário doméstico apresentou forte recuperação e os fluxos de capitais estrangeiros permaneceram expressivos, mesmo diante de desafios no crédito e na confiança empresarial.

O Comitê de Política Monetária (COPOM) acompanha atentamente tais variações, conforme a última 273ª reunião em 16-16 Set. 2025, em que se destacam os trechos:

“8. As expectativas de inflação, medidas por diferentes instrumentos e obtidas de diferentes grupos de agentes seguiram trajetória de declínio, mas permanecem acima da meta de inflação em todos os horizontes. Foi ressaltado que o custo de desinflação sobre o nível de atividade ao longo do tempo é maior em ambientes com expectativas desancoradas. O Comitê avalia que perseverança, firmeza e serenidade na condução da política monetária favorecerão a continuidade desse movimento, importante para a convergência da inflação à meta com menor custo. A principal conclusão obtida, e compartilhada por todos os membros do Comitê, foi a de que, em um ambiente de expectativas desancoradas, como é o caso do atual, exige-se uma restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado.

9. As leituras recentes de inflação seguem indicando uma dinâmica melhor do que se previa no início do ano. A combinação de um câmbio mais apreciado e um comportamento mais benigno das commodities contribuiu para redução nas inflações de bens industrializados e alimentos. A inflação de serviços também apresentou algum arrefecimento, ainda que mais resiliente, respondendo a um mercado de trabalho que segue dinâmico e a uma atividade que tem apresentado moderação gradual. Mantém-se, de um lado, a interpretação de uma inflação pressionada pela demanda e que requer uma política monetária contracionista por um período bastante prolongado e, de outro, a interpretação de que a política monetária tem contribuído de forma determinante para a desinflação observada.

(...)

12. Com relação ao balanço de riscos, avaliou-se que o cenário segue apresentando riscos mais elevados do que o usual tanto de alta quanto de baixa para o cenário de inflação. O Comitê avaliou que, entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) uma desancoragem das expectativas de inflação por período mais prolongado; (ii) uma maior resiliência na inflação de serviços d...

² Atas do COPOM. Banco Central do Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>. Acesso em: 22 jan. 2026.

interna que tenham impacto inflacionário maior que o esperado, por exemplo, por meio de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma eventual desaceleração da atividade econômica doméstica mais acentuada do que a projetada, tendo impactos sobre o cenário de inflação; (ii) uma desaceleração global mais pronunciada decorrente do choque de comércio e de um cenário de maior incerteza; e (iii) uma redução nos preços das commodities com efeitos desinflacionários.

(...)

17. O Copom decidiu manter a taxa básica de juros em 15,00% a.a., e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

18. O cenário atual, marcado por elevada incerteza, exige cautela na condução da política monetária. O Comitê avalia que a estratégia em curso, de manutenção do nível corrente da taxa de juros por período bastante prolongado, é adequada para assegurar a convergência da inflação à meta. O Comitê enfatiza que seguirá vigilante, que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que, como usual, não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado.”

Assim, pontua-se que a manutenção da taxa de juros brasileira em níveis elevados afeta a carteira do Fundo Solidário Garantidor, em que há a marcação a mercado em parte de seus TPFs. Ao Fundo Capitalizado, com marcação na curva de juros, aproveita-se para aumentar a posição em TPFs.

Conforme mencionado, houve redução nas expectativas da inflação para 2025, o que alcança diretamente as metas estabelecidas:

DESEMPENHO ANUAL DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS ADMINISTRADAS PELA DIRIN

FUNDO SOLIDÁRIO GARANTIDOR (FSG)

A carteira de investimentos do FSG encerrou dezembro de 2025 com rentabilidade positiva de R\$ 41.361.191,23 no mês, e de R\$ 551.865.660,95 no acumulado do ano; e patrimônio de R\$ 4,18 bi[....

Tabela: Distribuição da carteira do FSG em relação ao benchmark de seus fundos e rendimentos nominais em dez. 2025

Benchmark	Valor	%	Rendimentos no Mês	Rendimentos Acumulado
Alocação Dinâmica	R\$ 480.475.996,48	11,48%	R\$ 1.633.534,79	R\$ 48.084.794,75
BDR	R\$ 81.350.554,29	1,94%	R\$ 2.571.364,13	R\$ (1.552.423,58)
CDI	R\$ 755.431.322,95	18,05%	R\$ 9.240.245,07	R\$ 137.358.336,01
Crédito Privado	R\$ 64.596.337,99	1,54%	R\$ 781.752,06	R\$ 8.189.312,23
FIE	R\$ 110.701.827,13	2,65%	R\$ 4.944.055,29	R\$ 745.484,55
FII	R\$ 33.540.950,18	0,80%	R\$ (1.236.192,05)	R\$ (234.503,79)
FIP	R\$ 35.015.545,10	0,84%	R\$ 840.661,19	R\$ 8.581.877,98
IBOVESPA	R\$ 69.681.049,07	1,67%	R\$ (735.138,28)	R\$ 20.166.507,86
IBX	R\$ 51.878.535,87	1,24%	R\$ 407.928,09	R\$ 16.262.215,54
IDIV	R\$ 43.126.125,91	1,03%	R\$ (618.957,41)	R\$ 10.178.904,01
IDKA-IPCA 2A	R\$ 273.344.699,35	6,53%	R\$ 2.837.192,95	R\$ 28.161.179,65
IMAB	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -
IMA-B 5	R\$ 315.540.956,07	7,54%	R\$ 3.129.832,35	R\$ 49.394.790,38
Inflação	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -
IRFM	R\$ 41.834.246,12	1,00%	R\$ 414.471,87	R\$ 6.603.708,65
IRF-M1	R\$ 776.869.013,42	18,57%	R\$ 8.711.943,82	R\$ 96.393.256,91
Multimercados	R\$ 127.968.691,29	3,06%	R\$ 2.027.884,64	R\$ 23.068.453,29
SMALL	R\$ (0,00)	0,00%	R\$ -	R\$ -
Título Público (na curva)	R\$ 775.748.758,39	18,54%	R\$ 6.593.099,80	R\$ 61.140.747,90
Título Público (a mercado)	R\$ 146.959.404,05	3,51%	R\$ (182.487,08)	R\$ 39.323.019,61
	R\$ 4.184.064.013,66		R\$ 41.361.191,23	R\$ 551.865.661,95

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Importante esclarecer que os Títulos Públicos Federais (TPFs) estão entre os ativos mais seguros do país; entretanto dado o cenário atual, a marcação a mercado dos TPFs 2045, 2050 e 2055 demonstra negativamente o preço abaixo da taxa de compra. A composição da carteira, em decorrência dos mandatos do CIAR (ciclo iniciado em 2021), com mesmo ritmo em 2022/2023, obteve alocação em compra de títulos públicos. Para os TPFs do Fundo Solidário Garantidor, há a marcação a mercado que é a atualização diária do preço unitário (PU) de um título de renda fixa em função de vários fatores, como mudanças nas taxas de juros e nas condições de oferta e demanda pelo ativo. Essas atualizações podem ser tanto para baixo quanto para cima. A marcação a mercado (MaM) na renda fixa é relevante para os investidores que desejam resgatar a aplicação antes do vencimento do título. Se o investidor mantiver esses títulos na carteira até o vencimento, irá receber exatamente a remuneração combinada na data da compra. Logo, a volatilidade momentânea é em decorrência da marcação a mercado. Hoje a carteira do FSG é composta dos seguintes TPF/ vencimentos:

² Desde a edição da Portaria Iprev-DF nº 55, de 28 out. 2025, foi disponibilizado o total de R\$ R\$ 558.406.587,74 do FSG até dez. 2025 para pagamento de benefícios.

Tabela: Vencimento dos Títulos Públicos Federais

Vencimento	Quantidade	Valor	Tx média(IPCA+)
15/05/2027	11.000	49.180.137,48	6,3975
15/05/2028	136.300	630.304.618,44	6,5830
15/05/2029	22.000	96.264.002,47	7,9237
15/05/2045	20.000	81.800.268,00	5,2062
15/05/2055	16.200	65.159.136,05	5,0840

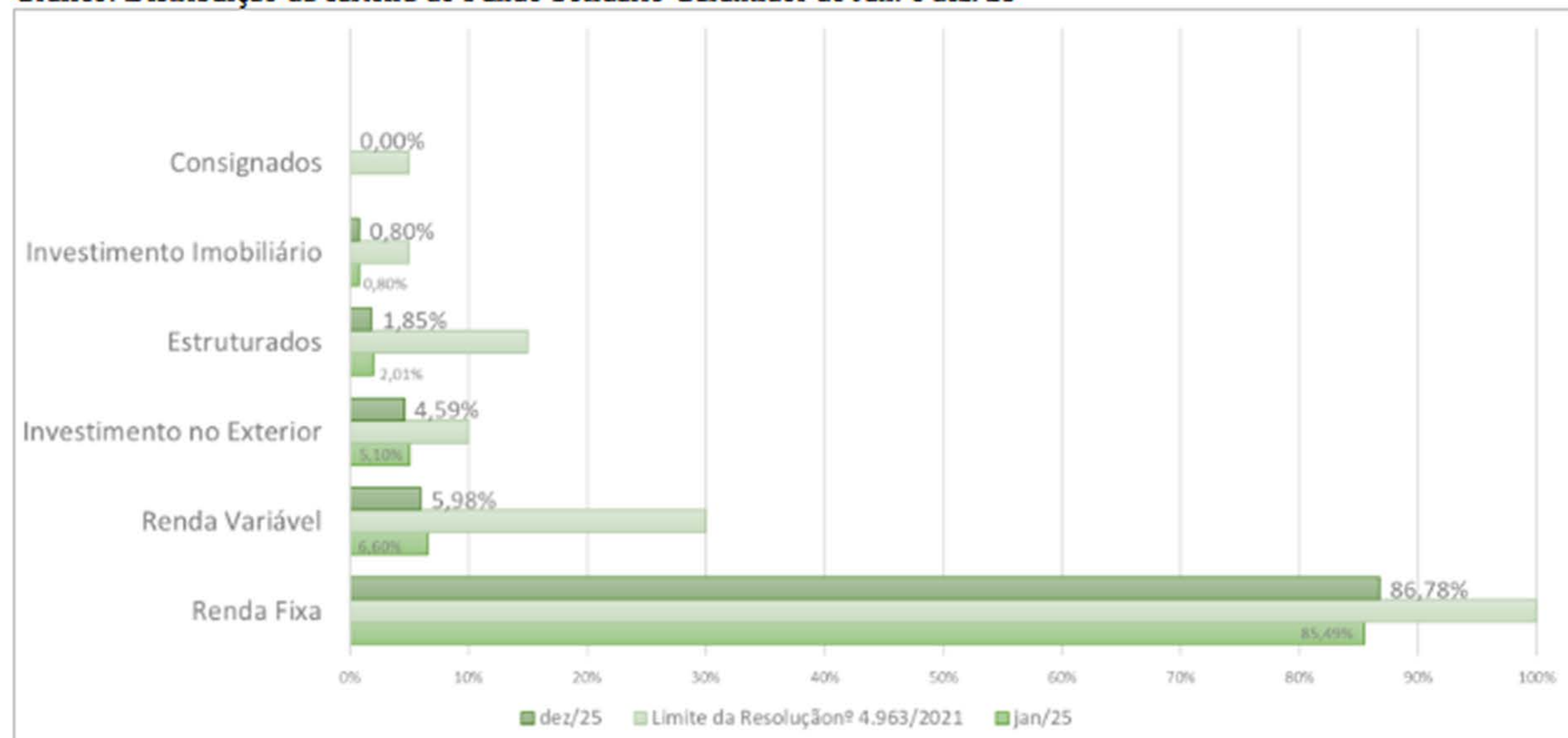
Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Destaca-se que, tendo em vista o cenário atual, o Comitê de Investimentos e Análise de Riscos (CIAR) em conjunto com a Diretoria de Investimentos realizou a diminuição da exposição em renda variável, diminuindo a oscilação momentânea dado o perfil do FSG. Durante o ano, fez a redução de títulos mais longos (2045 a 2055), para títulos curtos marcando-os na curva de juros. Essas duas estratégias mitigaram a volatilidade dos ativos, favorecendo a rentabilidade positiva da carteira.

Em consonância com a Política de Investimentos/2025, a realocação entre os benchmarks é realizada via Ciar. Qual seja, nas reuniões do Ciar, há a análise do cenário ao mês, formulação de mandato de realocação dos recursos durante o mês e informação das execuções realizadas (por meio dos relatórios). Portanto, as carteiras são subdivididas nos principais benchmarks dos mercados.

A distribuição da carteira manteve-se, majoritariamente, em renda fixa, dentro dos parâmetros por segmento previstos na Resolução CMN nº 4.693/2021. E, com as realocações ocorridas no trimestre, não houve mudanças significativas. Logo, observam-se os limites de previstos na Resolução citada e na Política de Investimentos:

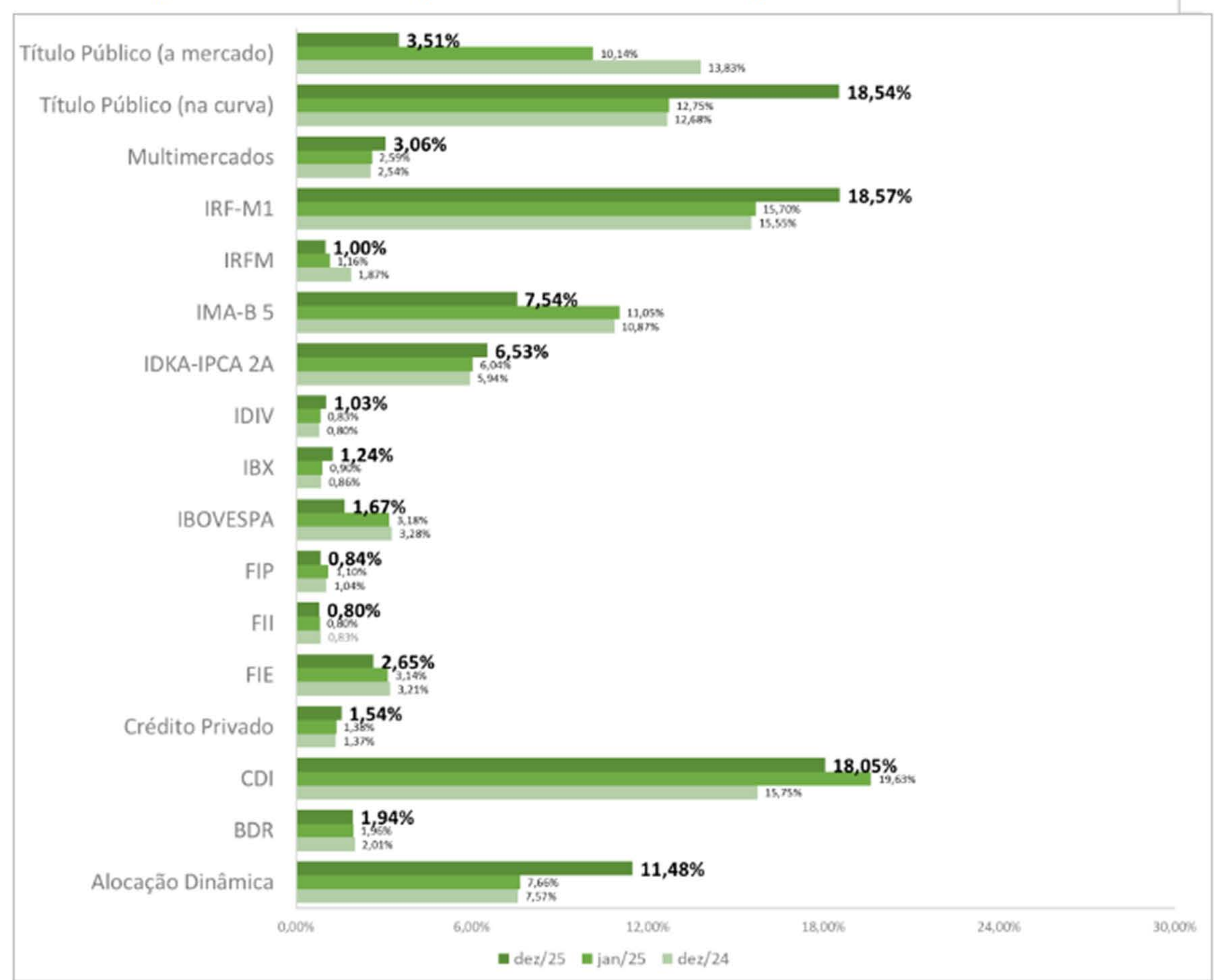
Gráfico: Distribuição da carteira do Fundo Solidário Garantidor de Jan. e dez. 25



Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Conforme o gráfico acima, há maior exposição na Renda Fixa. Tal estratégia macro deve-se à alta da taxa SELIC que, em consonância com o Cenário citado, se mantém alta em 2025. Assim, protegeu-se a carteira do FSG da volatilidade da renda variável, com ganhos na renda fixa. Comparando os meses de janeiro a dezembro, não se percebem grandes movimentações entre os segmentos; entretanto por benchmark, é perceptível a variação do CDI e Títulos Públicos na curva de juros.

Gráfico: Distribuição da carteira do FSG em relação ao benchmark de seus fundos entre janeiro a dezembro. 2025

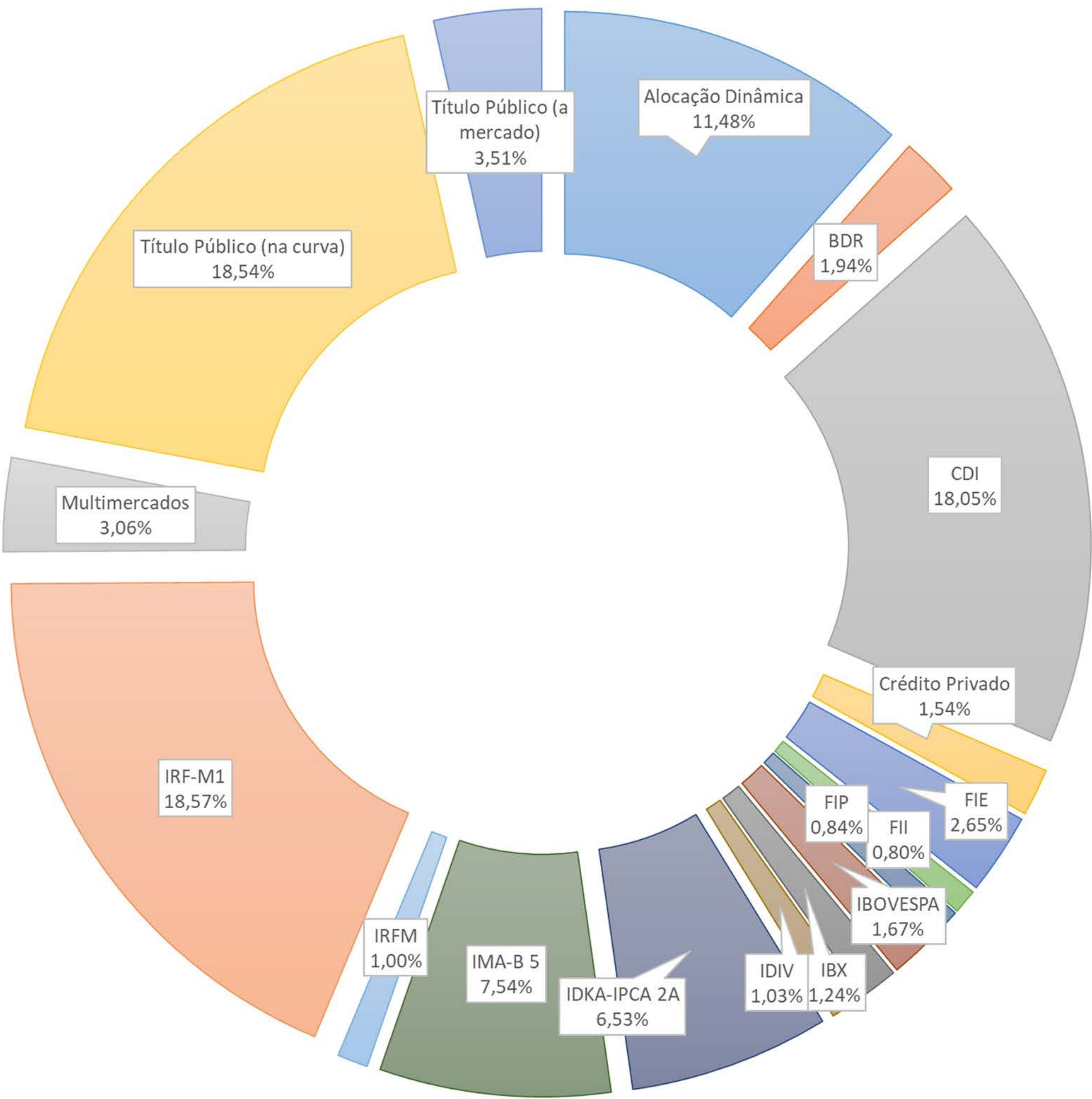


Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Ao se analisar a carteira por benchmarks, percebe-se uma diminuição em Títulos públicos (a mercado) ao longo de 2025, e um aumento na alocação em CDI, estratégia que tende a ser mantida ao longo do ano, considerando o possível aumento da taxa Selic.

Entretanto, entre todos os movimentos, o Comitê avaliou reduzir a posição de TPFs a mercado e a exposição em renda variável brasileira. Tal movimento visou à proteção da carteira do FSG contra a volatilidade momentânea, de forma que a carteira terminou a distribuição da seguinte forma:

Gráfico: Composição da Carteira do FSG em dez. 2025.



Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Vale ressaltar que a nova Resolução traz a divisão por segmentos e em artigos; logo a classificação pormenoriza as divisões estabelecidas e auxilia, assim, visualmente, a compreensão da composição da carteira.

Abaixo seguem as execuções de mandatos do Ciar ao longo de 2025:

Tabela: Execução dos mandatos do CIAR ao FGS ao longo do ano.

	DETERMINAÇÃO	EXECUTADO	PERCENTUAL
Janeiro	Realocação de IRF-M/IRF-M1 para CDI / FIE / BDR	-	-
	Realocação de R\$50 milhões	-	-
	Realocação de IBOVESPA/IBX/IDIV para CDI / FIE / BDR	8.966.580,30	17,93%
	Realocação de R\$ 50 milhões	-	-
	Encurtamento dos Títulos Públicos Federais com vencimento em 2045/2055 para até 2029 - R\$ 200 milhões	-	-
	Solicitação de autorização para, em havendo oportunidade, venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2055) com retorno positivo e validação posterior do CIAR – R\$ 200 milhões	150.272.487,20	75,14%
Fevereiro	Realocação de Alocação Dinâmica para CDI / Alocação Dinâmica / IRF M/IRF-M1 - Realocação de R\$150 milhões	-	-
	Realocação de IBOVESPA/IBX/IDIV para CDI / FIE / BDR / IRF-M1/ IRF M - Realocação de R\$ 100 milhões	-	-
	Venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo e para CDI/IRF-M1/IMA-B5 – R\$ 200 milhões	132.595.816,97	66,30%
Março	Realocação de Alocação Dinâmica para CDI / Alocação Dinâmica / IRF M/IRF-M1	-	-
	Realocação de R\$150 milhões	-	-
	Realocação de IBOVESPA/IBX/IDIV para CDI / FIE / BDR / IRF-M1/ IRF M - Realocação de R\$ 100 milhões	81.755.915,55	81,76%
	Venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo e para CDI/IRF-M1/IMA-B5 – R\$ 200 milhões	-	-
Abril	Realocação de Alocação Dinâmica para CDI / IRF-M1	20.000.000,00	13,33%
	Realocação de R\$150 milhões	-	-
	Venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo e para CDI/IRF-M1/IMA-B5 – R\$ 200 milhões	-	-
Maio	Realocação de Alocação Dinâmica para CDI / IRF-M1- Realocação de R\$150 milhões	-	-
	Venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo e para CDI/IRF-M1/IMA-B5 – R\$ 200 milhões; e	-	-
	Realocação de Alocação Dinâmica para BDR/ FIE e Multimercados para CDI– R\$ 50 milhões.	-	-
	Venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo e para CDI/IRF-M1/IMA-B5 – R\$ 200 milhões.	80.595.374,82	40,30%

Junho	Venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo para CDI/TPF (2028) – R\$ 200 milhões	-	-
	Realocação de FIE/BDR para CDI/Pré-fixados (IRF/IRF-M1/IDKA PRÉ) Realocação de R\$ 50 milhões	20.000.000,00	40,00%
Julho	Venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo para CDI/TPF (2028) – R\$ 200 milhões	-	-
	Realocação de FIE/BDR para CDI/Pré-fixados (IRF/IRF-M1/IDKA PRÉ) Realocação de R\$ 50 milhões	2.500.000,00	5,00%
Agosto	Venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo para TPF (2028)/IRF-M1/ Alocação Dinâmica – R\$ 150 milhões;	-	-
	Realocação de CDI para Alocação Dinâmica - Realocação de R\$ 100 milhões	100.000.000,00	100%
	Realocação de IMA-B5 para TPF (2028) - Realocação de R\$ 100 milhões	48.884.862,15	48,88%
Setembro	Venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo para TPF (2028)/IRF-M1/ Alocação Dinâmica – R\$ 150 milhões	-	-
	Realocação de CDI para Alocação Dinâmica - Realocação de R\$ 100 milhões	40.000.000,00	40%
	Realocação de IMA-B5 para TPF (2028) -Realocação de R\$ 100 milhões	-	-
	Realocação de CDI para IDIV - Realocação de R\$ 5 milhões	5.000.000,00	100,00%
	Venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo para TPF (2028)/Alocação Dinâmica – R\$ 200 milhões	-	-
Outubro	Realocação de IMA-B5 para TPF (2029) / Alocação Dinâmica	40.000.000,00	40%
	Realocação de R\$ 100 milhões	-	-
	Realocação de FIE/BDR para CDI / Alocação Dinâmica	-	-
	Realocação de R\$ 100 milhões	-	-
Novembro	Venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo para TPF (2028)/IRF-M1/ Alocação Dinâmica – R\$ 190 milhões;	40.635.164,14	21,39%
	Realocação de IMA-B5 para TPF (2029) - Realocação de R\$ 100 milhões; e	40.740.019,87	40,74%
	Realocação de BDR para CDI / Alocação Dinâmica - Realocação de R\$ 35 milhões.	-	-
	Venda dos Títulos Públicos Federais (2045/2050/2055) com retorno positivo para TPF (2028)/Alocação Dinâmica – R\$ 160 milhões	-	-
Dezembro	Realocação de IMA-B5 para TPF (2028) / Alocação Dinâmica Realocação de R\$ 100 milhões	-	-
	Realocação de BDR para CDI / Alocação Dinâmica	-	-
	Realocação de R\$ 35 milhões	-	-

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Seguem abaixo todas as operações realizadas durante 2025, demonstrando o fluxo das operações:

Tabela: Fluxo de Operações Financeiras.

	Fundo de Investimento	CNPJ	Resgate	Aplicação	Benchmark	Mês
Operação 1	PLURAL AÇÕES FIC AÇÕES (GRID)	01.675.497/0001-00	8.966.580,30		Ibovespa	Janeiro
	BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIC RF REFERENCIADO DI	03.399.411/0001-90		8.966.580,30	CDI	
Operação 2	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	1.597.140,68		CDI	
	PÁTRIA INFRAESTRUTURA V ADVISORY	52.281.935/0001-97		1.597.140,68	FIP	
	FIP MULTISTRATÉGICA					Fevereiro
Operação 3	Venda de 20.000 títulos	NTN-B 2050 (IPCA + 5,7379%)	75.136.243,60		TPF	
	Venda de 10.000 títulos	NTN-B 2050 (IPCA + 5,8024%)	37.568.121,80		TPF	
	Venda de 10.000 títulos	NTN-B 2050 (IPCA + 5,7939%)	37.568.121,80		TPF	
	Bradesco Premium RF ref DI	03.399.411/0001-90		150.272.487,20	CDI	
Operação 1	Venda de 20.000 títulos	NTN-B 2050	75.406.997,80		TPF	
	Venda de 15.000 títulos	NTN-B 2055	57.188.819,17		TPF	
	Itaú Institucional FI Ref DI	00.832.435/0001-00		79.557.490,19	CDI	
	Caixa Brasil IRF-M1 TP FI RF	10.740.670/0001-06		26.519.163,39	IRF-M1	
	BB IMA-B 5 FIC RF Previdenciário LP	03.543.447/0001-03		26.519.163,39	IMA-B 5	
Operação 2	WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO FI RF	17.517.577/0001-78	15.000.000,00		IMA-B 5	
	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RF LP	11.060.913/0001-10		15.000.000,00	IMA-B 5	

Operação 1	Icatu Vanguarda Dividendos FI Ações	08.279.304/0001-41	81.755.915,55		Ações	Março
	Bradesco Premium Resp. Lim. FIF RF Ref. DI	03.399.411/0001-90		81.755.915,55	CDI	
Operação 1	BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	20.216.216/0001-04	15.000.000,00		IMA-B 5	
	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RF LP	11.060.913/0001-10		15.000.000,00	IMA-B 5	
Operação 2	BB NORDEA INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	21.752.617/0001-33	10.000.000,00		FIE	Abril
	BB GLOBAL SELECT EQUITY INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	17.413.636/0001-68		10.000.000,00	FIE	
Operação 3	BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	28.515.874/0001-09	20.000.000,00		Aloc. Din.	
	BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.399.411/0001-90		20.000.000,00	DI	
Operação 1	Venda de 20.000 títulos	NTN-B 2050 (IPCA + 5,5765%)	80.595.374,82		TPF	
	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05		80.595.374,82	CDI	
	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	80.595.374,82		CDI	Maio
	BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.399.411/0001-90		80.595.374,82	CDI	
Operação 1	BB Global Select Equity Investimento no Exterior FI Multimercado	17.413.636/0001-68	20.000.000,00		FIE	Junho
	Bradesco Premium RF ref DI	03.399.411/0001-90		20.000.000,00	CDI	

Operação 1	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	20.000.000,00		CDI	Julho
	BRABESCO PREMIUM RESP LIM FIF RF REF DI	03.399.411/0001-90		5.000.000,00	CDI	
	ITAÚ INST RESP LIMITADA FIF RF REF DI	00.832.435/0001-00		10.000.000,00	CDI	
	SANTANDER INST PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RF REF DI	02.224.354/0001-45		5.000.000,00	CDI	
Operação 2	BB PERFIL RESP LIM FIF CIC RF REF DI PREV LP	13.077.418/0001-49	80.000.000,00		CDI	
	BRABESCO PREMIUM RESP LIM FIF RF REF DI	03.399.411/0001-90		20.000.000,00	CDI	
	ITAÚ INST RESP LIMITADA FIF RF REF DI	00.832.435/0001-00		40.000.000,00	CDI	
	SANTANDER INST PREMIUM RESP LIMITADA	02.224.354/0001-45		20.000.000,00	CDI	
	FIF CIC RF REF DI					
Operação 3	CAIXA BRASIL RESP LIM FIF RF REF DI	03.737.206/0001-97	40.000.000,00		CDI	
	BRABESCO PREMIUM RESP LIM FIF RF REF DI	03.399.411/0001-90		10.000.000,00	CDI	
	ITAÚ INST RESP LIMITADA FIF RF REF DI	00.832.435/0001-00		20.000.000,00	CDI	
	SANTANDER INST PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RF REF DI	02.224.354/0001-45		10.000.000,00	CDI	
Operação 4	BB NORDEA INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIME	21.752.617/0001-33	2.500.000,00		FIE	
	BRABESCO PREMIUM RESP LIM FIF RF REF DI	03.399.411/0001-90		1.500.000,00	CDI	
	ITAÚ INST RESP LIMITADA FIF RF REF DI	00.832.435/0001-00		500.000,00	CDI	
	SANTANDER INST PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RF REF DI	02.224.354/0001-45		500.000,00	CDI	

Operação 1	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	907.391,90		CDI	Agosto
	PÁTRIA INFRAESTRUTURA V ADVISORY FIP MULTISTRATÉGICA	52.281.935/0001-97		907.391,90	FIP	
Operação 2	BB FLUXO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	5.000.000,00		CDI	
	BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	13.077.418/0001-49	45.000.000,00		CDI	
	BRANCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.399.411/0001-90	50.000.000,00		CDI	
	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	23.215.097/0001-55		100.000.000,00	Alocação Dinâmica	
Operação 3	BRANCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RF	20.216.216/0001-04	50.000.000,00		IMA-B 5	
	BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	13.077.415/0001-05		50.000.000,00	CDI	
	BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	13.077.415/0001-05	48.884.862,15		CDI	
	Compra de 11.000 títulos	NTN-B 2027		48.884.862,15	TPF	

Operação 1	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	5.000.000,00		CDI	Setembro
	ITAÚ DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF AÇÕES	02.887.290/0001-62		5.000.000,00	IDIV	
Operação 2	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	40.000.000,00		CDI	
	Itaú Institucional Alocação Dinâmica Resp Limitada FIF RF	21.838.150/0001-49		40.000.000,00	CDI (ALOCAÇÃO DINÂMICA)	
Operação 3	SAFRA EXECUTIVE 2 FIF RF	10.787.647/0001-69	5.000.000,00		IRF-M1	
	Itaú Institucional IRF-M1 RESP LIMITADA RF	08.703.063/0001-16		5.000.000,00	IRF-M1	
Operação 1	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	1.913.902,44		CDI	Outubro
	PÁTRIA INFRAESTRUTURA V ADVISORY FIF MULTIESTRATÉGICA	52.281.935/0001-97		1.913.902,44	FIP	
Operação 2	Safra Executive 2 FIF RF	10.787.647/0001-69	7.000.000,00		IRF-M1	
	Itaú Institucional IRF-M1 RESP LIMITADA RF	08.703.063/0001-16		7.000.000,00	IRF-M1	

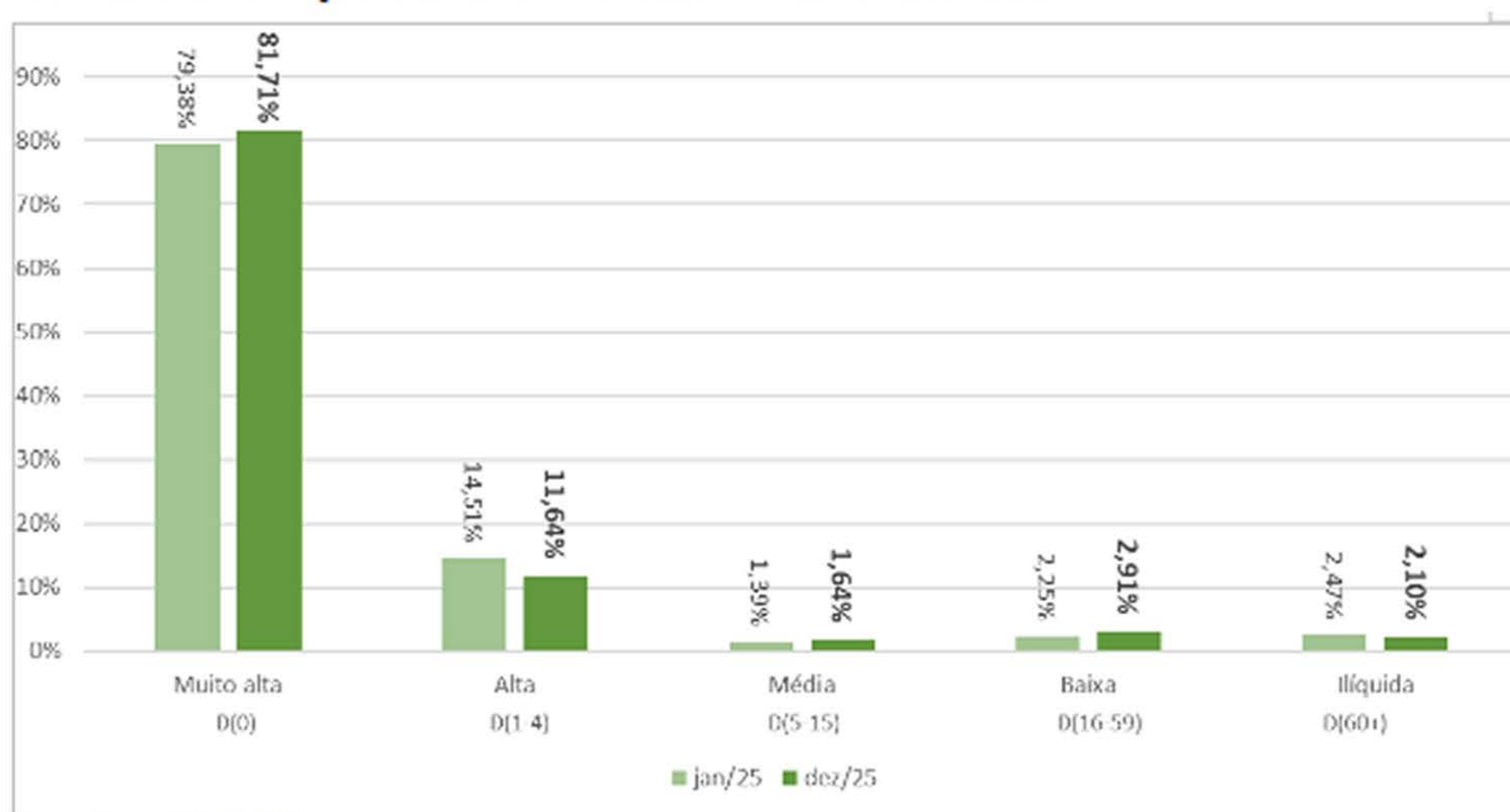
Operação 1	BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.399.411/0001-90	355.043.891,00		CDI	Novembro
Operação 2	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	11.060.913/0001-10	70.000.000,00		IMA-B 5	
	BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	20.216.216/0001-04	20.000.000,00		IMA-B 5	
	WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	17.517.577/0001-78	10.000.000,00		IMA-B 5	
	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05		70.000.000,00	CDI	
	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05		30.000.000,00	CDI	
	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	97.886.611,00		CDI	
	Compra de 22.000 títulos	NTN-B 2029		90.358.152,96	TPF	
Operação 3	Venda de 10.000 títulos	NTN-B 2050	40.635.164,14		TPF	
	BB PERFIL RL FIF CIC RF REF DI	13.077.418/0001-49		40.635.164,14	CDI	
	PREVIDENCIÁRIO LP					
	BB PERFIL RL FIF CIC RF REF DI PREVIDENCIÁRIO LP	13.077.418/0001-49	40.740.019,87		CDI	
	Compra de 9.200 títulos	NTN-B 2028		40.740.019,87	TPF	
Operação 4	BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	13.077.418/0001-49	49.108.996,00		DI	
Operação 5	ITAÚ INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	00.832.435/0001-00	70.042.004,41		DI	
Operação 1	Caixa Brasil IMA-B 5 Títulos Públicos Resp Limitada FIF Renda Fixa	11.060.913/0001-10	59.442.388,51		DI	Dezembro
Operação 2	BRB CAPITAL RESP LIMITADA FIC RF LP	10.859.917/0001-08	24.769.307,82		DI	

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Importante esclarecer que, após a decisão do Ciar, há um estudo interno da Diretoria de Investimentos pautando a realocação de recursos. Em todas as fases, analisa-se o cenário como base para decisão de realocação. Todos os movimentos foram realizados de forma gradual ao longo dos últimos meses e ao se analisar a performance dos fundos de investimentos em relação ao retorno, volatilidade, exposição ao risco e a carteira expandida.

Quanto à liquidez das aplicações do FSG, parte substancial da carteira está entre alta e muito alta. Na comparação entre os anos, houve pouca variação da liquidez entre os ativos:

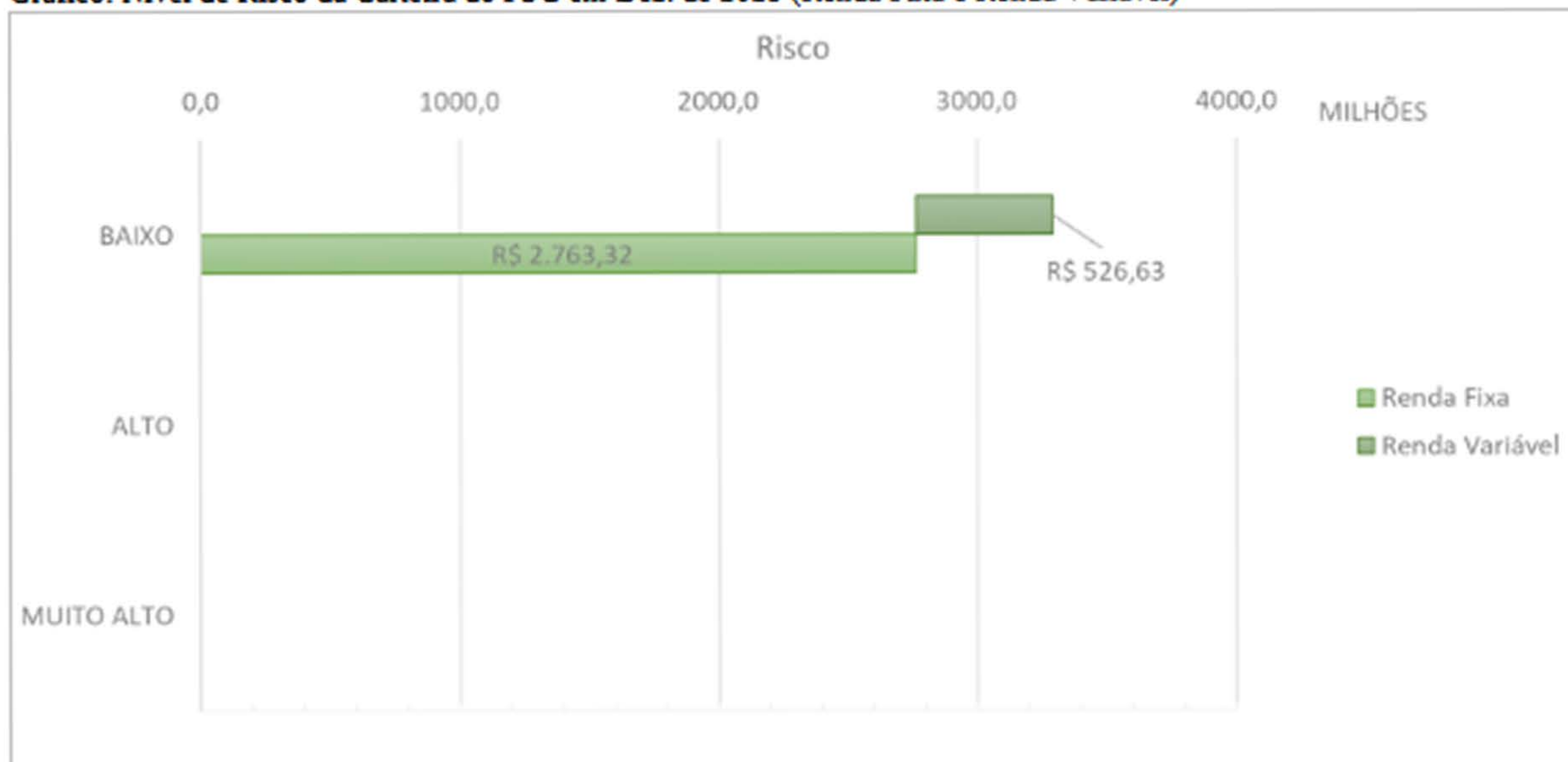
Gráfico: Nível de liquidez da Carteira do FSG entre Jan. e dez. 2025



Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Em relação ao risco da carteira, não há nenhum fundo com o nível de risco alto ou muito alto em dezembro:

Gráfico: Nível de Risco da Carteira do FSG em Dez. de 2025 (Renda Fixa e Renda Variável)



Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Em síntese, o Value-at-Risk (VaR) mede a perda máxima esperada de um ativo, com 95% de confiança, considerando a volatilidade histórica do ativo em um período. Aqui, houve a divisão entre Renda Fixa (tem o VaR menor) e Renda Variável, excluindo os Fundos Estruturados. Durante os últimos meses, houve uma retirada do fundo com maior volatilidade, visando mitigar o risco.

Tabela: Valores por Nível de Risco da Carteira do FSG em Setembro de 2025 (Renda Fixa e Renda Variável)

	Renda Fixa	Renda Variável	Percentual
Muito alto	R\$ -	R\$ -	0,00%
Alto	R\$ -	R\$ -	0,00%
Baixo	R\$ 2.763.316.726,25	R\$ 526.634.727,61	100,00%
Total	R\$ 2.763.316.726,25	R\$ 526.634.727,61	R\$ 3.289.951.453,86

Fonte: Iprev-DF/DIRIN

Com relação aos níveis de risco do FSG, verificamos em sua grande maioria a posição em fundos de baixo risco (VaR < 2%), que representa 100% da carteira. Em renda fixa não temos posições em níveis de alto risco (Var entre 2% e 3,9%), nem de risco muito alto (VaR > 4%). O FSG tem posições de baixo risco e dentro dos parâmetros regulares do Manual de avaliação de Riscos de Investimentos publicado no sítio do Iprev-DF. A distribuição da carteira é feita em diversos gestores, administradores e custodiantes:

Tabela: Distribuição da carteira por Gestor / Administrador / Distribuidor / Custodiante.

Gestor	Administrador	Distribuidor	Custodiante
Pátria Investimentos	12.966.934,31	Banco Bradesco	237.863.191,23
BB Asset Management	923.961.779,98	Banco Santander	44.310.994,83
Bradesco Asset Management	237.863.191,23	BB Asset Management	923.961.779,98
BRB DTVM	18.056.799,88	BEM DTVM	54.168.475,35
CADIA Asset	1.204.309.484,38	BNP Paribas	77.918.323,68
Cedro Capital	6.535.518,56	BRB DTVM	99.714.076,99
Constância Investimentos	53.408.222,72	Caixa Econômica Fed	1.204.309.484,38
Genial Investimentos	81.657.277,11	Intrag DTVM	51.878.535,87
Graphen Investimentos	-	Itaú Unibanco	476.401.082,84
Itaú Vanguard	(0,00)	Lions Trust	15.513.092,23
Itaú Asset Management	476.401.082,84	Rio Bravo Investimen	9.690.000,00
Ocean Brasil	(0,00)	RJI Corretora de Valo	-
Rio Bravo Investimentos	9.690.000,00	Safra Asset Managem	46.124.360,97
Safra Asset Management	46.124.360,97	Trustee DTVM	6.535.518,56
Santander Brasil Asset Manageme	44.310.994,83	s/ Administrador	922.708.162,44
SPX Capital	67.391.628,10	XP Investimentos	12.966.934,31
SulAmérica Investimentos	760.252,63	-	-
Western Asset	77.918.323,68	-	-
S/ Gestor	922.708.162,44	-	-
TOTAL	4.184.064.013,66	4.184.064.013,66	27.746.799,88
			4.184.064.013,66

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

A tabela a seguir ilustra a distribuição entre diversos fundos de investimento, apresentado a rentabilidade acumulada durante o mês e a posição final da carteira ao término do período.

Tabela: Detalhamento do acumulado em Dez. 2025 dos fundos de investimento e TPFs.

Nome	Taxa de Administração	Taxa de Perf.	Rentabilidade Acumulada	Rentabilidade em três meses	Rentabilidade em dezembro	Posição Final
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,20%	Não possui	16.855.923,84	4.541.483,74	1.673.231,20	163.974.222,41
BB IPCA III FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	0,20%	Não possui	-	-	-	-
BB IRF M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,10%	Não possui	40.299.327,58	11.122.415,70	3.570.333,61	319.921.508,01
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,15%	Não possui	-	-	-	(0,00)
BB TÍTULOS PÚBLICOS VII FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,20%	Não possui	-	-	-	-
BB IMA B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	0,20%	Não possui	20.390.501,17	5.566.408,66	1.897.897,82	205.130.230,58
BRB 2023 FI RENDA FIXA	0,10%	Não possui	-	-	-	-
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	0,20%	Não possui	5.206.645,47	2.093.273,09	1.110.471,07	81.657.277,11
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	0,20%	Não possui	17.931.006,24	4.241.696,98	1.482.242,22	122.551.132,13
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	0,40%	Não possui	36.710.895,30	13.126.143,52	959.273,22	365.526.906,82
CAIXA BRASIL IMA B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,20%	Não possui	21.523.670,16	6.399.440,18	1.187.798,26	105.309.519,18
CAIXA BRASIL IRF M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,20%	Não possui	50.143.782,77	13.990.426,97	4.504.202,42	400.202.554,11
CAIXA BRASIL IRF M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,20%	Não possui	883.090,99	234.461,45	16.170,27	5.803.355,28
CAIXA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA FIP MULTIESTRATÉGIA	1,00%	20,00%	-	-	-	-
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	1,72%	Não possui	10.178.904,01	4.272.417,72	(618.957,41)	43.126.125,91
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES	1,72%	Não possui	-	-	-	-
FUNDO BRASIL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS II FIP MULTIESTRATÉGIA	0,08%	20,00%	9.457.511,62	2.790.556,58	401.508,13	15.513.092,23
ITAÚ INSTITUCIONAL PHOENIX FIC AÇÕES	2,00%	20,00%	-	-	-	-
SPX APACHE RESP LIMITADA FIF AÇÕES SUBCLASSE SPX APACHE CONDOMINIAL	1,90%	20,00%	16.262.215,54	6.095.986,20	407.928,09	51.878.535,87
WESTERN ASSET IMA B 5 ATIVO FI RENDA FIXA	0,40%	Não possui	1.287.444,22	295.745,12	5.298,28	820.194,74
SAFRA EXECUTIVE 2 FI RENDA FIXA	0,50%	Não possui	5.720.617,66	1.605.040,17	398.301,60	36.030.890,84
SAFRA EQUITY PORTFÓLIO PB FIC AÇÕES	2,00%	Não possui	2.150.905,48	814.077,83	(33.312,48)	7.398.698,12
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	1,00%	Não possui	3.143.579,43	833.287,16	187.460,55	16.745.064,79
BB IMA B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,20%	Não possui	-	-	-	-
BB IRF M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,20%	Não possui	-	-	-	-
IMOBILIÁRIO PARANÁ REC FIP MULTIESTRATÉGIA	1,00%	20,00%	(750.336,63)	-	-	-
VENTURE BRASIL CENTRAL FIP CAPITAL SEMENTE	0,30%	20,00%	174.438,80	89.370,86	19.463,99	6.535.518,56
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	0,70%	Não possui	298.058,90	354.266,68	128.782,47	4.252.425,35
WESTERN ASSET FI AÇÕES BDR NÍVEL I	1,50%	Não possui	(1.850.482,48)	1.726.184,86	2.442.581,66	77.098.128,94
SULAMÉRICA EVOLUTION FI MULTIMERCADO	1,00%	20,00%	-	-	-	-
SULAMÉRICA EQUITIES FI AÇÕES	1,50%	20,00%	190.403,42	74.628,32	6.898,39	760.252,63
ITAÚ HIGH GRADE FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	0,25%	Não possui	8.189.312,23	2.274.322,71	781.752,06	64.596.337,99
SANTANDER IBOVESPA ATIVO INSTITUCIONAL FI AÇÕES	0,75%	Não possui	2.556,02	1.042,64	98,28	9.939,53
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	0,20%	Não possui	27.860.943,70	5.799.996,88	1.300.513,47	107.488.927,06
BRASESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,20%	Não possui	51.458.062,23	18.999.173,78	2.063.572,90	171.390.122,96
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,20%	Não possui	2.528.229,36	1.326.559,31	456.432,52	38.028.229,36
SANTANDER IRF M 1 PREMIUM	0,20%	Não possui	796.876,86	220.373,36	70.751,31	6.272.825,94
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,18%	Não possui	29.229.869,58	10.007.510,77	2.639.552,34	217.570.569,54
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	0,50%	Não possui	5.288.677,03	1.593.474,97	424.105,42	42.372.838,36
SIA CORPORATE FII - SAIC11B	0,50%	Não possui	(2.002.600,87)	(48.191,56)	(1.642.634,05)	18.056.799,88

CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	1,20%	Não possui	428.097,08	189.154,48	(13.558,00)	5.794.150,30
RIO BRAVO RENDA VAREJO FII - RBVA11	0,65%	Não possui	1.340.000,00	1.240.000,00	420.000,00	9.690.000,00
BRANCO MID SMALL CAPS FI AÇÕES	1,50%	Não possui	-	-	-	(0,00)
BRANCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	0,40%	Não possui	6.526.671,52	1.394.273,16	269.503,40	43.171.492,81
OCCAM FIC AÇÕES	2,00%	20,00%	-	-	-	(0,00)
GERAÇÃO FI AÇÕES	3,00%	20,00%	177.016,10	-	-	(0,00)
BRASIL PLURAL ESTRATÉGIA FIC AÇÕES	1,98%	20,00%	-	-	-	-
BRANCO INSTITUCIONAL IMA B 5 FIC RENDA FIXA	0,20%	Não possui	6.193.174,83	1.208.492,68	38.837,99	4.281.011,57
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	2,00%	20,00%	10.551.976,93	4.275.206,56	(691.306,32)	53.408.222,72
BB QUANTITATIVO FIC AÇÕES	1,00%	20,00%	-	-	-	-
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,20%	Não possui	11.305.255,81	3.003.057,80	1.163.961,75	109.370.476,94
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FI AÇÕES	2,00%	Não possui	6.013.853,10	-	-	(0,00)
GENIAL MS GLOBAL BRANDS INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	0,80%	Não possui	-	-	-	-
GENIAL MS US GROWTH INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	0,80%	Não possui	-	-	-	-
ARX INCOME INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	2,00%	20,00%	-	-	-	(0,00)
BRANCO IRF M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,20%	Não possui	2.408.431,55	666.119,38	213.276,97	19.020.563,89
BB GLOBAL SELECT EQUITY INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	0,08%	Não possui	1.096.168,41	(585.048,60)	4.856.581,86	108.373.366,13
BB NORDEA INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	0,08%	Não possui	(350.683,86)	(58.730,81)	87.473,43	2.328.461,00
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	0,40%	Não possui	4.847.227,93	1.584.687,00	404.758,17	71.777.596,85
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF M 1 FI RENDA FIXA	0,18%	Não possui	2.744.838,15	716.867,13	353.379,51	31.451.561,47
ITAÚ PRIVATE S&P500® BRL FIC MULTIMERCADO	0,80%	Não possui	17.779.776,26	7.921.837,70	1.603.779,22	85.595.852,93
ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI	1,50%	Não possui	409.164,06	124.004,11	16.798,29	5.409.164,06
PÁTRIA INFRAESTRUTURA V	0,11%	Não possui	(299.735,81)	(683.120,50)	419.689,07	12.966.934,31
SAFRA SELECTION FIC ACOES	0,35%	Não possui	670.632,75	238.973,73	(34.314,44)	2.694.772,01
Título Público - A MERCADO			39.323.019,61	3.849.776,50	(182.487,08)	146.959.404,05
Título Público - NA CURVA			61.140.747,90	13.429.627,70	6.593.099,80	775.748.758,39
TOTAL			551.865.661,95	158.956.752,67	R\$ 41.361.191,23	R\$ 4.184.064.013,66

Fonte e Elaboração: DIRIN/IpREV-DF.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO E IMOBILIÁRIOS DO FUNDO SOLIDÁRIO GARANTIDOR

FUNDO BRASIL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS II FIP MULTIESTRATÉGIA

O Fundo de investimentos realiza investimentos em parceria com o Carlyle South America Buyout Fund, L.P., em títulos e valores mobiliários de emissão da companhia alvo. Em fevereiro, houve deliberação para troca da “equipe chave”, com realização adicional no Fundo na Mundi Holdings II. Todas as deliberações passaram pelo crivo do Ciar. Houve o investimento de R\$ 28,4 milhões.

O FBIE II está em período de desinvestimento, com término inicialmente previsto para 13 de julho de 2024, após seu prazo de duração de 10 anos. Conforme o artigo 3º do regulamento do fundo, é possível prorrogar o prazo por até cinco períodos adicionais de um ano, mediante recomendação do Gestor e deliberação em Assembleia Geral de Cotistas (AGC).

O gestor recomendou a prorrogação do prazo por um período adicional de um ano, até 13 de agosto de 2026. A proposta foi aprovada sem manifestação de voto pelo Iprev-DF, dando ao gestor até 2026 a possibilidade de vender os ativos e retorno para o FSG.

Ao final de dez. 2025, o valor da cota foi consolidado em R\$ 545,29, uma alta em relação ao mês anterior em que a cota era de R\$ 531,18. Enquanto isso, o patrimônio líquido do fundo encerrou o período com um montante total de R\$ 217.352.058,36.

SIA CORPORATE FII

O Fundo visa a aquisição e a exploração dos Ativos Alvo do Empreendimento, buscando adquiri-los, obter sua posse e utilizá-los da forma mais eficiente possível. Para tanto, o Fundo utilizará contratos de arrendamento ou locação, visando maximizar o retorno sobre o investimento através da exploração comercial ou operacional dos ativos.

A Newmark Brasil – Valuation & Advisory conduziu a avaliação do valor de mercado para fins de compra e venda da propriedade mencionada. O foco desta avaliação é um imóvel comercial, com uma área construída de 22.903,21 m² e uma área privativa de 11.179,13 m², localizado no SIA Trecho 1, Brasília, DF.

Com base nas análises presentes neste relatório, assim como nas premissas e condições limitantes descritas, a opinião de valor para o imóvel avaliado é a seguinte: a data da avaliação é 24 nov. 2023, com um valor unitário de R\$ 7.071,39 por metro quadrado. O valor de mercado "as is" para compra/venda foi estimado em R\$ 79.052.000,00, enquanto o valor de mercado "as is" para locação foi determinado em R\$ 45,53 por metro quadrado, resultando em uma conclusão de valor de R\$ 509.000,00. Esta conclusão reflete as análises detalhadas e as condições especificadas no relatório.

No início de julho a instituição financeira Graphen Investimentos assumiu a gestão do fundo. A Gestão de Recursos de terceiros consiste na gestão profissional dos Ativos integrantes das carteiras dos Veículos de Investimento, nos termos estabelecidos nos documentos dos Veículos de Investimento, neste Código, nas Regras e Procedimentos de AGRT e na regulação vigente.

Ao final de dez. 2025, o valor unitário da cota foi consolidado em R\$ 50,87, refletindo a variação dos investimentos e a dinâmica do mercado ao longo do período. Por sua vez, o montante total do patrimônio líquido alcançou a quantia de R\$ 72.731.426,79, uma queda em relação ao mês anterior quando o patrimônio fechou em 79.347.832,74.

FII RIO BRAVO RENDA VAREJO

O Fundo tem como objetivo principal investir em imóveis comerciais, com foco no segmento varejista, buscando ativos bem localizados e com alto potencial de valorização. A estratégia envolve a aquisição de imóveis já consolidados, a construção de novos empreendimentos e a adaptação de imóveis existentes para atender às necessidades do mercado.

O foco está na construção de um portfólio diversificado e de longo prazo, com imóveis localizados em áreas estratégicas e com atributos que atendam às demandas do mercado varejista, visando gerar valor para os investidores através da valorização patrimonial e da geração de renda recorrente.

A flexibilidade dos imóveis é uma característica importante, sendo os ativos bem localizados e adaptáveis, com uma gestão ativa que se mantém atenta às tendências do mercado de varejo. Adicionalmente, o Fundo busca a extração de valor através de vendas estratégicas de ativos, aproveitando oportunidades de mercado, e reciclando constantemente seu portfólio para garantir uma valorização contínua.

O fundo vendeu o imóvel localizado na Rua Haddock Lobo, 1573, em São Paulo, por R\$ 30,2 mi. O imóvel, atualmente alugado para o restaurante Coco Bambu, foi vendido como parte da estratégia de reciclagem do portfólio do fundo. Essa venda gerou um lucro de mais de R\$ 6,6 mi para o fundo e seus cotistas, o equivalente a R\$ 0,53 por cota.

O Fundo acaba de adquirir seis imóveis em São Paulo e Paraná, com um total de 11.649,79 m², todos alugados para a Pernambucanas por 10 anos. Essa aquisição está alinhada à estratégia do Fundo de investir em imóveis de varejo de alta qualidade, localizados em regiões estratégicas e com contratos de longo prazo, visando diversificar seu portfólio e garantir retornos consistentes aos cotistas.

O fundo encerrou o mês de dezembro com o valor consolidado de R\$ 10,37, refletindo a movimentação e desempenho dos ativos ao longo do período, dessa forma ocorreu uma valorização da cota em comparação ao mês anterior de R\$ 9,82, vale salientar que ocorreu no dia 08/05/2025 o desdobramento das cotas. Por sua vez, o patrimônio líquido atingiu a quantia de R\$ 1.619.203.428,50, demonstrando a evolução e solidez financeira do fundo no fechamento do mês.

VENTURE BRASIL CENTRAL FIP CAPITAL SEMENTE

O Fundo de investimento investe em títulos e valores mobiliários, participando do processo decisório de empresas que atuem nos setores de tecnologias da informação e comunicação, agronegócio, alimentos, novos materiais/nanotecnologias e saúde.

Uma consulta formal foi solicitada, acerca da prorrogação do prazo do fundo, conforme disposto pelo artigo 3º do regulamento com ampliação por mais 2 anos do fundo. Com data limite para a manifestação dos cotistas no dia 16 abril 2024.

Dessa maneira, foi aprovado a prorrogação por mais dois anos até 03 de maio de 2026 para realização dos desinvestimentos das 14 empresas atualmente em Portfólio.

No relatório semestral do fundo, o gestor informou ter investimento em 20 empresas e 6 vendas realizadas. Totalizando, até o momento, taxa de retorno de 112,4% do capital investido com apenas 6 empresas vendidas. Sendo assim, aplicaram-se R\$ 4,1 milhões e obtiveram-se R\$ 4,7 milhões, sendo que havia 20 empresas para desinvestimento.

O FIP Venture encerrou o mês de out. com o valor da cota fixado em R\$1,57, com variação positiva em relação ao mês anterior (R\$ 1,56). Por sua vez, o patrimônio líquido do fundo atingiu o montante de R\$ 80.314.111,85.

PÁTRIA INFRAESTRUTURA V ADVISORY FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO

O Pátria Infraestrutura V Advisory FIP M ("Fundo" ou "Fundo V") deu início ao seu período de investimento em agosto de 2023 e, desde então, anunciou a realização de dois aportes estratégicos. Os investimentos incluem: i) Via Araucária, uma concessão que engloba 473 km de rodovias com pedágio, localizadas entre a região metropolitana de Curitiba e Campos Gerais, no Estado do Paraná, Brasil; e ii) Evolution Mobility, uma nova plataforma de mobilidade elétrica que busca se consolidar como um provedor de infraestrutura para frotas comerciais elétricas.

No mês de Outubro, ocorreu a 9ª chamada de capital Pátria Infraestrutura V, no valor de R\$ 1.913.902,44 para o Fundo Solitário Garantidor.

Tabela: Chamadas de capital do Fundo Pátria Infraestrutura V Advisory FIP para o FSG

FSG	Mês	Valor
1º Chamada	jan/24	1.214.491,56
2º Chamada	fev/24	607.324,15
3º Chamada	abr/24	709.763,34
4º Chamada	jul/24	3.531.990,57
5º Chamada	out/24	1.407.918,39
6º Chamada	dez/24	2.714.502,91
7º chamada	jan/25	1.597.140,68
8º Chamada	ago/25	907.391,90
9º Chamada	Out/25	1.913.902,44
Total		14.604.425,94

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

O valor da cota do fundo encerrou o mês em R\$ 887,87, registrando uma alta em relação ao mês anterior em que a cota estava no valor de R\$ 859,13. Quanto ao patrimônio líquido, o fundo atingiu o montante de R\$ 80.853.141,78.

Os fundos FII e FIP representam em torno de 2% do FSG, e estão dentro dos limites estabelecidos na Política de Investimentos de 2025.

Tabela: Meta x Rentabilidade – FSG

	IPCA	Meta FSG (IPCA +1,11%)	Rentabilidade %	Rentabilidade Nominal
Janeiro	0,16%	0,25%	1,09%	45.242.591,40
Fevereiro	1,31%	1,40%	0,55%	22.870.218,88
Março	0,56%	0,65%	0,77%	32.156.843,54
Abril	0,43%	0,52%	1,40%	58.629.530,79
Mai	0,26%	0,35%	1,65%	70.050.991,80
Junho	0,24%	0,33%	0,94%	40.623.177,24
Julho	0,26%	0,35%	0,77%	33.865.248,81
Agosto	-0,11%	-0,02%	1,17%	51.605.288,29
Setembro	0,48%	0,57%	1,10%	49.108.995,92
Outubro	0,09%	0,18%	1,29%	59.442.388,54
Novembro	0,18%	0,27%	1,03%	48.109.115,59
Dezembro	0,33%	0,42%	0,98%	41.361.191,23
Acumulad	4,26%	5,42%	13,53%	551.865.661,95

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

FUNDO FINANCEIRO

A tabela a seguir apresenta um resumo das movimentações dos fundos de investimento do fundo financeiro. É importante destacar que este fundo é de repartição simples, não possui referencial de rentabilidade e aloca seus recursos em fundos de baixo risco e alta liquidez.

Tabela: Detalhamento do acumulado até o mês de dezembro de 2025 dos fundos de investimento do Fundo Financeiro.

Nome	Taxa de Administração	Taxa de Performance	Rentabilidade Acumulada	Rentabilidade e no mês	Posição
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	0,20%	Não possui	14.994.764,05	3.358.496,48	406.702.544,10
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REF DI	0,20%	Não possui	869.768,79	-	-
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REF DI	0,18%	Não possui	184.166,22	-	-
BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIAL DO DI LP PERFIL	0,20%	Não possui	24.121,44	1.762,75	140.038,70
BB PREVIDENCIÁRIO FLUXO RENDA FIXA SIMPLES FIC	1,00%	Não possui	R\$ 22.834,55	2.482,73	72.074,03

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Levando em conta os investimentos de R\$ 406,91 milhões, houve rentabilidade no mês de dezembro de R\$ 3.362.741,96. Todo o recurso obtido no fundo financeiro está disponível para o pagamento de benefícios previdenciários.

FUNDO CAPITALIZADO

A carteira de investimentos do FC encerrou dezembro de 2025 com rentabilidade positiva de R\$ 19.275.015,21 no mês, e de R\$ 195.452.586,32 no acumulado do ano; e patrimônio de R\$ 2,21 bilhões.

Tabela: Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado.

Benchmark	Valor	%	Rendimentos no Mês	Rendimentos Acumulado Ano
Alocação Dinâmica	R\$ 854.084,73	0,04%	R\$ 3.423,07	R\$ 102.207,49
BDR	R\$ 15.934.374,08	0,72%	R\$ 483.315,78	R\$ 1.066.238,81
CDI	R\$ 143.521.606,00	6,48%	R\$ 1.191.594,25	R\$ 10.672.242,60
Crédito Privado	R\$ 11.849.950,76	0,54%	R\$ 143.409,42	R\$ 1.502.297,96
FIE	R\$ 29.400.395,70	1,33%	R\$ 1.223.611,16	R\$ 762.478,55
FII	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -
FIP	R\$ 3.813.804,22	0,17%	R\$ 123.437,96	R\$ (88.157,59)
IBOVESPA	R\$ 33.314.054,97	1,50%	R\$ (354.365,29)	R\$ 7.425.961,22
IBX	R\$ 2.329.985,57	0,11%	R\$ 8.440,30	R\$ 541.262,33
IDIV	R\$ 8.547.866,44	0,39%	R\$ (122.681,21)	R\$ 2.017.522,09
IDKA-IPCA 2A	R\$ 37.598.298,35	1,70%	R\$ 399.813,96	R\$ 3.885.990,50
IMAB	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -
IMA-B 5	R\$ 2.344.256,84	0,11%	R\$ 19.330,29	R\$ 11.785.038,13
Inflação	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -
IRFM	R\$ 2.100.343,87	0,09%	R\$ 5.852,32	R\$ 319.607,30
IRF-M1	R\$ 105.664.238,91	4,77%	R\$ 1.187.584,11	R\$ 13.201.647,78
Multimercados	R\$ 10.193.932,84	0,46%	R\$ 191.000,12	R\$ 2.117.460,62
SMALL	R\$ 5.882.114,71	0,27%	R\$ (204.309,54)	R\$ 1.740.617,33
Título Público	R\$ 1.801.470.060,98	81,34%	R\$ 14.975.558,51	R\$ 138.029.783,01
	R\$ 2.214.819.368,97		R\$ 19.275.015,21	R\$ 195.082.198,13

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Destacam-se as estratégias de investimento em índices como CDI e IRF-M1, além dos Títulos Públicos Federais (TPF) com a marcação na curva de juros, maior parcela alocada e maior rentabilidade.

De forma diferenciada à proposta do FSG, o Fundo Capitalizado busca retornos mais elevados. Visto que há a receita ao longo do mês, foi possível alocá-lo em segmentos de renda fixa nos meses de volatilidade. Buscou-se, assim, a compra de mais Títulos Públicos Federais, para proteger a carteira quando da possível e futura diminuição da taxa básica de juros que impactará nos fundos de investimentos em CDI.

Como pelo o estudo da ALM (Assets and Liabilities Management, estudo para casar os ativos e os passivos do Fundo), haverá a necessidade dos recursos perto de 2050, houve uma janela de oportunidade no fundo para a aquisição dos TPFs. Veja que esse último estudo realizado em 2024, dá ensejo à compra de TPF até 2050. Pelo estudo anterior, era razoável comprá-los até 2037; sendo assim, parte da carteira, hoje, está posicionada com vencimentos anteriores (2035) a essa data. Hoje a carteira do FC É Composta dos seguintes TPF/vencimentos:

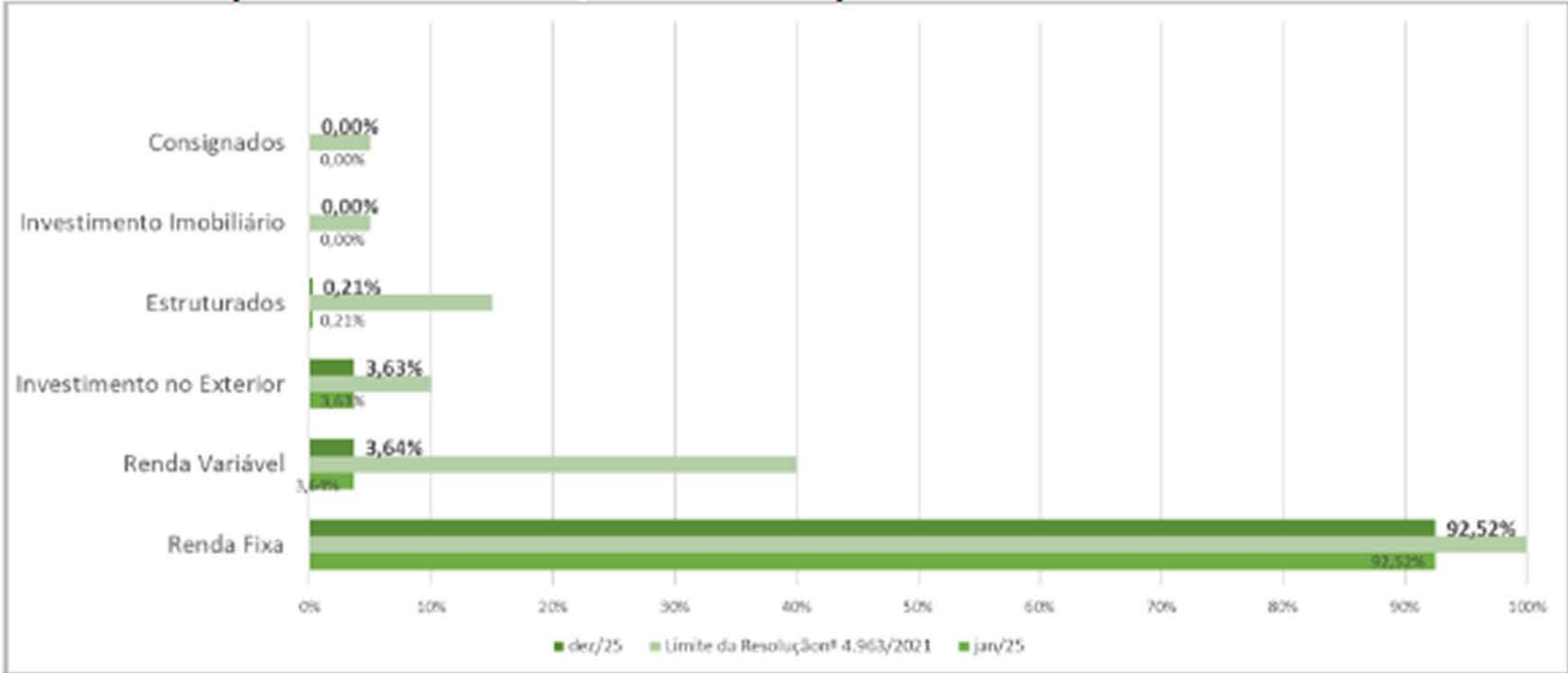
Tabela: Vencimento dos Títulos Públicos Federais.

Vencimento	Quantidade	Valor	Taxa Média (IPCA + %)
15/08/2026	7.500	R\$ 34.365.939,74	9,8050
15/05/2029	20.500	R\$ 89.659.451,73	7,9487
15/08/2032	1.470	R\$ 6.978.466,74	5,7638
15/05/2033	7.000	R\$ 32.949.096,92	5,6870
15/05/2035	69.940	R\$ 333.394.775,71	5,5686
15/08/2040	1.449	R\$ 7.142.837,93	5,4773
15/05/2045	38.362	R\$ 160.524.284,10	6,9616
18/08/2050	264.715	R\$ 1.136.455.208,10	6,7928

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Vale ressaltar que, neste ano, foram adquiridos mais títulos públicos, elevando o percentual alocado — especialmente aqueles com vencimento em 2050. Por segmento, o fundo capitalizado preservou sua posição em renda fixa, com variações pontuais, mesmo com a aquisição adicional de títulos públicos federais.

Gráfico: Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação entre Jan. e Dez. 2025.

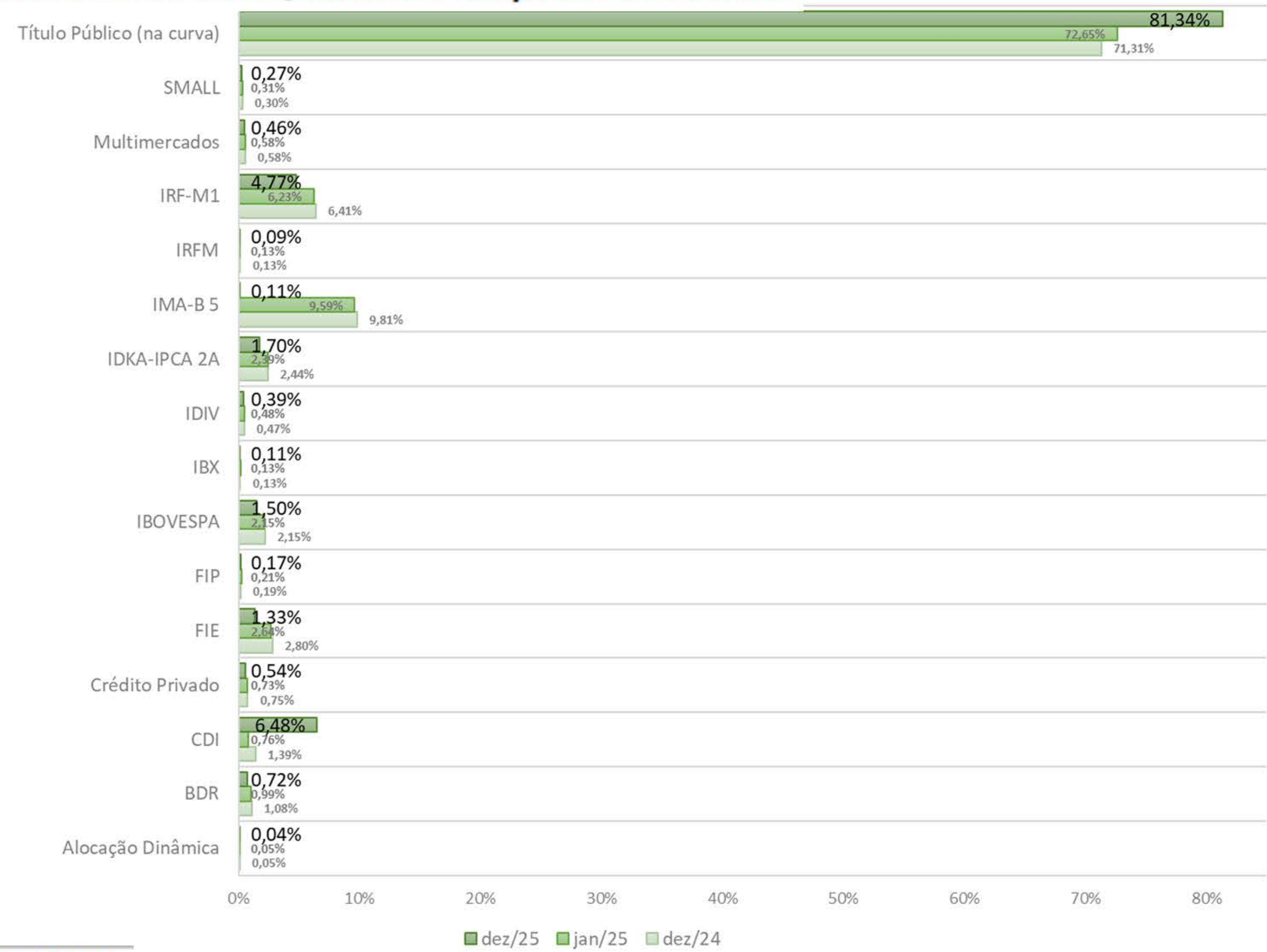


Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Dado o cenário, e a meta mais agressiva para o Fundo Capitalizado, o entendimento do Comitê foi em manter na renda fixa, buscando o prêmio na curva de juros durante o ano de 2025. Para o Fundo Capitalizado, houve a aquisição de títulos públicos de forma mais enérgica, com a possibilidade de marcá-los na curva, firmando a taxa na hora da compra do TPF. Buscou-se a compra acima da meta estabelecida da Política de Investimentos.

Apesar das variações entre os índices, o Fundo Capitalizado (FC) tem dinâmica diferente, pois há a arrecadação mensal. Logo, a estratégia do FC segue avaliação pela equipe da Diretoria de Investimento de forma diversa, ainda que o cenário seja o mesmo. Abaixo, segue a distribuição do FC ao longo do ano de 2025, comparando-o a cada semestre:

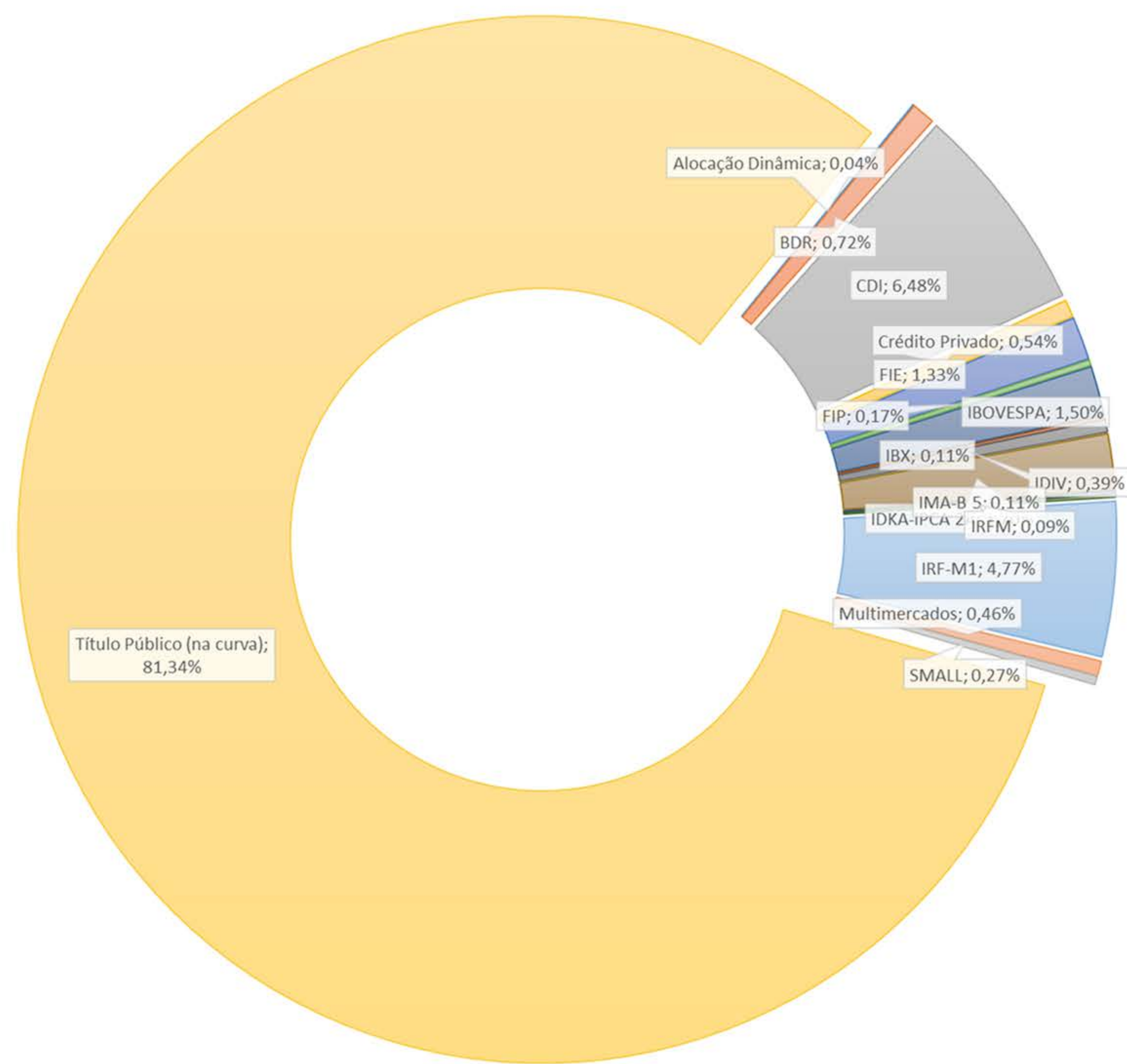
Gráfico: Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação entre Jan. e Dez. 2025.



Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Conforme já abordado, com o cenário americano de alta de juros e fuga de capital estrangeiro, e crise fiscal, as taxas de juros brasileiros tendem a se manter altas. O Fundo Capitalizado se aproveita destes momentos de alta de juros para marcá- los na curva. No FC, de acordo com os gráficos e as tabelas, há concentração na Renda Fixa, pois houve maior retorno com o cenário adverso.

Gráfico: Composição da Carteira do FC de Dez. 2025



Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Haja vista se tratar de Fundo Capitalizado com passivo de longo prazo, posicionam-se as alocações visando ao maior ganho e - consequentemente - possível maior risco. Porém, conforme salientado alhures, buscou-se por manter em fundos livres de risco durante o ano, posto o quadro de alta volatilidade.

Veja que a diversificação dos investimentos, principalmente visando ao longo prazo, possibilita a rentabilidade da carteira. Abaixo, há a tabela de execução dos mandatos durante o mês. Com o mandato, abre-se a janela para alocar os recursos, e, no decorrer do mês, acompanhamento para executar ou deixar de executar o mandato - pois a análise pormenorizada do cenário permite a melhor alocação.

Tabela: Execução dos mandatos do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos ao longo do ano.

	DETERMINAÇÃO	EXECUTAO	PERCENTUAL
Janeiro	Realocação de CDI (arrecadação) para FIE/BDR/Multimercado Realocação de R\$10 milhões	-	-
	Realocação de CDI/IMA-B 5/IDKA-IPCA2A/Crédito Privado/Alocação dinâmica para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2049 - Realocação de R\$100 milhões	52.827.992,41	52,83%
Fevereiro	Realocação de CDI para FIE/BDR/Multimercado Realocação de R\$10 milhões	-	-
	Realocação de CDI/Crédito Privado/IRF M1 para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050 - Realocação de R\$80 milhões	63.020.783,60	78,78%
	IBOVESPA/IBX/SMALL para CDI/IRF-M1/IRF M	-	-
	Compra TPFs até 2050 - Realocação de R\$15 milhões	-	-
Março	Realocação de CDI para FIE/BDR/Multimercado Realocação de R\$10 milhões	-	-
	Realocação de CDI/Crédito Privado/IRF M1 para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050 - Realocação de R\$80 milhões	47.030.210,61	58,79%
	IBOVESPA/IBX/SMALL para CDI/IRF-M1/IRF M	-	-
	Compra TPFs até 2050 - Realocação de R\$15 milhões	-	-
Abril	Realocação de IDKA IPCA 2A / IMA-B 5 / CDI para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050 - Realocação de R\$100 milhões	50.009.957,73	50,01%
	IBOVESPA/IBX/SMALL para CDI/IRF-M1/IRF M -	-	-
	Compra TPFs até 2050 - Realocação de R\$15 milhões	-	-
Maio	Realocação de IDKA IPCA 2A / IMA-B 5 / CDI para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050 - Realocação de R\$100 milhões	-	-
	IBOVESPA/IBX/SMALL para CDI/IRF-M1/IRF M - Realocação de R\$15 milhões	3.900.252,41	26,00%

Junho	Realocação CDI para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050 - Realocação de R\$100 milhões	48.993.873,34	48,99%
	IBOVESPA/IBX/SMALL para CDI/Pré-fixados (IRF/IRF-M1/IDKA PRÉ) / Compra TPFs até 2050 – Realocação de R\$15 milhões	-	-
	Realocação de FIE / BDR para CDI/Pré-fixados (IRF/IRF-M1/IDKA PRÉ) Realocação de R\$ 15 milhões	10.000.000,00	66,67%
Julho	Realocação CDI para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050 - Realocação de R\$100 milhões	-	-
	IBOVESPA/IBX/SMALL para CDI/Pré-fixados (IRF/IRF-M1/IDKA PRÉ) / Compra TPFs até 2050 – Realocação de R\$15 milhões	-	-
	Realocação de FIE / BDR para CDI/Pré-fixados (IRF/IRF-M1/IDKA PRÉ) Realocação de R\$ 15 milhões	-	-
Agosto	Realocação CDI para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050 - Realocação de R\$90 milhões	89.992.143,00	99,99%
	IMA-B 5 para Pré-fixados (IRF/IRF-M1/IDKA PRÉ) / Compra TPFs até 2050 – Realocação de R\$50 milhões;	-	-
	Realocação de IBOVESPA/SMALL para CDI/Pré-fixados (IRF/IRF-M1/IDKA PRÉ)/Alocação Dinâmica - Realocação de R\$ 10 milhões;	-	-
Setembro	Realocação CDI para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050 - Realocação de R\$ 100 milhões	90.753.099,32	90,75%
	IMA-B 5 para Pré-fixados (IRF/IRF-M1/IDKA PRÉ) / Compra TPFs até 2050 – Realocação de R\$50 milhões	49.754.721,89	99,51%
Outubro	Realocação CDI para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050 - R\$150 milhões	121.216.214,32	80,81%
	IMA-B 5 para Compra TPFs até 2029 – R\$100 milhões	89.060.024,82	89,06%
	Realocação CDI para IRF-M/Alocação Dinâmica R\$ 5 milhões	-	-
Novembro	Realocação CDI para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050 - R\$150 milhões;	51.366.186,64	34,24%
	MA-B 5 para Compra TPFs até 2029 – R\$40 milhões	24.471.652,75	61,18%
	CDI para Alocação Dinâmica – R\$ 10 milhões	-	-
Dezembro	Realocação CDI para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2050 - R\$100 milhões	-	-
	IMA-B 5 para Compra TPFs até 2029 – R\$40 milhões	-	-
	CDI para Alocação Dinâmica – R\$ 10 milhões	-	-

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Veja que a principal estratégia foi a compra de Títulos Públicos. Logo, diversos resgates posicionando a carteira para a compra de Títulos Públicos Federais (TPF):

Tabela: Fluxo de operações do Fundo Capitalizado.

	Fundo de Investimento	CNPJ	Resgate	Aplicação	Benchmark	Mês
Operação 1	BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	10.859.917/0001-08	53.300.000,00		CDI	Janeiro
	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05		53.300.000,00	CDI	
Operação 2	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	52.827.992,41			
	Compra de 13.800 títulos	NTN-B 2045		52.827.992,41	TPF	
Operação 3	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	469.747,26		CDI	
	PÁTRIA INFRAESTRUTURA V ADVISORY FIP MULTISTRATÉGIA	52.281.935/0001-97		469.747,26	FIP	Fevereiro
Operação 1	BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	10.859.917/0001-08	47.500.000,00		CDI	
	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	15.520.783,60		CDI	
	Compra de 16.600 títulos	NTN-B 2050		63.020.783,60	TPF	
Operação 1	BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	10.859.917/0001-08	47.000.000,00		CDI	Março
	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05		47.000.000,00	CDI	
Operação 2	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	47.030.210,61		CDI	
	Compra de 12.400 títulos	NTN-B 2050		47.030.210,61	TPF	
Operação 1	BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	10.859.917/0001-08	50.000.000,00		CDI	Abril
	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05		50.000.000,00	CDI	

	Compra de 12.800 títulos	NTN-B 2050		50.009.957,73	TPF	
Operação 1	BB IBOVESPA ATIVO RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	10.859.917/0001-08	3.900.252,41		IBOVESPA	Maio
	Itaú Institucional IRF-M1 RESP LIMITADA RF	13.077.415/0001-05		3.900.252,41	IRF-M1	
Operação 1	BRB CAPITAL FIC RF LP	10.859.917/0001-08	98.000.000,00		CDI	
	BRADESCO PREMIUM RESP LIM FIF RF REF DI	03.399.411/0001-90		60.000.000,00	CDI	
	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05		38.000.000,00	CDI	
Operação 2	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	48.993.873,34		CDI	
	Compra de 7.500 títulos	NTN-B 2026		33.164.786,26	TPF	
	Compra de 3.925 títulos	NTN-B 2050		15.829.087,08	TPF	
Operação 3	BB PERFIL RESP LIM FIF CIC RF REF DI PREV LP	13.077.418/0001-49	524.718,62		CDI	
	BRADESCO PREMIUM RESP LIM FIF RF REF DI	03.399.411/0001-90		524.718,62	CDI	Junho
Operação 4	CAIXA BRASIL RESP LIM FIF RF REF DI	03.737.206/0001-97	150.353,85		CDI	
	BRADESCO PREMIUM RESP LIM FIF RF REF DI	03.399.411/0001-90		150.353,85	CDI	
Operação 5	BB GLOBAL SELECT EQUITY INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIMULTIMERCAD O	17.413.636/0001-68	10.000.000,00		FIE	
	BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.399.411/0001-90		10.000.000,00	CDI	
Operação 1	BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	10.859.917/0001-08	98.000.000,00		CDI	
	BB FLUXO FIC RENDA FIXA	13.077.415/0001-05		98.000.000,00	CDI	

	SIMPLES PREVIDENCIÁRIO					Agosto
	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	89.992.143,00			
	Compra de 22.000 títulos	NTN-B 2050		89.992.143,00	TPF	
Operação 1	BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	10.859.917/0001-08	52.500.000,00		CDI	
	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05		52.500.000,00	CDI	
Operação 2	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	90.753.099,32		CDI	Setembro
	Compra de 23.000 títulos	NTN-B 2050		90.753.099,32	CDI	
Operação 3	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP RESP LIMITADA FIF RF LP	11.060.913/0001-10	50.000.000,00		IMA-B 5	
	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05		50.000.000,00	CDI	
	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	49.754.721,89		CDI	
	Compra de 12.000 títulos	NTN-B 2050		49.754.721,89	TPF	
Operação 1	BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	10.859.917/0001-08	51.000.000,00		CDI	
	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05		121.000.000,00	CDI	
	BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	03.399.411/0001-90	70.000.000,00		CDI	
	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	121.216.214,32		CDI	
	Compra de 30.700 títulos	NTN-B 2050		121.216.214,32	TPF	

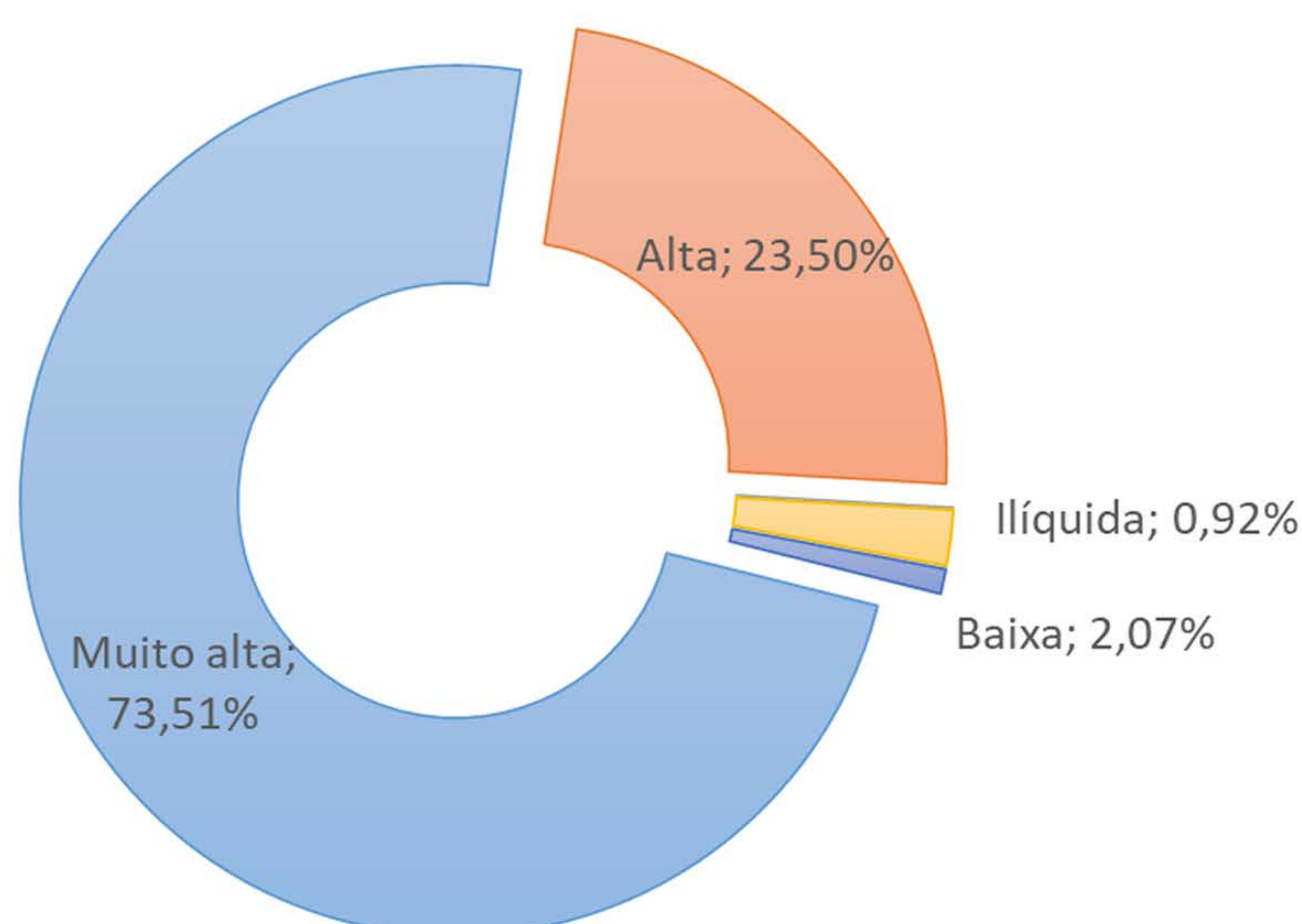
Operação 2	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP RL FIF RF LP	11.060.913/0001-10	35.00 0.000,00		IMA-B 5	Outubro
	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05		35.00 0.000,00	CDI	
	BB IMA-B 5 RL FIF CIC RF PREVIDENCIÁRIO LP	03.543.447/0001-03	35.00 0.000,00		IMA-B 5	
	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	66.47 0.486,58		CDI	
	Compra de 15.000 títulos	NTN-B 2029		66.47 0.486,58	TPF	
Operação 3	BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	5 62.912,48		CDI	
	PÁTRIA INFRAESTRUTURA V ADVISORY FIP MULTISTRATÉGIA	52.281.935/0001-97		5 62.912,48	FIP	
Operação 4	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP RL FIF RF LP	11.060.913/0001-10	5.00 0.000,00		IMA-B 5	
	BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	03.543.447/0001-03	14.00 0.000,00		IMA-B 5	
	BRDESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	20.216.216/0001-04	3.00 0.000,00		IMA-B 5	
	WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	17.517.577/0001-78	3.00 0.000,00		IMA-B 5	
	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05		25.00 0.000,00	CDI	
	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	22.58 9.538,24		CDI	
	Compra de 5.500 títulos	NTN-B 2029		22.58 9.538,24	TPF	
Operação 1	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP RL FIF RF LP	11.060.913/0001-10	5.00 0.000,00		IMA-B 5	
	BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF	03.543.447/0001-03	14.00 0.000,00	14.00 0.000,00	IMA-B 5	

	CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP					
	BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	20.216.216/0001-04	3.00 0.000,00		IMA-B 5	
	WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	17.517.577/0001-78	3.00 0.000,00		IMA-B 5	
	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	24.47 1.652,75		CDI	Novembro
	Compra de 5.500 títulos	NTN-B 2029		24.47 1.652,75	TPF	
Operação 2	BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	10.859.917/0001-08	50.50 0.000,00		CDI	
	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05		50.50 0.000,00	CDI	
	BB FLUXO FIC RF SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	13.077.415/0001-05	51.36 6.186,64		CDI	
	Compra de 12.500 títulos	NTN-B 2050		51.36 6.186,64	TPF	

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Tais compras não afetaram a liquidez do Fundo Capitalizado que se mantem entre alta (d+1 até d+4) e muito alta (d+0), no final do mês:

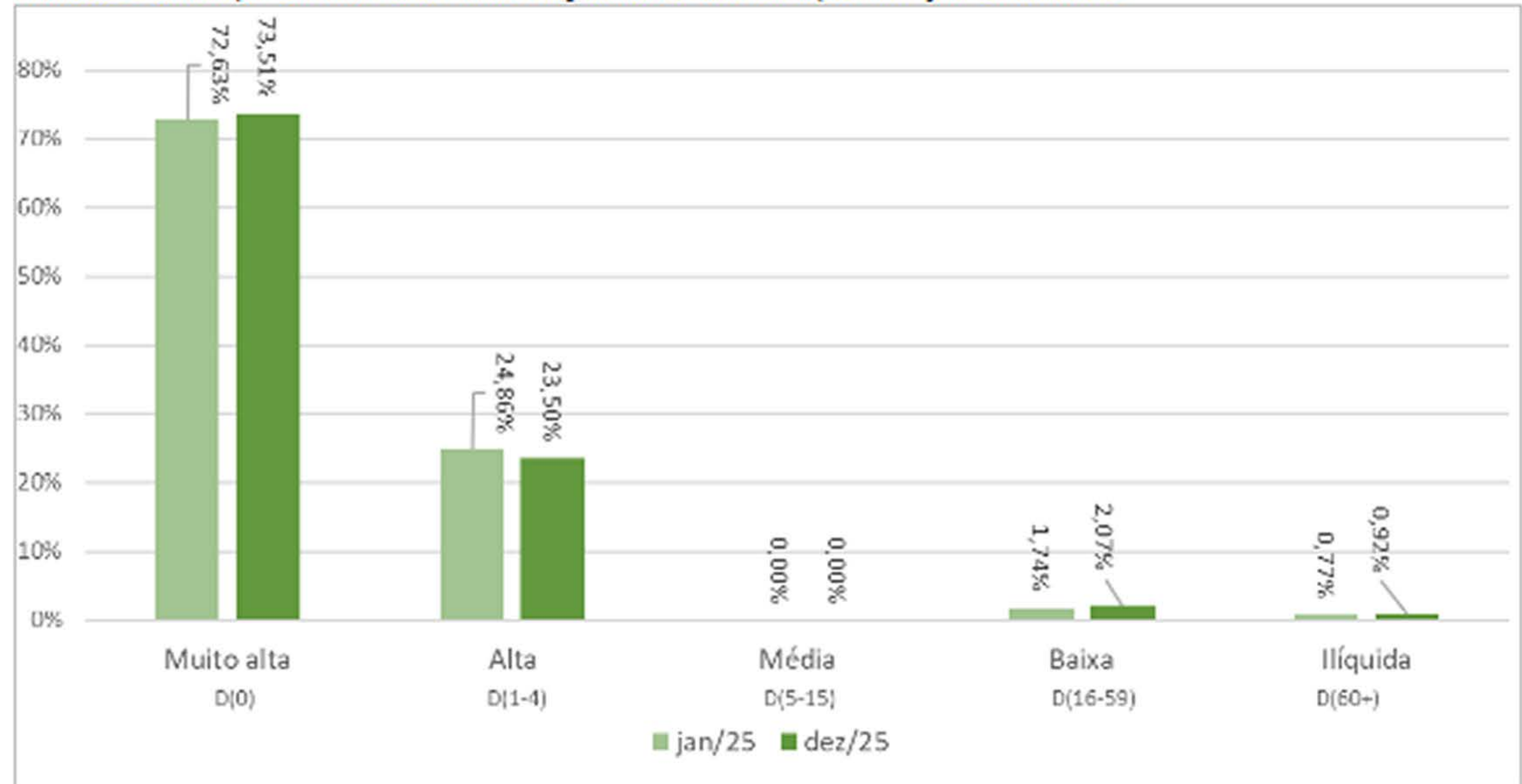
Gráfico: Nível de Liquidez da Carteira do FC em dezembro de 2025.



Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

A carteira do FC, em 2025, fez um movimento para fundos de investimento em alta liquidez, ou seja, havendo a necessidade de resgate, poder-se-á realizá-los em até 4 dias. A distribuição entre os meses está da seguinte forma:

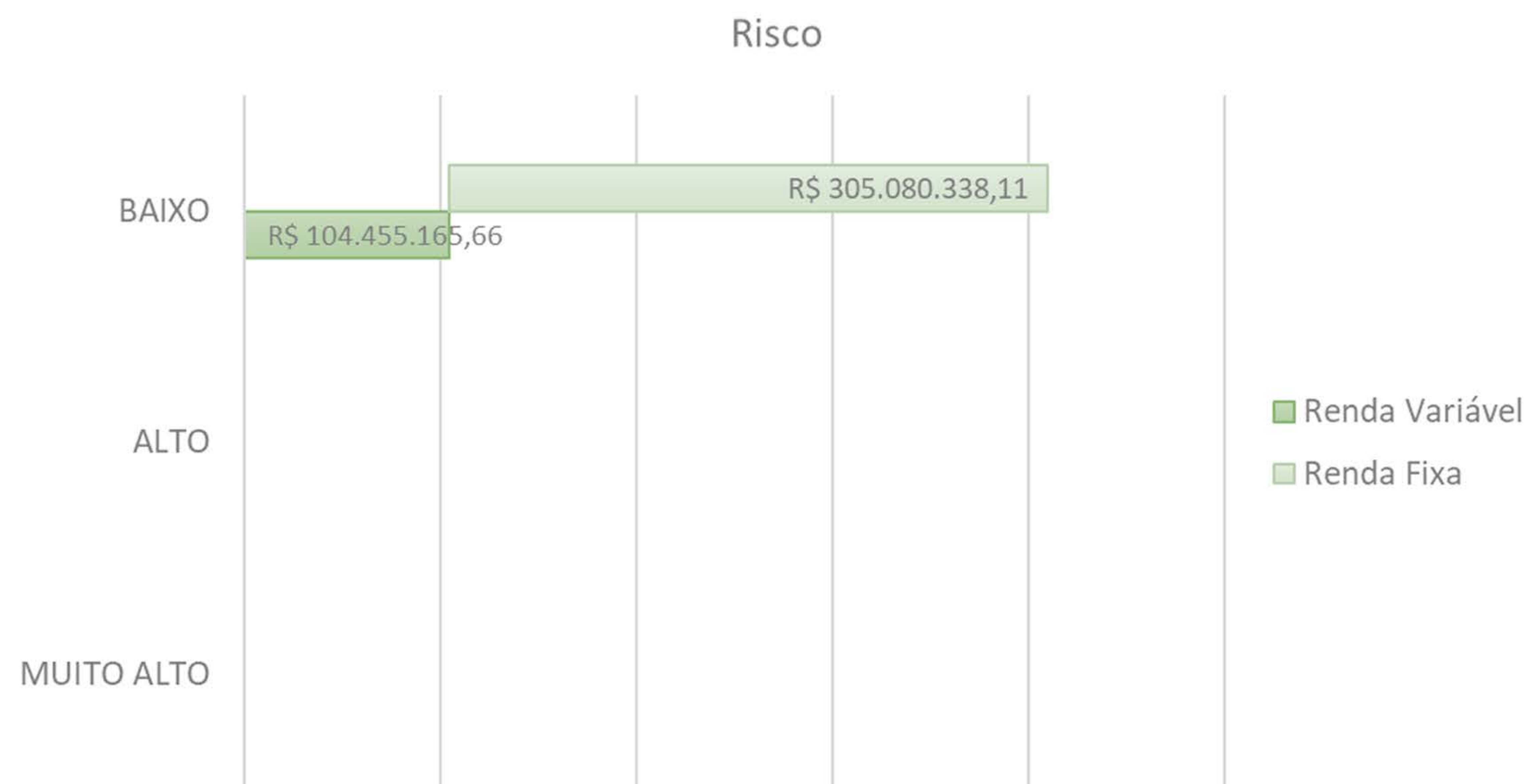
Gráfico: Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação entre jan. e dez. 2025.



Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

A posição da carteira do Fundo Capitalizado está toda em risco baixo, tanto para renda fixa (VaR < 2%), quanto para renda variável (VaR < 3%), conforme o Manual de avaliação de riscos de investimentos, no final de setembro:

Gráfico: Nível de Risco da Carteira do FC em dezembro (Renda Fixa e Renda Variável)



Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Por risco de volatilidade, não houve em dezembro nenhum fundo de investimento com risco alto ou muito alto:

Tabela: Nível de Risco da Carteira do FC (Renda Fixa e Renda Variável).

	Renda Fixa	Renda Variável	Percentual
MUITO ALTO	R\$ -	R\$ -	0,00%
ALTO	R\$ -	R\$ -	0,00%
BAIXO	R\$ 305.080.338,11	R\$ 104.455.165,66	100,00%
TOTAL	R\$ 305.080.338,11	R\$ 104.455.165,66	R\$ 409.535.503,77

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Comparando a meta (IPCA + 5,25%), ao mês de dezembro a meta de 0,76%, ocorreu a rentabilidade de 0,91%, ou nominal de R\$ 19.275.586,32.

Tabela: Meta x Rentabilidade – FC.

	IPCA	Meta FC (IPCA +5,25%)	Rentabilidade %	Rentabilidade Nominal
Janeiro	0,16%	0,59%	1,03%	14.230.619,25
Fevereiro	1,31%	1,74%	0,92%	13.252.910,36
Março	0,56%	0,99%	0,99%	14.825.382,43
Abril	0,43%	0,86%	1,22%	18.995.743,83
Maio	0,26%	0,69%	1,24%	20.283.834,63
Junho	0,24%	0,67%	0,72%	12.292.415,94
Julho	0,26%	0,69%	0,86%	15.080.586,39
Agosto	-0,11%	0,32%	0,77%	14.176.574,90
Setembro	0,48%	0,91%	0,89%	17.374.188,27
Outubro	0,09%	0,52%	1,00%	19.716.180,79
Novembro	0,18%	0,61%	0,78%	15.949.205,17
Dezembro	0,33%	0,76%	0,91%	19.275.015,21
Acumulado	4,36%	9,74%	11,93%	195.452.586,32

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

O Fundo Capitalizado é composto por investimentos de baixo risco, respeitando os parâmetros normativos. No mês de dezembro, a alocação da carteira foi realizada entre uma variedade de gestores, administradores e custodiantes diferentes, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela: Distribuição da carteira por Gestor/Administrador/Distribuidor/Custodiante.

Gestor		Administrador		Custodiante	
BB Asset Management	74.138.062,81	Banco Bradesco	29.391.590,13	Banco Bradesco	29.391.590,13
Bradesco Asset Management	29.391.590,13	Banco Santander	444.440,32	Oliveira Trust	3.813.804,22
Pátria Investimentos	3.813.804,22	BB Asset Management	74.138.062,81	Banco do Brasil	1.875.608.123,79
CAIXA Asset	114.228.792,78	XP Investimentos	3.813.804,22	Banco Safra	11.047.234,73
Genial Investimentos	107.685.612,51	BNP Paribas	1.340.391,92	BNP Paribas	1.340.391,92
Itaú Asset Management	64.317.443,19	BRB DTVM	107.685.612,51	BRB DTVM	107.685.612,51
Itaú DTVM	6.941.935,38	Caixa Econômica Federal	114.228.792,78	Caixa Econômica Federal	114.228.792,78
Safra Asset Management	11.047.234,73	Itaú Unibanco	71.259.378,57	Itaú Unibanco	71.259.378,57
Santander Brasil Asset Managen	444.440,32	Safra Asset Management	11.047.234,73	Santander Caceis	444.440,32
Western Asset	1.340.391,92	S/ Administrador	1.801.470.060,98	Genial Investimentos	-
S/ Gestor	1.801.470.060,98			Renascença	-
					-
TOTAL	2.214.819.368,97		2.214.819.368,97		2.214.819.368,97

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO E IMOBILIÁRIOS DO FUNDO CAPITALIZADO

Os fundos estruturados estão marcados como Fundo de Investimentos em Participação (FIP) e Fundo de Investimentos Imobiliários (FII) nos gráficos. Têm tópico dividido dada a especificidade do assunto.

PÁTRIA INFRAESTRUTURA V ADVISORY FIP

O Pátria Infraestrutura V Advisory FIP M ("Fundo" ou "Fundo V") deu início ao seu período de investimento em julho de 2023 e, desde então, anunciou a realização de dois aportes estratégicos. Os investimentos incluem:

- 1. Via Araucária, uma concessão que engloba 473 km de rodovias com pedágio, localizadas entre a região metropolitana de Curitiba e Campos Gerais, no Estado do Paraná, Brasil; e
- 2. Evolution Mobility, uma nova plataforma de mobilidade elétrica que busca se consolidar como um provedor de infraestrutura para frotas comerciais elétricas.

No mês de outubro de 2025 ocorreu a 9ª Chamada de capital Pátria Infraestrutura V, o valor da chamada de capital foi de R\$ 562.912,48 para o Fundo Capitalizado.

O valor da cota do fundo encerrou o mês em R\$ 849,59 (oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), registrando uma queda em relação ao mês anterior em que a cota estava no valor de R\$ 878,89 (oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos). Quanto ao patrimônio líquido, o fundo atingiu o montante de R\$ 78.032.680,58.

Tabela: Chamadas de capital do Fundo Pátria Infraestrutura V Advisory FIP para o FC

FC	Mês	Valor
1º Chamada	Janeiro/2024	357.203,40
2º Chamada	Fevereiro/2024	178.624,75
3º Chamada	Abril/2024	208.753,92
4º Chamada	Julho/2024	1.038.820,76
5º Chamada	Outubro/2024	414.093,65
6º Chamada	Dezembro/2024	798.383,21
7º Chamada	Janeiro/2025	469.747,26
8º Chamada	Agosto/2025	266.879,97
9ª chamada	out/25	562.912,48
Total		4.295.419,40

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Seguem as informações sobre os ativos, rentabilidades no mês e no acumulado:

Tabela: Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado entre os Benchmarks acumulada.

Nome	Taxa de Adm.	Taxa de Perform.	Rentabilidade Acumulada	Rentabilidade em três meses	Rentabilidade em dezembro	Posição
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	0,20%	Não possui	4.260.397,84	880.610,63	779.886,72	107.685.612,51
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	0,20%	Não possui	29.547,56	-	-	0,00
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,20%	Não possui	75.378,13	20.309,09	7.482,54	733.277,46
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	1,00%	Não possui	1.755.177,96	833.255,88	270.702,76	24.180.245,65
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,10%	Não possui	-	-	-	-
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	0,20%	Não possui	4.142.599,69	1.237.063,81	7.493,14	809.880,28
BB SELEÇÃO FATORIAL FIC AÇÕES	1,00%	20,00%	161.287,80	91.891,05	8.443,17	1.147.558,65
BB GLOBAL SELECT EQUITY INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	0,08%	Não possui	(448.140,85)	(65.642,88)	544.912,03	12.159.570,76
BRAPSCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	0,40%	Não possui	10.216,20	2.608,91	504,29	80.781,02
BB NORDEA INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	0,08%	Não possui	58.457,13	(72.301,67)	107.685,81	2.866.495,64
BRAPSCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,20%	Não possui	3.074.671,02	850.386,62	272.275,34	24.282.183,42
BRAPSCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	0,20%	Não possui	325.039,33	98.719,98	5.858,93	645.814,68
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,20%	Não possui	6.996.417,29	1.804.797,03	795,18	86.205,59
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	0,40%	Não possui	58.543,84	18.588,15	1.255,21	478.294,46
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,20%	Não possui	3.810.612,37	1.012.227,34	392.331,42	36.865.020,89
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	1,72%	Não possui	2.017.522,09	846.819,77	(122.681,21)	8.547.866,44
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,20%	Não possui	6.137.311,85	1.692.849,66	545.011,06	48.424.737,51
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	0,20%	Não possui	319.607,30	84.856,03	5.852,32	2.100.343,87
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	0,20%	Não possui	8.146,96	-	-	(0,00)
SANTANDER IBOVESPA ATIVO INSTITUCIONAL FI AÇÕES	0,75%	Não possui	114.290,54	46.620,70	4.394,40	444.440,32
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,20%	Não possui	-	-	-	-
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,18%	Não possui	914.564,20	252.104,31	88.234,81	7.272.936,83
ITAÚ DIVIDENDOS FI AÇÕES	1,50%	Não possui	163.981,52	70.352,79	2.261,93	728.354,38
ITAÚ FOF RPI IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES	1,50%	Não possui	1.641.566,99	744.412,23	(43.250,38)	6.941.935,38
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	0,18%	Não possui	3.989.664,91	1.150.861,97	370.297,71	32.957.317,98
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	0,40%	Não possui	33.447,45	10.015,11	1.663,57	295.009,25
SAFRA EQUITY PORTFÓLIO PB FIC AÇÕES	2,00%	Não possui	1.798.084,17	680.541,52	(27.848,11)	6.185.061,17
WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO FI RENDA FIXA	0,40%	Não possui	320.981,82	103.677,83	5.183,04	802.356,29
WESTERN ASSET FI AÇÕES BDR NÍVEL I	1,50%	Não possui	(12.913,75)	12.046,32	17.045,75	538.035,63
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	0,70%	Não possui	1.079.152,56	1.282.658,56	466.270,03	15.396.338,45
BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES	1,00%	Não possui	-	-	-	-
BB SCHRODER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	0,08%	Não possui	1.152.162,27	117.183,93	571.013,32	14.374.329,30
ITAÚ HIGH GRADE FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	0,25%	Não possui	1.502.297,96	417.215,79	143.409,42	11.849.950,76
SAFRA SMALL CAP PB FIC AÇÕES	2,00%	20,00%	1.512.212,94	494.878,50	(166.641,56)	4.862.173,56
CAIXA BRASIL IBX-50 FI AÇÕES	0,70%	Não possui	541.262,33	235.604,40	8.440,30	2.329.985,57
ITAÚ PRIVATE S&P500® BRL FIC MULTIMERCADO	0,80%	Não possui	2.117.460,62	943.441,52	191.000,12	10.193.932,84
BRAPSCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,20%	Não possui	3.704.408,08	2.214.295,74	52.769,96	4.382.811,01
ITAÚ SMALL CAP VALUATION FIC AÇÕES	2,00%	15,00%	228.404,39	72.059,61	(37.667,98)	1.019.941,15
BB DIVIDENDOS MIDCAPS FIC AÇÕES	1,00%	Não possui	3.213.668,88	1.187.264,71	(298.366,30)	17.866.705,07
PÁTRIA INFRAESTRUTURA V	0,11%	Não possui	(88.157,59)	(200.917,79)	123.437,96	3.813.804,22
BB IBOVESPA ATIVO	1,00%	Não possui	333.081,32	-	-	-
Título Público			138.029.783,01	31.725.198,61	14.975.558,51	1.801.470.060,98
TOTAL			195.082.198,13	50.896.555,76	R\$ 19.275.015,21	R\$ 2.214.819.368,97

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Para o fundo capitalizado, houve uma rentabilidade de 0,91% no mês, enquanto a performance acumulada da carteira foi de 11,93%, em consonância com as informações apresentadas; em que pese o cenário adverso dos últimos meses, superou a meta atuarial.

Quanto à evolução do patrimônio do FC, alcançou cerca de R\$ 2,21 bi de recursos geridos durante o mês de dezembro.

FUNDO ADMINISTRATIVO

As tabelas abaixo resumem as movimentações em fundos de investimento da Taxa de Administração, o qual, cabe lembrar, é do plano de custeio do RPPS e não possui referencial de rentabilidade para 2025 e possui seus recursos alocados em fundos de investimento de baixo risco e elevada liquidez.

Tabela: Detalhamento do acumulado no ano dos fundos de investimento do Fundo Administrativo.

Nome	Taxa de Adm.	Taxa de Performance	Rentabilidade acumulada	Rentabilidade no mês	Posição
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	0,20%	Não possui	R\$ 2.456.276,20	R\$ 108.976,06	R\$ 10.139.835,30
BB PERFIL FIC RENDA	0,20%	Não possui	R\$ 30,45	R\$ 0,00	R\$ 0,01
FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP					
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,00%	Não possui	R\$ 16.661,38	R\$ 1.617,25	R\$ 144.202,17
RIO CEF FI BRASIL REF. DI LONGO PRAZO	0,20%	Não possui	R\$ 875,10	R\$ 73,28	R\$ 7.072,43

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Apesar de não ter meta, com as aplicações em fundos de investimentos de alta liquidez foi possível rentabilizar R\$ 110.593,31 no mês. Essa carteira está diversificada de modo a apresentar elevada liquidez, baixo risco e pouca volatilidade.

Conclui-se no mês de dezembro de 2025 com mais de R\$ 6,73 bilhões em ativos distribuídos entre Fundos Solidário Garantidor, Fundo Capitalizado, Fundo Financeiro e Taxa de Administração, conforme a distribuição abaixo:

Tabela: Demonstrativo por Segmento, por artigo, por limites, e por posição da carteira.

DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DPIN						
SEGMENTO	Artigo	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN % (Pró-Gestão II)	LIMITES DA PI (%)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)
REDA FIXA	Art. 7º, I, a	Títulos Públicos Federais	100,00	100,00	R\$ 2.724.178.223,42	40,47%
	Art. 7º, I, b	Fundos 100% Títulos TN	100,00	100,00	R\$ 2.558.306.402,99	38,00%
	Art. 7º, I, c	Fundos Renda fixa "livre"	100,00	100,00	R\$ -	0,00%
	Art. 7º, II	Operações Compromissadas	5,00	5,00	R\$ -	0,00%
	Art. 7º, III, a	FI Renda Fixa "Referenciado"	70,00	70,00	R\$ 794.478.426,84	11,80%
	Art. 7º, III, b	ETF - Fundos de índice de renda fixa	70,00	70,00	R\$ -	0,00%
	Art. 7º, IV	Obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas	20,00	20,00	R\$ -	0,00%
	Art. 7º, V, a	FIDC	10,00	10,00	R\$ -	0,00%
	Art. 7º, V, b	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	10,00	10,00	R\$ 76.446.288,75	1,14%
	Art. 7º, V, c	FI Debêntures de Infraestrutura	10,00	10,00	R\$ -	0,00%
REDA VARIÁVEL	Art. 8º, I	FI de Ações	40,00	40,00	R\$ 212.064.960,53	3,15%
	Art. 8º, II	ETF - Índices de Ações - Art. 8º, I, b	40,00	40,00	R\$ -	0,00%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	Art. 9º, I	Renda Fixa "Dívida Externa"	10,00	10,00	R\$ -	0,00%
	Art. 9º, II	Fundos de Investimento no Exterior	10,00	10,00	R\$ 140.102.222,83	2,08%
	Art. 9º, III	Fundos BDR - Nível 1	10,00	10,00	R\$ 15.934.374,08	0,24%
ESTRUTURADOS	Art. 10, I	Fundos Multimercados	10,00	10,00	R\$ 138.162.624,13	2,05%
	Art. 10, II	Fundos em Participações - FIP	5,00	5,00	R\$ 38.829.349,32	0,58%
	Art. 10, III	Fundos "Mercado de Acesso"	5,00	5,00	R\$ -	0,00%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	Art. 11	FI Imobiliário - FII	5,00	5,00	R\$ 33.540.950,18	0,50%
CONSIGNADOS	Art. 12	Consignados	5,00	5,00	R\$ -	0,00%
TOTAL					R\$ 6.732.043.823,07	

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

PRINCIPAIS DESTAQUES DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

O Fundo Solidário Garantidor (FSG) foi criado pela Lei Complementar nº 932/2017 com o propósito de mitigar o déficit financeiro e atuarial do Fundo Financeiro gerido pelo Iprev-DF. Essa medida visou conferir maior sustentabilidade ao sistema previdenciário dos servidores do Governo do Distrito Federal (GDF).

CONTEXTUALIZAÇÃO

O ano de 2017 foi marcado por uma importante transformação no Sistema Previdenciário do Distrito Federal, com a promulgação da Lei Complementar Distrital nº 932/2017 (LC 932/2017), que reorganizou e unificou o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (RPPS/DF) e instituiu o Regime de Previdência Complementar do Distrito Federal (RPC/DF). Com essa medida, o Governo do Distrito Federal não só honrou compromissos financeiros anteriores com o Iprev-DF e seus fundos sob gestão, mas também adotou ações para reduzir os déficits atuariais e financeiros do RPPS/DF. Ademais, autorizou a criação da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores do Distrito Federal (DF-PREVICOM), responsável pela gestão do RPC.

REVISÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 769/2008

Em 2018, foi iniciado um estudo para revisar a Lei Complementar nº 769/2008, conforme previsto no Artigo 52 da LC 932/2017. Esse dispositivo estabelece que o Poder Executivo deve encaminhar a revisão dos regimes próprios e complementares de previdência dos servidores do Distrito Federal no prazo de 4 anos a partir da entrada em vigor da Lei.

UNIDADE DE GESTÃO DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS (UFSG)

A UFSG tem como principal incumbência a rentabilização e monetização de bens, ativos e direitos não financeiros do Fundo Solidário Garantidor (FSG). Em 2025 foram realizadas algumas ações como:

- Jan: Início do monitoramento de alguns imóveis do FSG conforme o Plano de Gestão Imobiliária – PGI 2023/2024. Após cada visita, foi elaborado um relatório de vistoria. Foi realizado o alinhamento da atualização dos indicadores de desempenho referente ao 2º período de 2024. O Plano de Gestão Imobiliária – PGI 2024/2025 foi devidamente publicado no site institucional do Iprev-DF;
- Fev: Reunião com a Funap, com o objetivo de discutir o alinhamento e o planejamento das atividades de limpeza nos terrenos externos que fazem parte da carteira do Fundo Solidário Garantidor. Foram apresentados os desafios enfrentados na manutenção desses terrenos, bem como as estratégias que podem ser adotadas para otimizar os processos de limpeza. A Funap se comprometeu a colaborar ativamente, oferecendo suporte e recursos necessários para que as ações sejam realizadas de forma eficaz; Monitoramento de alguns imóveis do FSG conforme o Plano de Gestão Imobiliária – PGI 2023/2024. Após cada visita, foi elaborado um relatório de vistoria.
- Mar: A Funap mobilizou uma grande equipe para realizar a limpeza, roçagem e o recolhimento de entulhos nos imóveis conforme contrato Iprev-DF X Funap. Além dessas ações, foram realizadas pequenas manutenções que contribuíram para a valorização dos imóveis, assegurando um ambiente mais agradável e bem cuidado. Essa iniciativa reflete o compromisso com a preservação e melhoria dos imóveis do Fundo Solidário Garantidor; Monitoramento de alguns imóveis do FSG conforme o Plano de Gestão Imobiliária – PGI 2023/2024. Após cada visita, foi elaborado um relatório de vistoria.
- Abr: Houve uma manutenção na parte do muro do imóvel localizado no SIA, trecho 04, o que contribui para reforçar a segurança da área. Além disso, foram realizadas reuniões na Terracap para acompanhar de perto o andamento do processo do convênio referente aos imóveis. Essas ações demonstram o compromisso da UFSG afim de garantir a fluidez do processo;

- Mai: Houve a reunião para alinhamento da realização de vendas pela Terracap, em licitação pública, de imóveis de propriedade do IPREV. Tal ação é imprescindível para diminuir os déficits financeiro e atuarial do Sistema Previdenciário do Distrito Federal. Baseia-se em sistema de monetização e rentabilização de ativos que implique ampliação de suas reservas patrimoniais (Art. 73-A da LC nº 1013/2022). Após alguns ajustes alinhado na reunião, será feito as assinaturas do convênio;
- Jun: No presente mês, ocorreram as assinaturas do Convênio entre Iprev-DF e a Terracap, visando à realização de vendas dos imóveis do 1º bloco conforme o Plano de Gestão Imobiliária. As próximas etapas serão realizadas por Plano de trabalho, que tem como objetivo estabelecer diretrizes para avaliação dos imóveis e sua alienação por meio de licitação pública promovida pela Terracap, considerando a expertise em vendas no setor imobiliário. Diante da previsão de venda do 1º bloco, a equipe da Unidade do Fundo Solidário Garantidor, solicitou a Funap, a limpeza e pequenas manutenções dos imóveis do bloco.
- Jul: Houve o leilão no dia 11 de julho do convênio entre o Iprev e a Terracap, sendo que foram ofertados, conforme o Plano de Gestão Imobiliária 2024/2025, 14 imóveis para o edital nº 09/2025. Destes, 11 foram arrematados, e os 3 imóveis que não tiveram interessados serão incluídos em editais futuros. Os trâmites do leilão continuam até o momento, e encontra-se em fase de tramitação documental para a transferência dos imóveis;
- Ago: No dia 27/08, foi realizada a Licitação nº 12/2025, conduzida pela Terracap, na qual foram ofertados três imóveis conforme o Plano de Gestão Imobiliária 2024/2025. Desse total, um imóvel foi arrematado, enquanto dois não receberam propostas e serão incluídos em editais futuros. Os trâmites do leilão permanecem em andamento, em conjunto com o Edital nº 09/2025, que se encontra em fase de tramitação documental para futuras transferências de escrituras. Em agosto, também foi registrado o repasse da Terracap da Caução referente à arrematação do Leilão realizado em 11/07 (Edital nº 09/2025, no valor de R\$ 2.540.323,75);
- Set: No presente mês, houve o repasse restante da Terracap do referente à arrematação do Leilão realizado em 11/07 (Edital nº 09/2025) R\$ 62.442.034,15 e também o pagamento referente a 878ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 29/08/2025, foi aprovado o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio ("JCP") referente ao 1º semestre de 2025, no montante de R\$ 146.384.816,13.
- Out: Durante o mês de outubro, foi realizada a apresentação do relatório trimestral ao CONAD (99ª reunião ordinária), contemplando as principais ações e resultados do Fundo Solidário Garantidor. Foram destacados o andamento de diversos processos em curso, bem como as iniciativas conduzidas pela unidade no período, evidenciando avanços administrativos e operacionais;

- Nov: No mês de novembro houve a entrega das chaves dos seguintes imóveis: SQS 203, apartamentos 301, 303 e 503; SQS 215, apartamentos 107, 202 e 403; SIA Trecho 1, lotes 460 a 490; SQS 315, apartamento 608; e QL 10, casa 05, Lago Sul, conforme a inclusão das respectivas escrituras no processo de convênio entre a Terracap e o Iprev-DF. As escrituras ainda estão em tramitação nos cartórios dos demais imóveis restantes, conforme informado pela Terracap. Dando continuidade ao Plano de Gestão Imobiliária, foi realizado o monitoramento dos demais imóveis e, após cada visita, é elaborado o respectivo relatório; e
- Dez: No mês de dezembro, à medida que a Terracap concluía e entregava as escrituras ao Iprev-DF dos apartamentos 501 e 603 da SQS 203 e SIA Trecho 4 vendidos em leilão, a Unidade Fundo Solidário Garantidor – FSG procedeu à entrega formal dos bens imobiliários correspondentes. A unidade do FSG cumpriu o objetivo estabelecido no Plano de Gestão Imobiliária, promovendo não apenas a entrega física dos imóveis, mas também a monetização do patrimônio previdenciário do Iprev-DF, possibilitando a ampliação de suas reservas patrimoniais.

Segue abaixo a lista dos imóveis vendidos em convênio com a Terracap (Figura 34). Na sequência, apresenta-se a relação dos imóveis escriturados em nome do Fundo Solidário Garantidor que permanecem na carteira do IPREV:

Tabela: Imóveis já alienados da carteira do FSG até dez. 2025:

ITEM	IMÓVEIS VENDIDOS	VALOR RECEBIDO CONAD 2017	VALOR AVALIADO TERRACAP 2025	VALOR DE VENDA 2025
1	SIA TRECHO 1 LOTES 460,470,480 E 490 - SIA	R\$ 10.544.000,00	R\$ 15.500.000,00	R\$ 21.115.500,00
2	SIA TRECHO 4 LOTES 1000 a 1060 - SIA	R\$ 14.000.000,00	R\$ 20.187.000,00	R\$ 24.816.000,00
3	SQS 203 BLOCO A APTO 301 - ASA SUL	R\$ 1.710.000,00	R\$ 2.210.000,00	R\$ 2.255.555,00
4	SQS 203 BLOCO A APTO 303 - ASA SUL	R\$ 1.710.000,00	R\$ 2.210.000,00	R\$ 2.255.555,00
5	SQS 203 BLOCO A APTO 503 - ASA SUL	R\$ 1.810.000,00	R\$ 2.210.000,00	R\$ 2.255.555,00
6	SQS 215 BLOCO E APTO 107 - ASA SUL	R\$ 850.000,00	R\$ 1.390.000,00	R\$ 1.391.391,00
7	SQS 215 BLOCO E APTO 202 - ASA SUL	R\$ 850.000,00	R\$ 1.390.000,00	R\$ 1.411.411,00
8	SQS 215 BLOCO E APTO 403 - ASA SUL	R\$ 900.000,00	R\$ 1.390.000,00	R\$ 1.411.411,00
9	SQS 203 BLOCO A APTO 501 - ASA SUL	R\$ 1.810.000,00	R\$ 2.210.000,00	R\$ 2.500.105,00
10	SQS 203 BLOCO A APTO 603 - ASA SUL	R\$ 1.810.000,00	R\$ 2.210.000,00	R\$ 2.314.000,00
11	SQS 315 BLOCO G APTO 608 - ASA SUL	R\$ 2.060.000,00	R\$ 2.290.000,00	R\$ 2.330.000,00
12	SHIS QL 10, CONJ 8 CASA 5 - LAGO SUL	R\$ 3.475.000,00	R\$ 3.760.000,00	R\$ 6.659.999,00
	TOTAL	R\$ 41.529.000,00	R\$ 56.957.000,00	R\$ 70.716.482,00

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Tabela: Imóveis já escriturados que ainda permanecem na carteira do FSG até dez. 2025

ITEM	IMÓVEIS DA CARTEIRA DO IPREV	VALOR RECEBIDO CONAD 2017	VALOR ULTIMA AVALIAÇÃO 2023
1	Polo JK Gleba 4 - Faz. Saia Velha - Sta. Maria	R\$ 496.000.000,00	R\$ 279.243.273,79
2	Polo JK Gleba 11 - Faz. Saia Velha - Sta. Maria	R\$ 416.000.000,00	R\$ 221.007.774,00
3	SAI Gleba 1 - Jôquei Clube	R\$ 146.000.000,00	R\$ 116.240.000,00
4	SMAS Trecho 3, lote 9-B - ASA SUL	R\$ 70.957.800,00	R\$ 94.013.841,35
5	SHI/N QL 13, lote B	R\$ 50.000.000,00	R\$ 115.152.042,48
6	Rua Babaçu, lote 1 - Águas Claras	R\$ 21.600.000,00	R\$ 13.120.828,03
7	SHI/N QI 04, lote D	R\$ 12.325.100,00	R\$ 26.763.264,00
8	SAMAMBAIA QS 401 AE 01	R\$ 10.778.800,00	R\$ 14.213.760,00
9	SAMAMBAIA QN 319 AE 01	R\$ 10.167.200,00	R\$ 12.056.932,00
10	SHRF II quadra central 01 AE 1, lote 1 - RIACHO FUNDO II	R\$ 8.699.700,00	R\$ 15.015.567,03
11	CLNW 06/07, lote H - Noroeste	R\$ 6.244.000,00	R\$ 7.360.299,00
12	CLNW 06/07, lote I - Noroeste	R\$ 6.244.000,00	R\$ 7.360.299,00
13	CLNW 06/07, lote J - Noroeste	R\$ 6.244.000,00	R\$ 7.360.299,00
14	CLNW 06/07, lote K - Noroeste	R\$ 6.244.000,00	R\$ 6.162.877,50
15	SGO QD. 4 AE LOTE 11	R\$ 4.683.000,00	R\$ 14.688.242,60
16	SHS QD. 2 BLOCO I e j, 2º subsolo,	R\$ 2.627.000,00	R\$ 2.304.282,24
17	SQS 315 BLOCO G APTO 601	R\$ 2.060.000,00	R\$ 2.291.966,79
18	QD 14, CONJUNTO A-9 LOTE 12, SOBRADINHO	R\$ 417.000,00	R\$ 549.599,01

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

ENTRADA DE RECURSOS NO IPREV-DF RELATIVOS AO ARTIGO 73-A DA LC 932/2017 EM SETEMBRO DE 2025

A tabela a seguir resume a entrada de recursos no Iprev-DF proveniente dos bens, direitos e ativos não financeiros garantidos pelo art. 73-A da LC 932/2017, em dezembro de 2025:

Tabela: Detalhamento da monetização e rentabilização dos bens, ativos e direitos não financeiros do FSG – dezembro de 2025

ITEM	RECEITAS EM 2025
Imóveis	192.277,67
Venda de Imóveis	67.180.657,90
Part. Acionária BRB – Dividendos/JCP	24.769.216,82
Outorga PPP GDF	0,00
Dividendos/JCP Estadais GDF	0,00
Direito de Superfície – Estacionamento	0,00
Direito Superfície – Reg. Fundiária	0,00
Divida Ativa	0,00
TOTAL	92.142.152,39

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

Por oportuno, cumpre destacar não só os ingressos de recursos, como também os recursos acumulados desde 2018 até a presente data e, ainda, os recursos transferidos ao Fundo Financeiro, conforme política de investimentos, segundo tabela abaixo:

Tabela: Detalhamento de receitas e transferências de ativos e de direitos não financeiros do FSG – dezembro de 2025.

Item	Receitas Acumuladas	Transferência Totais	TOTAL
Imóveis	1.111.586,66	-	1.111.586,66
Venda de Imóveis	67.180.657,90	-	67.180.657,90
Part. Acionária BRB - Dividendos/JCP	187.487.702,88	156.097.404,48	31.390.298,40
Outorga PPP GDF	3.800.000,00	3.800.000,00	0,00
Dividendos/JCP Estatais GDF	333.401.301,32	325.573.589,59	7.827.711,73
Direito Superfície - Estacionamento	-	-	0,00
Direito Superfície - Reg. Fundiária	-	-	0,00
Dívida Ativa	616.467.856,49	616.467.856,49	0,00
TOTAL -->>	1.209.449.105,25	1.101.938.850,56	107.510.254,69

Fonte: Iprev-DF/DIRIN.

DIRETORIA JURÍDICA

A Diretoria Jurídica (Dijur), unidade orgânica de comando e supervisão diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, compete, observada a competência da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, prestar consultoria, assessoria e orientação jurídica ao Diretor-Presidente, à Diretoria Executiva e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

As atribuições regimentais da Diretoria Jurídica e suas coordenações são delineadas pelo Regimento Interno do Iprev-DF, Decreto nº 46.977/2025, artigos 92 a 99. Os principais eixos de atuação incluem:

- Consultoria e assessoramento jurídico institucional;
- Emissão de manifestações jurídicas, por meio de notas técnicas, notas jurídicas e despachos, voltadas à segurança jurídica e à padronização de entendimentos;
- Análise jurídica preventiva de processos administrativos, incluindo contratações, licitações, convênios, ajustes e hipóteses de dispensa ou inexigibilidade;
- Controle de legalidade e conformidade processual, com foco na mitigação de riscos e no fortalecimento do compliance institucional;
- Elaboração, revisão e aprimoramento de atos normativos e orientações administrativas, alinhados às diretrizes institucionais;
- Atuação em sindicâncias e processos administrativos disciplinares, assegurando a regularidade e a legalidade dos procedimentos;
- Interlocução institucional com a Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF), o Poder Judiciário e os órgãos de controle;
- Padronização documental e melhoria de fluxos internos, por meio do desenvolvimento de minutas-padrão e instrumentos de apoio às unidades do Instituto.

Essas atribuições evidenciam o papel da Dijur como unidade estratégica, contribuindo para a segurança jurídica, a eficiência administrativa e a transparência na atuação institucional do Iprev-DF.

TRANSPARÊNCIA

De acordo com a Lei Complementar Distrital nº 942, de 05 de abril de 2018, cabe à Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) a representação judicial do Iprev-DF, o que inclui a manutenção do registro de todas as ações judiciais movidas contra essa Autarquia Previdenciária. A base de dados dos processos em tramitação, mantida no Sistema SAJ, é de uso exclusivo da PGDF. No âmbito da cooperação institucional, as informações processuais essenciais são encaminhadas periodicamente ao Iprev-DF, conforme registrado no processo SEI-GDF nº 00413-00004051/2024-99.

É importante destacar que, diante dos normativos que regem o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, deve-se ter a devida cautela ao divulgar os dados obtidos junto à Procuradoria, considerando as especificidades legais que orientam a publicação destas informações, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

As informações, contidas na tabela abaixo, foram consolidadas pela Diretoria de Suporte Administrativo da Procuradoria do Contencioso em Matéria de Pessoal Estatutário da PGDF, abrangendo os temas mais relevantes dos processos registrados no Sistema SAJ, conforme o Documento SEI/GDF nº 193789434.

Tabela: Ações Divididas em Temas (Dados Processos Judiciais - PGDF - SEI nº 193789434).

AÇÕES DIVIDIDAS EM TEMAS		
Assunto	Soma de Valor	Nº de ações
Concessão	R\$ 28.073.295,94	152
Contribuições Previdenciárias	R\$ 36.447.698,17	3326
Demais Assuntos	R\$ 96.686.019,63	1100
Gratificações Estaduais Específicas	R\$ 10.035.206,60	359
Jornada de Trabalho	R\$ 26.157.742,60	175
Portador de Doença Grave	R\$ 45.590.590,70	479
Total	R\$ 242.990.553,64	5591

Dados: Ações com movimentação registrada nos últimos 12 meses (2025 a Janeiro de 2026)
Fonte: Despacho PGDF/PGCONT/DICONT– Processo SEI-GDF nº 00413-00004051/2024-99 (SEI nº 193789434).

INSTITUCIONAIS

AÇÕES DE GESTÃO: PUBLICAÇÃO DE RELATÓRIOS E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

No quarto trimestre de 2025, integrantes da Diretoria Jurídica e servidoras do Iprev-DF participaram do CONAJ – Congresso Nacional de Assessoramento Jurídico e no XIX Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário. Os eventos promoveram debates técnicos sobre governança, compliance, licitações, controle prévio de legalidade e reestruturação das políticas previdenciárias, com foco na qualificação profissional, na disseminação de boas práticas da Administração Pública e no intercâmbio de experiências entre os Regimes Próprios e o Regime Geral de Previdência Social.

DEMANDAS DO QUARTO TRIMESTRE DE 2025

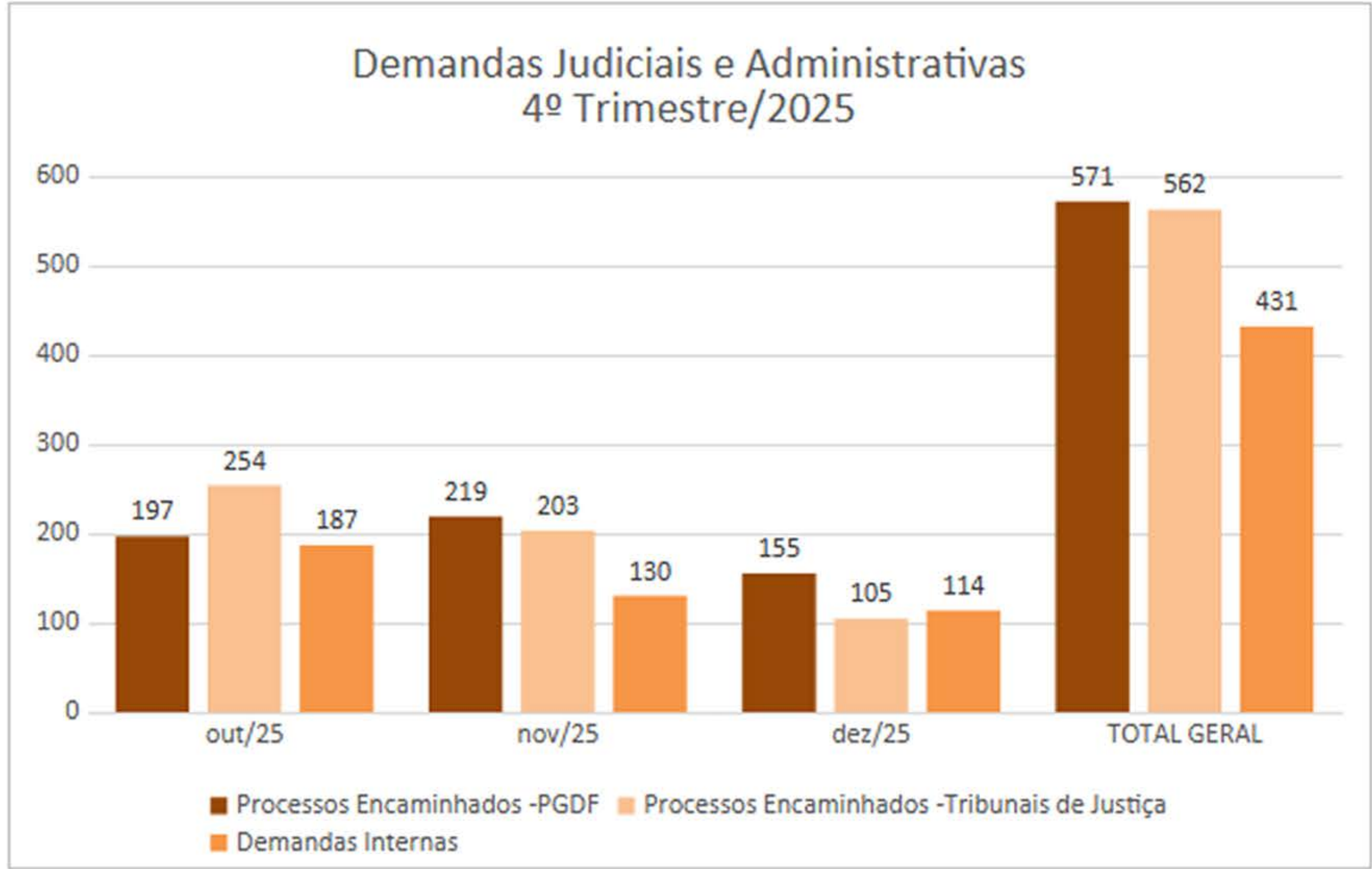
Em conformidade com suas atribuições regimentais, a Dijur movimentou um volume considerável de processos, no período de outubro a dezembro de 2025, conforme detalhado na Tabela abaixo. Essa tabela lista todas as demandas judiciais e administrativas recebidas pela Diretoria, incluindo casos provenientes da PGDF, dos Tribunais de Justiça e demandas internas do próprio Iprev-DF.

Tabela: Demandas Judiciais e Administrativas (Processos).

Demandas Judiciais e Administrativas – 4º Trimestre/2025				
DESCRIÇÃO – OBJETO	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL GERAL
Processos Encaminhados -PGDF	197	219	155	571
Processos Encaminhados -Tribunais de Justiça	254	203	105	562
Demandas Internas	187	130	114	431
TOTAL - MENSAL	638	552	374	1564

Fonte: <https://sei.df.gov.br> (Dados de Outubro a Dezembro de 2025)

Gráfico: Demandas Judiciais e Administrativas (Processos) – 4º Trimestre/2025



Fonte: <https://sei.df.gov.br> (Dados de Outubro a Dezembro de 2025)

Ao longo do 4º trimestre de 2025, as unidades da Diretoria Jurídica geraram 2065 documentos, distribuídos entre despachos, ofícios, correspondências eletrônicas, notas técnicas, notas jurídicas e demais instrumentos administrativos, conforme detalhado na Tabela.

Tabela: Documentos Gerados na Diretoria Jurídica.

Documentos Gerados – 4º Trimestre/2025				
DESCRIÇÃO – OBJETO	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL GERAL
Avaliação de Reação em Evento	4	4	0	8
Comprovante	0	1	0	1
Correspondência Eletrônica	139	186	79	404
Cota de Aprovação	2	0	0	2
Despacho	431	357	265	1053
Documento de Alteração de Supervisor - DAS-Estágio	1	0	0	1
Formulário	0	0	1	1
Justificativa	1	0	0	1
Memorando	8	5	3	16
Nota Informativa	1	0	0	1
Nota Jurídica	3	0	0	3
Nota Técnica	10	12	9	31
Ofício	229	196	95	520
Relatório	2	1	3	6
Relatório de impacto do Evento de Capacitação	2	1	0	3
Solicitação de Cadastro no Sistema E-Compras/DF	0	3	1	4
Termo de Cancelamento de Documento	1	1	0	2
Termo de Compromisso	1	0	0	1
Termo Correção de Documento	5	0	1	6
Termo de Documento sem Efeito	0	1	0	1

Fonte: <https://sei.df.gov.br> (Dados de Outubro a Dezembro de 2025)

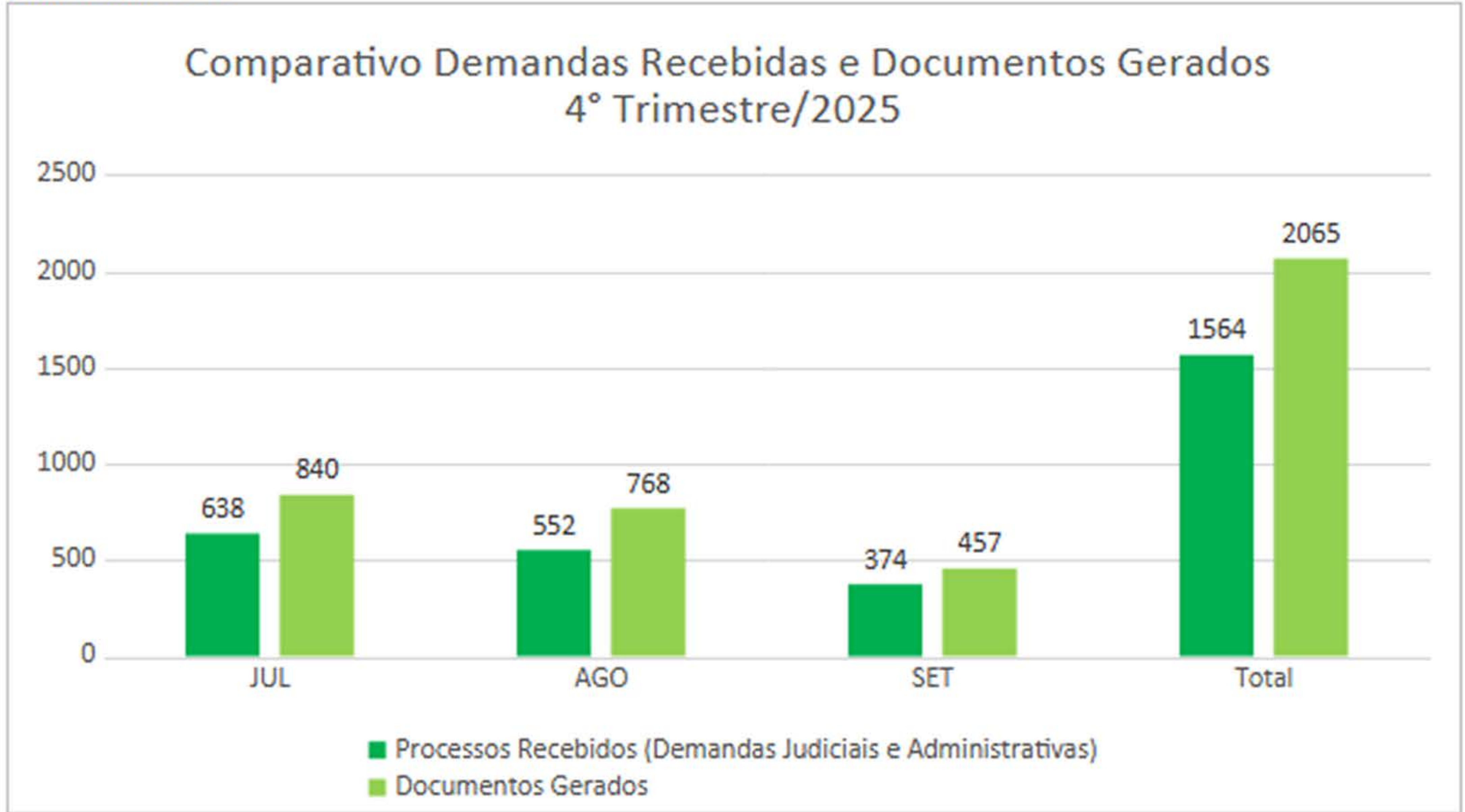
A Tabela e o Gráfico abaixo apresentam a relação entre o volume de processos recebidos e o quantitativo de documentos produzidos no período, evidenciando a capacidade operacional da Dijur no atendimento às demandas institucionais no trimestre analisado.

Tabela: Comparativo Demandas Judiciais e Administrativas e Documentos Gerados 4º Trimestre/2025.

Comparativo Demandas Judiciais e Administrativas e Documentos Gerados 4º Trimestre/2025				
	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL GERAL
Processos recebidos (Demandas Judiciais e Administrativas)	638	552	374	1564
Documentos Gerados	840	768	457	2065

Fonte: <https://sei.df.gov.br> (Dados de Outubro a Dezembro de 2025)

Gráfico 2: Processos Recebidos (Demandas Judiciais e Administrativas) e Documentos Gerados - 4º Trimestre/2025



Fonte: <https://sei.df.gov.br> (Dados de Outubro a Dezembro de 2025)

NOTAS TÉCNICAS

No período de outubro a dezembro de 2025, a Diretoria Jurídica elaborou Notas Técnicas, Notas Jurídicas e Notas Informativas destinadas à análise de matérias jurídicas relevantes para o Iprev-DF. Os documentos subsidiaram a tomada de decisões administrativas, com destaque para temas relacionados a contratações, prorrogações contratuais, participação em eventos e conformidade normativa, entre outros.

O presente relatório apresenta, abaixo, apenas parte das notas produzidas no período, selecionadas em razão de sua relevância. Registra-se, ainda, que a Dijur está elaborando novo Ementário, voltado à consolidação de manifestações jurídicas sobre temas estratégicos da gestão no exercício de 2025.

Nota Técnica N.º 31/2025 - IPREV/DIJUR/ASSEJUR

DIREITO ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE ATO NORMATIVO. MINUTA DE DECRETO. RECOMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS E ANÁLISE DE RISCOS. REGULARIDADE FORMAL E MATERIAL DE ATO NORMATIVO.

- I. A designação dos membros titulares e suplentes do Comitê de Investimentos do IPREV/DF deve seguir o procedimento expresso na legislação distrital;
- II. Ao caso em comento, devem ser aplicados os dispositivos da LC nº 769/2008, da Lei nº 4.585/2011, do Decreto nº 46.977/2025 e do Decreto nº 46.322/2024;
- III. Há necessidade de saneamento do processo administrativo de atendimento das recomendações feitas no bojo da presente nota;
- IV. Conclui-se pela viabilidade jurídica da minuta do decreto, desde que atendidas as recomendações.

(SEI-GDF nº 187409579)

Nota Técnica N.º 32/2025 - IPREV/DIJUR/ASSEJUR

DIREITO ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE ATO NORMATIVO. MINUTA DE DECRETO. REESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. EXONERAÇÕES E NOMEAÇÃO DE SERVIDORES E REMANEJAMENTO DE CARGO.

1. Minuta de Decreto que visa realizar a nomeação de servidores para comporem cargos em comissão dessa Autarquia Previdenciária, como forma de reestrutura administrativa do Iprev-DF, com fundamento na Lei nº 6.525/2020 e no Decreto nº 40.610/2020;
2. Análise jurídica da proposição de Decreto em atendimento ao art. 3º, inciso II, do Decreto nº 43.130, de 23 de março de 2022.
3. Nota pela viabilidade jurídica da minuta;
4. Recomendações realizadas no presente opinativo.

(SEI-GDF nº 187724917)

Nota Técnica N.º 33/2025 - IPREV/DIJUR/ASSEJUR

DIREITO ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE PROPOSIÇÃO DE ATO NORMATIVO. MINUTA DE DECRETO. RECOMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. DESIGNAÇÃO DE MEMBROS SUPLENTE REPRESENTANTES DOS SEGURADOS, PARTICIPANTES OU BENEFICIÁRIOS INDICADOS PELAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS OU PENSIONISTAS DO DISTRITO FEDERAL EM ATENDIMENTO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS Nº 01/2025 PUBLICADO NO DODF Nº 108 DE 11/06/2025. REGULARIDADE FORMAL E MATERIAL DO ATO.

- I. Publicação em DODF de Edital de Convocação de Entidades Representativas nº 01/2025 convocando as entidades representativas dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Distrito Federal para encaminhar até três sugestões de nomes de servidores públicos, sendo no mínimo uma mulher, para concorrerem às vagas de conselheiro suplente do Conselho de Administração do Iprev-DF.

- II. Devem ser aplicados os dispositivos da LC nº 769/2008, do Decreto nº 37.131/2016, da Lei nº 4.585/2011, do Decreto nº 39.415/2018 e do Decreto nº 43.130/2022;
- III. Há necessidade de saneamento do processo administrativo de atendimento das recomendações feitas no bojo da presente nota;
- IV. Conclui-se pela viabilidade jurídica da minuta do decreto, desde que atendidas as recomendações. (SEI-GDF nº 188912368)

Nota Técnica N.º 36/2025 - IPREV/DIJUR/ASSEJUR

ASSUNTO: AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA Nº 2.988 – PAGAMENTO DO ESTOQUE DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVIDA PELA UNIÃO – ANÁLISE DA PETIÇÃO Nº 189571993 (UNIÃO) E SUBSÍDIOS À RESPOSTA INSTITUCIONAL À PGDF.

(SEI-GDF nº 190639094)

Nota Jurídica N.º 30/2025 - IPREV/DIJUR

ASSUNTO: RECLAMAÇÃO SOBRE SUSPENSÃO E REGULARIDADE DAS AVALIAÇÕES DE ESTÁGIO PROBATÓRIO. PEDIDOS DE ANULAÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR Nº 27/2024 – IPREV/PRESI/GAB E DE ACIONAMENTO DE CONTROLE FINALÍSTICO PELA SEEC/DF. ENQUADRAMENTO JURÍDICO À LUZ DA LAI, DO REGIMENTO INTERNO E DO PARECER PGDF Nº 317/2025.

(SEI-GDF nº 185274267)

Nota Técnica N.º 9/2025 - IPREV/DIJUR

ASSUNTO: ESCLARECIMENTOS JURÍDICOS SOBRE A LEI COMPLEMENTAR Nº 970/2020 E A REGULARIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - (DIJUR) PARA A 111ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (04/12/2025)

(SEI-GDF nº 188621368)

Nota Técnica N.º 10/2025 - IPREV/DIJUR

DIREITO ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE ATO NORMATIVO. MINUTA DE DECRETO. REESTRUTURA ADMINISTRATIVA. EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA CARGOS EM COMISSÃO DO IPREV-DF. DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA DO IPREV-DF.

1. Minuta de Decreto que visa realizar a nomeação de servidores para comporem cargos em comissão dessa Autarquia Previdenciária, como forma de reestrutura administrativa do Iprev-DF, com fundamento na Lei nº 6.525/2020 e no Decreto nº 40.610/2020;
2. Nota pela viabilidade jurídica da minuta;
3. Recomendações realizadas no presente opinativo.

(SEI-GDF nº 190890017)

Nota Técnica N.º 16/2025 - IPREV/DIJUR/COAA

DIREITO ADMINISTRATIVO. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL – IPREV/DF. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD. NECESSIDADE DE RECOMPOSIÇÃO DAS VAGAS DE SUPLENÇA EM RAZÃO DO TÉRMINO DE MANDATOS E VACÂNCIAS. PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INDICAÇÃO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, NOS TERMOS DO ART. 8º DO REGIMENTO INTERNO DO CONAD/IPREV/DF E DO ART. 25, INCISO XXV, DO REGIMENTO INTERNO DO IPREV/DF. PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES E MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS, CONFORME A LEI Nº 4.585, DE 13 DE JULHO DE 2011.

1. Preenchimento de vaga para membro substituição de conselheiros, considerando o término do 2º mandato;
2. Análise das indicações de lista tríplice pelas entidades quanto a legitimidade, regularidade documental e da existência de impedimentos legais.
3. Assento fixado por lei apenas para a cadeira da entidade representativa dos servidores do Poder Legislativo (SINDICAL).
4. Conclusão pela regularidade das indicações destacadas na presente manifestação como qualificadas concorrer às vagas e encaminhamento para deliberação superior. (SEI-GDF nº 183222909)

Nota Técnica N.º 17/2025 - IPREV/DIJUR/COAA

DIREITO ADMINISTRATIVO. VIAGEM ÂMBITO NACIONAL. REQUERIMENTO SERVIDORES DO IPREV-DF PARA PARTICIPAÇÃO NO EVENTO INVESTOR DAY 2025 - CRESCERA CAPITAL A SER REALIZADO EM SÃO PAULO - SP, NO DIA 04 DE NOVEMBRO 2025. COM ÔNUS LIMITADO PARA O DISTRITO FEDERAL. NECESSIDADE DE PUBLICAÇÃO DO ATO AUTORIZATIVO DO DIRIGENTE MÁXIMO DO ÓRGÃO NOS TERMOS DO ART. 19, III, DO DECRETO Nº 29.290/2008. ATENDIMENTO AO ART. 1º, INCISO II, ALÍNEA "E", DO DECRETO Nº 39.133, DE 15 DE JUNHO DE 2018. ENTENDIMENTO PELA VIABILIDADE JURÍDICA.

1. Proposição de viagem a serviço ([184721657](#), [184850131](#)) pelo Diretor de Investimento e Diretor de Previdência do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal;
2. Análise dos requisitos de afastamento do servidor com ônus limitado para o Distrito Federal por meio de dispensa de ponto. Minuta do Ato autorizativo do Dirigente Máximo do órgão a ser publicado em DODF, nos termos do Decreto nº 29.290/2008, apenas à remuneração do cargo efetivo e da função comissionada dos servidores;
3. O evento arcará com inscrição, passagens e estadia dos participantes servidores do Iprev-DF;
4. Decreto nº 39.133, de 15 de junho de 2018 relativo a competência da autoridade máxima dos órgãos para o afastamento, mediante dispensa de ponto, de servidor ou empregado, para comparecer em congressos, conferências ou reuniões similares, no interesse da Administração Pública Distrital;

5. Viabilidade jurídica dos afastamentos dos servidores, mediante dispensa de ponto por Ato Autorizativo do Dirigente Máximo do órgão a ser publicado em DODF. (SEI-GDF nº 185817248)

Nota Técnica N.º 81/2025 - IPREV/DIJUR/COAA/GEALC

EMENTA: Direito Administrativo. Licitações e Contratos Administrativos. Capacitação de servidores do Iprev/DF. Inscrição em seminário promovido por empresa de notória especialização. Contratação direta com fundamento na inexigibilidade de licitação. Aplicação do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021. Observância dos requisitos legais e da jurisprudência administrativa consolidada. Parecer Referencial SEI-GDF nº 061/2024 – PGDF/PGCONS. Decreto Distrital nº 39.468/2018.

1. A hipótese prevista no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021 exige, cumulativamente: a inviabilidade de competição, a natureza especializada do serviço técnico, a notória especialização do prestador e a finalidade de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal.
2. No caso concreto, conforme análise contida nesta Nota Técnica, identifica-se a necessidade de complementação documental para adequada instrução do processo.
3. Opina-se pela viabilidade jurídica da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021, condicionada ao atendimento das exigências formais indicadas. (SEI-GDF nº 183337791)

Nota Técnica N.º 84/2025 - IPREV/DIJUR/COAA/GEALC

DIREITO ADMINISTRATIVO. VIAGEM ÂMBITO NACIONAL. REQUERIMENTO DA DIRETORA-PRESIDENTE R.G.R.D.S. PARA PARTICIPAÇÃO NO 13º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONSELHEIROS DE RPPS. AFASTAMENTO DA SERVIDORA COM ÔNUS TOTAL PARA O DISTRITO FEDERAL. NECESSIDADE DE PUBLICAÇÃO DO ATO AUTORIZATIVO DO GOVERNADOR NOS TERMOS DO DECRETO Nº 29.290/2008. REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DISPONIBILIZAÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS COM BASE NO DECRETO Nº 45.001/2023. ESTIMATIVA DE GASTOS E CONTROLE DE DESPESAS DE ACORDO COM O DECRETO Nº 44.162/2023. VIABILIDADE CONDICIONADA À DELIBERAÇÃO DO TITULAR DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL (SEEC/DF), NOS DITAMES DO ART. 5º DO DECRETO Nº 47.386/2025 E DISPENSA DE PONTO POR ATO AUTORIZATIVO DO GOVERNADOR A SER PUBLICADO EM DODF.

1. Proposição de viagem a serviço ([181040847](#)) pela Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, para participar no 13º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS, a ser realizado em Recife - PE;
2. Análise dos requisitos de afastamento do servidor com ônus total para o Distrito Federal por meio de dispensa de ponto. Minuta do Ato autorizativo do Governador do Distrito Federal a ser publicado em DODF, nos termos do Decreto nº 29.290/2008;

3. Afastamento com direito a concessão de diárias e de passagens conforme o Decreto nº 45.001/2023;
4. Passagens a serem custeadas por meio do Contrato nº 53569/2025 Iprev-DF (161909660) formalizado com a empresa AIRES TURISMO LTDA, CNPJ nº 06.064.175/0001-49;
5. Estimativas de gastos e controle de Despesas nos termos do Decreto nº 44.162/2023;
6. Viabilidade jurídica do afastamento da servidora, condicionado à deliberação do titular da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/DF), nos ditames do art. 5º do Decreto nº 47.386/2025 e dispensa de ponto por Ato Autorizativo do Governador a ser publicado em DODF. Condição para viabilização do pagamento de diárias e aquisição das passagens. (SEI-GDF nº 185643071)

Nota Técnica N.º 85/2025 - IPREV/DIJUR/COAA/GEALC

EMENTA: I. DIREITO ADMINISTRATIVO. II. CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS Nº 9912515670. III. MINUTA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO. IV. ACRÉSCIMO DE 25%. ALTERAÇÃO CONTRATUAL. ART. 125 DA LEI Nº 14.133/2021 SERVIÇOS CONTÍNUOS (ART. 107 DA LEI Nº 14.133/2025). V. PARECER Nº 1.540/2012 - PROCAD/PGDF. VI. PENDÊNCIAS APRESENTADAS NO BOJO DO OPINATIVO.

1. Art. 125 da Lei nº 14.133/2021 permite acréscimos ou supressões nas obras, serviços ou compras até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.
2. Parecer nº 1.540/2012 - PROCAD/PGDF e Parecer nº 73/2018 - PGDF/GAB/PRCON.
3. Possibilidade jurídica em tese do acréscimo, condicionada à observância das recomendações trazidas no bojo deste opinativo. (SEI-GDF nº 185777634).

Nota Técnica N.º 91/2025 - IPREV/DIJUR/COAA/GEALC

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ARTIGO 75, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021. DECRETO Nº 44.330/2023. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET TIPO COQUETEL VOLANTE E COFFEE BREAK, PARA EVENTOS INSTITUCIONAIS. FUNDAMENTAÇÃO NA LEI Nº 14.133/2021 E NO DECRETO DISTRITAL Nº 44.330/2023. DISPENSA ELETRÔNICA POR VALOR (ART. 75, II). SERVIÇOS COMUNS. PLANEJAMENTO OBRIGATÓRIO. ETP, MAPA DE RISCOS, TR E PESQUISA DE PREÇOS. ECONOMICIDADE COMPROVADA. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE ADMINISTRATIVA. APLICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO TCU (ACÓRDÃO 224/2022 – PLENÁRIO). DIRETRIZES DA AGU SOBRE CONTRATAÇÕES DIRETAS. PARECER REFERENCIAL SEI-GDF Nº 43/2023 - PGDF/PGCONS. PARECER NORMATIVO Nº 726/2008-PROCAD/PGDF. EXEMPLIFICAÇÃO DA PRÁTICA ADMINISTRATIVA DO GDF POR MEIO DE DISPENSAS ELETRÔNICAS DE OBJETOS SIMILARES. COMPATIBILIDADE COM O PRO-GESTÃO RPPS E COM AS DIRETRIZES DE GOVERNANÇA, COMUNICAÇÃO E INTEGRIDADE INSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE JURÍDICA, DESDE QUE RESPEITADOS OS REQUISITOS LEGAIS DE PLANEJAMENTO, JUSTIFICATIVA, ESTIMATIVA DE PREÇOS E PUBLICIDADE. CONTRATAÇÃO DIRETA LEGÍTIMA E DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA.

1. Quando o valor da contratação pretendida estiver dentro daqueles definidos para dispensa de licitação, resta evidenciada a hipótese de contratação direta por dispensa de licitação eletrônica, nos termos do artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021 e art. 236 do Decreto Distrital nº 44.330/2023;
2. Conclusão pela viabilidade jurídica da contratação desde que atendidas as recomendações deste opinativo. (SEI-GDF nº 187490948)

Nota Técnica N.º 92/2025 - IPREV/DIJUR/COAA/GEALC

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA DE SISTEMA DE TELEFONIA E PABX EM NUVEM, CONTEMPLANDO A DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC). LEI Nº 14.1333/2021. DECRETO FEDERAL Nº 11.462/2023. DECRETO DISTRITAL Nº 44.330/2023. PARECER REFERENCIAL SEI-GDF Nº 064/2024 - PGDF/PGCONS.

1. Solicitação de adesão à Ata de Registro de Preços (carona) de órgão do complexo do Governo do Distrito Federal por órgão distrital não participante.
2. O processo de adesão à Ata SRP deve os ditamos da Lei nº 14.133/2021 regulamentado pelo Decreto nº 44.330/2023, bem como seguir as orientações presentes no Parecer Referencial SEI-GDF nº 064/2024 - PGDF/PGCONS.
3. A Ata de Registro de Preços é oriundo de Pregão Eletrônico conduzida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal cujo interessado é a Casa Militar do Distrito Federal
4. Viabilidade Jurídica de adesão à ata, sanados os apontamentos apresentados nesse opinativo. (SEI-GDF nº 188142289)

Nota Técnica N.º 20/2025 - IPREV/DIJUR/COAP

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL.FUNDO SOLIDÁRIO GARANTIDOR (FSG). UTILIZAÇÃO DE RENTABILIDADE LÍQUIDA. LEI COMPLEMENTAR Nº 1.051/2025. VEDAÇÃO AO USO DO PRINCIPAL. DÉFICIT FINANCEIRO. EQUILÍBRIO ATUARIAL. OBRIGAÇÃO DE RECOMPOSIÇÃO PELO ENTE DISTRITAL.

1. Análise jurídica acerca das recomendações do Conselho de Administração (CONAD) relativas à utilização da rentabilidade líquida dos ativos do Fundo Solidário Garantidor (FSG) e das receitas oriundas de alienação de bens ou reservas administrativas;
2. Possibilidade de aplicação de até 100% da rentabilidade líquida dos ativos do FSG, conforme o § 11 do art. 73-A da Lei Complementar nº 769/2008, incluído pela Lei Complementar nº 1.051/2025. Vedação expressa à utilização do valor principal dos ativos incorporados ao Fundo;
3. Permissão em caráter excepcional do uso de receitas ainda não incorporadas, para cobertura de insuficiência financeira do RPPS, restrita ao pagamento de aposentadorias e pensões;
4. Obrigação do ente distrital de recompor eventuais déficits, nos termos do art. 4º da LC nº 1.051/2025 e do art. 2º, §1º, da Lei nº 9.717/1998;

5. Aplicação indistinta das regras de rentabilização e gestão a ativos financeiros e não financeiros, de acordo com a Lei Complementar 769/2008 e Lei Complementar 1.051/2008. (SEI-GDF nº 185846783)

Nota Técnica N.º 22/2025 - IPREV/DIJUR/COAP

PROJETO DE LEI Nº 1.612/2025. APOSENTADORIA DO PROFESSOR. MAGISTÉRIO. FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO. COMPUTO DIFERENCIADO PARA FINS DE APOSENTADORIA. SERVIADORES LOTADOS EM REGIONAIS DE ENSINO EM ATIVIDADE DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. VÍCIO DE INICIATIVA. ARTIGOS 71, § 1º, E 100, INCISOS VI E X DA LOF. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. ARTIGO 40, § 5º DA CONSTITUIÇÃO. EARTIGO 37, DA CF. ADI 3.772/DF. RE Nº 1.039.644/SC. EQUILÍBIO FINANCEIRO E ATUARIAL. PRINCÍPIO DA CONTRIBUTIVIDADE E CONTRAPARTIDA. ARTIGO 40, § 22, DA CF. ARTIGO 9º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019. ARTIGO 5º, INCISO II, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 769/2008. .

1. Tratam-se os autos de Projeto de Lei nº 1.612/2025, de iniciativa parlamentar, que prevê o cômputo de atividade de magistério os períodos laborados como coordenador, nas Regionais de Ensino, ainda que sem vínculo efetivo (cargos comissionados), desde que as atribuições envolvam atividades pedagógicas, de gestão educacional, coordenação ou assessoramento;
2. Projeto de Lei nº 1.612/2025 padece de inconstitucionalidade formal, uma vez que não foi derivado de iniciativa do Chefe do Poder Executivo e não foi seguido o rito de Lei Complementar conforme o mandamento do artigo 40, § 5º, da Constituição;
3. O Supremo Tribunal Federal limitou o escopo das atividades de magistério e, qualquer alargamento das atribuições do magistério, configura inconstitucionalidade, conforme o entendimento firmado na ADI nº 3.772/DF. Deste modo, as atividades desempenhadas por servidores em regionais de ensino não se enquadram como atividades de magistério em ambiente de ensino básico. Mais a mais, o Projeto de Lei nº 1.612/2025 reveste-se de inconstitucionalidade material por ampliar as funções de magistério, mas, também, por afrontar diretamente ao princípio da igualdade, pois visa igualar os servidores que não estão em sala de aula aos servidores que estão expostos, diariamente, ao desgaste físico e emocional da docência. Ou seja, traz um desequilíbrio no tratamento entre os servidores, o que viola o artigo 5º, caput, w artigo 37, caput, ambos da Constituição Federal;
4. Por fim, há violação ao equilíbrio financeira e atuarial do Regime de Previdência Social do Distrito Federal, previsto nos artigo 9º da Emenda Constitucional nº 103/2019 e 40, §22, da Constituição Federal, uma vez que o Projeto de Lei não menciona qual será fonte de custeio para abarcar todos os servidores efetivos e comissionados que estão lotados nas regionais de ensino, cabendo salientar que não é possível conceder benefícios previdenciários sem que haja a incidência da contribuição previdenciária, em razão do princípio da contrapartida, ante a contributividade previsto no artigo 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 769/2008;

5. A DIJUR opina-se pela inviabilidade jurídica do Projeto de Lei nº 1.612/2025. (SEI-GDF nº 187485018)

Nota Técnica N.º 23/2025 - IPREV/DIJUR/COAP

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR. REGULAMENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. ADI Nº 5801. CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 1º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 769/2008. FUNDO CONSTITUCIONAL. NECESSIDADE DE NORMA FEDERAL ESPECÍFICA. INVIABILIDADE DE ANÁLISE ATUARIAL. RISCO AO EQUÍLBRIO ATUARIAL E FINANCEIRO DO RRPS DO DISTRITO FERAL. POSSÍVEL VIOLAÇÃO AO PACTO FEDERATIVO. VEDAÇÃO ARTIGO 40, §20, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. VEDAÇÃO DE MÚLTIPLOS REGIMES NO MESMO ENTE FEDERATIVO.

1. Projeto de Lei Complementar apresentado pela PCDF visando regulamentar o regime previdenciário da categoria, com fundamento no art. 1º, § 2º, da LC nº 769/2008, cuja constitucionalidade foi reconhecida pelo STF na ADI nº 5801.
2. STF afirma que a PCDF integra a estrutura orgânico-administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, subordinada ao Governador, conforme arts. 42 e 144, § 6º, da Constituição Federal.
3. Supremo destaca que policiais civis são servidores públicos distritais, devendo vincular-se ao RPPS/DF, nos termos do art. 40, § 20, que veda múltiplos regimes próprios no mesmo ente, sem afastar o custeio federal pelo Fundo Constitucional.
4. Projeto de Lei Distrital legisla sobre recursos da União, afrontando o pacto federativo e a competência federal para disciplinar o Fundo Constitucional; necessidade de norma federal específica para repasse ao IPREV-DF.
5. Forma de contribuição prevista segue o modelo federal, divergindo do regime contributivo dos servidores distritais; Unidade de Atuária aponta que disponibilidade orçamentária não substitui estudo atuarial.
6. Ausência de base cadastral da PCDF inviabiliza análise atuarial e definição de custeio; previsão de restrição ao uso dos recursos impede formação de reservas e viola equilíbrio atuarial; risco de tratamento desigual entre servidores da mesma carreira.
7. Divergência com a LC nº 10.633/2002 quanto ao processamento das folhas pelo sistema federal, o que retiraria a autonomia do IPREV-DF e dificultaria a gestão previdenciária.
8. Conclusão pela inviabilidade jurídica do Projeto de Lei Complementar, diante da afronta ao pacto federativo, ausência de estudo atuarial, impossibilidade de gestão de recursos federais e risco ao equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF. (SEI-GDF nº 188123126)

Nota Técnica N.º 24/2025 - IPREV/DIJUR/COAP

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. FUNDO SOLIDÁRIO GARANTIDOR. LEI COMPLEMENTAR N.º 1.051/2025. RENTABILIDADE LÍQUIDA. LACUNA LEGISLATIVA. AUSÊNCIA DO CONCEITO DE RENTABILIDADE LÍQUIDA. NECESSIDADE DE UNIFORMIZAÇÃO DO CONCEITO.

1. Tratam-se os autos de solicitação de manifestação jurídica, solicitada pela Presidência por meio do Memorando n.º 31/2025 - IPREV/PRESI (185797327), quanto à possibilidade e os limites legais da rentabilidade dos ativos do Fundo Solidário previsto pela Lei Complementar n.º 1.051/2025;
2. a Diretoria de Investimentos no Memorando n.º 143/2025 (185350011), em atenção ao Memorando n.º 31 - IPREV/PRESI (185797327), entende que a rentabilidade líquida é aquela apurada descontando a inflação multiplicada pela rentabilidade nominal, já a rentabilidade real líquida é a apurada com o desconto da inflação mais a meta estabelecida para o Fundo Solidário Garantidor multiplicada pela rentabilidade nominal, sendo a rentabilidade nominal o valor bruto da rentabilidade auferida dos ativos do Fundo Solidário Garantidor, de acordo com o teor do Memorando n.º 138/2025 (185350011);
3. entretanto (sic), data máxima vênua, esta Diretoria entende que a rentabilidade real a é a encontrada havendo o decote da inflação da rentabilidade nominal, com vistas à verificar o ganho que houve acima da inflação. Quanto à rentabilidade líquida é aquela há o abatimento do valor bruto os custos com taxas, despesas, tributos, etc. Cabendo destacar que os recursos do Iprev-DF não estão sujeitos à incidência de Imposto de Renda, na fonte, sobre os rendimentos de aplicações financeiras nem operações de crédito (IOF), de acordo com o artigo 150, inciso IV, alíneas a, b e c, da Constituição Federal, artigo 71 da Lei n.º 8.981/95 e artigo 2º, § 3º, do Decreto n.º 6.306/07;
4. Conclui-se que não há, no âmbito das áreas técnicas deste Instituto de Previdência, um conceito uniformizado acerca da rentabilidade líquida, uma vez que a Lei Complementar n.º 1.051/2025 não traz o conceito de rentabilidade líquida. Ainda, verifica-se uma contradição no texto da referida Lei, pois no § 12 há a previsão de utilização de recursos do Fundo Solidário Garantidor, desde que não tenham sido incorporadas - o que não se vislumbra no âmbito do FSG, até o momento, novas receitas de ativos não incorporados ao Fundo Solidário Garantidor;
5. Ante o exposto neste opinativo, recomenda-se o envio da matéria, ora examinada, para manifestação da Secretaria de Economia e Procuradoria Geral do Distrito Federal para uniformização do conceito a ser aplicado À rentabilidade líquida dos ativos do Fundo Solidário Garantidor, ante a divergência de conceitos no âmbito desta Autarquia Previdenciária ante a lacuna existente na Lei Complementar n.º 1.051/2025. (SEI-GDF n.º 190760723)

Nota Técnica N.º 12/2025 - IPREV/DIJUR/COAP/GEMAF

REVISÃO DE APOSENTADORIA. ACÚMULO DE BENEFÍCIOS. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 24 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019. RECURSO ADMINISTRATIVO. POSSIBILIDADE DE REAVALIAÇÃO DO ATO CONCESSÓRIO. COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL DO IPREV-DF NOS TERMOS DO DECRETO Nº 46.977/2025. NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR.

1. Pedido de revisão de aposentadoria e recurso administrativo referentes à aplicação do art. 24 da EC nº 103/2019, em razão de acumulação de benefícios pelo ex-servidor J.L.M.J.
2. Constatação de que o servidor optou pela aposentadoria da EC nº 47/2005, concedida após a Reforma Previdenciária, impondo a aplicação compulsória do redutor constitucional. Conclusão pelo indeferimento do pedido de afastamento do redutor constitucional, permanecendo hígidos os atos de convocação e os termos do indeferimento anterior.
3. Apresentação de fato novo (CTC), com reconhecimento de períodos como tempo especial, distinta da análise anteriormente realizada pelo DER/DF. Reconhecimento de que a nova CTC configura fato novo apto a autorizar a reabertura da análise administrativa, nos termos do art. 65 da Lei nº 9.784/1999, sem efeito suspensivo do recurso.
4. Encaminhamento à Presidência e posterior remessa à Diretoria de Previdência para instrução técnica e eventual revisão previdenciária, conforme competências regimentais previstas no Decreto nº 46.977/2025. (SEI-GDF nº 184382286).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período analisado, a Diretoria Jurídica (Dijur) exerceu papel estratégico no apoio ao Iprev-DF, assegurando a conformidade jurídica dos atos administrativos e contribuindo para a mitigação de riscos institucionais.

A atuação caracterizou-se pelo atendimento a elevado volume de demandas, pela produção de documentos técnicos e pelo aprimoramento da gestão de processos, refletindo positivamente na qualidade das decisões administrativas.

Destaca-se, ainda, o investimento na capacitação técnica da equipe, por meio da participação em eventos especializados, reforçando a adoção de boas práticas jurídicas e o fortalecimento da governança institucional do Iprev-DF.

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA (AESP)

COMPETÊNCIAS

A Assessoria Especial da Presidência é unidade orgânica de assessoramento, diretamente subordinada ao Diretor-Presidente e compete, dentre outras atribuições dispostas nos artigos 9º, 10 e 11 do Decreto nº 46.977, de 17 de março de 2025, que instituiu o Regimento Interno do Iprev-DF:

1. assessorar e orientar os trabalhos da Presidência;
2. assessorar a Diretoria Executiva - Direx, de forma direta e imediata;
3. promover o assessoramento ao Comitê de Investimentos e Análise de Riscos- Ciar, de forma direta e imediata; e
4. acompanhar e monitorar o assessoramento ao Conad e Confis;

ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS:

Os órgãos colegiados do Iprev-DF foram criados pela Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, alterado pela Lei Complementar nº 1.013, de 21 de julho de 2022, e estão previstos na estrutura organizacional do Iprev-DF, por meio de seu Regimento Interno, disposto nos artigos 4º, 5º, 6º e 7º do Decreto nº 46.977/2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração - Conad, órgão superior de deliberação colegiada, é composto por 14 (quatorze) membros nomeados pelo Governador do Distrito Federal, sendo 7 (sete) representantes do Governo e 7 (sete) representantes dos segurados, participantes ou beneficiários, indicados pelas entidades representativas dos servidores ativos, inativos ou pensionistas do Distrito Federal, em atendimento ao preceituado do Art. 88 da Lei Complementar nº 769/2008, alterado pela Lei Complementar nº 1.013/2022.

A atual composição se encontra publicada no sítio institucional, no endereço: https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/tabela_conselheiros_representantes_do_governo_e_segurados_2025_atualizada-pdf

Imagem: composição Conad.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IPREV-DF/CONAD
CONSELHEIROS REPRESENTANTES DO GOVERNO



ASSENTO	CONSELHEIROS		ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL		
1	TITULAR	GUSTAVO DO VALE ROCHA	CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	INÍCIO DO MANDATO DE PRESIDENTE 12/03/2025	TÉRMINO DO MANDATO DE PRESIDENTE 10/03/2028
	SUPLENTE	RAIMUNDO DIAS IRMÃO JUNIOR			
2	TITULAR	DANIEL IZAÍAS DE CARVALHO	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL		
	SUPLENTE	LEDAMAR SOUSA RESENDE			
3	TITULAR	JULIANA NEVES BRAGA TOLENTINO	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL		
	SUPLENTE	RAQUEL ABEN ATHAR DE SOUSA			
4	TITULAR	MÁRCIO WANDERLEY DE AZEVEDO	PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL		
	SUPLENTE	ANA CAROLINA REIS MAGALHÃES			
5	TITULAR	PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL		
	SUPLENTE	MARCOS RODRIGUES SILVA			
6	TITULAR	INALDO JOSÉ DE OLIVEIRA	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		
	SUPLENTE	PAULO CESAR DA SILVA RÊGO			
7	TITULAR	RAQUEL GALVÃO RODRIGUES DA SILVA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL		
	SUPLENTE	PEDRO HENRIQUE ARAÚJO NABARRETE GABINI			

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DOS SEGURADOS, PARTICIPANTES OU BENEFICIÁRIOS

ASSENTO	CONSELHEIROS		ENTIDADE REPRESENTATIVA	MANDATO	INÍCIO DO MANDATO	TÉRMINO DO MANDATO
1	TITULAR	SAULO DE OLIVEIRA NONATO	SINDICAL	1º MANDATO	31/07/2023	30/07/2026
	SUPLENTE	(Em processo de designação)				
2	TITULAR	ANA PAULA MACHADO NEVES	ADESP-DF	2º MANDATO	31/07/2023	30/07/2026
	SUPLENTE	SOLANGE REGINA BUOSI CARDINALE	SINPRO-DF	1º MANDATO	31/07/2023	30/07/2026
3	TITULAR	MARCELO MOTA DE QUEIROZ	ADESP-DF	2º MANDATO	05/09/2025	04/09/2028
	SUPLENTE	FRANCISCO JORGIVAN MACHADO LEITÃO	AAPPGG	2º MANDATO	05/09/2025	04/09/2028
4	TITULAR	REJANE VAZ DE ABREU	AAPPGG	2º MANDATO	05/09/2025	04/09/2028
	SUPLENTE	ALOÍSIO DOS SANTOS JUNIOR	SINDGESTOR	2º MANDATO	31/07/2023	30/07/2026
5	TITULAR	ROGÉRIO OLIVEIRA ANDERSON	SINDPROC	2º MANDATO	31/07/2023	30/07/2026
	SUPLENTE	(Em processo de designação)				
6	TITULAR	CÁSSIA MARIA DE SOUZA BARRETO	ADESP-DF	2º MANDATO	05/09/2025	04/09/2028
	SUPLENTE	(Em processo de designação)				
7	TITULAR	RAFAEL TEIXEIRA CAVALCANTE	AAPPGG	2º MANDATO	05/09/2025	04/09/2028
	SUPLENTE	(Em processo de designação)				

A vigência do mandato do conselheiro destacado acima () corresponderá ao período restante do mandato do seu antecessor, em atenção ao Art. 10 do Decreto nº 44.767, de 25 de julho de 2021.

Fonte: Iprev-DF.

O §7º do Art. 93 da Lei Complementar nº 769/2008, acrescido pela Lei Complementar nº 1.013/2022, também preceitua atendimento aos requisitos mínimos para atuação no Conselho:

“7º Os requisitos a que se referem o § 6º, I e II, aplicam-se aos membros dos conselhos de administração e fiscal e ao comitê de investimentos da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal. (grifo nosso)”

Nesse sentido, os referidos requisitos são:

1. possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais; e
2. possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria.

PERIODICIDADE DAS REUNIÕES

A periodicidade das reuniões do Conad está prevista no Regimento Interno do Conselho (https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/resolucao-2-de-28_04_2023-pdf), o qual preceitua que as reuniões serão de forma presencial ou por videoconferência, uma vez por mês, durante o ano civil, por convocação, na primeira quarta-feira de cada mês ou, em caso de feriados, na quarta-feira subsequente, no máximo 12 (doze) vezes durante um ano civil e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou em decorrência de requerimento de, no mínimo, um terço dos membros, conforme calendário anual publicado no sítio institucional do Iprev-DF: https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/calendario_de_reunioes_conad_2026-pdf.

Tabela: Cronograma de Reuniões CONAD/2026



CALENDÁRIO DE REUNIÕES CONAD/IPREV-DF 2026

Artigo 13 do Regimento Interno do Conselho de Administração – CONAD/IPREV-DF

MÊS	REUNIÃO	DATA
JANEIRO	102ª Reunião Ordinária	07/01
FEVEREIRO	103ª Reunião Ordinária	04/02
MARÇO	104ª Reunião Ordinária	04/03
ABRIL	105ª Reunião Ordinária	01/04
MAIO	106ª Reunião Ordinária	06/05
JUNHO	107ª Reunião Ordinária	03/06
JULHO	108ª Reunião Ordinária	01/07
AGOSTO	109ª Reunião Ordinária	05/08
SETEMBRO	110ª Reunião Ordinária	02/09
OUTUBRO	111ª Reunião Ordinária	07/10
NOVEMBRO	112ª Reunião Ordinária	04/11
DEZEMBRO	113ª Reunião Ordinária	02/12

Fonte: https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/calendario_de_reunioes_conad_2026-pdf

PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONAD

As Atas do referido órgão colegiado, relativas ao 4º trimestre, foram publicizadas no sítio institucional da seguinte forma:

Tabela: Reuniões Conad.

REUNIÃO	DATA	PRINCIPAIS DECISÕES	PUBLICAÇÃO DA ATA
103ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	26/09/2025	- Apresentação e discussão do PLC nº 82/2025; • Informes Gerais: - Reiteração do Convite a todos os Conselheiros para a Participação na Reunião do Colégio de Líderes da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).	https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/sei_188983463_ata_103_2_-pdf
99ª REUNIÃO ORDINÁRIA	08/10/2025	- Leitura e Aprovação da Ata e do Extrato da 98ª RQ; - Relatório de Investimentos (agosto/2025) - Plano de Gestão Imobiliária – 3º Trimestre/2025; - Apresentação do Relatório de Execução Orçamentária – 3º Bimestre; - Apresentação do Relatório de Controle Interno – 2º Bimestre; • Informes Gerais: - Participação na Reunião do Colégio de Líderes da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).	https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/sei_183759192_ata_99_-pdf
100ª REUNIÃO ORDINÁRIA	05/11/2025	• Leitura e Aprovação da Ata e do Extrato da Ata da 99ª RQ; • Relatório de Investimentos (setembro/2025); • Deliberação da Política de Alçadas; • Apresentação da Política de Investimentos e do Plano de Gestão Imobiliário - PGI • Apresentação de Execução Orçamentária do 4º Bimestre; • Relatório de Governança do 2º	https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/sei_186491991_ata_100_3_-pdf

		Trimestre/2025; • Apresentação e discussão do processo SEI 00413-00009608/2025-69; • Informes Gerais: Alteração na equipe de suporte à Secretaria dos Conselhos. Renúncia do Conselheiro Rogério Oliveira Anderson Alteração da titularidade da Diretoria Jurídica Suspensão dos descontos referente a devolução da alíquota previdenciária após a sanção de lei distrital.	
101ª REUNIÃO ORDINÁRIA	03/12/2025	- Leitura e Aprovação da Ata e do Extrato da 100ª RQ; - Leitura e Aprovação da Ata e do Extrato da Ata da 103ª RE; - Relatório de Investimentos (outubro/2025); - Deliberação da Política de Investimentos e do Plano de Gestão Imobiliário - PGI - Apresentação da Portaria Iprev-DF nº 55/2025 - Apresentação do histórico de transferências já realizadas, alinhadas às diretrizes estabelecidas pela Portaria Iprev-DF nº 55/2025 - Apresentação de Execução Orçamentária do Bimestre - Apresentação e Deliberação do Relatório de Gestão Atuarial • Informes Gerais: - Proposta de Calendário de Reuniões Ordinárias para o exercício de 2026.	https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/sei_188696361_ata_101.pdf

Fonte : <https://iprev.df.gov.br/atas-das-reunioes/C3%85es-conad-2025/>

CONSELHO FISCAL (CONFIS)

A composição do Conselho Fiscal – Confis do Iprev-DF está disciplinada pela Lei Complementar nº 1046/2025 (que altera a Lei Complementar nº 769/2008), a qual estabelece que o Confis é órgão superior de deliberação colegiada de acompanhamento dos atos de gestão do Iprev-DF, composto por 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) suplentes, designados conforme segue:

1. 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes indicados entre os segurados, participantes e beneficiários, mediante entidades representativas dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Distrito Federal; e
2. 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes indicados pelo Governador do Distrito Federal, ou conforme norma complementar, de modo a garantir a composição paritária entre representante dos segurados/beneficiários e do ente federativo.

Dessa forma, a nova lei assegura equilíbrio de representação entre os dois grupos (segurados/beneficiários x ente federativo) no colegiado.

Observa-se que no site do Iprev-DF consta ainda a composição anterior, ou seja: “3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, nomeados pelo Governador do Distrito Federal, sendo 4 representantes dos segurados (2 titulares e 2 suplentes) e 2 indicados pelo Governador (1 titular e 1 suplente)”. Essa discrepância entre a norma legal (LC 1046/2025) e a composição informada decorre da implementação de atos administrativos de nomeação e substituição de membros, cujo cronograma ainda está em curso, razão pela qual permanece a composição antiga até a completa transição.

A atual composição se encontra publicada no site institucional, no link: https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/composicao_confis-pdf.

Imagem: composição Confis

CONSELHO FISCAL DO IPREV-DF/CONFIS CONSELHEIROS REPRESENTANTES DO GOVERNO



ASSENTO	CONSELHEIROS		ENTIDADE REPRESENTATIVA
1	TITULAR	LUCIANO CARDOSO DE BARROS FILHO	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERA
	SUPLENTE	ANDRÉ MOREIRA OLIVEIRA	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERA

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DOS SEGURADOS, PARTICIPANTES OU BENEFICIÁRIOS

ASSENTO	CONSELHEIROS		ENTIDADE REPRESENTATIVA	MANDATO
1	TITULAR	MARCELO CRUZ BORBA	SINDIRETA	2º MANDATO
	SUPLENTE	FERNANDO ANTÔNIO DE AQUINO PAVIE	SINAFITE	1º MANDATO
2	TITULAR	ANDREA MARIA OLIVEIRA GOMES	SINDICAL/DF	2º MANDATO
	SUPLENTE	FLÁVIA DE MORAES MENDES	SINDAFIS	2º MANDATO

Fonte: : https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/composicao_confis-pdf.

Os requisitos mínimos exigidos para atuação no Conselho, segundo o preceituado no §7º do Art. 93 da Lei Complementar nº 769/2008, in verbis:

7º Os requisitos a que se referem o § 6º, I e II, aplicam-se aos membros dos conselhos de administração e fiscal e ao comitê de investimentos da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal. (grifo nosso).

Nesse sentido, os referidos requisitos são:

1. possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais; e
2. possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria.

PERIODICIDADE DAS REUNIÕES

A periodicidade das reuniões do Confis está prevista no Art. 91 da Lei Complementar nº 769/2008, consignado no Regimento Interno do Conselho, (https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/5834aecb0ef04eca99f59f8dddb993c4/Resolu_o_1), que preceitua que o Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada trimestre, e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou em decorrência de requerimento de algum membro, devidamente justificado por meio de Ofício dirigido ao seu Presidente, conforme calendário anual publicado no sítio institucional: https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/calendario_de_reunioes_confis_2025_atualizado_out_25-pdf

Imagem: cronograma de reuniões Confis

CALENDÁRIO DE REUNIÕES CONFIS/IPREV-DF 2025

Artigo 13 do Regimento Interno do Conselho Fiscal – CONFIS/Iprev-DF

MÊS	REUNIÃO	DATA
JANEIRO	51ª - Ordinária	08/01
FEVEREIRO	104ª Extraordinária	19/02
MARÇO	105ª Extraordinária	26/03
ABRIL	52ª - Ordinária	09/04
MAIO	106ª - Extraordinária	14/05
JUNHO	107ª - Extraordinária	11/06
JULHO	53ª - Ordinária	02/07
AGOSTO	108ª - Extraordinária	13/08
SETEMBRO	109ª - Extraordinária	10/09
OUTUBRO	54ª - Ordinária	08/10
NOVEMBRO	110ª Extraordinária	12/11
DEZEMBRO	111ª Extraordinária	03/12

Fonte: Iprev-DF.

PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONFIS

As Atas do referido órgão colegiado, relativas ao 4º trimestre/2025, foram publicizadas no sítio institucional da seguinte forma:

Tabela: Reuniões Confis

REUNIÃO	DATA	PRINCIPAIS DECISÕES	PUBLICAÇÃO DA ATA
54ª REUNIÃO ORDINÁRIA	08/10/2025	- Leitura e Aprovação da Ata e do Extrato da 109ª RE; - Apresentação do Relatório de Execução Orçamentária do 2º quadrimestre - Relatório de Controle Interno – 2º trimestre/2025; - Relatório de Investimentos (agosto/2025); - Relatório de Governança – 1º trimestre/2025; - Acompanhamento das Contas – exercício 2025; • Informes Gerais: Discussão sobre a implementação da sugestão feita na reunião anterior pelo Conselheiro Suplente André Moreira Oliveira, referente ao acompanhamento das atas do Conselho de Administração (CONAD) e do Comitê de Investimentos (CIAR)	https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/sei_184807279_ata_54-1.pdf
110ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	26/11/2025	- Relatório da Carteira (outubro/2025); - Apresentação da Portaria Iprev-DF nº 55/2025 - Apresentação do histórico de transferências já realizadas, alinhadas às diretrizes estabelecidas pela Portaria Iprev-DF nº 55/2025 - Leitura e Aprovação da Ata e do Extrato da 54ª RO; - Apresentação do Relatório de Governança – 2º trimestre/2025; - Apresentação dos Resultados do Relatório de Gestão Atuarial e Relatório de Atividades - Acompanhamento de Contas – exercício de 2025 • Informes Gerais: Esclarecimento sobre a cobrança retroativa de contribuições previdenciárias de aposentados. Apresentação de proposta de calendário das Reuniões Ordinárias para o exercício de 2026	https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/sei_188349859_ata_110-.pdf

Fonte: Disponível em: <https://iprev.df.gov.br/atas-das-reuni%C3%B5es-confis-2025>

DIRETORIA EXECUTIVA DO IPREV-DF

A Diretoria Executiva – Direx do Iprev-DF, unidade orgânica de deliberação coletiva, órgão ao qual cabe assegurar a execução dos objetivos do Iprev-DF, consoante as diretrizes e normas gerais baixadas pelo Conselho de Administração, conforme o art. 93 da Lei Complementar nº 769/2008, alterada pela Lei Complementar nº 1013, de 21/07/2022, é composta por 6 Diretores, nomeados pelo Governador do Distrito Federal, com mandato de 4 anos, permitida a recondução, sendo:

- Diretor-Presidente com remuneração, equiparado, para todos os efeitos, a Secretário de Estado, com todas as suas prerrogativas, direitos e vantagens;
- Diretor de Governança, Projetos e Compliance;
- Diretor de Previdência;
- Diretor Jurídico;
- Diretor de Investimentos; e
- Diretor de Administração e Finanças.

Os dirigentes da unidade gestora do regime próprio de previdência social do Distrito Federal devem atender aos seguintes requisitos mínimos:

1. possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais;
2. possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria; e
3. ter formação superior.

DAS ATIVIDADES DA DIREX

No que concerne às atividades desempenhadas pela Diretoria Executiva no 3º trimestre, destacam-se:

Tabela: Reuniões Direx

REUNIÃO	DATA	PRINCIPAIS DECISÕES
86ª REUNIÃO ORDINÁRIA	22/09/2025	1. Foi deliberado que o Relatório Técnico, elaborado pela Gerência de Saúde Mental e Preventiva, será discutido em uma Reunião Extraordinária para que sejam definidas ações que protejam os servidores e melhorem a qualidade de vida no trabalho. 2. Foi deliberado que a participação no curso APG AMANA-KEY será prioritariamente destinada a 3 Diretores e 1 Chefe de Unidade, vinculado a Presidência, com possível divisão em duas turmas para viabilizar a capacitação sem prejuízo operacional. 3. Foi deliberado o prosseguimento das tratativas mediante diálogo formal com o DETRAN para avaliar a viabilidade da cessão do imóvel. A Diretoria de Investimentos deverá conduzir negociações com o DETRAN, avaliando a proposta e verificando as condições que atendam tanto às necessidades do Iprev quanto às demandas do DETRAN
15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	26/09/2025	A proposta do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho foi parcialmente aprovada, com a necessidade de ajustes, como exclusões e reformulações das propostas, visando um Programa de Qualidade de Vida no Trabalho mais viável, eficiente e compatível com as condições do Iprev-DF.
16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	14/10/2025	1. Deliberou-se sobre a cobrança das contribuições previdenciárias referentes aos meses de novembro e dezembro de 2020, decidindo pelo parcelamento em até 60 meses, com parcela mínima de R\$ 30,00, em atenção a Portaria IPREV nº 16/2019, sem juros de mora, aplicando apenas atualização monetária pela Selic, conforme o art. 72 da Lei Complementar nº 769/2008, destacando-se a fundamentação nos pareceres PGDF nº 217/2024 e nº 334/2025 e sem exigência de entrada prévia.
17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	17/11/2025	Aguardando aprovação e seguidamente assinaturas
87ª REUNIÃO ORDINÁRIA	21/10/2025	Aguardando aprovação e seguidamente assinaturas
88ª REUNIÃO ORDINÁRIA	25/11/2025	Aguardando aprovação e seguidamente assinaturas
18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	28/11/2025	Aguardando aprovação e seguidamente assinaturas

Fonte: Presidência/Aesp.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS E ANÁLISE DE RISCOS

O Comitê de Investimentos e Análise de Riscos - Ciar, instituído pelo Decreto nº 46.322, de 27 de setembro de 2024, que dispõe sobre a estrutura, composição e funcionamento do Ciar do Iprev-DF, e dá outras providências, é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, responsável pelo apoio executivo da Política de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Distrito Federal, composto pelos seguintes membros:

1. por quatro membros da Unidade Gestora do RPPS:
 - a) Diretor-Presidente/responsável pela Gestão de Recursos;
 - b) Substituto do Diretor-Presidente;
 - c) Diretor de Investimentos; e,
 - d) Substituto do Diretor de Investimentos;
2. 02 representantes da Casa Civil do Distrito Federal; e
3. 02 representantes da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.

Obs: A Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Tribunal de Contas do Distrito Federal poderão participar do CIAR como convidados, com um representante de cada.

A atual composição encontra-se abaixo:

Tabela: Composição CIAR: <https://iprev.df.gov.br/comite-de-investimento-e-analise-de-risco-ciar>

NOME*	ÓRGÃO	SITUAÇÃO
RAQUEL GALVÃO RODRIGUES DA SILVA	Iprev-DF	Coordenadora do CIAR
PAULO HENRIQUE DE SOUSA FERREIRA	Iprev-DF	Membro do CIAR
RAMON ESTEVÃO CORDEIRO LIMA	Iprev-DF	Membro do CIAR
THIAGO MENDES RODRIGUES	Iprev-DF	Membro do CIAR
AMIM MACEDO QUEIROZ	CACI-DF	Membro do CIAR
MÁRCIO AUGUSTO ALMEIDA FERREIRA	CACI-DF	Membro do CIAR
FELIPE RODRIGUES DA SILVA	SEEC-DF	Membro do CIAR
ALEXANDRE DE ARAÚJO MARTINS	SEEC-DF	Membro do CIAR
*Parágrafo único. No caso de ausência ou impedimento dos membros acima indicados, estes serão representados: I – pelo seu substituto regimentalmente definido, no caso do Diretor-Presidente e do Diretor de Investimento do Iprev-DF; II – por outro representante previamente indicado, no caso dos membros representantes da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Fazenda e da Casa Civil.		

Fonte: Iprev-DF. Disponível em: <https://iprev.df.gov.br/comite-de-investimento-e-analise-de-risco-ciar>

Compete ao titular de cada órgão representado no Ciar definir seus representantes, e dar ciência formal ao Coordenador do Comitê, para os encaminhamentos no âmbito do Iprev-DF.

Os servidores integrantes do Ciar deverão possuir vínculo funcional com o Distrito Federal, na qualidade de servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração.

Quanto às exigências, é preceituado no art. 5º da Portaria nº 72, de 09 de novembro de 2023, que os membros deverão atender as seguintes condições:

- a) não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas art. 1º, I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;
- b) possuir, de forma prévia, certificação obtida por meio de processo realizado por entidade certificadora credenciada pelo Ministério da Previdência Social e pelo Iprev-DF, para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício da função de membro do comitê de investimentos;
- c) possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria; e
- d) possuir diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior, devidamente registrado no Ministério da Educação.

O §7º do Art. 93 da Lei Complementar nº 769/2008, também preceitua atendimento aos requisitos mínimos para atuação no Conselho:

7º Os requisitos a que se referem o § 6º, I e II, aplicam-se aos membros dos conselhos de administração e fiscal e ao comitê de investimentos da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal. (grifo nosso).

Nesse sentido, os referidos requisitos são:

- 1. possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais; e
- 2. possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria.

PERIODICIDADE DAS REUNIÕES

A Portaria nº 72, de 09 de novembro de 2023, preceitua que as reuniões ordinárias do Ciar serão realizadas mensalmente, conforme calendário anual publicado no sítio institucional: https://www.iprev.df.gov.br/documents/d/guest/calendario_de_reunioes_alteracao_ciar-1-pdf.

Tabela: Cronograma de Reuniões CIAR/2025.

MÊS	REUNIÃO	DATA
JANEIRO	128ª	31/01/2025
FEVEREIRO	129ª	25/02/2025
MARÇO	130ª	28/03/2025
ABRIL	131ª	25/04/2025
MAIO	132ª	30/05/2025
JUNHO	133ª	27/06/2025
JULHO	134ª	25/07/2025
AGOSTO	135ª	29/08/2025
SETEMBRO	136ª	26/09/2025
OUTUBRO	137ª	31/10/2025
NOVEMBRO	138ª	28/11/2025
DEZEMBRO	139ª	19/12/2025

Fonte: Iprev-DF https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/calendario_de_reunioes_alteracao_ciar-1-pdf

PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIAR

As Atas do referido comitê, relativas ao 4º trimestre de 2025, foram publicizadas no sítio institucional da seguinte forma:

Tabela: Reuniões CIAR

REUNIÃO	DATA	PRINCIPAIS DECISÕES	PUBLICAÇÃO DA ATA
08ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	05/09/2025	Apreciação do Item 2 da 31ª AGC – FBIE FIP Multiestratégia II	https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/sei_181469418_ata_8_2_-pdf
09ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	06/10/2025	Deliberação do FIP XP Selection Prime	https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/sei_184154809_ata_9_2_-pdf
		- Apresentação da Conjuntura Econômica (outubro/2025); - Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos (setembro/2025); - Apresentação e deliberação da Estratégia	

137ª REUNIÃO ORDINÁRIA	31/10/2025	de Investimentos para Novembro/2025; - Apresentação do processo de Credenciamento nº 01/2025; - Apresentação da proposta da Política de Investimentos 2026 e do PGI; • Informes Gerais: Informou que a Unidade de Atuária está elaborando o plano de equacionamento do déficit previdenciário, que definirá a aplicação da alíquota extraordinária patronal instituída pela Lei Complementar nº 1.051/2025	https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/sei_186711180_ata_137_1_-pdf
10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	17/11/2025	Deliberação da proposta de Política de Investimentos e do PGI	https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/sei_188355283_ata_10_-pdf
138ª REUNIÃO ORDINÁRIA	28/11/2025	• Apresentação da Conjuntura Econômica - novembro/2025; • Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos - outubro/2025; • Apresentação e deliberação da Estratégia de Investimentos para dezembro/2025; • Deliberação da proposta da Política de Investimentos e do PGI; • Apresentação das propostas de Portaria de Credenciamento • Informes Gerais: Foi informado que a realização de consulta formal ao GESCON, sistema da Secretaria de Previdência, com o objetivo de alinhar o tratamento sistêmico da segregação dos fundos, considerando a especificidade do Fundo Solidário Garantidor no modelo adotado pelo Distrito Federal,	https://iprev.df.gov.br/documents/d/guest/sei_189246788_ata_138_2_-pdf

		destacando que a resposta técnica é aguardada para os próximos dias. Por fim, foram definidos os encaminhamentos relativos às próximas reuniões.	
--	--	--	--

Fonte: Iprev-DF.

UNIDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Unidade de Comunicação Social - UCS tem como missão aproximar o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF do seu público alvo, servidores ativos, aposentados e pensionistas, por meio de uma comunicação clara, acessível e alinhada aos princípios da transparência e da boa governança pública.

Durante o quarto trimestre de 2025, a UCS manteve atuação contínua e estratégica na comunicação institucional, com destaque para a intensificação das ações de divulgação de campanhas governamentais, cobertura de eventos institucionais, atualização dos canais oficiais (site e intranet), apoio direto à Presidência e continuidade das atividades mesmo durante o período de recesso de fim de ano.

No período, a UCS foi responsável pela produção, revisão e divulgação de conteúdos institucionais relacionados às ações do Iprev-DF, incluindo campanhas, eventos, comunicados oficiais e matérias de interesse público.

A unidade atuou no atendimento a demandas internas e externas, garantindo alinhamento da comunicação institucional com as diretrizes da Presidência e dos órgãos de governança, além de assegurar a padronização da linguagem e da identidade visual do Iprev-DF.

Atividades realizadas:

- Produção e divulgação de matérias institucionais;
- Atualizações regulares no site institucional;
- Apoio à divulgação de eventos, palestras e ações estratégicas; e
- Comunicação integrada com as áreas técnicas e administrativas do Iprev-DF.

ATUALIZAÇÕES NO PORTAL INSTITUCIONAL E TRANSPARÊNCIA ATIVA

Ao longo do 4º trimestre de 2025, a UCS manteve ritmo contínuo de atualização do portal institucional do Iprev-DF, com publicação e revisão de manuais, relatórios, planos, comunicados oficiais e documentos técnicos, assegurando conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI), o Pró-Gestão RPPS e as diretrizes de transparência ativa.

No período, foram publicados e/ou atualizados documentos estratégicos nas áreas de governança, controladoria, integridade, gestão patrimonial, controle interno, dados abertos e orientações institucionais, incluindo manuais operacionais, relatórios trimestrais e materiais normativos.

No período, foram diagramados, revisados e publicados, entre outros:

- Manual de Arrecadação;
- Plano de Dados Abertos 2025–2026;
- Manual de Projetos Estratégicos;
- Manual de Gestão de Usuário de Rede;
- Manual de Gestão Patrimonial;
- Manual de Certidão de Tempo de Contribuição;
- Manual de Emissão de Notas Técnicas;
- Manual da Secretaria dos Conselhos;
- Manual do Relatório do Controle Interno;
- Manual de Orientações de Registro de Denúncias;
- Relatório de Controle Interno – 3º Trimestre; e
- Relatório de Governança Corporativa – 3º Trimestre.

As atualizações ocorreram de forma contínua ao longo do trimestre, inclusive no período de recesso administrativo de fim de ano, garantindo a regularidade das entregas institucionais e a manutenção do site como principal canal de informação previdenciária do Iprev-DF.

CAMPANHAS INSTITUCIONAIS E DE CONSCIENTIZAÇÃO

A UCS ao longo do 4º trimestre de 2025 atuou de forma estratégica na divulgação e cobertura institucional de campanhas, eventos e ações voltadas à governança, integridade, valorização do servidor e responsabilidade social, reforçando o compromisso do Iprev-DF com a transparência, a ética e o serviço público de qualidade.

- Campanha “Nosso Natal” – Restaurante Comunitário do Gama

No dia 17 de dezembro de 2025, o Iprev-DF participou da Campanha Nosso Natal, realizada no Restaurante Comunitário do Gama, em parceria com outras entidades do Governo do Distrito Federal.

A UCS foi responsável pela cobertura institucional da ação, com registros fotográficos, produção de conteúdo e divulgação nos canais oficiais, destacando o caráter social, solidário e humanizado da iniciativa.

Matéria publicada:
<https://iprev.df.gov.br/w/iprev-df-participa-de-almoco-especial-de-natal-no-restaurante-comunitario-do-gama>.

COBERTURA DE EVENTOS INSTITUCIONAIS

Além das campanhas sociais, a UCS participou ativamente da cobertura de eventos institucionais estratégicos, realizando divulgação prévia, acompanhamento presencial, registros e publicação de matérias nos canais oficiais do Iprev-DF, entre eles:

- 2ª Semana de Compliance e Integridade, com foco em ética, transparência e boas práticas na gestão pública, reforçando as ações do Programa de Integridade do Instituto; <https://iprev.df.gov.br/w/iprev-df-promove-2-semana-de-compliance-e-integridade-com-foco-em-etica-transparencia-e-boas-praticas-na-gestao-publica>
- Celebração do Dia do Servidor Público, com palestra voltada à felicidade no ambiente de trabalho, valorização do servidor e promoção do bem-estar institucional; e <https://iprev.df.gov.br/w/iprev-df-celebra-o-dia-do-servidor-com-palestra-sobre-felicidade-no-ambiente-de-trabalho>
- Lançamento do Planejamento Estratégico Institucional 2026–2030, evento de grande relevância para a gestão do IPREV-DF, com cobertura completa da UCS e divulgação institucional do novo ciclo estratégico. <https://iprev.df.gov.br/w/iprev-df-lanca-planejamento-estrategico-institucional-20262030>

Essas ações reforçam o papel da comunicação institucional como instrumento de apoio à governança, à integridade e à valorização do capital humano, ampliando a visibilidade das iniciativas do Iprev-DF e fortalecendo sua imagem junto aos servidores, aposentados, pensionistas e à sociedade.

Além dessa ação, a UCS também participou da divulgação e apoio às seguintes campanhas e iniciativas ao longo do trimestre:

- Datas comemorativas institucionais;
- Ações de governança e integridade; e
- Divulgação de palestras, eventos e encontros institucionais.

COBERTURA DE EVENTOS, PALESTRAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

A unidade realizou cobertura institucional contínua de eventos, palestras e ações promovidas pelo Iprev-DF ao longo do trimestre, incluindo registros fotográficos, apoio à divulgação prévia e posterior publicação nos canais oficiais.

Essa atuação garantiu maior visibilidade às iniciativas institucionais e fortaleceu a imagem do Iprev-DF como órgão ativo, transparente e comprometido com a boa governança pública.

COMUNICAÇÃO INTERNA E INTRANET

A UCS manteve atuação constante na comunicação interna ao longo do 4º trimestre de 2025, com publicações na intranet, divulgação de comunicados administrativos, campanhas internas, cursos, palestras e orientações institucionais.

No período, também foram realizadas publicações de documentos técnicos e manuais na intranet, bem como o acompanhamento de demandas relacionadas à modernização e reestruturação do ambiente interno de comunicação, alinhadas ao planejamento estratégico institucional.

As ações de comunicação interna ocorreram de forma contínua durante todo o trimestre, assegurando fluxo regular de informações aos servidores, inclusive em períodos de expediente reduzido.

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE DA UCS

Os dados consolidados do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conforme estatísticas anexas, demonstram alto volume de tramitação processual e produção documental da Unidade de Comunicação Social ao longo do 4º trimestre de 2025.

No período, a UCS atuou em processos relacionados a:

- comunicação institucional e campanhas de utilidade pública;
- publicações e atualizações em site e intranet;
- transparência ativa e publicidade legal;
- cobertura de eventos institucionais;
- elaboração e revisão de planos, programas, projetos e relatórios;
- ações de governança, integridade e planejamento estratégico.

Além da tramitação processual, registrou-se produção expressiva de documentos internos e externos, incluindo despachos, memorandos, relatórios, planos, projetos, manuais e materiais institucionais, evidenciando a complexidade e a diversidade das atribuições da unidade.

Destaca-se que, somente no período final do trimestre, foram diagramados, revisados e publicados 12 documentos institucionais, além de manuais, relatórios trimestrais e documentos estratégicos, mantendo a regularidade das entregas e o cumprimento dos prazos administrativos.

Os dados quantitativos completos encontram-se detalhados no Anexo – Estatísticas da Unidade (SEI), que subsidiam a análise de desempenho da UCS e servem como base para o planejamento das ações de comunicação em 2026.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pela Unidade de Comunicação Social (UCS) ao longo do 4º trimestre de 2025 reafirmam o papel estratégico da comunicação institucional como instrumento essencial de transparência, governança e fortalecimento da imagem do Iprev-DF.

O período foi marcado pela ampliação das ações de divulgação institucional, participação ativa em campanhas sociais, cobertura de eventos relevantes, manutenção dos canais oficiais atualizados e continuidade das entregas mesmo em períodos atípicos do calendário administrativo.

Os indicadores de produtividade e as entregas realizadas demonstram a eficiência operacional da unidade, o comprometimento da equipe e a contribuição direta da comunicação para os pilares da gestão pública: transparência, accountability, credibilidade institucional e serviço ao cidadão.

Com base nesses resultados, a UCS encerra o exercício de 2025 consolidando avanços significativos e estabelecendo bases sólidas para a implementação do Plano de Fortalecimento da Imagem Institucional em 2026, com foco em planejamento estratégico, mensuração de resultados e comunicação integrada.

ANEXO I – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS AÇÕES E EVENTOS DO 4º TRIMESTRE DE 2025

Este anexo reúne registros fotográficos das principais campanhas, eventos e ações institucionais acompanhadas e divulgadas pela Unidade de Comunicação Social (UCS) ao longo do 4º trimestre de 2025, como forma de evidenciar as entregas realizadas e a atuação institucional do Iprev-DF.

Imagens: Campanha "Nosso Natal"



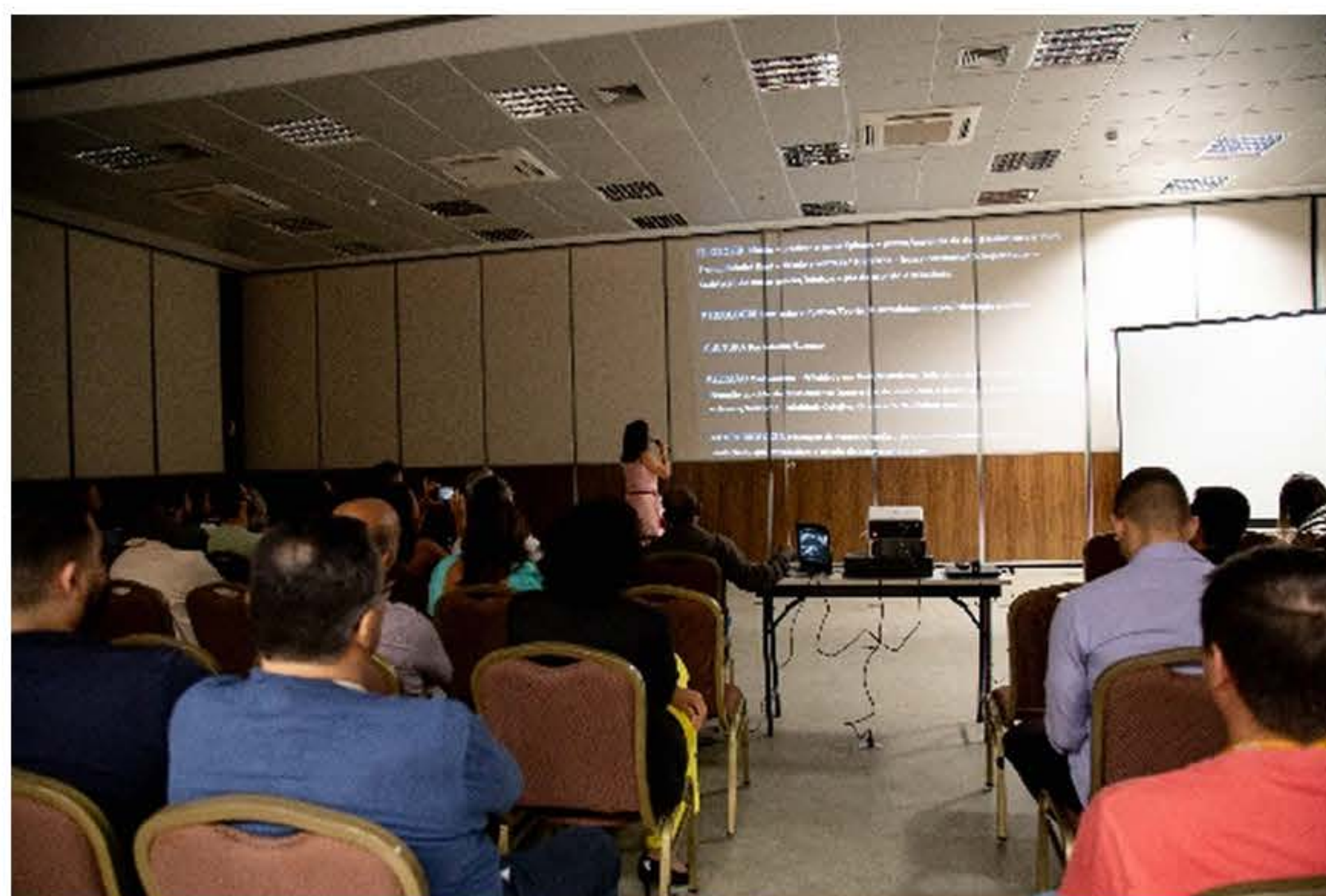
Fonte: Unidade de Comunicação



Imagens: Palestra "É possível ser feliz no trabalho?"



Fonte: Unidade de Comunicação



Imagens: 2ª Semana de Compliance e Integridade



Fonte: Unidade de Comunicação



Imagens: Lançamento do Planejamento Estratégico Institucional 2026–2030



Fonte: Unidade de Comunicação





Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal